

DANIEL DO NASCIMENTO DUARTE

**AS DIFERENTES ABORDAGENS DA AÇÃO EXTENSIONISTA E SUAS  
IMPLICAÇÕES PARA O INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA,  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – INCAPER**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T  
D812d  
2012

Duarte, Daniel do Nascimento, 1965-  
As diferentes abordagens da ação extensionista e suas  
implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa,  
Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper / Daniel  
do Nascimento Duarte. – Viçosa, MG, 2012.  
xiv, 188f. : 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Marcelo Miná Dias.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 177-185.

1. Extensão rural. 2. Trabalhadores em extensão rural.  
3. Agricultura familiar. 4. Desenvolvimento rural.  
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 630.715

DANIEL DO NASCIMENTO DUARTE

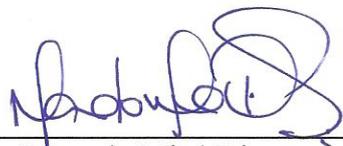
**AS DIFERENTES ABORDAGENS DA AÇÃO EXTENSIONISTA E SUAS  
IMPLICAÇÕES PARA O INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA,  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de junho de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Marcelo Leles Romarco de Oliveira  
(Coorientador)

  
\_\_\_\_\_  
Eros Marion Mussoi

  
\_\_\_\_\_  
Marcelo Miná Dias  
(Orientador)

## **Voltando**

*O chilrear dos melros, sabiás, anus  
nas copas das paineiras-rosas e das palmeiras-imperiais  
anuncia a estrada da minha casa.  
Estrada de terra batida dos movimentos das rodas e dos pés.  
É dessa estrada que de longe se vê os quintais de bananeiras  
e o despontar da caixa-d'água.  
Quintais que esparramei meus genes.  
Na lembrança das minhas idas e vindas  
Guardo na memória uma criança que dele partia,  
correndo em minha direção  
pela estrada da minha casa,  
Imagens de amor, tessituras do meu mundo,  
Que espelham a imagem de Deus  
E daquelas que eu amo.*

**Para Helenice, Flor e Ramana.**

*Lembranças marcaram esta dissertação.  
Idas e vindas,  
Encontros, desencontros e reencontros.  
Desenhos pregados no guarda-roupa, sinais de casa.  
Cheiro de saudade,  
que impregnava o coração.  
Êta tecnologia que aproximou as distâncias!*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu a honra de participar do emaranhado de relacionamento, a teia da vida.

A teia foi tecida e a trama foi armada, e dela participei como um nó sustentado pelo amor, pela saudade, pelo desespero, pela alegria e pelas tristezas que fizeram parte das idas e vindas à cidade de Viçosa. Muito por agradecer com simples palavras a tantos que compartilharam deste instante e por tudo que fizeram no silêncio do gesto, na conversa fiada, no café com bobagens, nas gargalhadas e nos sorrisos:

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade de participar do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, em nível de Mestrado.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio financeiro.

À Incaper-ES, por me liberar e me apoiar neste trabalho.

Ao professor orientador Marcelo Miná Dias, pela paciência e dedicação na transição do empírico para o científico e pela companhia nas xícaras de café, no pão de queijo e na conversa afiada nas tardes da UFV.

À professora Maria Isabel Vieira Botelho e ao professor Marcelo Romarco Leles de Oliveira, pelas contribuições a este projeto de vida.

À minha amada mãe e às minhas irmãs, por eu estar aqui e por continuarem sendo meu cais, onde encontro minha infância.

Ao meu pai (*in memoriam*), que inspirou minha escolha de vida; esteja ele onde estiver, que seja em serenidade.

À minha companheira, Helenice, que me encheu de amor nos meus retornos das minhas idas e vindas.

À Ramana e Flor, meus pequenos amores, pelos sorrisos e pelo carinho que me animaram na minha caminhada.

Aos amigos de curso, Érika, Nathalia, Jairo, Simone, Aguinha, Aline e Renata, parceiros nas angústias, nas alegrias e nas descobertas dos caminhos. Parceiros de café, bolo, festas, breguice e tudo que a amizade consegue proporcionar.

Ao João, à Ayana e à Cida, companheiros de teto, amigos de viagem, de danças e de comida saboreada ao pé de risos e piadas.

À Carminha, à Anysia e ao Romildo, que em suas atribuições ainda conseguiram encontrar tempo para simpatia e sorrisos.

Aos amigos ELDR - Linhares, que sempre me recebiam de braços abertos.

Aos companheiros extensionistas do Incaper, que me propiciaram visão ímpar da Extensão Rural; que este trabalho contribua para a ação extensionista no Incaper.

À Rita, à Lela e à Carla, ao Giovani e à Maria, que abriram as portas do coração e me acolheram em suas casas.

Ao Fábio Dalbom, pelo acesso às informações do município de Iconha, ES.

Aos agricultores do município de Iconha, ES, pelo tempo dedicado a este trabalho, pelo carinho que me receberam e, também, por trazerem à tona lembranças de momentos construídos juntos.

## **BIOGRAFIA**

DANIEL DO NASCIMENTO DUARTE, filho de Eloi Silvio Duarte e de Ana Fausta do Nascimento Duarte, nasceu em Barão de Cocais, MG, em 7 de agosto de 1965.

Em janeiro de 1994, formou-se em Agronomia, pela Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG.

Em 4 de abril de 2005, ingressou, por concurso público, no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), exercendo a função de Agente de Desenvolvimento Rural na área de Socioeconomia.

Em 26 de junho de 2012, defendeu sua dissertação de Mestrado em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	xi
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xiv
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Compreendendo a metodologia e a organização do texto .....	1
1.2. Objetivos.....	2
1.2.1. Objetivo geral .....	2
1.2.2. Objetivos específicos .....	2
1.3. Divisão dos capítulos .....	3
1.4. Metodologia da pesquisa .....	4
1.4.1. Definição dos objetivos da pesquisa.....	4
1.4.2. Classificação quanto aos procedimentos técnicos utilizados.....	5
1.4.3. A base do delineamento da pesquisa .....	6
1.4.3.1. Seleção da amostra.....	8
1.4.4. O instrumento de coletas de dados: entrevista.....	11
1.4.4.1. Roteiro de entrevista .....	12
1.4.5. Transcrição e análises de dados .....	13
CAPÍTULO 1.....	15
DO PASSADO DA ACARES AO PRESENTE DO INCAPER .....	15
1.1. Uma rápida contextualização socioeconômica das áreas rurais do Espírito Santo.....	15
1.2. Primeiro a ACARES (1956 – 1975) .....	18
1.3. Depois a Emater-ES (1975 – 1999).....	21
1.3.1. Emater-ES – Difusionismo produtivista (1975 – 1985) .....	22
1.3.2. Emater-ES – Humanismo crítico (1985 – 1999) .....	25

	<b>Página</b>
1.4. Da Emater-ES à Emcaper/INCAPER: uma nova instituição?.....	30
1.5. Algumas considerações.....	35
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>37</b>
<b>OS CAMINHOS DAS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS .....</b>	<b>37</b>
2.1. Definindo o conceito de organização e instituição .....	38
2.2. O conceito de extensão rural e de ação extensionista.....	53
2.3. Abordagens da extensão rural.....	58
2.4. Redes espaços de intervenção.....	70
2.5. Ao final algumas considerações .....	74
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>76</b>
<b>A VISÃO DO EXTENSIONISTA SOBRE SUA AÇÃO .....</b>	<b>76</b>
3.1. Perfil dos entrevistados e sua relação com as abordagens da ação extensionista .....	76
3.2. A visão do extensionista sobre sua ação.....	85
3.2.1. Mecanismos institucionais de planejamento da ação extensionista.....	86
3.2.2. O planejamento institucional na visão dos extensionistas .....	88
3.2.3. Efetividade do planejamento e a ação extensionista.....	96
3.2.4. Planejamento e abordagens da ação extensionista .....	108
3.2.5. Ater, pesquisa e tecnologia.....	119
3.2.6. Agronegócio e agricultura familiar .....	130
3.2.7. Missão institucional do Incaper.....	137
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>147</b>
<b>REDE DE COMERCIALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MUDANÇAS NA AÇÃO EXTENSIONISTA: O CASO DE ICONHA, ES .....</b>	<b>147</b>
4.1. Introdução .....	147
4.2. A experiência da rede e o papel dos agentes – um processo de desenvolvimento.....	148
4.3. Considerações não finalísticas sobre um processo ainda em curso .....	165
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>185</b>
<b>ANEXO B – TABELAS DE RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS, POR CRDR CLASSIFICADOS EM GERAÇÃO E ABORDAGEM....</b>	<b>187</b>

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
1 Abrangência dos Centros Regionais de Desenvolvimento Rural do Incaper .....	6
2 Títulos dos entrevistados .....	78

## LISTA DE TABELAS

	<b>Página</b>
1 Relação do número de servidores efetivos que atuam como extensionista nos CRDR, variável gênero, em termos absolutos e relativos .....	7
2 Relação do número de servidores efetivos que atuam como extensionista nos CRDR, variável geração, antes de 2005 (Geração I) e após 2005 (Geração II), em termos absolutos e relativos .....	8
3 Relação do número de profissões dos extensionistas no Incaper .....	9
4 Relação do número de profissões, em valores absolutos e relativos, que participaram das entrevistas .....	77
5 Relação do número de servidores efetivos atuando no cargo de ADR e TDR, como extensionista, por CRDR, que participaram das entrevistas....	78
6 Número de extensionistas, classificados nas abordagens, por CRDR, em termos relativos e absolutos .....	79
7 Relação do número de servidores efetivos atuando como extensionista, por CRDR, por variável geração, antes de 2005 (Geração I) e após 2005 (Geração II), que participaram das entrevistas .....	80
8 Relação do número de entrevistados, classificados nas abordagens, por variável geração, antes de 2005 (Geração I) e após 2005 (Geração II).....	81
9 Relação do número de servidores efetivos nos CRDR atuando como extensionista, variável gênero, que participaram das entrevistas .....	82
10 Relação do número de entrevistados classificados nas abordagens por variável gênero .....	82
11 Frequência de respostas apresentadas sobre qual o papel que o Proater desempenha na sede do Incaper .....	91
12 Distanciamento da pesquisa em relação à Ater, aos agricultores e aos produtores rurais.....	120
13 Percepção dos extensionistas do papel que a extensão rural deve executar junto à pesquisa .....	123
14 Importância da tecnologia e da pesquisa.....	127
15 Frequência de resposta em relação de como a pesquisa estabelece seu planejamento .....	129

	<b>Página</b>
16	Frequência de resposta em relação ao agronegócio e à agricultura familiar 132
17	Frequências de respostas em relação à missão do Incaper ..... 140

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Agricultura Alternativa
ABAG	Associação Brasileira de <i>Agribusiness</i>
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARES	Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
AO	Agricultura Orgânica
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
APTA	Associação de Programas em Tecnologias Alternativas
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRDR	Centro Regional de Desenvolvimento Rural
CTDRS	Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
C&T	Ciência e Tecnologia
DOT	Departamento de Operações Técnicas
DPC	Departamento de Planejamento e Capitação de Recursos
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ELDR	Escritório Local de Desenvolvimento Rural
Emater-ES	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
Emcapa	Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
Emcaper	Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAES	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	Fortaleza, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
Incaper	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
O BROTO	Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo
ONG	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEDEAG	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba
PEI	Planejamento Estratégico do Incaper
PMC	Prefeitura Municipal de Cariacica
PMDRS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PMI	Prefeitura Municipal de Iconha
PMV	Prefeitura Municipal de Vitória
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Proater	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Projeto DLS-ES	Projeto Desenvolvimento Local Sustentável Espírito Santo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PTA	Projeto em Tecnologias Alternativas
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SACI	Sistema de Acompanhamento e Controle Interno
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAG	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo
SEME	Secretaria Municipal de Educação de Vitória
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ToT	Transferência de Tecnologia

## RESUMO

DUARTE, Daniel do Nascimento. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2012. **As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper.** Orientador: Marcelo Miná Dias. Coorientadores: Maria Isabel Vieira Botelho e Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Nesta dissertação parte-se da premissa que existem diferentes abordagens da ação extensionista do Incaper-ES. Para sustentar esta afirmação definiu-se como objetivo identificar e analisar as consequências da presença de distintas abordagens orientadoras da ação extensionista do Incaper em dois planos analíticos principais: o da ação extensionista e o da organização, avaliando as influências que uma exerce sobre a outra. A pesquisa de campo foi desenvolvida em dois momentos distintos. No primeiro momento, com 44 extensionistas nas quatro regionais administrativas do Incaper-ES; e no segundo, um estudo de caso, no município de Iconha, procurando compreender como a ação extensionista ocorre na prática, a partir do seu envolvimento em uma rede de comercialização de produtos orgânicos dos agricultores familiares. Pela história da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), pública estatal do Espírito Santo, verificou-se que determinadas abordagens são oriundas de uma forma de fazer ação extensionista, que foram concebidas junto com a própria origem da Emater-ES ao Incaper-ES. A análise teórica relaciona os conceitos de organização e instituição, hábitos, identidade e socialização, ação e estruturação e agência como edificadores de uma construção histórico-social das abordagens, que se atualiza na ação extensionista. Com a pesquisa foi possível verificar a existência de diferentes formas de fazer a ação extensionista, o que permitiu encontrar variáveis em comuns e semelhanças no modo de atuar, e também agregar essas semelhanças em três tipos de abordagens: *Conservadora*, *Humanista* e *Interativa*. Constatou-se que essas abordagens têm formas diferenciadas de compreender o Incaper; a pesquisa e a tecnologia; o papel da Ater no desenvolvimento rural; e o papel do agronegócio e da agricultura familiar. Na rede de comercialização de produtos orgânicos atuaram distintos agentes de extensão do Incaper, em diferentes momentos, acionando uma *Abordagem Convencional* e, depois, *Interativa*. Essas diferentes formas de atuar da ação extensionista refletiram na rede, ora funcionando como elemento de atrito, diminuindo sua ação e capacidade de articulação, ora como elemento catalisador, aumentando sua capacidade de criar laços de cooperação e solidariedade, aumentando seu leque de ação.

## ABSTRACT

DUARTE, Daniel do Nascimento, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2012.  
**The different approaches of the extensionist action and their implications to the Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper.**  
Adviser: Marcelo Miná Dias. Co-advisers: Maria Isabel Vieira Botelho and Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

This thesis assumes the existence of different approaches of the extension action by Incaper-ES. To support this statement was defined how purposes to identify and analyze the consequences of the presence of distinct approaches guiding of the extensionist action by Incaper in two main analytical plans, the extensionist action and the organization, evaluating the influences of one exerts on the other. The field research was conducted in two distinct stages. In the first, with 44 extensionists of the four regional administrative centers of the Incaper-ES. In the second stage, a case study in the city of Iconha, trying to understand how the extensionist action occurs in practice, from its involvement in a commercialization network of organic products of family farmers. By the history of the Technical Assistance and Rural Extension (Ater) public state of Espírito Santo we verify that certain approaches are from one way to make extensionist action that were designed together with the own origin of Emater-ES to the Incaper-ES. A theoretical analysis relates the concepts of organization and institution, habitus, identity and socialization, action and structure and agency as builders of a historic social construction of approaches, that makes updates in the extensionist action. With the research it was possible to verify the existence of different ways to perform the extensionist action, allowing finding variables in common, similarities in the way of acting and aggregating these similarities in three types of approaches: Conservative, Humanist and Interactive. It was identified that these approaches have different ways of understanding the Incaper-ES; research & technology; Ater's role in rural development; the role of agribusiness and family farming. In the commercialization network of organic products, distinct extension agents of the Incaper-ES acted at different times, triggering a Conventional approach, and after Interactive. These different ways that extensionist action works reflected in the network, sometimes as an element of friction, reducing their action and ability to articulate; sometimes as a catalyst, increasing its ability to create bonds of solidarity and cooperation, increasing its range of action.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Compreendendo a metodologia e a organização do texto

A temática motivadora deste trabalho é a extensão rural, mais propriamente a ‘ação do profissional de extensão rural’, a ‘ação do agente de extensão’ e a ‘ação extensionista’, termo mais comumente empregado ao longo deste trabalho. O estudo da extensão não é propriamente uma novidade no Brasil, já foram escritas várias páginas a seu respeito, traçando sua história e analisando seu desempenho sobre as mais diversas perspectivas. Ainda assim, o tema não se esgotou e há muito a ser descrito, analisado e pesquisado.

Compreender a extensão rural do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) é o motivo desta dissertação, especialmente porque o pesquisador em questão faz parte do quadro de profissionais dessa organização. A intenção era de que o estudo pudesse proporcionar a compreensão do caminho histórico da extensão rural, da sua origem aos dias atuais no Incaper, e as interfaces do agente de extensão engendradas neste contexto.

Parte-se então das mudanças nas propostas de atuação, observadas na trajetória histórica do Incaper, que explicam parcialmente o surgimento e a existência de distintas abordagens que se configuram como referências institucionais à ação extensionista. Essas mudanças contribuíram para afirmar, institucionalmente, concepções, papéis, atributos, métodos e visões de mundo acerca da ação extensionista. Contribuíram também para definir as relações que podem ou devem ser estabelecidas entre agricultores, pesquisadores e extensionistas e os projetos políticos de desenvolvimento que podem ou devem ser realizados a partir da intervenção que origina do Incaper.

Deste modo, tinha-se uma questão que se verifica na realidade concreta e que, teoricamente, constituía-se no problema de pesquisa, que versou sobre a existência de diferentes abordagens da ação extensionista no Incaper. A partir desse pressuposto, o problema de pesquisa foi formulado nas seguintes questões orientadoras: Quais são as implicações, para a ação extensionista, no caso específico do Incaper, da existência de referenciais ou abordagens ou modelos concorrentes e, ou, contraditórios acionados para orientar a ação extensionista? Como as diferentes abordagens entendem a organização social dos agricultores e atuam para fortalecer o capital social e, ou, estabelecer redes de relação?

Subsidiariamente, essa questão de pesquisa se especifica em outras questões que compõem a problematização do caso: o que gera a diversidade de abordagens de referência? Aprendizado? Diversificação de ações e público? Fragmentação das ações? Especialização? Imobilidade? Confusão? Caos? E como fica a estrutura da instituição em termos da exequibilidade de sua missão e de suas diretrizes diante dessa diversidade de abordagens? Há uma orientação da sua estrutura para essas abordagens ou ela é orientada para aquela hegemônica, acirrando os conflitos e as disputas pelos recursos institucionais?

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo geral**

Identificar e analisar as consequências da presença de distintas abordagens orientadoras da ação extensionista no Incaper em três planos analíticos principais, o da ação extensionista, o da organização e o do espaço das redes de relações sociais com os agricultores e as instituições parceiras.

### **1.2.2. Objetivos específicos**

- Analisar o contexto histórico da origem da ACARES ao Incaper, em face da presença de distintas abordagens para orientação da ação extensionista.
- Identificar as abordagens de extensão rural presentes nos escritórios locais do Incaper, analisando como elas relacionam entre si e com a estrutura institucional.
- Fazer analogia da exequibilidade da missão e das diretrizes diante dessas abordagens, tentando analisar os compassos ou descompassos da ação da extensão diante da missão e das diretrizes do Incaper-ES.
- Analisar como se estabeleceu a ação extensionista e qual papel exerceu na rede de comercialização de produtos orgânicos do município de Iconha.

### 1.3. Divisão dos capítulos

Este trabalho está organizado em quatro capítulos e uma introdução, que trata do problema de pesquisa, dos objetivos, bem como descreve os capítulos posteriores. Também fazem parte a introdução e a metodologia da pesquisa.

O Capítulo 1 retrata a história da origem da extensão rural a partir da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) até o processo de incorporação da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa) pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (Emater-ES), formando o Incaper-ES. Neste item enfatizam-se, além da história organizacional, as características mais relevantes que marcaram a extensão rural no Espírito Santo em cada momento dessa mudança.

No Capítulo 2 encontra-se o referencial teórico conceitual, que se inicia com os conceitos das organizações e de instituições. O estudo indica que no caso das organizações de Ater há uma profunda imbricação histórica entre a organização e a instituição. Incluem-se, nesse processo, os conceitos de *habitus*, de identidade, de ação, de estruturação e de agência como edificadores de uma construção histórico-social que se atualiza constantemente na ação extensionista. Esta ação, que é tanto estruturante como estruturada, ecoa dentro das organizações, procurando fazer valer seus interesses.

Ainda nesse capítulo conceituam-se as abordagens, entendidas como forma teórica de agregar as semelhantes formas da ação extensionista a partir de algumas variáveis. No último tópico desse capítulo, discute-se o conceito de rede e capital social como um pressuposto para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como um mecanismo no qual o agente de extensão procura conceber ou participar para fazer valer de determinadas agências.

No Capítulo 3 são apresentados e analisados os resultados verificados a campo. Esse capítulo é dividido em dois grandes tópicos. O primeiro caracteriza os profissionais entrevistados, considerando as variáveis de gênero, geração e localização por Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR). Geração está relacionada ao momento em que o profissional passou a pertencer ao quadro de funcionários do Incaper. As variáveis são discutidas em interação com as três abordagens identificadas: *Convencional*, *Humanista* e *Interativa*. No segundo tópico são apresentados os resultados do processo da pesquisa. Esse tópico foi dividido em seis temas: a) o planejamento institucional na visão dos extensionistas; b) a efetividade do planejamento e a ação extensionista; c) o

planejamento e as abordagens da ação extensionista; d) a Ater, pesquisa e tecnologia; e) o agronegócio e a agricultura familiar; e f) a missão institucional do Incaper. Esses temas sistematizam os pontos relevantes observados nas entrevistas, estabelecendo um diálogo com as abordagens e os sujeitos da pesquisa e, eventualmente, com a análise de documentos.

No Capítulo 4 procurou-se elucidar como a teoria das abordagens se vincula com a prática da ação extensionistas, pontuando o papel do agente de extensão na rede de comercialização. Neste capítulo são analisadas a história da comercialização de produtos orgânicos do município de Iconha e a sua contribuição na ordenação de novas relações entre agricultores, instituições e organizações, originando uma rede de relações sociais.

Fechando este trabalho, têm-se as considerações finais, que apresentam as conclusões permitidas pelo estudo.

#### **1.4. Metodologia da pesquisa**

O trabalho de campo foi realizado em dois momentos distintos, conforme os objetivos da pesquisa. A primeira incursão consistiu em entrevistas com os extensionistas, realizadas no período de maio a junho de 2011, em 35 municípios do Estado do Espírito Santo. A segunda incursão estava direcionada e focada ao município de Iconha, situado no sul do Espírito Santo, e foi realizada em dezembro de 2011. Nesse local, as entrevistas foram distintas em termos de público. Participaram agricultores, gestor público, profissionais da prefeitura e extensionista do Incaper.

##### **1.4.1. Definição dos objetivos da pesquisa**

Esta pesquisa, de acordo com seus objetivos, segue uma linha explicativa e procura elucidar a origem das abordagens de extensão rural, bem como quais os temas que permitem distinguir e classificar a ação extensionista nas abordagens. Ainda, procura analisar e discutir quais as relações dessas abordagens com a ação extensionista e com o Incaper. Entendeu-se também que seria viável estudar uma especificidade que exemplificasse, a partir de um caso, a ação extensionista. Portanto, dentro da linha explicativa, a incursão ao município de Iconha permitiu, a partir do estudo da rede de comercialização, analisar como operou a ação extensionista nos diferentes momentos dessa rede.

O município de Iconha foi escolhido como referencial para o estudo de caso por possuir uma história e por ser possível identificar, dentro de um mesmo escritório local, agentes de extensão com atuações distintas na rede de comercialização ao longo da sua existência. Outro aspecto a ser considerado é que o autor deste trabalho participou desse processo, também de forma distinta. No primeiro momento como agente de extensão da Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA) e no segundo, como agente do Incaper. Entende-se, com isso, que ele possui visões dos diferentes atores que atuaram nesta empreitada, bem como uma memória que permitiu descrever parte do trabalho.

#### **1.4.2. Classificação quanto aos procedimentos técnicos utilizados**

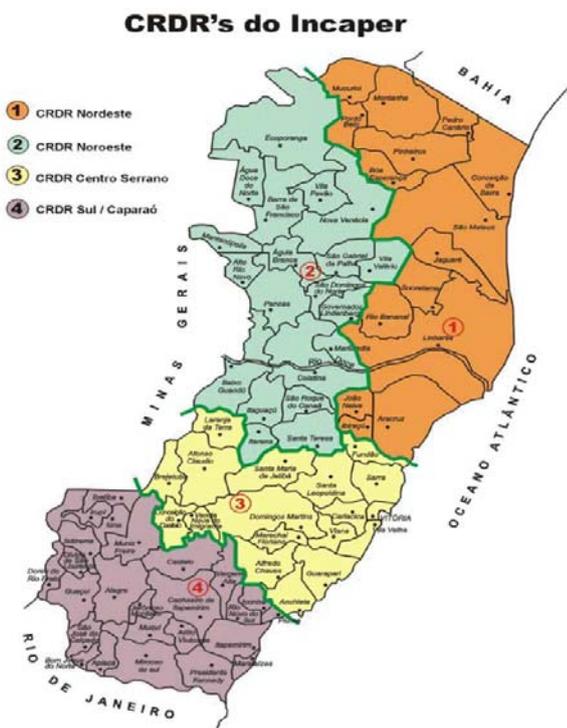
A pesquisa foi realizada tendo como base os extensionistas dos escritórios locais de desenvolvimento rural (ELDR) das quatro regionais administrativas do Incaper, denominadas Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR). Buscou-se aprofundar como ocorrem o desenvolvimento e o planejamento das ações dos extensionistas nos municípios onde atuam. Além disso, procurou-se compreender como se estabelecem algumas interações desse profissional com a organização Incaper, com a pesquisa e com o público de trabalho. De acordo com esses procedimentos, esta pesquisa se classifica como um 'estudo de campo'.

Para Gil (2002), o estudo de campo possui as seguintes características: a ênfase é mais no aprofundamento das questões propostas do que na distribuição da população de acordo com determinadas variáveis, portanto o estudo de campo é mais flexível, podendo até mesmo mudar seus objetivos ao longo da pesquisa; analisa um único grupo, sua estrutura social, ressaltando as interações dos seus componentes, podendo ser uma comunidade de trabalho; a pesquisa é desenvolvida por meio de observação direta, entrevistas, análise de documentos e filmagens; e o trabalho é realizado, na maior parte do tempo, pelo pesquisador, como forma de manter uma experiência direta com a situação. Para ele, essa experiência do pesquisador, envolvendo-se diretamente e com maior participação com o objeto de estudo, permite respostas mais confiáveis, com resultados mais fidedignos.

O segundo momento foi um 'estudo de caso' centrado no município de Iconha. Segundo Gil (2002), o estudo de caso é caracterizado por aprofundamento e detalhamento de uns poucos objetos, de forma a permitir conhecer suas particularidades.

### 1.4.3. A base do delineamento da pesquisa

O Incaper está presente nos 78 municípios do Espírito Santo. Como pode ser observado na Figura 1, o seu processo de gestão administrativa é dividido em quatro Centros Regionais de Desenvolvimento Rural<sup>1</sup> (CRDR), denominados: Nordeste, Noroeste, Centro Serrano, Sul Caparaó (INCAPER, 2012a).



Fonte: Incaper (2012).

Figura 1 – Abrangência dos Centros Regionais de Desenvolvimento Rural do Incaper.

Nesses quatro centros regionais, o número de municípios varia, bem como o número de Técnicos de Desenvolvimento Rural (TDR) e de Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR), conforme mostra a Tabela 1. Para o número de profissionais contido nessa tabela foram considerados somente aqueles que atuavam diretamente com os agricultores. Portanto, não foram contabilizados os profissionais licenciados, aqueles a cargo de outras instituições, os localizados na sede (Vitória), bem como os gestores das regionais e microrregionais.

<sup>1</sup> Em março de 2012 estavam sendo efetivadas mudanças nas regionais administrativas. Essas mudanças comportavam alteração nas fronteiras dessas regionais, bem como nos nomes, que passariam a se chamar: Extremo Norte, Centro Norte, Central Serrana e Sul Caparaó. As informações obtidas apontavam a extinção das microrregionais. Porém, coerente com a metodologia de trabalho e pelas análises realizadas até a mudança administrativa, optou-se por manter a configuração anterior.

Tabela 1 – Relação do número de servidores efetivos que atuam como extensionista nos CRDR, variável gênero, em termos absolutos e relativos

<b>CRDR</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Nordeste	28	18	5	3	33	21
Noroeste	36	23	2	1	38	25
C. Serrano	35	23	3	2	38	25
Sul Caparaó	42	27	3	2	45	29
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>92</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>154</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

O universo dos servidores do Incaper, com cargo finalístico<sup>2</sup>, está dividido em dois segmentos denominados de Técnico de Desenvolvimento Rural (TDR) e Agente de Desenvolvimento Rural (ADR), pela Lei Complementar nº 596 (ESPÍRITO SANTO, 2011, p. 2):

[...]

V – Técnico de Desenvolvimento Rural: ensino médio técnico completo em curso relacionado com a atividade a ser desempenhada e registro em órgão de classe respectivo, quando houver;

VI – Agente de Desenvolvimento Rural: curso superior completo, bacharelado, em área relacionada com a atividade a ser desempenhada e registro em órgão de classe respectivo, quando houver.

Os ADRs são os extensionistas e pesquisadores e, ou, gestores do Incaper que possuem graduação ou pós-graduação. Os TDR são aqueles com ensino médio, técnicos que atuam como extensionista ou de apoio nas fazendas de pesquisa, classificados legalmente com formação até o ensino médio. No trabalho a campo verificou-se que muitos desses agentes já possuíam graduação, mas não eram reconhecidos pela legislação<sup>3</sup> em vigor.

<sup>2</sup> Os cargos denominados finalísticos são entendidos, dentro do Incaper, como aqueles que desempenham a função final da empresa, ou seja, que atuam diretamente com os agricultores, seja na extensão ou na pesquisa. Os demais cargos são entendidos como de “suporte” aos trabalhos daquele grupo, ou seja, os finalísticos.

<sup>3</sup> A Lei complementar nº 244 prevê em seu Art. 22 a ascensão funcional, mas com o seguinte entendimento “Art. 22. A ascensão consiste na mudança do servidor, de um nível para outro imediatamente superior, dentro do mesmo cargo [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 6). A Lei complementar nº 46/94, que rege o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo, diz no “Art. 5º: A investidura em cargo público de provimento efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos” (ESPÍRITO SANTO, 1994). O Superior Tribunal Federal (STF) julgou como inconstitucional o inciso III do Art. 8º, que considerava a ascensão funcional. Desta forma, se o TDR que já possui graduação quiser passar para o cargo de ADR deverá prestar um novo concurso.

### 1.4.3.1. Seleção da amostra

A unidade de análise da pesquisa foi constituída pelos extensionista do Incaper, aqueles que estão em contato direto com os agricultores, totalizando população de 154 profissionais, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Relação do número de servidores efetivos que atuam como extensionista nos CRDR, variável geração, antes de 2005 (Geração I) e após 2005 (Geração II), em termos absolutos e relativos

CRDR	Geração I (G1)	%	Geração II (G2)	%	Total	%
Nordeste	17	11	16	10	33	21
Noroeste	20	13	18	12	38	25
C. Serrano	15	10	23	15	38	25
Sul Caparaó	24	16	21	14	45	29
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>49</b>	<b>78</b>	<b>51</b>	<b>154</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

O critério de seleção do número de entrevistados teve como base o número de municípios de cada regional, bem com o número de ADR e TDR desses centros regionais. Considerando ainda a diversidade de ocupações que fazia parte do quadro do Incaper (Tabela 3), optou-se por um número que pudesse ter maior amplitude em termos dessas profissões (embora ela não tenha sido considerada como uma variável de análise). Foram consideradas como variáveis: a) a localização do CRDR onde o profissional atua; b) o enquadramento nos cargos Técnico de Desenvolvimento Rural (TDR) e Agente de Desenvolvimento Rural (ADR); c) o gênero (masculino e feminino); e d) a geração. Geração significa, nesta pesquisa, o ano em que o profissional passou a fazer parte do quadro de funcionários do Incaper. Aqueles que passaram a atuar antes de 2005 são denominados de Geração I (G1) e aqueles que passaram a atuar a partir de 2005, Geração II (G2). A definição de ano de 2005, demarcando as gerações de profissionais, fundamenta-se no concurso público realizado em 2004, que foi um divisor de água – após 20 anos sem contratação, o governo do estado do Espírito Santo promoveu um concurso público. A entrada dos novos agentes, em 2005, revitalizou a Ater e a pesquisa do Incaper.

Na Tabela 2, nota-se que o contingente de profissionais pertencentes a G1 (49%) se aproxima da G2 (51%). Observa-se também que o CRDR onde existe o maior

número de profissionais da G1, em termos relativos, é no Sul Caparaó, com 16% do total, e em seguida no Noroeste, com 13%; quanto àqueles pertencentes a G2, evidencia-se o Centro Serrano, com 15% do total de extensionista, e em seguida o Sul Caparaó, com 14%.

Por meio das informações enviadas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Incaper, foi possível levantar as profissões dos agentes de Ater. Foram identificadas 17 formações acadêmicas, entretanto destacam-se os técnicos agrícolas e os agrônomos, somando 78% dos agentes de extensão (Tabela 3). Nesta tabela não estão contabilizados aqueles TDR que possuem curso superior, identificados no trabalho de campo, por exemplo, pedagogo e tecnólogo em agronegócio. Logo, esse número de formação é maior do que o contabilizado pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Incaper.

Tabela 3 – Relação do número de profissões dos extensionistas no Incaper

Nº	Formação do Extensionista	Número	Porcentagem (%)
1	Técnicos agrícolas	71	46,0
2	Agrônomos	49	32,0
3	Biólogo	4	2,5
4	Engenheiro agrícola	2	1,0
5	Economista	1	0,6
6	Veterinário	2	1,0
7	Zootecnista	4	2,5
8	Ciências agrícolas	1	0,6
9	Ciências sociais	1	0,6
10	Administração	2	1,0
11	Administração rural	4	2,5
12	Economistas Domésticas	5	4,0
13	Licenciatura em Ciência	2	1,0
14	Licenciatura em Ciências Sociais	1	0,6
15	História	1	0,6
16	Licenciatura em Adm. Rural	1	0,6
17	Engenharia de Pesca	3	2,0
<b>Total</b>		<b>154</b>	<b>10,0</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Diante dessa heterogeneidade, ilustrada nas Tabelas 1, 2 e 3, associada ao conhecimento que o técnico (pesquisador) tem do Incaper, por ser funcionário dela, foram definidos nove informantes para o CRDR Nordeste, 11 informantes para o CRDR Noroeste, 13 informantes para CRDR Sul Caparaó e 11 para o CDRD Centro Serrano.

No total foram selecionados 44 profissionais, o que corresponde a 28% dos extensionistas do Incaper, de 35 municípios no estado. Desta forma, conseguiu-se garantir uma representatividade da amostra.

No atributo de gênero verificou-se que o universo dos extensionistas no Incaper é masculinizado – as mulheres representam apenas 8% (Tabela 1). Procurou-se, portanto, entrevistar o maior número dessas profissionais, num total de nove, que significava cerca de 70% do contingente feminino que atuava diretamente com as famílias rurais. O objetivo de entrevistar as mulheres extensionistas foi compreender se elas operavam de maneira diferente dos homens ou, ainda, se acionavam mais uma abordagem do que outra.

A amostragem foi não probabilística intencional, em razão da necessidade de perceber o que pensam os extensionistas a respeito de sua ação, para que pudesse contemplar aqueles grupos cuja abordagem de ação não se configurava como hegemônica no Incaper. Seguiram-se dois caminhos para o processo seletivo. O primeiro caminho foi definir os informantes-chaves, considerados como pertencendo a uma forma de fazer ação extensionista ligada à abordagem que no projeto de pesquisa foi adjetivada como *Interativa*. O segundo caminho foi seguir as orientações de especialistas dos escritórios regionais – o profissional local indicava quem poderia ser entrevistado, de acordo com as variáveis. A partir da informação do especialista, telefonava-se para o escritório e verificava se havia possibilidade de marcar uma entrevista com o indicado; se não, buscava-se outra sugestão com o especialista.

Faz-se necessário esclarecer que em sete escritórios locais realizou-se mais de uma entrevista. Quando se percebia, nas equipes de um ELDR, mais de uma variável, ou seja, gênero, geração, ou, ainda, diferentes tipos de abordagens e pluralidade de formação acadêmica, entendia-se que essa pluralidade de variáveis e atributos, em um mesmo escritório, consistia em potencial a ser investigado.

No estudo de caso, especificamente no município de Iconha, a seleção da amostra deveria permitir entender a ação extensionista da antiga EMATER-ES e do Incaper nos diferentes períodos; recuperar a história da rede de comercialização; e contextualizar essa rede e seu grau de inserção no município, no passado e na atualidade. Portanto, optou-se por uma amostra não probabilística intencional, procurando entrevistar pessoas que foram reconhecidamente importantes naquele contexto e no atual.

Nesse sentido, o primeiro grupo de entrevistados foi constituído por agricultores (as) que se inseriram e continuam inseridos na rede de comercialização. Além dessa característica, esses agricultores deveriam ser ou foram lideranças que representaram suas comunidades na formatação da rede. Outro aspecto considerado foi que eles deveriam pertencer a localidades diferentes. Assim, foram entrevistados agricultores de três comunidades, pertencentes ao município de Iconha, que historicamente estavam envolvidas no processo: Campinho, Córrego da Cecília e Morro da Palha. Foram entrevistados, no total, seis “agricultores (as)” – dois eram casais e participaram conjuntamente da entrevista.

O outro grupo consistia de profissionais e gestores da Prefeitura Municipal de Iconha e de extensionista do Incaper. Com este grupo, os objetivos foram verificar se a municipalidade e o Incaper estavam envolvidos na rede de comercialização e de que forma; entender o processo de comercialização no município de Iconha na atualidade; e conhecer a rede de parceiros e o papel que os agentes locais desempenhavam. Foram entrevistados três profissionais da prefeitura e um do Incaper.

Para enriquecer este estudo, foram feitas a leitura e a análise de relatórios, memórias e documentos, principalmente do Incaper e da APTA.

#### **1.4.4. O instrumento de coletas de dados: entrevista**

Gil (2002) entende a entrevista como uma técnica que envolve duas pessoas, na qual uma formula as questões e a outra responde. É característica da entrevista a relação “face a face”. Diante dos objetivos da pesquisa, a entrevista não seguiu um roteiro rígido, mas sim um previamente elaborado, orientando o pesquisador e permitindo flexibilidade nas perguntas. Para Triviños (1992), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos, fundados nas teorias e nas hipóteses, que em seguida oferecem um campo vasto de interrogações, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que o informante vai formulando as respostas.

Roteiros flexíveis foram utilizados e contribuíram para construir uma base para guiar a entrevista. Foram formulados três roteiros: o roteiro I para os extensionistas (Anexo A), o II (Anexo B) para os agricultores do município de Iconha, o III (Anexo C) para os profissionais da prefeitura e do Incaper.

As perguntas foram feitas de modo a permitir a abertura de um diálogo e a relação pesquisador/pesquisado, que primou pela liberdade de fala do entrevistado,

garantindo a espontaneidade do raciocínio e a explicitação da experiência do informante. O resultado positivo desse procedimento foi que vieram à tona temas que, a princípio, não tinham sido apreendidos pelo pesquisador, e que passaram a ser objeto de observação daquele momento em diante.

Para o diálogo com os profissionais da extensão, houve a preocupação de realizar as entrevistas nos locais e no horário de trabalho, entendendo-se, com isto, que não se estaria ocupando o espaço que o profissional teria para fazer outras atividades fora do seu trabalho. Dos 44 casos, apenas três entrevistas foram feitas na casa dos entrevistados, a convite deles. Outras três foram realizadas fora do escritório local, embora em horário regular de trabalho. As entrevistas foram feitas no período da colheita do café, quando não havia agricultores no escritório, portanto a demanda de serviço para o agente de extensão era menor.

#### **1.4.4.1. Roteiro de entrevista**

O roteiro I de entrevistas foi dividido em duas partes. A primeira propiciou caracterizar os participantes. Deve-se ressaltar aqui que todas as questões, numeradas de 1 a 6, foram feitas a todos os participantes. A segunda parte permitiu compreender a ação do profissional e sua reflexão sobre determinados temas. Somente as questões 7, 8, 9 e a 13 foram perguntadas a todos os entrevistados, já as questões 10, 11, 12, 14 e 15 foram conversas mais espontâneas, com o objetivo de perceber determinados conceitos e a realidade em que o entrevistado operava. Portanto, elas não foram totalmente dirigidas, mas sim realizadas se houvesse abertura para elas. A questão 7 era a pivô do roteiro, aquela que possibilitava a abertura para as questões de 8 a 15, inclusive orientou o pesquisador a decidir quais perguntas deveriam ser formuladas ou não.

Em todos os três roteiros seguiu-se uma mesma orientação, ou seja, as perguntas eram formuladas, ou não, conforme as respostas dos entrevistados. Portanto, o fato de o entrevistado não conseguir responder a determinadas questões, ou se ele demonstrava impaciência, se dava respostas muito curtas, se ao responder as questões sinalizasse desconhecer alguns temas, era indicativo de que nem todas as questões deveriam ser formuladas.

Buscou-se, por meio do roteiro de entrevista, verificar a existência de diferentes perfis ou abordagens por parte dos extensionistas, dentro da organização. Deste modo, a percepção subjetiva do pesquisador sobre o entrevistado já sinalizava quais questões

poderiam ser aprofundadas ou não, e mesmo se deveriam ser elaboradas ou não. Os entrevistados nos quais fossem verificadas ações de articulação política no município ou na região, que eram sintonizados com as questões da sede ou, ao contrário, que eram focados em uma ação exclusivamente produtiva já apontavam características que direcionavam a determinadas questões. Essa percepção se estabelecia a partir das perguntas de 1 a 7, principalmente a questão 7. Esta contribuía para abrir o diálogo e delinear alguns atributos do entrevistado. O outro aspecto relevante a ser considerado é que o pesquisador, por ser do quadro organizacional, já conhecia parte dos profissionais entrevistados. Este conhecimento prévio foi importante para auxiliar na percepção de algumas características dos entrevistados. Evidentemente este conhecimento era um ponto de partida, confirmado ou refutado pelas respostas dos informantes.

No caso analisado no município de Iconha, optou-se então por fazer dois roteiros, um para o grupo de agricultores e outro para os profissionais da prefeitura e do Incaper.

O roteiro II, destinado aos agricultores, foi dividido em quatro partes. Na primeira, para identificar o entrevistado, constavam o nome e a comunidade onde moravam. Na segunda, numerada de 1 a 4, mapeava-se a associação, principalmente a sua história e seus entraves. Na terceira, numerada de 5 a 7, verificavam-se as atividades de comercialização. Na quarta parte, numerada de 8 a 12, focavam-se os parceiros que os agricultores entendiam como os mais importantes, o papel por eles desempenhado e o papel desempenhado pelo Incaper na trajetória da rede.

Na primeira parte do roteiro III, estabeleceu-se um cabeçalho, identificando o entrevistado (seu nome, sua profissão e o órgão onde trabalhava). Na segunda parte, de 1 a 2, constavam as informações sobre o projeto vigente de comercialização em que tanto a prefeitura quanto o Incaper estavam envolvidos. Na terceira parte, de 3 a 5, investigam-se os aspectos positivos e negativos do processo de comercialização. As demais questões tinham como objetivo identificar os parceiros e os mecanismos que estavam sendo desenvolvidos para agregá-los.

#### **1.4.5. Transcrição e análises de dados**

As entrevistas foram gravadas, mediante autorização e garantia de confidencialidade, transcritas, organizadas e classificadas a partir das questões do roteiro. As questões de 1 a 6 foram definidas como caracterização dos entrevistados. As demais

deram origem a seis temas: a) o planejamento institucional na visão dos extensionistas; b) a efetividade do planejamento e a ação extensionista; c) o planejamento e as abordagens da ação extensionista; d) a Ater, pesquisa e tecnologia; e) o agronegócio e a agricultura familiar; e f) a missão institucional do Incaper. Esses temas sistematizam os pontos relevantes observados nas entrevistas, estabelecendo um diálogo com as abordagens e os sujeitos da pesquisa e, eventualmente, com a análise de documentos.

Para relacionar os temas com as informações foram elaboradas planilhas, em cujas colunas havia o nome do entrevistado, identificado por número de 1 a 44. Procurou-se ainda manter os informantes organizados pelos CRDR, permitindo verificar se haveria aproximações ou não entre os conjuntos de entrevistados pertencentes a uma mesma regional. Nas linhas foram inseridas as informações obtidas em cada tema, cruzando entrevistados e suas falas. Desta forma, a partir do momento em que as entrevistas iam sendo transcritas, procurou-se abrir, em cada tema, uma linha de informação do entrevistado. Se na próxima transcrição as falas fossem semelhantes, marcava-se na linha já aberta, senão, abria-se nova linha.

A vantagem do sistema foi a possibilidade de, já nas transcrições das falas, verificar a proximidade com os objetivos descritos no projeto de pesquisa, ou o distanciamento dele. Esse sistema permitiu, ainda, definir temas que não foram identificados quando da elaboração do projeto de pesquisa, mas que foram percebidos durante as entrevistas e que na transcrição e sistematização dos dados foram maturados. Para exemplificar: um tema recorrente entre os extensionistas e que não estava no projeto de pesquisa, nem no roteiro de entrevistas, mas que foi percebido ao longo do trabalho de campo, foi ‘a diversidade e a pluralidade de ações que o extensionista realiza durante o ano, dificultando um planejamento sistemático’. Devido a essa percepção, esse tema passou a ser mais observado nas entrevistas.

Nesse mesmo âmbito, a imediata transcrição, seguida de sistematização, permitiu a efervescência das ideias, aumentando a sensibilidade do pesquisador para o que se apresentava de novo, além do que delineava o projeto de pesquisa. De forma negativa, isso acarretou certa morosidade nas transcrições das entrevistas.

No estudo de caso realizado em Iconha o processo foi semelhante, porém as análises não foram expostas em forma de tema. Os resultados foram discutidos no Capítulo 5, sendo apresentados em trechos de falas mesclados a teorias e análises.

## CAPÍTULO 1

### DO PASSADO DA ACARES AO PRESENTE DO INCAPER

A história da Ater no Espírito Santo e o seu processo de transformação, ao longo dos tempos, comportam-se de maneira muito semelhante ao que ocorreu no Brasil e nos demais estados da federação. Ela teve como elementos marcantes o advento da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em 1948, e da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956; esta última agregou as afiliadas e orientou suas ações, inclusive no Espírito Santo.

Para melhor compreender a Ater no contexto capixaba, sua trajetória foi dividida em três momentos, embora todo o processo tenha ocorrido de forma muito dinâmica, guiado principalmente por projetos de desenvolvimento no Brasil. Esses momentos<sup>4</sup> foram marcados por novas orientações em suas ações, que conduziram alterações significativas, inclusive na denominação da instituição de extensão, passando da ACARES para EMATER-ES, depois para Emcaper e, por último, para Incaper. Entretanto, antes de delinear essa história é importante fazer um panorama do Espírito Santo, para compreender o cenário rural da atualidade em que a Ater atua, tanto em termos da agricultura como de seus atores principais, os agricultores.

#### 1.1. Uma rápida contextualização socioeconômica das áreas rurais do Espírito Santo

O Espírito Santo possui 78 municípios e uma população de 3.514.952 habitantes, em uma área aproximada de 46 mil km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Segundo o Censo Demográfico, em torno de 83% da população está na área urbana e 17% na área rural. De acordo com os dados obtidos, 42% da população reside em quatro municípios da grande Vitória. Nas décadas de 1970 e 1980 a população urbana era em torno de 45 e 64,19%, respectivamente, e a da área rural de 54 e 35%, respectivamente. O aumento crescente da população urbana, no Espírito Santo, começou no período de 1970 a 1980.

---

<sup>4</sup> Diesel *et al.* (2006) denominam esses momentos de “crises amplas”, porque promovem significativas mudanças de orientações nas políticas públicas, gerando nas instituições alterações a médio e longo prazo e reorientando a ação extensionista.

O Produto Interno Bruto *per capita* do estado, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2011), foi de R\$ 19.145,17, o sexto colocado no *ranking* nacional em 2009. Segundo esse instituto, as contribuições da Região Sudeste para o PIB brasileiro, em 2009, foram: São Paulo (33,47%), Rio de Janeiro (10,92%), Minas Gerais (8,86%) e Espírito Santo (2,06%). A análise setorial para o Espírito Santo, nesse mesmo ano, destaca que o setor primário (agricultura e pesca) contribuiu com 6,78%, o setor secundário (atividades industriais) com 29,77% e o terciário (comércio e serviço) com 63,47%.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, dos 84.356 estabelecimentos agropecuários capixabas, 67.403 pertencem à categoria agricultura familiar<sup>5</sup> (IBGE, 2006), o que representa 79,9% do total; na Região Sudeste está acima de Minas Gerais (79,30%), Rio de Janeiro (75,48%) e São Paulo (66,35%).

Quanto ao total de área de todos os estabelecimentos (2.838.178 ha), a agricultura familiar ocupa 966.797 ha, ou em torno de 34% do total de terras, enquanto a agricultura não familiar<sup>6</sup> ocupa 66% das terras, embora represente apenas 20% dos estabelecimentos agropecuários. Os índices de ocupação de terras dos estabelecimentos da agricultura familiar nos demais estados da Região Sudeste são menores: em Minas Gerais é de 27,10%, no Rio de Janeiro de 22,95% e em São Paulo de 15,01%.

Entre as culturas perenes<sup>7</sup>, numa média estabelecida entre 2006 e 2009, o café é a que prevalece em todas as regiões<sup>8</sup> do Espírito Santo, ocupando aproximadamente 85% da área cultivada do estado.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 para o Estado do Espírito Santo, a cultura do café está presente tanto no sistema da agricultura familiar quanto da não familiar, porém os maiores valores de áreas colhidas<sup>9</sup>, de produção e de quantidade produzida pertencem à agricultura familiar. O café está ligado à história do estado, tendo sido o facilitador da ocupação e colonização do solo tanto na região sul, pelos

---

<sup>5</sup> A Lei nº 11.326 considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, que atenda aos requisitos de não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra familiar; tem renda familiar predominantemente originária das atividades do próprio estabelecimento; e dirija seu estabelecimento com a família. A lei entende como agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2006).

<sup>6</sup> O termo agricultura não familiar é utilizado pelo IBGE para denominar todos os demais tipos de agricultura que não se enquadram na Lei 11.316.

<sup>7</sup> Dados obtidos pelo Sidra, por meio das análises das Tabelas 1612 e 1613.

<sup>8</sup> O IBGE divide o Espírito Santo em quatro mesorregiões: Noroeste Espírito-santense, Litoral Norte Espírito-santense, Central Espírito-santense, Sul Espírito-santense.

<sup>9</sup> Dados obtidos pelo Sidra, por meio das análises da Tabela 949.

grandes proprietários, como na região central, pelos imigrantes europeus (BERGAMIM, 2004). Posteriormente, já no século XX, a abertura de uma nova fronteira pelo Rio Doce reacendeu a colonização do norte capixaba e a cultura do café tornou-se um dos sustentos econômicos dessa nova leva de colonizadores. O café, como mercadoria principal, definiu os núcleos urbanos e as hierarquias desses núcleos, bem como a infraestrutura de transporte para dar vazão a esse comércio; foi o advento do café que propiciou a formação das estradas no Espírito Santo (BUFFON, 1992).

A segunda cultura com maior área ocupada é o cacau (3,5%), em terceiro lugar vem a cultura da banana (3,4%) e em seguida vem, nesta ordem, o coco (1,9%), o mamão (1,4%), o maracujá (0,4%) e a pimenta-do-reino (0,3%). Já em termos de culturas perenes, a cana, para produção de álcool e açúcar, ocupa praticamente 49% da área, para média de 2006 a 2009, em seguida vem o milho (24%), o feijão (14%) e a mandioca (10%). O milho, o feijão e a mandioca, em termos de maiores valores de áreas colhidas, de produção e de quantidade produzida, pertencem à agricultura familiar.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), o Espírito Santo está em 11<sup>o</sup> lugar no *ranking* nacional de cobertura de orientação técnica<sup>10</sup>, com 25,88% de cobertura. Na Região Sudeste está atrás de São Paulo (44,58%) e do Rio de Janeiro (29,89%) e na frente de Minas Gerais (25,79%).

Já em termos da orientação técnica pública, considerada pelo IBGE como federal, estadual, municipal, o Espírito Santo fica em nono lugar, com 13,94% de cobertura; em termos da Região Sudeste mantém-se atrás do Rio de Janeiro (16,13%) e de São Paulo (15,22%) e na frente de Minas Gerais (11,45%), que apresenta o menor índice.

Considerando que o Incaper define em sua missão a agricultura familiar como público prioritário, e que em termos relativos na Região Sudeste o Espírito Santo apresenta-se como detentor do maior número de estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar, a orientação técnica, tanto pública quanto privada, está abaixo do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em números, isso significa que dos 84.356 estabelecimentos agropecuários no Estado do Espírito Santo, 21.832, que equivalente a aproximadamente 25% do total, afirmam ter recebido algum tipo de orientação técnica e os outros 62.524, em torno de

---

<sup>10</sup> Este termo é usado pelo IBGE como a assistência prestada ao estabelecimento agropecuário com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários, por meio de profissionais habilitados, como engenheiros-agrônomo, engenheiros florestais, veterinários, zootecnistas, engenheiros agrícolas, biólogos, técnicos agrícolas, tecnólogos de alimentos e, ou, economistas domésticos.

75%, afirmam não ter recebido qualquer tipo de orientação técnica, nem pública e nem privada. Portanto, pelos números informados pelo Censo Agropecuário de 2006, há um enorme contingente de propriedades que nem o setor privado nem o público têm respondido.

Portanto, introduz-se a discussão da extensão rural no Espírito Santo, focando o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). A insuficiência de profissionais foi observada nas visitas aos escritórios locais, em conversas com os profissionais da extensão rural. O contingente de profissionais para atender a esse expressivo número de propriedades pode ser uma consequência do processo de urbanização e da concentração dessa população nos grandes centros urbanos. Logo, há tendência de canalização das políticas públicas e das ações governamentais, que priorizam as áreas onde se concentra a maioria da população, conseqüentemente as áreas rurais passam a ser menos relevantes e o próprio serviço de Ater reflete essas prioridades.

A conjuntura descrita anteriormente, acrescentando-se ainda a falta de mão de obra nos estabelecimentos rurais, tende, em princípio, a contribuir para estabelecer uma ação extensionista que possa solucionar as deficiências tanto do número de profissionais para orientar os agricultores quanto da mão de obra nas propriedades rurais, como também a ausência de políticas públicas que possam traçar um plano de desenvolvimento para as áreas rurais. Logo, é possível entender que nesse ambiente rural a Ater priorize o aumento de produtividade com uso de tecnologias que possam maximizar a mão de obra, aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida da população. Embora esse seja o pensamento hegemônico no Incaper, a história desta organização mostra que ele não é uma verdade absoluta, existem outras formas de pensar, procurando amparar-se em outros paradigmas de desenvolvimento e de conhecimento como suporte a uma proposta de ação extensionista. Portanto, vamos retratar o histórico institucional da Ater pública estatal para compreendermos essas diferenças.

## **1.2. Primeiro a ACARES (1956 – 1975)**

A extensão rural capixaba foi oficialmente criada em 1956, com a denominação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES). A ACARES era uma afiliada da ABCAR, que representava, em nível federal, o conjunto de unidades estaduais. A ABCAR procurava integrar os serviços de extensão rural no

Brasil, juntamente com as afiliadas no Sistema Brasileiro de Extensão Rural, na qual a ABCAR tinha o papel de controlar as unidades estaduais. Este controle era feito por meio dos planos plurianuais, realizados em nível nacional, estadual e local, que permitiam a uniformização e a globalização, além da compatibilização dos planos com as políticas governamentais para o desenvolvimento rural (ABCAR, 1968).

Assim sendo, a ACARES seguia a orientação definida pelo plano nacional e tinha como objetivo declarado “[...] contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural do Estado do Espírito Santo” (ACARES, 1972, p. 2). Para alcançar esse “desenvolvimento”, foi delineado um conjunto de atividades que se amparava, de acordo com os termos expressos no documento analisado, em cinco “pilares” importantes: “organização institucional”, “organização comunitária”, “bem-estar social”, “tecnologia agropecuária” e “crédito rural”. Nos termos oficiais, o discurso previa que:

Art. 2º – Para consecução de sua finalidade, a ACARES executará atividades de organização institucional e comunitária para o desenvolvimento, organização comunitária e melhoria do bem-estar social, modernização da tecnologia agropecuária e crédito rural (ACARES, 1972, p. 2).

Os meios para atingir a sua finalidade passariam, de acordo com o discurso oficial, pelo “(...) uso racional de metodologias educativas, de ferramentas e meios apropriados, a fim de atingir eficientemente à massa de rurícolas” (ACARES, 1972, p. 2). Evidencia-se, portanto, a importância da instrumentalização, pela ação extensionista, das práticas educativas que deveriam possibilitar o alcance dos objetivos institucionais de intervenção junto à “massa de rurícolas”.

A atividade era executada por um agrônomo e uma profissional da área de economia doméstica. O primeiro era voltado para a área da produção, da geração de renda e da dimensão econômica, e a segunda voltada para o lar e o bem-estar da família, a dimensão social.

Desde sua origem até o início da década de 1970, a ACARES se empenhou em processos de mobilizações sociais do tipo organização de cooperativa de café, de avicul-

tura, clubes 4-S<sup>11</sup> (saúde, saber, sentir, servir) e formação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento<sup>12</sup> (INCAPER, 2006c). A outra vertente era voltada ao trabalho educativo nas áreas da saúde, alimentação, melhoramento do lar e juventude rural, campanhas para construção de fossas sépticas, prevenção de verminose e orientação à economia doméstica, principalmente no aproveitamento das colheitas para as famílias e a comunidade (INCAPER, 2006c).

O trabalho educativo era estruturado a partir “do escolanovismo”, com traços da pedagogia tradicional, que apesar de ter prevalecido até o final do século XIX não teve suas concepções excluídas da “pedagogia nova” (SAVIANI, 2008, p. 82). Este autor a caracterizava por centralidade da instrução e no professor, com papel de transmitir conhecimento, cabendo aos alunos assimilar os conteúdos transmitidos. Por outro lado, na Escola Nova a prática determina a teoria, alterando o trabalho pedagógico da compreensão intelectual para atividade prática (SAVIANI, 2008, p. 83). Aplicada à realidade da extensão rural e do agricultor, há a negação do saber das populações rurais. O conhecimento é aquele validado pela ciência, que o pesquisador e o técnico detêm, e é transmitido via estratégias da educação não formal. Na concepção da teoria “escolanovista”, a escola se integrava às condições e à realidade local, com características regionais (MAIA, 1982, *apud* FONSECA, 1985, p. 55).

O crédito nesse período, definido no regimento interno da ACARES, era para aplicação em atividades de “natureza educativa” e o papel do extensionista era o de controlar e acompanhar as aplicações com vistas à adoção de tecnologia (ACARES, 1972). O crédito iniciou em 1960, de forma pioneira no País, como Crédito Rural Orientado para incremento de produtividade na lavoura de café (INCAPER, 2006c). Portanto, o crédito era um elemento importante e de “poder” da ação extensionista, e a sua “natureza educativa” se restringiu à utilização como instrumento educacional para difusão e adoção de tecnologias.

---

<sup>11</sup> Os Clubes 4-S (saúde, saber, sentir, servir) eram clubes agrícolas destinados à juventude, organizados com o objetivo de mudar a “mentalidade” rural, promovendo mudanças de hábitos e de tecnologia (SILVA, 2001). Entendia-se que o jovem tinha potencial transformador, com maior capacidade de aprender e de intervir para promover as necessárias mudanças no cenário rural brasileiro. Logo, esses “clubes” atuavam de forma complementar às escolas rurais, como parte do projeto de educação não formal da Extensão Rural. Os Clubes 4-S promoviam atividades sociais palestras, excursões, exposições, festas e atividades práticas agrícolas e de economia domésticas (SILVA, 2001).

<sup>12</sup> Esses conselhos se originaram dos “Comitês Municipais de Extensão Rural”. O primeiro foi criado em 1964, no município de Colatina, e tinha como papel colaborar com a extensão rural na execução dos planos de trabalhos; os conselhos municipais cumpriam papel mais amplo, entre eles o de tomar decisões para solucionar problemas municipais (INCAPER, 2006c, p. 38).

A difusão de tecnologia, como propagado no seu estatuto, contribuiu para a ampliação do café Conilon em regiões baixas no norte do Estado e para o aumento da produção do milho, etc. (INCAPER, 2006c). A partir de 1973, com a criação da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), a extensão rural passou a ter um papel mais significativo na difusão tecnológica. Souza (1987) afirma que de 1950 a 1960 a agropecuária no Brasil estava ainda dependente das condições naturais do solo e da força de trabalho rural. Segundo o autor, havia vários institutos e escolas de pesquisa no Brasil, mas o acréscimo de conhecimento aportado pela ciência e tecnologia ainda era muito escasso, com poucos recursos destinados à pesquisa agropecuária, e o aumento de produção ocorria via expansão da fronteira agrícola. Infere-se que essa era uma realidade presente no estado, por isso a “difusão tecnológica”, integrada à ação extensionista, passou a ser mais significativa nas décadas posteriores, com o advento da Emcapa, em 1973, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1972.

Em síntese, a ação extensionista na ACARES orientou-se pelo desenvolvimento calcado na teoria da modernização, cuja maior característica é a transformação de uma sociedade tradicional e atrasada em uma sociedade moderna (FONSECA, 1985). O público era o pequeno produtor rural com ênfase na família, especialmente os jovens e as mulheres. A educação não formal era o mecanismo para induzir mudanças comportamentais e culturais, introduzindo valores “modernos e urbanos” nas famílias, nos jovens, nas mulheres e nas lideranças rurais. Como orientação científica, a ação extensionista “norteou-se” pela transferência e difusão de tecnologia, tendo como pressuposto que o que é científico é inquestionável, com forte ênfase no café como produto de exportação e no crédito como instrumento no financiamento das novas tecnologias.

### **1.3. Depois a Emater-ES (1975 – 1999)**

O período da Emater-ES foi influenciado por aspectos importantes do cenário nacional, primeiramente delineando sua ação pelo governo autoritário e, em seguida, pela democratização do País, cuja mediação se deu pela abertura política. Sendo este um processo dinâmico, a estrutura organizacional foi, ao longo do tempo, formatando-se, condicionada por distintas forças<sup>13</sup> que faziam parte do cenário de atuação da EMA-

---

<sup>13</sup> Estas forças eram capitaneadas pelos projetos políticos que os governos federal e estadual tinham como proposta de desenvolvimento para o meio rural. Contrapondo-se havia os projetos para o meio rural de

TER-ES, bem como daquelas internas, oriundas do seu quadro funcional. As mudanças no cenário nacional, associadas às diferentes forças internas e externas da instituição, vão, ao longo da história, dando abertura para elaborar distintos perfis de agentes de extensão rural, que passam a operar dentro de determinados limites que constituem as abordagens da ação extensionista.

Para uma análise mais didática, serão utilizados os termos mencionados por Rodrigues (1997), que relaciona três fases da extensão rural: “Humanismo Assistencialista” (1948 – 1963), “Difusionismo Produtivista” (1964 – 1979) e “Humanismo Crítico” (1980 – 1989). Neste trabalho foram utilizados os termos, desprezando-se os tempos definidos pelo autor, uma vez que ele trabalhava em uma perspectiva nacional. Considerando que cada unidade da federação constituía uma célula que continha sua própria organicidade, entende-se que a Ater no Espírito Santo tinha o seu tempo e seu ritmo na realização das mudanças que faziam parte do contexto nacional. Logo, para o ritmo deste trabalho serão apropriados os termos “Difusionismo Produtivista” e “Humanismo Crítico” para compreender a atuação da EMATER-ES.

### **1.3.1. Emater-ES – Difusionismo produtivista (1975 – 1985)**

Este período foi marcado pelo regime autoritário e pela forte presença do Estado na economia. Já no final dos anos de 1980 iniciou-se o processo de mudanças gradativas para a democracia. Havia naquele instante um conteúdo ideológico da modernidade apreendido na agricultura que encerrava quatro elementos orientadores da extensão rural: a) a noção de crescimento, que procurava dar fim à estagnação e ao atraso; b) a noção de abertura técnica, econômica e cultura, implicando o fim da autonomia; c) a noção de especialização da produção, tanto a montante da cadeia produtiva quanto a jusante; e d) o surgimento de um agricultor mais individualista e competitivo, questionando a mentalidade tradicional (ALMEIDA, 1997). A “Revolução Verde”, que começou na década de 1960, trazia em um “pacote tecnológico” as qualidades da modernidade: uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas, mecanização e irrigação como formas de viabilizar o aumento da produtividade. No bojo desse processo e como estratégias de intervenção, ocorreu a dissolução da ABCAR e sua substituição pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), criada em 1975. A criação da Em-

---

instituições e movimentos que emergiam no Espírito Santo, oriundos, principalmente, da ação da Igreja Católica e de Confissão Luterana.

brater já implicava a reorientação institucional a partir das novas políticas para o desenvolvimento agrícola, com maior intervenção do Estado na extensão rural. A Embrater (1975), por sua vez, tinha em seu conjunto de princípios o papel de controle e avaliação de suas afiliadas na execução das políticas de desenvolvimento agrícola a serem implementadas naquele momento. Os pressupostos para as mudanças ABCAR/Embrater eram baseados em um diagnóstico que apontava uma contradição operativa expressa na exclusividade da ação extensionista, no que tange ao aumento de produção e produtividade, trabalhando somente para pequenos agricultores. Por esse diagnóstico, ainda que houvesse melhoria na produção e nas condições de vida das famílias atendidas, os impactos globais das ações e nas condições de vida da população rural como um todo, causados pela elevação do índice de produção e produtividade, eram inexpressivos. Por fim, avaliações realizadas em 1971, pela ABCAR, apontavam a estagnação do índice de introdução de tecnologia nas propriedades após certo tempo da ação da extensão, fruto da inexistência de informação tecnológica, e o nível insuficiente dos conhecimentos tecnológicos por parte dos extensionistas. Esses estudos orientaram as mudanças da ABCAR para Embrater, na definição das suas estratégias, bem como em um novo reposicionamento da função do extensionista (EMBRATER, 1975).

Esse quadro permite imaginar uma matriz por onde passaram as mudanças da extensão rural pública no cenário capixaba, no período analisado. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo (Emater-ES) substituiu a ACARES em 1975, já se subordinando em métodos e normas à Embrater. A EMATER-ES, como afiliada à Embrater, alterou seu rumo para um enfoque mais intensivo na difusão do uso ou da incorporação da tecnologia para mudança dos sistemas produtivos. A Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), fundada em 1973, preencheu o espaço ausente de pesquisa estadual. Esta veio com a finalidade de gerar, adaptar e difundir conhecimentos científicos, principalmente via extensão rural. O advento da Emcapa facilitou o desenvolvimento de pesquisas de variedades e cultivos com características capixabas. O café foi o cultivo mais evidente, principalmente o Conilon, mas também fez parte desse conjunto o abacaxi, o mamão, o milho e o feijão. Desta forma, com a presença da empresa de pesquisa fechou-se a relação unidirecional, vertical, do processo de transferência de conhecimento e tecnologia da Emcapa para EMATER-ES e, finalmente, o para produtor rural.

Os objetivos da EMATER-ES revelavam mudanças nas concepções que informavam as finalidades do desenvolvimento da sociedade e, em particular, a função da

agricultura nesse processo. Implicava, naquele instante, a adesão ao modelo de difusão de conhecimentos e tecnologias para aumento de produtividade. O discurso oficial corrobora esta afirmação:

II – Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agrícolas e melhoria das condições de vida no meio rural... (EMATER-ES, 1980, p. 3).

Para executar esses objetivos estabeleceu-se um conjunto de diretrizes com vistas à transferência de tecnologia, entre elas: promover a inter-relação entre pesquisa e produtores para identificar as “necessidades destes” dentro do contexto tecnológico; o crédito era utilizado como ferramenta para transferir tecnologia; e o aperfeiçoamento pessoal com ênfase em processos de transferências de tecnologias (EMATER-ES, 1980).

Como educação não formal a extensão tinha como fundamento a teoria do capital humano (QUEDA, 1987, p. 108). A teoria do capital humano, desenvolvida na década de 1960, entende que a educação é um “bem de produção fundamental” para o desenvolvimento econômico, e dela emergiu uma concepção pedagógica produtivista (SAVIANI, 2008, p. 110). Pela sua lógica, a escola deve preparar as pessoas para o mercado de trabalho. Posteriormente ela foi alterada e a educação passou a ter o papel de investimento em capital humano, preparando o indivíduo para “competir” no mercado de trabalho (SAVIANI, 2008, p. 113). Neste sentido, a ação extensionista proporcionava o aumento de produção e produtividade mediada por reuniões, visitas, demonstrações técnicas, treinamentos e ações administrativas. O treinamento é uma “ação passiva” de repetição para levar ou trazer alguém de onde se quer (HYPOLITTO, 2000). Para a autora, implica uma ação mecânica com o objetivo de atingir um problema específico, geralmente de produção. Cavallet (1999) entende que o treinamento irá resultar no condicionamento, em vez de ampliar a consciência crítica do sujeito.

Assim, esse contexto histórico contribuiu para conceber a ideia da *Abordagem Convencional*, que pode ser sintetizada por uma ação extensionista que se orientou pela teoria da modernização e do crescimento econômico. Essa abordagem empenhava-se no aumento da produção e da produtividade dos produtos de exportação e na modernização da agricultura. A agricultura desempenhava um conjunto de papéis, entre eles: suprir com alimentos baratos o crescimento populacional urbano-industrial e com matérias-primas para exportação; e fornecer mão de obra para “os grandes projetos” industri-

ais que se instalaram no Espírito Santo a partir da década de 1960 e 1970, favorecendo a migração para os centros urbanos.

O fator humano foi considerado secundário. O crédito orientado era um dos mecanismos para financiar o “pacote tecnológico”. O público prioritário era aquele capaz de assimilar e consumir esse pacote tecnológico. Nesta abordagem, a educação como estratégia da ação extensionista centrou-se na pedagogia produtivista, que nas áreas rurais se traduziu em treinamento dos agricultores para utilização das novas tecnologias, essenciais para o desenvolvimento e a modernização agrícola. A orientação científica que inspirou a ação extensionista é a Transferência de Tecnologia (ToT). Dentre suas várias características as mais marcantes são a falta de interação do pesquisador com o agricultor e a simplificação do sistema de produção, ou seja, a ênfase é nas culturas agrícolas e no aumento de produtividade.

Rodrigues (1997) revela que em 1980 iniciou-se no Brasil uma crise que se estendeu por esta década, colocando em discussão o modelo produtivista adotado pelo sistema de extensão rural e as orientações da Embrater, e, ao mesmo tempo, uma nova orientação para o sistema da extensão. Essa nova orientação, cujo cenário era de abertura política, com o fim da ditadura e a democratização política do Brasil, período conhecido como “Nova República”, tinha como pressupostos as críticas que surgiam ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Sibrater). O período denominado humanismo crítico surge dessas circunstâncias, mas também catalisado pelo presidente da Embrater, Romeu Padilha, na construção de uma nova extensão rural e pelas propostas de educação de Paulo Freire.

### **1.3.2. Emater-ES – Humanismo crítico (1985 – 1999)<sup>14</sup>**

Para Rodrigues (1997), o período denominado de humanismo crítico, que deveria prevalecer na Nova República, foi apenas um esboço, porque a reorientação na estratégia da política agrícola voltada para as “supersafras” foi a tônica desse período, desconsiderando os “compromissos sociais” que o Sibrater propunha para a extensão rural. O autor caracteriza assim esse momento:

---

<sup>14</sup> Em 1996, a Emater-ES incorporou parte da Empresa Espírito-santense de Pecuária (EMESPE) (INCAPER. 2006c). No entanto, o documento histórico comemorativo dos 50 anos do Incaper não faz referência expressiva a essa incorporação. Logo, entende-se, para efeito deste trabalho, que ela não alterou de forma significativa os rumos da Emater, ES.

A principal característica do humanismo crítico é a promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, é sujeito de suas ações como cidadão, problematiza a sua realidade e decide. O extensionista, não mais um “agente de mudança” manipulador, é o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico horizontal, democrático, portanto. O progresso tecnológico é também um dos seus objetivos, mas não se cogita da intervenção impositiva para a adoção de pacotes tecnológicos. Tenta-se viabilizar o progresso técnico e o aperfeiçoamento gerencial das minorias que historicamente tinham sido marginalizadas desse processo (RODRIGUES, 1997, p. 127).

No Espírito Santo, a EMATER-ES segue as orientações da Embrater. Em 1985 foi realizado um seminário interno, com 23 participantes do escritório central e um moderador, cujo tema foi a educação em extensão rural. O seminário tinha dois objetivos:

[...] 2.1 Criar oportunidades de os técnicos do Escritório Central analisarem os conceitos recentemente incorporados à ação educacional junto a adultos.

2.2 Preparar o grupo do Escritório Central para um seminário a realizar-se com a participação dos técnicos da Embrater (EMATER-ES, 1985, p. 6).

A iniciativa do evento e a metodologia utilizada, por si só, já sinalizavam mudanças institucionais. O documento confirma, por meio das percepções dos seus participantes, as necessárias adaptações da instituição:

[...] 1 A Extensão Rural tem se adaptado, voluntariamente ou por pressão externas, às solicitações de cada momento histórico do País. Atualmente tenta se ajustar de forma consciente à realidade política nacional de 1985 (EMATER-ES, 1985, p. 6).

Revela ainda a cultura da empresa:

2 A EMATER-ES reflete a cultura autoritária brasileira (tanto familiar como institucional). Seu sistema de programação, acompanhamento, controle, avaliação, supervisão e administração, tem denotado isto. São evidências do autoritarismo (EMATER-ES, 1985, p. 6).

Por outro lado, o documento aponta a existência de pressões externas, ou seja, a conjuntura política e o sistema de extensão rural, e de ações da própria instituição no sentido de reconfigurar para a realidade que se descortinava com a abertura política. Entretanto, esse voluntarismo é também originário das tensões internas que disputavam modos de operar a ação extensionista, conforme revela o documento:

[...] a) Os extensionistas de todos os níveis não foram preparados para a ação participativa.

[...] b) Dificuldades de muitos em discernir entre as linhas chamadas “linhas produtivistas” e “linha educacional” (EMATER-ES, 1985, p. 6).

Nota-se a existência de percepções diferentes entre a linha “produtivista” e a “educacional” no grupo participante, bem como a dificuldade de operar dentro de uma perspectiva “participativa” exigida no novo cenário político que se delineava. “Essa participação”, reafirmada na consolidação da proposta do documento, bem demonstrava a preocupação dos participantes em orientar o trabalho pela necessidade dos produtores rurais:

[...] 2 Definir linhas de ação baseadas em interesses e aspirações dos produtores rurais.

3 Adaptar a sistemática de trabalho à ação participativa.

4 Adequar o comportamento funcional dos técnicos de todos os níveis à ação participativa [...] (EMATER-ES, 1985, p. 9).

As questões levantadas anteriormente são relevantes para entender essa fase do “Humanismo Crítico” da Emater-ES. Por outro lado, deve ser levado em conta que o modo de operar do profissional foi construído ao longo dos anos de atuação, configurando-lhe uma identidade. Giddens (2005, p. 568) entende a identidade como “características distintivas do caráter de um indivíduo ou de um grupo relacionadas a quem eles são e ao que é significativo para eles”. Para ele, o sentido da identidade vai se dando na socialização, que é também responsável pela individualidade, liberdade, capacidade para pensar e pela ação independente. É na socialização que também se estabelece uma identidade social do extensionista, dada pelo público direto da sua ação, os grupos de apoio, as instituições e as autoridades que lhe conferem determinadas características e atributos.

Embora a Emater-ES iniciasse procedimentos internos de reorientação da sua ação, não se pode deixar de considerar uma identidade já estabelecida, presente, que se tornou um *habitus*, configurando uma abordagem que *conservou* a tradição teórico-metodológica de fazer extensão rural. Essa abordagem atendia e atende aos anseios de

determinadas clientela<sup>15</sup> e políticas de desenvolvimento vigentes naquela época e que se perpetuam até hoje.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreram os processos de abertura política e democratização do País, o que permitiu maior organização dos trabalhadores rurais, a consolidação de movimentos sociais e sindicais que se faziam presentes também no Espírito Santo. No cenário capixaba, as atividades ligadas à Igreja Católica e à Confissão Luterana foram importantes na reconfiguração da pesquisa e da Ater, que vai ocorrer no final da década de 1990 e a partir de 2000. As ações dessas Igrejas favoreceram a organização dos agricultores, a estruturação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), a formação de uma rede de atores sociais, que passaram a defender o enfoque da agricultura alternativa<sup>16</sup> (AA), bem como o recrudescimento dos movimentos populares.

São essas organizações, movimentos sociais, escolas de pedagogias diferenciadas, profissionais liberais, estudantes e técnicos de prefeituras, apoiados por organizações não governamentais, que vão dar concretude a uma rede de agricultura alternativa. Essa rede era capitaneada pelo Projeto em Tecnologias Alternativas (PTA/FASE). Posteriormente esse projeto desvinculou-se da FASE, passando a se chamar Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA). A rede é um espaço de crítica e de posição contrária ao modelo de extensão adotado pela Emater-ES, bem como um referencial teórico-metodológico em práticas alternativas.

Esse cenário foi importante no fortalecimento de associações de agricultores e na orquestração de métodos e dinâmicas que iriam, na década de 1990, contribuir para a abertura de espaços de ação alternativa junto ao governo estadual e na própria Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa). Outro aspecto importante foi a formação de quadros técnicos e lideranças que posteriormente ocupariam espaços estratégicos no governo estadual e no Incaper. Esses fatores, a partir de 2000, contribuiram para a transição e a consolidação de uma ação extensionista e pesquisa orientadas por outras concepções de desenvolvimento e de conhecimento científico.

---

<sup>15</sup> Esse termo foi utilizado no Relatório: Seminário Interno – “educação em extensão rural”, fazendo referência ao trabalho de campo centralizado em clientela, o que parece indicar que havia um público específico muito bem atendido pelos profissionais.

<sup>16</sup> O movimento de agricultura alternativa surgiu no final dos anos de 1970, como forma de se contrapor ao modelo de produção vigente, baseado nos pacotes tecnológicos, equipamentos pesados e crédito. Preconizava uma agricultura de baixo impacto, sem agrotóxicos, baseada em princípios ecológicos e sociais. No Espírito Santo ganhou destaque no início dos anos de 1980, a partir dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) e com o surgimento do Projeto Tecnologias Alternativas da ONG FASE (SCHMIDT, 2004).

Embora não se tenha aprofundado nas análises de documentos que demonstrem mudanças na ação dos profissionais da Emater-ES, em relação às suas práticas profissional/agricultor no espaço dos municípios, identifica-se nos documentos institucionais a incorporação de valores que revelam novas concepções. Nos princípios filosóficos da organização podem ser observadas essas novas orientações (EMATER-ES, 1997, p. 6):

[...]

1 – Ação educacional, através de metodologias apropriadas.

2 – Ação participativa, onde o beneficiário da ação é o agente final de mudanças na solução de seus problemas.

3 – Ação sobre a realidade, onde extensionistas e beneficiários se integram para o conhecimento dos problemas reais dos produtores, pescadores, suas famílias e comunidade.

O documento revela o público prioritário: o pequeno produtor, o pescador e as famílias desse público. O outro fator identificado é a ampliação dos serviços para além do processo produtivo, destacando a retomada da questão da organização rural, o apoio aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), a inserção da preocupação com recursos naturais e com o meio ambiente, a diversificação agrícola e os temas ligados à saúde, à nutrição, à indústria caseira e ao artesanato (EMATER-ES, 1997).

Os anos de 1992 a 2003 foram marcados por tentativas de desmonte da EMATER-ES e da Emcapa pelo governo estadual, por intermédio da diminuição de recursos, que implicava demissões, atrasos salariais, não realização de concursos públicos e falta de estrutura para pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Este contexto foi desencadeado em 1990, quando o governo Collor extinguiu a Embrater e, no ano seguinte, o sistema das Ematers nos estados perdeu organicidade e articulação, e ocorreram fusões, extinções, mudanças de regimes e sucateamento (PEIXOTO, 2008). No Espírito Santo, a reação ao desmonte das empresas de pesquisa e extensão rural resultou na incorporação da Emcapa pela Emater-ES, com o objetivo de diminuir custos e viabilizar a manutenção dos serviços de pesquisa e Ater.

Em síntese, se na primeira fase da Emater-ES a ação extensionista estava inserida dentro de uma lógica de difusão de tecnologia, priorizando o aumento da produção e da produtividade, constata-se pelos documentos analisados que essa perspectiva muda na segunda fase. Essas mudanças contribuíram para a concepção da *Abordagem Humanista*. A segunda fase aponta a necessidade de uma ação extensionista que atuasse em vários âmbitos do espaço municipal, exigindo do profissional ampliação da ação de co-

nhecimento e desenvoltura na compreensão de dimensões sociais e ambientais, anteriormente desprezadas. Verifica-se também a preocupação com a participação, principalmente no que tange a orientar as demandas pela necessidade das famílias. Contudo, o extensionista se mantém como “fonte” e orientador das soluções.

Outro elemento percebido, que vai ao longo dos anos seguintes tomando uma dimensão cada vez maior e mais intensa, é a ação extensionista com alto grau de dispersão, chamada por Diesel *et al.* (2006) de ação fragmentada do extensionista.

#### **1.4. Da Emater-ES à Emcaper/INCAPER: uma nova instituição?**

Em 1999 ocorreu a incorporação da Emcapa pela Emater-ES, formando a Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper), cuja existência foi curta. Em 2000, a Emcaper foi transformada em uma autarquia estadual denominada Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), revelando, na missão oficial, mudanças significativas quanto ao modelo de desenvolvimento e à definição de seu público preferencial. “Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do Espírito Santo, com ações no âmbito da pesquisa, assistência técnica e extensão rural aos pescadores e agricultores de base familiar” (EMCAPER, 1999). Quanto à extensão rural é entendida oficialmente como:

[...] um processo educativo que dá visão, compreensão e ensina por que fazer, aumentando assim a capacidade dos agricultores e famílias rurais de aprender a aprender, o que significa estimular a criatividade e reforçar a criticidade. Portanto, não é apenas um processo para aumentar a habilidade e a competência de como fazer (EMCAPER, 1999, p. 5).

Nas diretrizes contidas no *site* institucional, verifica-se um conjunto de informações que confirmam a profunda mudança no discurso oficial, enfocando a participação da sociedade, a preocupação com a questão ambiental, a visão holística, o “desenvolvimento sustentável”, o “territorial”, a interdisciplinaridade, a atuação complementar com outras instituições, etc. (INCAPER, 2012a). Chama atenção a elaboração de um discurso sobre o aumento da criatividade e da criticidade, que poderia levar à emancipação, revelador de um foco político atribuído à ação extensionista, corroborado pelo destaque à participação dos agricultores como aqueles que criam seus próprios projetos, marcando uma diferença significativa em relação aos momentos históricos anteriores.

Essas mudanças ocorreram concomitantemente ao processo em curso no Brasil, e no espaço rural capixaba, desde a década de 1980, quando temas sobre questões ambientais, sustentabilidade, participação e agricultura “alternativa” começavam a ser colocados em pauta pela sociedade, cobrando ações governamentais.

Pode-se colocar nesse bojo o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater). Neste sentido, faz-se necessário abrir um espaço para apresentar o Proater, em face de sua importância no Incaper como um dos mecanismos que guiam as ações dos extensionistas.

O Proater é entendido pelo Incaper como um instrumento que orienta as ações da Ater junto aos agricultores familiares e suas organizações, respaldando-se, para tanto, em diagnósticos e planejamentos realizados de forma participativa. O documento, conforme vários Proater analisados, disponível na página da instituição na Internet, mostra-se muito importante internamente, pela forma como ele é entendido pela organização:

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. As ações de assistência técnica e extensão rural ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais é o grande mote e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo (INCAPER, 2011c, p. 2).

Realizado em todos os escritórios locais, o objetivo do Proater era planejar as ações da empresa, agregando, no processo de planejamento, as lideranças, comunidades rurais e organizações sociais por meio de sua participação na elaboração desse documento. Porém, naquela época, o mecanismo de planejamento tinha como maior objetivo facilitar os processos de transferência de tecnologia para os pequenos produtores, com o intuito de aumentar a produtividade. Por essa via imaginava-se melhorar, como consequência do aumento de produção e produtividade, a qualidade de vida na agricultura de pequena escala de produção, ou “pequena produção”, designação corrente na época (RODRIGUES; DALBOM, 2012?).

Esse documento, entre 2000 e 2003, sofreu uma interrupção e foi retomado a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG), ainda em 2003. Em 2005, com as orientações da Pnater sobre o uso das metodologias participativas nas ações da Ater, é que o Proater foi resgatado e sofreu uma reorientação de princípios (RODRIGUES; DALBOM, 2012?).

Atualmente, dentre os princípios do Proater destaca-se o de “gestão social e democrática”, que define como fundamental a participação do público prioritário, ou seja, aquele constante na missão do Incaper, que são os agricultores familiares – e suas instituições de apoio e representação política, associações, cooperativas, sindicatos dos trabalhadores rurais, organizações sociais e movimentos sociais. Essa participação é destacada em todas as fases: diagnóstico, planejamento, tomada de decisões, monitoramento e avaliação das atividades (RODRIGUES; DALBOM, 2012?).

Para efetivar a participação dos beneficiários na construção do Proater, o Incaper recomenda aos extensionistas a utilização de ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo<sup>17</sup> (DRP), dentre elas a matriz de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças<sup>18</sup> (FOFA), embora a equipe local possa aplicar outras técnicas complementares ou simplesmente substituir essa técnica de DRP por outra que julgar mais adequada. O objetivo é utilizar ferramentas que facilitem a participação do público envolvido pelas ações do Incaper. As estratégias de realização do planejamento participativo envolvem desde reuniões no escritório local (para definir pontos-chave) até a aplicação de ferramentas ou técnicas facilitadoras de participação com grupos de agricultores nas comunidades. Nesses encontros os problemas são identificados, buscando transformá-los em eixos de ações, definindo como estas poderiam ser executadas e de que forma.

Os problemas, as soluções e as ações propostas são sistematizados em um documento (versão inicial do Proater), cuja estrutura contém textos e tabelas que fornecem dados do município, além da proposta dos eixos de ações definidos coletivamente. Esse documento é apresentado aos poderes executivo e legislativo municipais, aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), como também a outros parceiros do ELDR. Esses parceiros e instituições contribuem com propostas e avalizam ou não sua participação nas ações definidas no documento. Ao mesmo tempo, o docu-

---

<sup>17</sup> O DRP é um método que agrega um conjunto de ferramentas e técnicas que permitem as comunidades se conhecerem e a criarem, a partir daí, mecanismo de planejamento e autogerenciamento de suas ações (VERDEJO, 2007). Para o autor, é possível que o uso dessas ferramentas resulte em estímulo e orientação aos processos participativos. Deste modo, as pessoas que participam compartilhariam conhecimento, se autoconheceriam e melhorariam suas habilidades de planejamento e ação.

<sup>18</sup> A FOFA é uma matriz que contribui, em processos coletivos, para identificar, analisar e visualizar a situação dos grupos e das comunidades (VERDEJO, 2007). É uma ferramenta do DRP que apresenta quadrantes denominados de: Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Estas variáveis são identificadas pelos participantes, que passam a oferecer elementos explicativos sobre cada uma delas. A identificação e a visualização desses quatro elementos permitiriam aos participantes encontrar os caminhos para solucionar determinados problemas locais. Percebe-se que há uma aposta bastante otimista na capacidade local de elaborar diagnósticos.

mento do Proater, ainda provisório, é enviado à sede do Incaper, para ser analisado e devolvido às regionais para correções ou adequações necessárias.

A discussão sobre o Proater remete às vertentes do Incaper, no qual o Proater simboliza as pretensões de mudanças e de reorientação da ação institucional. Tem-se outra concepção, orientadora das estratégias do Incaper, que traz no seu processo a ideia de mediação<sup>19</sup> instituída pela modernização agrícola, agora acionada pela linha política do agronegócio. Ela preconiza a crença nos mercados com *locus* privilegiado das relações e interações que possibilitam a realização de lucros, assim como a ciência e tecnologia com solucionadoras dos problemas da área rural. A frase de uma instituição parceira do Incaper demonstra a leitura como um determinado setor da sociedade percebe a organização. “Quem pensa no agronegócio capixaba tem que lembrar do Incaper” (INCAPER, 2006c, anexos).

Essa frase não está descolada da realidade interna do Incaper. Permanece fortemente incorporado nos pesquisadores e extensionistas o paradigma convencional. Este paradigma se fundamenta em uma epistemologia positivismo-realista<sup>20</sup> (ROLING, 1996) que dirige as ações dos pesquisadores e extensionistas, constituindo o grupo hegemônico dentro da organização.

Dentro dessa lógica, a ação extensionista orienta-se pelo desenvolvimento denominado “sustentável”, mas não deixa de ser modernizante e econômico, acrescido da preocupação ambiental - uma *Abordagem Convencional*. A educação como estratégia para desencadear o desenvolvimento segue uma pedagogia tecnicista, mas incorporando no método várias ferramentas participativas. Porém, a estrutura que organizou a ação extensionista não permite compreender as ferramentas como meio para contribuir para a autonomia das famílias rurais. O conhecimento científico inspirador da ação extensionista se ampara ainda no enfoque da Transferência de Tecnologia (ToT). Nesse aspecto as tecnologias incorporam o selo ambiental, mas se mantêm no *status* de solução para os problemas rurais, inclusive na dimensão ambiental.

---

<sup>19</sup> A mediação é entendida por Vygotsky como o meio pelo qual passa o desenvolvimento humano, oriundo dos processos sociohistóricos do indivíduo. A mediação inclui dois elementos complementares: os sistemas simbólicos, fornecidos pela cultura, como forma de representação da realidade e interpretação do mundo real; e a representação mental, caracterizada pelos símbolos, pelos objetos, pelas situações-objetos (OLIVEIRA, 1991, p. 27).

<sup>20</sup> Rölíng (1996) estabelece dois paradigmas científicos diferentes: o convencional e o interativo. O conhecimento científico convencional se fundamenta em uma epistemologia que o autor chama de positivismo-realista, e seus pressupostos são: a pesquisa científica como fonte de inovação que ocorre por meio da tecnologia; o conhecimento da natureza ocorre por meio da pesquisa científica; os cientistas são aqueles dotados de conhecimento para desvendar os mistérios da natureza; e o papel da pesquisa principal é produção do conhecimento.

Derivado da história institucional da extensão rural e da própria mudança da organização EMATER-ES para Incaper, surgiu outra ação extensionista, incorporando uma visão humanista, portanto denominada aqui de *Abordagem Humanista*. Nesta perspectiva a tecnologia é importante como mecanismo de aumento de produção e renda, gerando bem-estar às famílias rurais. A participação é percebida como necessária, dentro dos limites que permitam o profissional exercer o papel de agente detentor do conhecimento, sendo, portanto, fonte de soluções para os problemas. Geralmente as soluções desses problemas estão conectadas às tecnologias e ao conhecimento oriundo da pesquisa e do conhecimento científico.

Por outro lado, pode-se afirmar a existência de uma corrente formada por extensionistas e pesquisadores, amparada no paradigma interativo<sup>21</sup> (ROLING,1996), acionando uma *Abordagem Interativa*, que se constituiu, historicamente, a partir do movimento de agricultura alternativa (AA). De forma simplificada, pode-se dizer que ao longo do processo de 30 anos da concepção da AA aos novos conceitos de estilos de agriculturas sustentáveis, essa construção, como um processo histórico, foi uma das responsáveis por influenciar tanto a Ater como a pesquisa do Incaper. Não somente elaborando teorias metodológicas de uma proposta diferenciada de Ater, mas construindo estratégias econômicas e sociais que permitiram os agricultores produzir e comercializar de forma sustentável, ocupando espaços políticos e influenciando órgãos públicos, como foi o caso do projeto DLS<sup>22</sup>.

Pode-se afirmar ainda que o advento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), ao se inspirar em princípios agroecológicos, reforçou a ação da corrente interativa do Incaper. Essa política teve papel preponderante, influenciando o concurso público<sup>23</sup> realizado em 2004, mas também apoiando a reestruturação da Ater e da pesquisa no Incaper.

---

<sup>21</sup> O paradigma interativo se caracteriza pelo conceito de sistemas suaves (*Soft Systems*), entendidos como uma construção e um caminho para ação coletiva. A ciência tem o papel de colaboradora na construção social da realidade, bem como é um híbrido da ciência natural e social, e o papel da extensão é de facilitar a aprendizagem e estimular a participação.

<sup>22</sup> O projeto DLS (Desenvolvimento Local Sustentável), antigo Prorenda Rural, foi criado a partir de 2000, numa articulação da ONG APTA e Incaper com o governo alemão e a Cooperação Técnica Alemã (GTZ). A coordenação era feita pela APTA, representando a sociedade civil, e o Incaper, representando o governo do estado. As linhas do Projeto DLS que consideravam agroecologia, gênero e geração, educação do campo, parcerias ambientais, conselhos e desenvolvimento territoriais (SCHMIDT, 2004) foram elaboradas a partir de fóruns de planejamento que contemplavam a sociedade civil, os pesquisadores e a extensionista do Incaper.

<sup>23</sup> Algumas características desse concurso foram: seu caráter multidisciplinar, que permitiu a entrada de profissionais de várias áreas de conhecimento; questões sobre agroecologia e sobre aspecto socioeconômico do Espírito Santo; e o outro fato importante foi que vários técnicos que participavam ou

Na *Abordagem Interativa* o desenvolvimento local é orientador da ação extensionista, as ações são concebidas a partir do espaço da comunidade e o município gera informações e propostas de ações para a organização. As estratégias educativas têm como princípio de entendimento que o conhecimento se constrói a partir das interações e das vivências, uma pedagogia construtivista. Neste sentido o extensionista é um facilitador e animador de processos, tendo como método as ferramentas participativas. O conhecimento científico orientador é o enfoque sistêmico suave (*Soft Systems*), que tem como um dos fundamentos a interação do conhecimento científico e popular na construção das soluções para os problemas rurais.

### 1.5. Algumas considerações

Da mudança da Acares para EMATER-ES verifica-se uma ruptura no modo de operar a ação extensionista, pois a prioridade passa a ser o aumento produtivo via o processo tecnológico, contrapondo-se às questões da organização das famílias, dos pequenos produtores, do bem-estar e da preocupação dos jovens, que foram temas recorrentes e marcantes do período antecedente.

O período da EMATER-ES foi definido por alterações que permitiram evidenciar pelo menos duas formas de ação do agente de extensão. A primeira, com o foco no processo de modernização, ocorria via um conjunto de tecnologias para o aumento produtivo, voltada a um público denominado genericamente de produtor rural. Logo, o público prioritário tinha que assimilar com facilidade tanto o conhecimento, quanto a tecnologia ofertada pela “fonte”, o profissional. Esta pode ser identificada como uma *Abordagem Convencional*.

A segunda forma de ação da EMATER-ES foi marcada pelo questionamento quanto ao público que deveria ser atendido pela Ater, aos mecanismos de participação e à falta de ação fora da esfera da produção. A ação extensionista tem uma *Abordagem Humanista*, em função da preocupação com o pequeno agricultor, com os mecanismos que permitiam a Ater compreender os problemas desse público. Por isso, a necessidade da participação. Porém, para os extensionistas mantinham-se a tecnologia e o conhecimento científico como meios de solução dos problemas encontrados no meio rural.

---

estiveram envolvidos de alguma forma na rede de agricultura alternativa, que posteriormente virou o movimento de agroecologia do Espírito Santo, passaram a compor o quadro técnico do Incaper, ampliando o número de profissionais que acionavam a *Abordagem Interativa*.

O terceiro momento, já no processo de incorporação da empresa de pesquisa, a Emcapa, pela EMATER-ES constata-se que estão presentes no seio da Incaper as diferentes formas da ação extensionista que marcaram a EMATER-ES. Verifica-se também uma ação extensionista que se distingue daquelas que se evidenciaram nos períodos anteriores. Esta é também fruto das mudanças históricas no Espírito Santo e de concepções de desenvolvimento que passaram a vigorar mais fortemente no Incaper, como também das alterações no cenário nacional, principalmente com o advento da Pnater. Essa ação extensionista se organiza em torno da ideia de novas formas de fazer Ater e pesquisa, orientando-se pela concepção agroecológica, identificada como uma *Abordagem Interativa*.

Por fim, as mudanças organizacionais, compreendidas dentro de um contexto histórico nacional, originaram diferentes formas da ação extensionista. É evidente que, além do contexto histórico da organização, ela tem uma identidade que vai se sedimentando e sendo incorporada nas estruturas cognitivas dos agentes. Essas mudanças observadas, ao serem lentamente institucionalizadas, conceberam formas diferenciadas da ação extensionista, denominadas de abordagens *Convencional*, *Humanista* e *Interativa*. Essas abordagens têm diferentes formas de compreender o desenvolvimento rural, operando a partir de uma base de conhecimento por meio da qual fazem uma leitura própria do mundo rural e, portanto, atuam de modos distintos na forma de relacionar com os agricultores, com a pesquisa e com a própria instituição.

## CAPÍTULO 2

### OS CAMINHOS DAS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Ao estudar a história da extensão rural, deve-se entendê-la dentro do contexto de uma organização e de uma instituição que se transmutou ao longo da sua existência, dando origem ao Incaper. A estrutura organizacional foi, ao longo da história, sendo condicionada para efetivar determinados objetivos, principalmente no que tange ao desenvolvimento rural. Por outro lado, os agentes também foram partícipes dessa história na “estruturação” institucional, que permitiu efetivar ou não os objetivos da organização.

Essa introdução sinaliza a necessidade de compreender os conceitos e as teorias da “organização”, da “instituição”, da “estrutura” e da “agência” para poder analisar como a organização Incaper, pela força da estrutura, procura colocar em prática seus objetivos por meio dos seus agentes. Neste caso, o foco do estudo será sobre o extensionista e, mais propriamente, sobre a *ação extensionista*.

Para discutir a ação extensionista serão considerados os conceitos de *ação do agente* e *habitus*, como um sistema de disposição que influencia a *ação extensionista*. Esses conceitos serão importantes para analisar o sentido da reação dos agentes de extensão perante a estrutura, ou como os agentes se posicionam diante das diretrizes, normais e posturais, sancionadas institucionalmente. Portanto, pode-se afirmar que a estrutura de uma organização, ao mesmo tempo em que constrange os agentes, possibilita sua ação, por meio de seus recursos e mesmo de suas normas, oferecendo-lhe determinada liberdade para atuar; esta dualidade da estrutura é revelada em Giddens (1989).

No outro campo de análise estão as “abordagens”, um conceito teórico que procura, por meio da ação extensionista, definir alguns perfis profissionais, considerando o modo como os agentes de extensão percebem os problemas à sua volta e agem buscando resolvê-los.

Ao final deste capítulo, com o propósito de compreender o papel da extensão rural e a ação coletiva de um conjunto de atores que estabeleceram parcerias para atingir mecanismos de comercialização, será abordado o conceito de *rede*. Na perspectiva de solucionar alguns problemas, o agente de extensão procura articular espaços ou se

insere neles para potencializar suas ações, tornando-se a rede um espaço privilegiado para esse intento.

## 2.1. Definindo o conceito de organização e instituição

O Incaper, como instituto<sup>24</sup>, possui missão, diretrizes, programas e recursos humanos organizados em departamentos, centros de desenvolvimento, escritórios locais e fazendas experimentais, com o papel de dar respostas à missão e às diretrizes. Portanto, o Incaper possui uma estrutura<sup>25</sup> organofuncional para responder ao seu propósito de intervenções na área rural por meio da extensão rural, assistência técnica e pesquisa, a fim de promover determinado tipo de desenvolvimento. Além desta característica, o Incaper funciona de forma legal, enquadrado dentro das normas do conceito de instituto, possuidor de um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), portanto entende-se essa forma jurídica como uma *organização*.

Os conceitos de organização são os mais diversos. Daft (1999, p. 7) a define como: “[...] organizações são (1) entidades sociais (2) são dirigidas por metas, (3) são projetadas como sistemas de atividades deliberadamente estruturados e coordenados e (4) são interligadas ao ambiente externo”.

Dentro dessa lógica, o Incaper é uma entidade social, que estabelece metas que projeta atividades a serem executadas. Para tanto, existe um conjunto de coordenadores que respondem por essas atividades, que têm ligações nos municípios, no governo de estado, nas empresas privadas, ou seja, estão conectados ao ambiente externo. Logo, segundo as teorias de Daft (1999), o Incaper é uma organização. Este autor inclui ainda que uma organização existe quando as pessoas interagem entre si com determinadas funções, a fim de alcançar as metas e o propósito da organização.

Giddens (2005, p. 572) define a organização como:

Um grande grupo de indivíduos, envolvendo um conjunto definido de relações de autoridades. Nas sociedades industriais, existem muitos

---

<sup>24</sup> Segundo o Decreto nº 1316-R, de 27 de abril de 2004, no seu artigo 1º, o Incaper é um ente público, entendido como “uma **autarquia**, prestadora de serviços públicos não relacionados com a exploração de atividade econômica, com **personalidade jurídica de direito público interno**, com **autonomia técnica, financeira e administrativa** e **patrimônio próprio** [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2004), vinculado à Secretaria de Estado Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG).

<sup>25</sup> Para Friedberg (1995), estrutura é entendida como regras, racionalidades e objetivos de uma organização. Giddens, por sua vez, entende estrutura como: “Regras e recursos, recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. A estrutura existe somente como traços de memória, a base orgânica da cognoscitividade humana, e como exemplificada na ação” (GIDDENS, 1989, p. 303).

tipos de organização que influenciam a maioria dos aspectos de nossa vida. Ainda que nem todas as organizações sejam burocráticas no sentido formal, existem elos bastante estreitos entre o desenvolvimento das organizações e as tendências burocráticas.

Nas palavras de Giddens (1989), verifica-se a importância dos indivíduos nessa organização, bem como a capacidade de sua influência na sociedade. Esta é uma questão importante na perspectiva do Incaper porque, historicamente, as organizações de Ater têm procurado intervir em seus contextos de atuação com o propósito de modificá-lo.

Um elemento observado até o presente momento são os aspectos ligados à formalidade das organizações. Os autores não citam mecanismos legais como definidores de uma organização. Friedberg (1995), por sua vez, fala que organização tanto remete a um processo social como também a um objeto social. O objeto social são as empresas, as administrações públicas, os serviços e os partidos políticos conhecidos do nosso cotidiano. Neste aspecto, tem o sentido formal ou legal, mas também fala de organização como processo social, ou seja, uma construção social.

Esse fato remete à reflexão de que uma organização, como um objeto social, pode ser um processo social. Desta forma, sem perder os limites do seu propósito, estabelece com seu corpo de funcionários relações de consulta e diálogo que contribuem para o direcionamento da organização. Este caso é analisado por Giddens (2005) a partir do exemplo das empresas japonesas que tomavam decisões de baixo para cima, ou seja, consultava seus funcionários de nível hierárquico inferior sobre políticas das gerências. Essa mesma ideia é propalada por Daft (1999), ao dizer que atualmente as organizações estão inseridas em ambientes complexos, instáveis e de imprevisibilidade. Por isso, exigem-se das organizações novas orientações, entre elas uma cultura na qual os empregados tenham poder de decisão, exerçam controle descentralizado, e que elas tenham um planejamento em que todos são envolvidos, não somente os gerentes. Ainda dentro desta linha, o autor enfatiza que as organizações têm procurado elaborar internamente estruturas de consensos e relacionamentos horizontais.

Friedberg (1995, p. 375), a partir de um conceito “tradicional” de organização, como “conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins”, estabelece uma crítica inicial. Afirma que esses objetos sociais são distintos e possuem características e funcionamento diversos, portanto podem ser classificados de várias formas, e que a natureza de seus estudos não passa por analisar tipologias de

organizações. O problema situa-se no campo das relações humanas de seus agentes, na cooperação entre eles para chegar ao objeto da organização, no grau de autonomia e nos interesses que os atores mantêm na organização, que nem sempre são convergentes. Transpondo a ideia de tipologias, a questão central se torna “o das condições de emergência e de manutenção dos mecanismos que asseguram a cooperação e a ação coletiva dos homens” nas organizações (FRIEDBERG, 1995, p. 376).

Para esse autor, a percepção de que os indivíduos dentro de uma organização não são movidos simplesmente por estímulos econômicos, mas também por sentimentos, pela afetividade, por necessidades psicológicas, mais ou menos conscientes, revelou-se fundamental para compreender o comportamento e a relação do indivíduo nas organizações. Embora essa visão tenha conseguido avançar sobre a perspectiva das relações hierárquicas e de autoridade, ela deu origem a uma “psicologização das organizações”. Uma das críticas se fundamenta no fato de que ainda permanece a visão do sujeito passivo dentro das organizações, ou seja, daquele que atua recebendo estímulos econômicos e psicológicos.

O entendimento da complexidade das relações humanas dentro das organizações supera os conceitos simplistas de que a organização é um todo coerente, unificado, cooperando entre si, com metas para alcançar determinados fins. Contrapondo a essa imagem, Friedberg (1995, p. 384) expõe a ideia de organização sobre outra perspectiva.

Pois, neste íterim, assistiu-se à relativização e à explosão da própria noção de organização que é agora visada como um conjunto no qual se opõe e se confronta toda uma multiplicidade de racionalidades, cuja convergência nada tem de espontâneo, sendo o resultado da construção de uma ordem. Em última análise, a organização nessa perspectiva não é mais do que uma arena política ou um mercado no qual se trocam comportamentos e se perseguem estratégias de poder específicas e cujas características (fins, estruturas, regras do jogo, “cultura”) são, por sua vez, o mero produto dessas permutas e desses confrontos.

Por esse ângulo pode-se perceber a complexidade de uma organização, cujo caráter instrumental que a reduz a um mecanismo passivo, com seus atores agindo e cooperando para determinados fins, perde sentido.

Dessa forma, o Incaper, suas estruturas, sua missão, seus objetivos e suas diretrizes obedecem a determinados acordos firmados pelas suas coligações internas, mas no fundo prevalecem as diretrizes do grupo dominante<sup>26</sup>. Este impõe sobre os

---

<sup>26</sup> Friedberg (1995, p. 385), analisando vários autores que estudaram o conceito de organização, sistematiza que a organização é uma arena, um universo de permutas, de conflitos, que funciona como

demais a forma de operar da organização e obtém desses a colaboração. Portanto, o Incaper é produto de um processo social, dinâmico, heterogêneo, que se fez prevalecer em cada momento histórico, por força dos grupos existentes no seu interior. Porém, é preciso entender a organização dentro de contexto externo (como foi apresentado na história do Incaper no Capítulo 1). Este contexto foi desenhado principalmente por uma perspectiva de desenvolvimento rural indutor de mudanças nas instituições de Ater. Assim, os grupos dominantes, em cada momento histórico, conduziram e acionaram internamente os ditames do contexto externo, tentando assegurar determinado perfil de extensão diante o modelo de desenvolvimento rural daquele instante.

Analisando as organizações, Perrow (1986), citado por Friedberg (1995, p. 386) e Charrex (1987), ressalta o “risco moral”, situando a fragilidade das organizações diante de seus membros, que procuram criar nichos para atuar de forma autônoma.

[...] as organizações são extremamente vulneráveis às tendências de seus membros de tirarem partido das assimetrias de informação existentes a seu favor a fim de construir nichos próprios e se protegerem contra os controles da organização.

De acordo com o autor, o indivíduo presente nas organizações não é um sujeito passivo, mas atuante, no sentido de fazer valer os seus interesses. Para tanto, se aproxima de determinados grupos ou mesmo se afasta deles, permitindo-lhe manobras. As manobras são no sentido de diminuir o controle da organização e do grupo dominante e aumentar o poder do indivíduo ou do grupo em posição desvantajosa.

Friedberg (1995) lê as organizações pelas suas incoerências, pelas suas multiplicidades de racionalidades e até mesmo pelas suas posições anárquicas. Porém, percebe na ideia de organização um instrumento de cooperação e de ação coletiva, portanto com capacidade de impor aos seus membros o mínimo de ordem, de previsão, procurando regular as estratégias de poder individual e coletivo que se revelam internamente.

Disso vem a questão: os atores possuem determinada autonomia dentro das organizações, mas dentro de uma margem que limita sua ação. Existe, portanto, a força da organização e existe a autonomia relativa do indivíduo. Neste tipo de relação se estabelece ao mesmo tempo a autonomia e a restrição que regula o comportamento

---

um instrumento de cooperação entre interesses conflituais que comportam diferentes racionalidades e contradições; é, ao mesmo tempo, uma estrutura de jogos que canalizam as estratégias de poder dos participantes. Nesta lógica, entende-se que esses participantes se agregam, formam grupos, mas as diretrizes e as regras da organização refletem as orientações do grupo com maior poder de articular seus interesses.

dentro das organizações, permitindo a cooperação, a ação coletiva, fazendo valer os objetivos da organização.

Outra perspectiva é o contexto, entendido por Friedberg (1995) como o universo exterior no qual estão inseridas as organizações. Daft (1999) chama isso de “ambiente organizacional”, ou seja, tudo que está fora da fronteira da organização, que inclui: clientes, governo, fornecedores, comunidade financeira, outras organizações. O ambiente ou o contexto afeta diretamente a organização.

Para Friedberg (1995), são as organizações que vão definir as melhores estratégias para responder às pressões do contexto. Child (1972), citado por Friedberg (1995), pondera sobre a capacidade que as organizações têm de filtrar o contexto por meio das estratégias operadas pela coligação dominante, por meio das quais seus dirigentes disponibilizam recursos para modelar a estrutura ao ambiente. No caso em análise, refletindo a partir do Incaper, pode-se citar como exemplo o fato de atender às diferentes políticas públicas oriundas tanto do governo estadual como federal, políticas estas nem sempre coincidentes e por vezes contraditórias entre si, uma vez que as próprias políticas atendem a interesses de uma arena.

As respostas das organizações aos contextos são dadas, considerando o conjunto de atores e os grupos que dominam o ambiente interno naquele momento. São eles que irão analisar as oportunidades e as restrições. Logo, são esses atores que irão analisar, por exemplo, quais políticas atendem melhor aos objetivos da organização e mesmo do grupo dominante. Portanto, a leitura do contexto é uma leitura das relações estabelecidas internamente, bem como das “pressões externas”. Para Friedberg (1995), o contexto não está dado, não é estável e não pode ser considerado independente das tensões internas, de poder e de troca, e pela própria experiência dos membros de uma organização. Desta forma, o contexto é percebido dentro de uma zona de tensão, da qual seus membros participam, com suas experiências e seus interesses. Assim, há uma leitura do contexto traçado pela racionalidade dos atores. Há, nesta lógica, dois sentidos, um de se adaptar ao contexto, e outro de modificar o contexto para a organização atuar. Isso torna a fronteira entre organização e ambiente externo não tão dimensionável, mas flutuante, uma vez que são percepções dos grupos que exercem o controle organizacional naquele instante.

Essa lógica de análise procede para o caso do Incaper. Por ser uma organização pública, com estrutura organizacional em todos os municípios do estado, com uma determinada “capacidade de estabelecer estratégias” de pesquisa, assistência técnica e

extensão rural (Ater) nas áreas rurais, é um instrumento importante na execução de políticas. Portanto, há interesses de que o Incaper se oriente pelas políticas de desenvolvimento rural do poder vigente naquele instante, atuando como uma “articulação”<sup>27</sup> do estado nas áreas rurais. Desta forma, as políticas de estado e os interesses políticos partidários são elementos do contexto externo que têm influência direta na organização.

Por outro lado, há os interesses internos, constituídos por membros que fazem parte do quadro efetivo do Incaper, que se agrupam, empenhados em fazer valer as suas próprias leituras de contexto; sua forma de atuação na pesquisa e na Ater; suas metodologias de extensão, estratégias de intervenção, etc. Portanto, esses interesses internos, que fazem leitura de contextos, vão procurar influenciar esse mesmo contexto nas disputas das orientações que o governo estadual propõe para o Incaper. Logo, se o governo do Estado tem uma proposta de ação para a pesquisa e extensão rural, os agentes do Incaper também têm uma proposta de ação, coincidente ou não, feita a partir de leitura do contexto. Os agentes do Incaper, por meio de seus dirigentes, vão procurar influenciar o governo do Estado para fazer valer a proposta de ação traçada internamente. Da mesma maneira, o governo do Estado vai procurar fazer valer a sua proposta. Esse exemplo sintetiza uma das formas pelas quais os membros de uma organização atuam no sentido de influenciar os seus contextos, ou seja, por intermédio de seus atores, por meio de alianças internas e mesmo externas, a organização vai procurar agir sobre o contexto, a fim de fazer operar as diretrizes e os interesses internos.

Outro conceito a ser considerado é o de *instituição*. Entende-se aqui o Incaper como uma organização formal que abriga a Ater e a pesquisa. Essas duas instituições possuem modos próprios de atuar e acolheram, ao longo da sua trajetória, metodologias diferentes, assim como profissionais que percebem a área rural de modos distintos, portanto se inserem nesse contexto de forma diferenciada. Tornou-se o Incaper, a partir de 1999, a organização que deu suporte estrutural para fazer funcionar essas duas institucionalidades. Como tal, procurou encontrar mecanismos para ampliar a relação entre pesquisa e extensão rural. Ou talvez não, o Incaper, abrigando essas duas instituições, permitiu-lhes funcionar de forma paralela, camuflando seus conflitos, aplacando as animosidades. Portanto, sendo a Ater e a pesquisa fundamentais no ambiente interno

---

<sup>27</sup> A articulação que se refere o texto tem um sentido de ser uma executora daquilo que é demandado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG), no qual o Incaper está vinculado. Portanto, é uma ação instrumental do Estado em relação ao Incaper, que lhe retira a autonomia e diminui a possibilidade de uma relação menos hierárquica e mais horizontal com os agricultores.

do Incaper, faz-se necessário compreender o que chamamos aqui de instituições, para entendê-las no seio da organização.

No senso comum, não há indicativos de naturezas distintas entre o que se chama organização e o que se chama instituição. Por outro lado, vários estudos apontam para a falta de clareza entre os dois termos e até mesmo para a divergência entre o núcleo teórico das diversas abordagens institucionalistas (CONCEIÇÃO, 2002). Percebe-se, pelos autores, que as instituições são produzidas dentro das organizações, passando a se institucionalizar nestas, por vários motivos, como a força das interações informais, os mitos, as crenças, as regras e os valores tácitos.

Appendini e Nuijten (2002) ressaltam que não há uma clareza conceitual entre os termos instituição e organização. A sociologia das organizações, a economia institucional, a sociologia econômica e a antropologia utilizam os termos de formas diferentes. Segundo os autores, nem em uma mesma disciplina há um marco conceitual acordado. Portanto, não é de se estranhar que, no senso comum, prevaleça o termo “instituição” como sinônimo de “organização”.

Os autores citados relatam que, embora haja essa confusão, existe certa regularidade para os termos nos vários estudos realizados. Os estudos das organizações enfatizam a parte da estrutura de funcionamento que é reconhecida e aceita. A ênfase nas instituições é quanto aos aspectos normativos, às regras e às crenças que permitem o desenvolvimento das estruturas e das funções da instituição. Ainda segundo eles, os projetos de desenvolvimento, orientados por políticas públicas, tentam diferenciar instituição e organização, dizendo que as primeiras são informais, por exemplo, família, matrimônio, e as segundas são formais. Citam outras distinções entre organizações de comunidades, organizações não governamentais e governamentais, dicotomias estas que exemplificam a complexidade que envolve esses termos.

Assim, as instituições são vistas como estruturas normativas e reguladoras, o que já indica a presença de poder e interesses divergentes entre os seus agentes. Esses autores entendem as instituições como ordens negociadas, que, por processos de interação, são mantidas, construídas e transformadas. As instituições estão vinculadas à ordem de poder mais ampla, que pode reproduzir as ideologias e as políticas nas quais elas estão ligadas. Tanto a organização quanto as instituições possuem suas realidades construídas, mantidas e modificadas por aspectos culturais, portanto criam-se ritos, valores, expressões, ideologias e cerimônias que conferem o sentido de pertencimento aos seus membros (APPENDINI; NUIJTEN, 2002). Desta forma, o tempo pode

sedimentar os ritos, os valores e as regras implícitas dentro das organizações que, ao serem incorporadas, tornam-se ordenadas e regularizadas, conseqüentemente tornam-se institucionalizadas.

Por essa lógica, Prates (2000) também percebe, de maneira semelhante, as organizações formais e a capacidade de institucionalizar certas práticas e criar identidade. Para ele, os aspectos formais das organizações, ao longo da sua história, podem ir se impregnando de valores e moralidade que passam a conduzir a identidade de seus membros e a ser reconhecida externamente, por outros atores, por essa condição.

Selznick (1996), citado por Furlanetto (2008, p. 57), diz:

Ao institucionalizarem-se, as organizações procuram seguir tendências, assumem formas distintivas – processos, estratégias, perspectivas e almejam competências, as quais emergem de padrões de interação organizacional e adaptações, sendo que tais padrões devem ser entendidos como respostas aos ambientes internos e externos. Para o autor, a institucionalização é uma ideia neutra que pode ser definida como o aparecimento de uma ordem estável, integrando padrões socialmente instáveis, livremente organizados ou minuciosamente definidos pelas atividades técnicas.

Portanto, as organizações assumem, com o tempo, determinadas formas, padrões culturais, ritos que são incorporadas nas suas estruturas legais, dando-lhes legitimidade. Essas incorporações ocorrem como respostas a pressões do ambiente tanto interno como externo, ou como forma da organização moldar-se a esse ambiente. Ao incorporar e legitimar, ela institucionaliza essas crenças, esses valores e esses ritos, portanto assume um padrão de comportamento e de agir pelo qual passa a ser reconhecida. Entretanto, esse fato não pode ser entendido como neutro, como afirmou Selznick (*op. cit.*), pois uma vez que se ampara em tendências de um momento e de respostas dos ambientes, logo se posiciona a partir de uma leitura política e social e de práticas organizacionais, conforme relata Furlanetto (2008, p. 57): “É possível concluir-se que as práticas organizacionais consideradas legítimas, isto é, legitimadas, derivam de valores culturais, tradição, histórico das organizações e do próprio folclore”.

Refletindo sobre a organização Incaper e a extensão rural e assistência técnica, nota-se a dificuldade de distinção entre o plano organizacional Incaper e institucional da Ater. Existe um ambiente da instituição de Ater que tem suas características que a encerra no conceito da instituição. Seus ritos, suas práticas e seus valores foram sendo identificados e ressignificados no curso de sua história e pelos processos de interação de seus atores no meio rural, criando uma identificação interna e externa. Externa pelo seu

público de atuação, que são os produtores rurais, os agricultores familiares, os pequenos agricultores, os pescadores, ou seja, toda a substantivação dada pela diversidade de público que atua nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais. Estão nessas externalidades os conjuntos de parceiros que lhe conferem legitimidade, mas não fazem parte direta do público assistido, bem como aqueles que utilizam a Ater para fazer valer os projetos de desenvolvimento para área rural.

Seguindo esse raciocínio, identifica-se a Ater como uma instituição por pelo menos três fatores:

a) a Ater tem uma história não somente no Espírito Santo, mas no Brasil, que vai se reajustando ao longo do tempo, mas mantém um padrão na forma de atuar.

b) A existência de um universo de regras e normas não escritas, transcendendo a organização e os próprios indivíduos, que fazem parte da tradição da ação extensionista. Neste sentido, as teorias pedagógicas, orientadoras da educação não formal da extensão, caracterizadas pelas metodologias, pelos métodos e pelos meios, são um exemplo da transcendência sobre os indivíduos e sobre a própria organização.

c) Existem normas de comportamentos que são tácitas e por vezes atuam como sistema de disposições duráveis, princípios geradores e organizadores de práticas, nem sempre conscientes. Pode situar neste item a relação pesquisa/Ater, na qual ao longo da existência dessas duas institucionalidades permaneceu arraigado o papel de uma Ater subordinada à pesquisa, cumprindo um papel de levar o produto da pesquisa, do conhecimento e da tecnologia.

Ainda que a pesquisa não seja objeto de análise deste trabalho, esses três fatores são aplicáveis a ela. Primeiro pela sua história, segundo por um universo de regras e normas, inclusive que pregam sobre a metodologia da pesquisa, e, por fim, pelos valores inculcados nos seus agentes, que os informam de determinados comportamentos. Por exemplo, como um pesquisador deve atuar diante dos agricultores, dos extensionistas e mesmo de seus pares.

Ao longo da história da Acares à EMATER-ES, essas organizações vão abrindo memórias da extensão e incorporando nas suas estruturas um conjunto de tradições da Ater. Anos depois o Incaper, produto da Ater e da pesquisa, reúne as duas institucionalidades. Neste aspecto, traz em seu bojo essa heterogeneidade, Ater e pesquisa, que disputam os nichos de poder na organização Incaper. Plasma-se, desta forma, a ideia de organização como um agrupamento de pessoas, com interesses diferentes, que se agregam para também fazer valer os seus interesses. Por isso, o

Incaper necessita criar regras de convivência e disciplinar comportamentos para que possa instaurar os objetivos da organização, ou do grupo de maior influência.

No caso do Incaper, está no centro da discussão institucionalizar as tradições da pesquisa e da Ater. Isto pode significar ter uma estrutura que oferece mais aporte para uma dessas instituições. É perceptível que a organização traz no seu corpo estrutural a marca dessas instituições. O Incaper possui normas, regras e comportamentos que superam as legitimações oficiais escritas nos seus regimentos e diretrizes, funcionando como disposições internalizadas no inconsciente dos agentes. Desta forma, introduz-se o conceito de *habitus* que atua no agente de extensão, nos processos interventivos.

O agente de extensão atua dentro de uma organização, sob a influência de instituições ou de uma estrutura institucional, e como tal essa instituição possui seus ritos, valores e regras que agem definindo comportamentos e um modo de condução. No sentido inverso, Giddens (2005) relata que o agente atua sobre a estrutura institucional e, conseqüentemente, produz uma reação no sentido de alterá-la, procurando fugir ou elaborar novas matrizes e percepções institucionais e abrindo espaço para novas concepções, abordagens do agir extensionista.

Embora uma instituição, como a extensão rural, tenha historicamente elaborado um complexo mecanismo de atuação e comportamento, estes não são uma unanimidade entre os profissionais. Esses mecanismos comportam fissuras que permitem questionamento e contravenções que se opõem à uniformização de apenas um *modus operandi* da ação extensionista. Esse aspecto evidencia que a ação extensionista é múltipla, facetada, e possui diferentes entendimentos no modo do agente de extensão atuar, embora tudo isso não negue a extensão rural como uma instituição que possui suas regras, normas e crenças. Por outro lado, se a existência de fissuras permite agir fora do convencional, criar outras formas de atuar, elas passam a ser aceitas e também se institucionalizam. Portanto, aquilo que não estava convencionalizado, ou melhor, que estava à margem de uma ação extensionista que se conservou ao longo dos anos, ao se institucionalizar passa a fazer parte dos valores e das normas da organização. No caso do Incaper, a história da organização relatou a existência de diferentes abordagens. Aquelas que se instituíram pelas convenções internas no modo tradicional de fazer a Ater e também aquela que, embora se fizesse presente, constituía-se à margem da extensão rural oficializada como hegemônica, mas que por força das políticas públicas e pressões de determinados segmentos da sociedade organizada do Espírito Santo, neste caso o

movimento agroecológico, se institucionalizou, passando a ser reconhecida internamente.

Se a extensão rural foi, ao longo de tempo, moldando um agir, definindo comportamento, inclusive operando no indivíduo de forma inconsciente, aí parece existir o que Bourdieu denomina de *habitus*. O comportamento do extensionista não se dá somente pela força da instituição. Há nesse contexto uma história de vida, de formação, uma trajetória e uma perspectiva de futuro que atuam também como “estruturas incorporadas” que, como diz Bourdieu (1996, p. 10), “[...] atualizam as potencialidades inscritas no corpo dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mas precisamente, em sua relação”.

Nessa mesma vertente, Bourdieu (2009) aponta a estrutura numa relação muito íntima com o conceito de *habitus*.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Vê-se em Bourdieu (2009) a ideia da estrutura como um sistema pertencente à história do indivíduo. Nesse aspecto, ele nega o realismo da estrutura que a objetiva fora da realidade da história do indivíduo e do coletivo. Porém, o autor se opõe ao subjetivismo, que não percebe o mundo social como edificador de práticas sociais. Portanto, não se trata de objetividade ou subjetividade, mas da relação dialética que ocorre nas práticas dos indivíduos e dos grupos, construindo suas realidades, incorporando experiências na forma de percepção, pensamento e ação. No entanto, a construção dessa realidade não está livre da estrutura (BOURDIEU, 2009).

Para Thiry-Cherques (2006), o conceito de estrutura em Bourdieu é dinâmico, derivado das relações históricas, e produz a ação e é produzido por esta, ao mesmo tempo em que essas ações são condicionadas e condicionantes. O autor ressalta que as estruturas se originam por duas disposições recíprocas, oriundas dos agentes sociais: as estruturas mentais e as estruturas objetivas (“o mundo dos objetos”). A dinâmica da

estrutura se estabelece num movimento contínuo de ação e reação, se autorregenerando, procurando sempre se reequilibrar, regenerar e reproduzir o *habitus*.

O *habitus*, um produto da história do indivíduo e do grupo, produz prática conforme os traçados concebidos pela trajetória de vida, que inculcados nos indivíduos tornam presentes as experiências passadas que se revelam na forma de pensamento, de ação. É orientador dos atos dos indivíduos (BOURDIEU, 2009). Essa presença do passado, escrita no corpo e na mente do indivíduo, garante com mais segurança a conformidade às práticas e sua estabilidade ao longo do tempo, mais do que as regras escritas e normas formalizadas.

É o *habitus*, como estrutura estruturada e estruturante, que engaja, nas práticas e nas ideias, esquemas práticos de construção oriundos da incorporação de estruturas sociais oriundas, elas próprias, do trabalho histórico de gerações sucessivas (BOURDIEU, 1996, p. 158).

Os esquemas geradores do *habitus* são, a princípio, externos. Esses esquemas se internalizam nos indivíduos, por forças de motivações interiores, próprias “da decisão livre” (BOURDIEU, 2009). Essa internalização, o *habitus*, em cada organismo permitirá que as forças externas exerçam ou atuem sobre ele, mas dentro da lógica e do princípio que o gerou. Desta forma, há uma liberdade condicionada à produção do livre pensamento. É condicionada porque está atrelada ao passado, àquilo que foi selecionado pelo indivíduo e que marcou a sua história, contribuindo para eleger e classificar de forma inconsciente.

Thiry-Cherques (2006) fala do *habitus* como infraconsciente, ou atuando de forma inconsciente. O indivíduo opera por meio dele, mas não de forma consciente; ele funciona como mecanismo de ação, percepção e reflexão, reforçando a ideia de uma ação inconsciente no agente. Para o autor, o *habitus* é possuidor de uma autonomia relativa, conferindo um grau de liberdade, mas condicionada pelos campos sociais no qual está inserido o agente<sup>28</sup>.

Porque o *habitus* é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre têm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de uma produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais (BOURDIEU, 2009, p. 91).

---

<sup>28</sup> Bourdieu utiliza o termo “agente” como indivíduos que atuam, sabem, dotados de senso prático, como sistemas adquiridos de preferências, gosto, com estruturas cognitivas duradouras e com sistemas classificatórios orientadores da ação e percepção (BOURDIEU, 1996, p. 42).

Em suas obras, Bourdieu refere-se ao *habitus* como matriz geradora de práticas nos indivíduos, mas também na coletividade (BOURDIEU, 2009). Thiry-Cherques (2006) expressa o *habitus* como princípio gerador e unificador de uma coletividade, traduzindo características íntimas e racionais que agregam, por afinidades, os agentes. Bourdieu (2009) chamou esses *habitus* de homólogos, porque dão unidade de forma de vida a um grupo ou classe. Nesse aspecto o autor afirma que, como um produto de uma classe, o *habitus* tende a produzir um conjunto de possibilidades e limites que contornam as possibilidades de ação dessa classe, porque passam a fazer parte do senso comum (crenças indestrutíveis). Portanto, segundo o autor, sanciona condutas objetivadas como não permissivas à coletividade, “sem violência”, sem argumentos e sem artes.

Refletindo a partir do espaço da extensão rural oficializada no Brasil, desde a Associação de Crédito e Assistência Social (ACAR) em 1948, em Minas Gerais, tem-se uma longa história na construção de uma identidade extensionista no Brasil. Essa identidade, em função de um conjunto de fatores, vai se modificando, mas vai se instituindo por traços perceptíveis pelas gerações sucessivas de agentes. O sentido desta frase, aparentemente contraditório, remete ao conceito de dualidade da estrutura (GIDDENS, 1989). Ao mesmo tempo em que valores que constituíram a Ater na época da ACAR vão se modificando, por exemplo, em virtude de novas propostas para o papel da extensão rural nas áreas rurais, parte deles se incrustará na estrutura institucional. Portanto, exerce influência nessa estrutura, permitindo que se reproduza e se faça valer como referências para as gerações futuras dos agentes.

A extensão rural, historicamente, vem cumprindo determinados papéis no desenvolvimento rural brasileiro. A partir dos anos de 1960 e 1970, institucionalizava-se na extensão o caráter modernizador da agricultura (QUEDA, 1987). Para entender o conceito de *habitus* nesse contexto histórico é preciso salientar que existia um arcabouço que sustentava a ideia modernizante, que se objetivava nas políticas públicas, nos agentes financeiros, nos centros de ensino e pesquisa e em um forte sistema de comunicação.

Nesse conjunto estruturante está o agente de extensão com seu papel modernizante idealizado para a agricultura brasileira, constituindo assim, na sua história e na sua prática, o *habitus* da ação extensionista. Ele contribui, portanto, para criar o ritual metodológico de um tipo determinado de abordagem, que a partir de um “pacote tecnológico” vendia o milagre da economia brasileira. Essa simplificação, diante da

complexidade desse processo, é para dizer que o ideal de um modelo agrícola foi, de modo geral, incorporado pelo extensionista.

Esse modo de atuar vai criando estruturas mentais e físicas no indivíduo, que age nele e no coletivo, operando no “senso comum” dos extensionistas desse período. No processo de socialização (DUBAR, 2005), nas áreas rurais, esse papel da extensão e do extensionista cria uma identificação com o público de ação, que reforça a natureza do *habitus*.

A identidade é uma construção social ligada a uma época e a um contexto social que define um ator. A identificação ocorre por um conjunto de variáveis ligadas à vida do ator: contexto, história, passado, interações face a face com os parceiros, trajetória pessoal e social. Para Dubar (2005, p. XIX), “[...] essa “trajetória subjetiva” resulta a um só tempo de uma leitura interpretativa do passado e de uma projeção antecipatória do futuro. As identidades de ator estão assim vinculadas a formas de identificação pessoal, socialmente identificáveis”.

O autor traz elementos importantes para compreender o *habitus*: o primeiro a “identidade” e o segundo a “socialização”. A identidade está intimamente ligada à socialização do ator, porque é um produto desta. Para Dubar (2005), a socialização não pode ser simplificada à interiorização de valores, normas e disposições que colocam o indivíduo como ser socialmente identificável. Para ele, a socialização deve ser compreendida como um processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades. Esse fato ocorre no âmbito das várias esferas das atividades, mas principalmente na do trabalho, que os sujeitos vão encontrando ao longo da vida e que os possibilita tornarem-se atores.

A extensão, por esta lógica, pode ser entendida como uma instituição que permite a socialização do agente. É também o espaço onde há possibilidade de o indivíduo vir a ser um ator, um agente. A extensão está sedimentada no seu coletivo por um modo estruturado de agir, um *habitus* coletivo. Este *habitus* é o princípio gerador e classificatório, tem subjetivamente impregnado o “certo”, o “errado” e as condições daquele que pode ser classificado como o “bom” ou o “mal” extensionista. Ainda que, conforme salientado por Dubar (2005), a identidade seja mais do que o *habitus*, este é um construtor dessa identidade.

Se a instituição extensão rural, em diferentes recortes espaço-tempo, operava com diferentes papéis – modernizante, ambientalista, humanista, sem dúvida que essa concepção estrutural definiria um *habitus*, influenciando a identidade desses atores, ao

mesmo tempo em que essa identidade, ao ser socializada, estava sendo influenciada e reforçada pelo público e outras instituições que fazem parte do cabedal de ação do extensionista.

Por essa linha de análise, a construção do *habitus* e de uma identidade extensionista parece estar circunscrita por aquilo que se institucionalizou, pelo que foi socializado, pela identificação imposta pelos modelos de desenvolvimento almejados para o rural. Portanto, um “novo *habitus*” poderia vir a surgir de uma nova trajetória (ou novas trajetórias) de socialização do agente extensionista?

A resposta para essa questão é complexa e relacionada a um conjunto de elementos. Ela dependerá de um conjunto muito grande de variáveis condicionantes objetivadas, das políticas governamentais, da organização que abriga a extensão rural, dos valores que estão sendo assumidos pela sociedade, das pressões das organizações e dos movimentos sociais que procuram novas abordagens de extensão rural. Dependerá da formação acadêmica dos profissionais, dos valores subjetivos do indivíduo que ficaram inculcados pela sua história, de sua trajetória de vida, de sua identidade. Esses fatores agrupados podem produzir *habitus* diferenciados dentro da extensão rural e ser propulsores de novas identidades extensionistas.

Essas novas identidades são possuidoras de *habitus* homólogos (BOURDIEU, 2009), propulsores de agências diferenciadas daquelas que estão instituídas. Tende esses agentes a entrar em conflito com a lógica da ação extensionista instituída, procurando eles também institucionalizar uma nova forma de ação extensionista, uma nova abordagem na forma de operar a extensão rural.

Uma organização de Ater vai comportar essas facetas engendradas pela diversidade e pluralidade histórica que moldaram seus agentes e a organização. As diversas identidades dos agentes se agregam pelas semelhanças e afinidades, constituindo grupos que disputam internamente, a partir de seus *habitus*, procurando edificar os interesses particulares, como também as formas diferenciadas da ação extensionista.

Nesse sentido, vem à tona o conceito de organização, a partir da perspectiva da ação extensionista, da instituição extensão rural que é abrigada na organização. Retomando Friedberg (1995), segundo o qual a organização se apresenta como um conjunto que acolhe uma multiplicidade de racionalidades nem sempre convergentes, que procuram estratégias de poder, moldando regras, estruturas e jogos.

## 2.2. O conceito de extensão rural e de ação extensionista

Existe uma variada gama de conceitos que buscam definir a *extensão rural*, em virtude do papel que lhe foi atribuído ao longo da história no processo de desenvolvimento, na produção agrícola e na organização social. De acordo com o discurso oficial, definido pela PNATER, no seu Art. 2º, a assistência técnica e extensão rural (Ater) é entendida como um:

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2004, p. 1).

Na concepção do Incaper a extensão também é entendida como “processo educativo”, que procura aumentar a capacidade criativa e crítica das famílias rurais (EMCAPER, 1999).

Essas definições oficiais têm a limitação de tempo e espaço, ou seja, são datadas e refletem uma determinada conjuntura em que se afirmam concepções de desenvolvimento que informam o tipo de ação do Estado brasileiro para as áreas rurais. Há nelas a definição de público, o caráter da educação a ser assumido pela extensão rural. Porém, não abarcam a amplitude do processo que é objeto da pesquisa aqui apresentada, que demanda a compreensão da mudança do conceito ao longo do tempo.

Nesse sentido, Cimadevilla (2003) compreende que a extensão rural é uma construção social e histórica que esteve ligada às diversas concepções de desenvolvimento e progresso. Ela é sempre imaginada a partir de um papel interventivo atribuído aos agentes da extensão rural. Para esse autor, a intervenção é um processo no qual se orienta uma ação para modificar uma determinada realidade identificada intersubjetivamente. Por isso, dois ou mais atores devem ter entendimento semelhante acerca da necessidade de agir para mudar determinada realidade.

Castro (2003, p. 52) esclarece melhor essa característica intervencionista da extensão. Ele entende a extensão rural como uma ação de um ator social (ou do que ele denomina de “fonte”) que define como o objeto um “outro”, a quem deseja “poder fazer algo”. Essa capacidade de poder agir está relacionada à capacidade de assistir, auxiliar, ajudar, “libertar da condição de excluído”, ou seja, provocar, por meio da intervenção, uma mudança na realidade do outro. O autor argumenta que essa intervenção assume qualidades diferenciadas, de acordo com a concepção que se tem do “poder” da fonte

definir o conteúdo, os objetivos e os meios da intervenção. Assim, o “caráter unidirecional” assumido pela intervenção pressupõe que a fonte (da informação, do conhecimento, do saber e da técnica) detém exclusivamente a capacidade de definir a intenção, o objetivo e o conteúdo da intervenção, concebendo o outro como “objeto” dessa ação. Outra possibilidade da ação extensionista se expressa por meio do “caráter auxiliar ou assistencial”, quando a fonte identifica que há uma necessidade vivenciada pelo outro (necessidade essa nem sempre percebida da mesma forma pelo outro) e que pode auxiliá-lo a supri-la ou assisti-lo para amenizar os efeitos da carência percebida, sem necessariamente interferir nas causas fundamentais da carência. Por fim, a extensão pode ser compreendida a partir de seu “caráter messiânico”, quando a “fonte” imagina e “se convence que pode fazer algo pelo outro” para libertá-lo da situação indesejada; e de fato o faz a partir da mobilização da autoridade para agir.

Com base nessa teoria apresentada, Castro (2003) argumenta que podemos definir a extensão rural como “intervenção”, a modalidade mais presente nos órgãos públicos, quando a “fonte” se imagina com domínios e competências, geralmente científicas, para interferir na realidade do outro com intenção de provocar mudanças que, defende-se, visam ao bem comum. Ou seja, a intervenção estaria legitimada por uma ideia de “missão social”, que torna socialmente necessária e supostamente útil a empreitada. Nesse caso, a fonte não se dispõe a negociar o sentido e o conteúdo dessa mudança, focando no aprimoramento dos meios mais eficientes para executá-la. A extensão também pode ser definida como um “serviço”. Neste caso, a fonte também se apresenta como detentora de um domínio de que carece o possível usuário dos serviços que pode prestar. Ou seja, o “outro” é aquele que busca ativamente uma solução desconhecida para um problema que enfrenta. Trata-se, portanto, de uma relação em que o usuário, beneficiário ou cliente do serviço de extensão identifica e reconhece nesse um tipo de domínio legítimo (legal e cientificamente reconhecido) que pode lhe ajudar. Por fim, a extensão pode ser definida como “participação”, quando a fonte, ciente de seu domínio (informações, conhecimentos, técnicas, recursos), deseja “compartilhar esse domínio com aqueles que se interessam por ele” (p. 52). Embora quase sempre predomine o caráter unidirecional da ação extensionista, há maiores possibilidades de que o outro (ou o receptor) seja considerado possuidor de capacidades que podem ser igualmente compartilhadas, o que permitiria estabelecer diálogos e tomar decisões compartilhadas sobre intenções, conteúdos e sentidos a serem atribuídos às mudanças desejadas.

Compreendida como um processo de intervenção, a extensão rural é desencadeada pela *ação extensionista*. Dias (2012, p. 2) define a ação extensionista como:

[...] podemos definir a *ação extensionista* como um conjunto de concepções e práticas, mobilizadas e utilizadas pelo extensionista, para conferir um determinado sentido ao seu modo de agir no processo de interação, buscando com isso, na reciprocidade do ambiente interativo, obter uma resposta do agricultor e, quem sabe, influenciar seu comportamento, tornando-o coerente com a mudança que busca favorecer ou provocar.

A ação extensionista abarca atividades, concepções, porém mantendo como característica essencial ao longo da sua história a ideia de “solucionadora de problemas” da área rural. Contudo, há mais do que “solucionar problema” na ação extensionista. Identifica-se em Giddens (1989) a presença de três elementos na caracterização da “ação social”: a racionalização<sup>29</sup>, a motivação e a intencionalidade<sup>30</sup>.

A ação de intervir implica estabelecer uma relação em que o poder necessita ser exercitado. Giddens (1989) fala sobre “atuar de outro modo” com objetivo de alterar processos ou estado das coisas, pressupondo que ser agente é ser capaz de demonstrar capacidade de exercício de poder que possa alterar rumos e, inclusive, influenciar outros poderes. “Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para ‘criar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (GIDDENS, 1989, p. 11). Trazendo essa reflexão para o tema da ação extensionista, no ato de “resolver problemas” há um processo de intervenção, uma ação carregada de poder. Como tal, possui intencionalidade, racionalização e motivação próprias. Outro elemento da ação seria a “monitoração reflexiva”, que diz respeito ao controle e à regulação rotineira das atividades individuais.

A ação do indivíduo, intencionada e com a capacidade do agente realizar (essa capacidade é o poder de fazê-lo), é chamada por Giddens de “agência”.

“Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase da uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia (GIDDENS, 1989, p. 7)

---

<sup>29</sup> Para Giddens (1989, p. 2), a racionalização da ação é o “entendimento teórico” contínuo que os agentes mantêm das bases da sua atividade.

<sup>30</sup> Giddens (1989, p. 8) define intencionalidade “[...] como o que caracteriza um ato que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e no qual esse conhecimento é utilizado pelo autor para obter essa qualidade ou desfecho”.

O fundamento da ação extensionista – como ato constituído de exercício de poder – é entender como os seus elementos, que caracterizam a natureza da ação, se revelam ou se manifestam na prática do dia a dia. Porém, como revela Giddens (1989), os atos têm consequências não premeditadas, que podem alimentar outros atos de natureza completamente desconhecidas, tornando a ação contingente. Nem por isso deixa de ser caracterizada como uma agência.

No outro campo de debate, Durkheim (1984) ressalta que o sujeito é absorvido pela sociedade e pela sua racionalidade, portanto ocorrem constrangimentos sociais se as ações fogem daquilo que está normatizado pela sociedade e pelas suas instituições. Por esta lógica a ação extensionista “clássica” é *heterônoma*<sup>31</sup>, definida pela estrutura da sua instituição e pela obediência ou submissão do agente às suas normas. Por parte do extensionista, nesta perspectiva, a leitura e a reflexão de sua ação estariam definidas pelo normatizado ou instituído, ou seja, avalia-se se cumpriu “bem” o que foi determinado.

Giddens (2005) afirma que os aspectos mencionados por Durkheim estão corretos, mas de forma relativa, entendendo que as instituições estão presentes antes dos indivíduos. Portanto, ao nascer, já há condutas definidas de comportamentos. A sociedade e suas estruturas não são exteriores ao conjunto de indivíduos. A sociedade existe porque existem os seres humanos e suas ações. O autor afirma ainda que, como seres humanos, temos as nossas escolhas e reagimos aos fatos que nos rodeiam, não somos passivos aos acontecimentos da vida. Por este ângulo, a ação extensionista pode ser pensada pelo *caráter autônomo*, ou a ideia de autonomia<sup>32</sup>. Ainda que submetido à força institucional, o extensionista reflete sobre suas ações, tem percepção da estratificação em classes sociais, sendo capaz de julgar a atuação sobre a perspectiva da comunidade e de suas necessidades. Sua ação conduz à “reflexibilidade”<sup>33</sup> e, assim, torna-se capaz de produzir reações locais nas estruturas institucionais.

Giddens (1989, p. 303) cria um conceito dinâmico entre a ação e a estrutura, que chamou de *estruturacão*. Ele entende a estrutura como regras e recursos usados na reprodução dos sistemas sociais, existindo somente como traços da memória, “a base or-

---

<sup>31</sup> “Trata-se daquele que recebe, de outro, a norma, a regra, a lei. Ele é submetido à vontade do outro, ao poder do outro” (COELHO, 2005, p. 112).

<sup>32</sup> “Trata-se daquele que é capaz ou tem o poder de dar a si mesmo a norma e a regra. Ele goza de autonomia e liberdade” (COELHO, 2005, p. 112).

<sup>33</sup> De acordo com Giddens (1989), a reflexividade não pode ser entendida somente como autoconsciência, mas também como uma monitoração contínua das ações ao longo do tempo-espaço.

gânica da cognoscibilidade humana” [...]. Giddens (2005) revela que toda ação social presume a existência de estrutura, ao mesmo tempo em que a estrutura presume a ação porque depende de um comportamento humano regular. A dinâmica entre a ação do agente na estrutura e vice-versa é denominada de dualidade na estrutura, cujo pressuposto é [...] “A estruturação de relações sociais ao longo do tempo e do espaço, em virtude da dualidade da estrutura” (GIDDENS, 1989, p. 303).

Porém, Coelho (2005) ressalta a tensão ético-moral a que são submetidos os extensionistas quando se deparam com a força moral socialmente instituída<sup>34</sup> e os valores éticos pessoais, levando-os a optar por agir de modo autônomo ou heterônomo. Ou seja, a ação extensionista tem influência sobre as estruturas da organização de Ater, ao mesmo tempo em que essas estruturas permitem uma ação livre, mas “relativa” do profissional. A autonomia e a heteronomia do profissional serão mais ou menos intensas quanto mais próximas ou mais se adequem à estrutura organizacional ou àquilo que está institucionalizado.

Portanto, entende-se aqui a ação extensionista como um processo carregado de motivações (nem sempre explícitas), de intencionalidades e de racionalização, com vistas a provocar mudanças em determinada realidade rural intersubjetivamente percebida. Não se trata de uma ação casuística, ela tem intenções e sobre ela há rotineiramente um processo de reflexividade. O entendimento desses componentes não se revela só na habilidade para teorizar ou estabelecer discurso para a ação rotineira, mas por meio da capacidade que indivíduo tem de compreender, explicar e justificar as atividades que realiza.

Da mesma forma, para compreender a ação extensionista pode-se utilizar o conceito de *habitus* e de uma identidade tanto pessoal quanto social. A ação é pensada, reflexiva, mas influenciada pelas disposições que foram incorporadas pela trajetória do indivíduo e que o motivam a fazer de determinada forma e não de outra. Nem por isso está se dizendo que a motivação é consciente, pois existe uma razão nem sempre consciente nas atitudes dos agentes.

Entende-se aqui que os extensionistas operam nas estruturas organizacionais pelos elementos que os orientam, entretanto encontrarão um corpo institucional histórica-

---

<sup>34</sup> A autora, com este tema, se refere ao mundo do trabalho dos agentes de extensão rural, que em determinados momentos têm de optar por agir pela força daquilo que está regulamentado pela organização, ou ainda instituído como dever. Neste aspecto é o sentido de moral; ou atuar por uma conduta ética, os “impulsos” e os valores internos que define, sua conduta. Daí surge a tensão ético-moral quando aquilo que está legalizado, normatizado, vai contra os princípios que orientam a conduta ética do profissional.

mente constituído de referências às suas ações. Ou seja, compreende-se a ação extensionista como institucionalmente condicionada. Esses mesmos extensionistas, por meio de suas ações, influenciam a estrutura organizacional ao mesmo tempo em que são constringidos pelas suas normas e pela disponibilização dos seus recursos. Por outro lado, verifica-se na ação extensionista, a partir de sua qualidade reflexiva, uma forma condicionadora das institucionalidades e estruturas que a constringe. Pode-se usar como exemplo o Proater, que por ser um mecanismo instituído pelo Incaper é um dos elementos da estrutura que condiciona o extensionista pela obrigatoriedade de sua realização. Como tal, o Proater estabelece princípios e regras no modo de sua elaboração. O princípio é a “participação” do público de agricultores e parceiros; as regras são a obrigatoriedade de realizá-lo dentro dos padrões definidos pelo Incaper. Ao mesmo tempo em que é uma regra é também um recurso orientador da ação extensionista, que pela “participação” procura alcançar o “desenvolvimento”. Logo, normatizado oferece a possibilidade de o agente, junto com o público e parceiros, definir as ações do escritório que levem a um modelo de desenvolvimento. Têm-se dois elementos presentes que definem como serão realizados os Proater em cada município: a dimensão do conceito de “participação” empregado pelo técnico e a ideia de “desenvolvimento” por meio da qual ele se orienta. Assim, embora a organização defina como será realizado o Proater, o profissional opera na sua realização a partir de elementos condicionantes da sua conduta, apreendidos na sua história, formação e interação, ou seja, o conceito de participação e a forma como concebe o desenvolvimento. Como isto, procura-se demonstrar que embora a organização exerça um controle sobre seus agentes, estes, por sua vez, operam a partir do *habitus* e de uma identidade exercida na sua socialização.

Por fim, trazendo a ideia de abordagens de extensão rural para esse contexto, pode-se dizer que elas são os parâmetros pelos quais procura-se classificar a ação extensionista, cujo princípio está no *habitus* e na identidade, mas também na força do que está institucionalizado e condicionado pela história da extensão rural.

### **2.3. Abordagens da extensão rural**

A ideia de abordagem está sendo empregada neste estudo como uma aproximação teórica, um recurso metodológico, que procura classificar e caracterizar a extensão rural (modo de fazer, de conceber, de perceber), na tentativa de distinguir diferentes

formas de pensar e fazer extensão rural que permearam e permeiam as entidades públicas de Ater, particularmente o Incaper.

Como detalhadamente discutido, a ação extensionista é um processo de intervenção nas áreas rurais, carregado de motivações, que procura solucionar problemas, tendo como pressupostos conhecimentos adquiridos na academia e na rotina da “vida vivida”. Esta ação vem resignificada pelo *habitus* e por uma identidade construída nas interações sociais. Essa identidade se diferencia de profissional para profissional, o que permitiu elaborar a ideia das abordagens, primeiro a partir da teoria e depois pelo contraste com as práticas profissionais, concebendo-se três tipos de abordagens: *Convencional, Humanista, Interativa*.

Compreendemos a ideia de “abordagem de extensão rural” como um campo de produção de sentidos e saberes<sup>35</sup> que agrupa determinadas características, permitindo compreender e diferenciar a ação extensionista, sem no entanto enquadrá-la numa camisa de força. Entende-se que no ato da ação, em sua prática profissional, o extensionista pode optar por diferentes abordagens, acionando características daquelas que correspondam aos desafios e às demandas que a situação concreta de interação possa requerer. Para Bunge (2006, p. 18), abordagem é:

[...] uma maneira de encarar as coisas ou lidar com elas. Modo pelo qual se enfrenta um problema (cognitivo, prático ou moral). Em geral, uma abordagem "A" pode ser construída como um corpo "b" de conhecimento básico juntamente com um conjunto "p" de problemas (problemáticas), um conjunto "a" de objetivos, e um conjunto "m" de métodos (metódica). Então  $A = \langle "b", "p", "a", "m" \rangle$ . Ao contrário de um paradigma, uma abordagem não está comprometida com nenhuma hipótese particular exceto as de 'b'.

Uma ‘abordagem’ extensionista é o modo de se enfrentar um problema cognitivo e prático de promoção da mudança social, visando ao desenvolvimento rural. Cada uma das abordagens possui:

1. Um corpo de conhecimentos (b): por meio dos quais se explicita uma leitura/diagnóstico do problema e da realidade social a ser modificada; uma proposta de construção de leitura deste problema e da realidade; um conhecimento sobre as alternativas/soluções para resolver o problema diagnosticado; um modo de intervir na

---

<sup>35</sup> “Saber” aqui adquire o significado que lhe é conferido por Foucault (1996), como o processo por meio do qual o sujeito do conhecimento modifica-se durante o fazer da atividade que empreende para conhecer. Há, portanto, um componente reflexivo – e por vezes crítico – que conduz à construção dos sentidos da ação extensionista ao longo do tempo e da variação dos espaços em que se realiza.

realidade social; um modo de interagir com os sujeitos envolvidos pelos processos de mudança.

2. Um conjunto de problemas [problemáticas – (p)]: as abordagens tendem a construir diferentes leituras da realidade. Conseqüentemente, tendem a perceber os problemas de formas diferentes e procuram intervir no sentido de encontrar soluções também de formas distintas.
3. Um conjunto de objetivos (a): o conjunto de objetivos varia numa relação direta com a percepção dos problemas, vistos de formas diferenciadas pelas distintas abordagens. Portanto os objetivos podem ser: difundir conhecimentos e técnicas; empoderar; conscientizar, etc.
4. Um conjunto de métodos (m): as abordagens desenvolvem e utilizam procedimentos diferenciados, que funcionam como meios e métodos com os quais pretendem-se solucionar determinadas questões percebidas como problemas.

Embora, Bunge (2006) situe quatro variáveis como definidoras do conceito de abordagem – conhecimento, problemática, objetivos, métodos, no caso específico deste estudo é preciso relacionar também o “desenvolvimento”. A história institucional da Ater esteve sempre delimitada pelos contextos socioeconômicos e políticos, explicando, em parte, as formas de agir da Ater ao longo da sua existência. Esses contextos socioeconômicos foram definidos por propostas na ideia de desenvolvimento que alteraram as organizações de Ater e, principalmente, as ações dos agentes locais (CIMADEVILLA, 2003; DUARTE; SILIPRANDI, 2006; DIAS, 2008). Portanto, as abordagens que também se constituíram pela história da Ater no Espírito Santo elaboraram sua base de conhecimento pelas diferentes propostas de desenvolvimento que guiaram as organizações de Ater.

Para Almeida (1997), a noção de desenvolvimento surge em contraposição ao esgotamento dos conceitos de “progresso” e “crescimento”, insuficientes para responder as diferenças socioeconômicas entre as nações, bem como incapazes de sugerir as transformações que não levassem em conta somente o aspecto “quantitativo” do crescimento. O desenvolvimento foi concebido naquele instante como uma noção capaz de interagir a dimensão econômica de forma recíproca com os aspectos socioculturais.

Já na década de 1960 as propostas de desenvolvimento para os países pobres foram emprestadas pelos países ricos e industrializados, logo aqueles deveriam se industrializar para se desenvolverem. Relata Almeida (1997, p. 37) que:

[...] o desenvolvimento é um bem para todos os lugares. É por isso que foi pensado e aplicado de maneira uniformizante. Ao invés das originalidades se exprimirem e se fortificarem, aparecerem as características singulares dos povos e das culturas. É um *modelo idêntico* que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura.

Segundo o autor, a ideia de desenvolvimento se reduziu à de modernização, ou seja, a capacidade que um sistema tem de produzir modernidade, o desenvolvimento é a capacidade e a vontade que os atores têm de transformar a sociedade; a modernidade é um “processo”, o desenvolvimento é uma “política”. O Brasil, na década de 1960, colocou em curso a noção de desenvolvimento que os Estados Unidos e a Europa já haviam engendrado, por meio de um intenso processo de industrialização no qual o setor agrícola e rural se tornou uma das peças, ainda que secundária. A agricultura se converteu em uma ponta da cadeia produtiva industrial, fornecedora de matéria-prima e de mão de obra; na outra ponta está o mercado consumidor dos produtos industrializados (ALMEIDA, 1997).

Essa noção de desenvolvimento restrita ao de modernização e o papel predefinido da agricultura no setor industrial foram definidores de competências para as agências de Ater e para os agricultores. Segundo Almeida (1997, p. 40),

Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se da ampliação de *cliente-la do desenvolvimento*, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, “os retardatários da modernização”.

Na perspectiva do autor o *conhecimento* é novo porque vem da “nova” noção de desenvolvimento, implicando levar modernidade às áreas rurais. Nesta perspectiva, no processo interventivo da Ater o desenvolvimento e o conhecimento são emanados de fora para dentro, recurso e instrumento capazes de promover as mudanças da tradição para a modernidade. Ainda, essa modernidade traz em seu bojo um conceito de público preferencial da Ater, como diz Almeida (1997) um novo agricultor “individualista”, “competitivo”, “questionador das tradições”, denominado de “agricultores empresariais modernos”, ou pelo nome genérico de “produtor rural”, cujo substantivo diminui o ato de a história da agricultura ser produtora de arte e cultura, restringindo o agricultor à esfera da produção e do lucro. Em contraposição a este “modelo” e às suas consequências, surge a proposta do desenvolvimento “sustentável”.

Embora não exista um consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, sua concepção se origina da percepção de finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais advindas do modelo de desenvolvimento adotado na maioria dos países (ALMEIDA, 1997). Advém dessa perspectiva a necessidade de um desenvolvimento que possa equilibrar as dimensões social, econômica e ambiental (DIESEL *et al.*, 2002).

Para Caporal e Costabeber (2004), o conceito de sustentabilidade traz a ambiguidade revelada em dois grandes enfoques, o “tecnocêntrico” e o “ecocêntrico”. O enfoque tecnocêntrico tem na tecnologia a convicção inabalável de ser a solucionadora da degradação ambiental e da escassez dos recursos naturais. Este grupo se alinha com a escola de “sustentabilidade débil”, que considera a possibilidade de substituir o capital natural (recursos naturais renováveis e não renováveis) por capital humano (conhecimento e habilidades) ou manufaturado (máquinas, edifícios, estradas). Na concepção tecnocêntrica prevalece a ideia de promoção do desenvolvimento rural como “intensificação da revolução verde”, ou seja, promover o aumento da produção e da produtividade, que ocorrem mediante a difusão e a adoção de tecnologias, e, diferentemente do ideário da Revolução Verde, “práticas agrícolas mais limpas”, destinadas a determinadas áreas consideradas mais aptas a dar respostas produtivas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Nesta concepção, mantém-se o princípio exógeno da intervenção nos ambientes naturais e sociais para provocar mudanças nas bases produtivas.

O enfoque ecocêntrico propõe amplitude de aspectos que prevalecem no pensamento econômico. A tecnologia é importante, mas não pode ser considerada como solução de todos os problemas; devem ocorrer mudanças no modelo de desenvolvimento econômico como forma de assegurar o equilíbrio no desenvolvimento. Esse grupo se alinha com a escola de “sustentabilidade forte”, que entende não haver substitutos para certos bens naturais, e apregoa dois princípios dos bens naturais, o da *incerteza* – não há compreensão plena do funcionamento dos sistemas ecológicos; e o princípio da *irreversibilidade* – a perda de recursos naturais é definitiva (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Se essa é a noção de desenvolvimento sustentável, genérica e difusa, com a pluralidade de proposta e concepções que dela advém, como orientou a extensão rural a partir dela? Pode-se dizer que as diferentes formas de abordagens encontraram no meio dessa diversidade um *locus* da sua ação, pelo enfoque tecnocêntrico ou ecocêntrico, ou ainda por incorporar características dos dois, agregando práticas e técnicas mais “sustentáveis” sobre a perspectiva ambiental e adotando a “participação” dos agricultores no

seu discurso. Prevalece, ainda assim, nas *Abordagens Convencional e Humanista* a característica de que a extensão rural se mantém como “fonte” do conhecimento, embora os agricultores tenham ganhado o *status* de ser consultados sobre os problemas inerentes às questões rurais, sem, no entanto, serem os protagonistas do desenvolvimento, agora adjetivado como “sustentável”, porém exógeno ao local de intervenção da ação extensionista.

Por outro lado, Fontan (2010) recoloca a discussão do *local* como espaço físico, concreto, onde se desenvolve as inovações. É a partir do local que se faz a transição para a construção do uso e a generalização das inovações para o uso social. Com isso, o autor procura demonstrar a força dos espaços locais na capacidade de inovar e, portanto, na necessidade de revalorização desse espaço. Para Fontan (2010), o desenvolvimento local é entendido como uma renovação do desenvolvimento sustentável, que ele denomina de *Projeto local*:

Do nosso ponto de vista, o Projeto local trata da socialização e da mobilização de indivíduo, de grupos, de organização e de instituições em torno de uma grande mediação centrada na articulação de interesses diferenciados nos cenários do território local. Essa mediação não consiste em tornar a economia – e, portanto, o emprego e a riqueza “monetária” – a pedra angular do desenvolvimento local. Ao contrário, o Projeto local aborda em sua totalidade o social que ocupa o espaço local (FONTAN, 2010, p.191).

É por meio do projeto local que os atores têm possibilidades de intervir no global, ampliando suas capacidades de atuar na realidade e alterar as configurações dadas por diretrizes externas ou por planos de desenvolvimento que desconsideram as especificações e as heterogeneidades locais. Refletindo a partir das áreas rurais, o desenvolvimento local tem como pressuposto essa heterogeneidade, o que implica que cada localidade guarda características próprias, encerrando interesses diversos, e por vezes conflitantes, que só encontram respostas e soluções quando discutidos a partir dos seus atores sociais. Logo, políticas públicas e estratégias advindas guiadas por projeto de desenvolvimento tendem a desconsiderar as matizes dessa heterogeneidade, levando à exclusão ou à marginalização dos conjuntos dos atores sociais, beneficiando determinados setores das áreas rurais.

Para Diesel *et al.* (2002, p. 10), a melhoria de condições de vida das populações requer sua participação, reinterpretando e desenhando o desenvolvimento, no qual o desenvolvimento local é a vertente que procura “alcançar uma sociedade mais justa,

mediante a participação nas políticas públicas dos segmentos sociais marginalizados econômica e socialmente [...]”.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) como mecanismo para implementar políticas públicas e estimular o desenvolvimento endógeno por meio dos territórios rurais. O MDA considera que para estimular o desenvolvimento endógeno deve-se partir da “[...] ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações e especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características” (MDA, 2005, p. 11). Esses instrumentos de participação dos atores no desenvolvimento local foram desenvolvidos ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e posteriormente, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, essas ações foram ampliadas. A tese era de que os conselhos municipais e territoriais eram espaços de interlocução entre os diversos atores sociais, nos quais as populações locais poderiam definir as estratégias de desenvolvimento por meio dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) ou Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). No caso específico do Incaper o Proater é esta referência, que guia o agente de extensão rumo à possibilidade do desenvolvimento sustentável.

Para Fontan (2010, p. 191), a renovação do desenvolvimento local, a partir do projeto local, constitui um caminho para que os pesquisadores entrem em contatos com as potencialidades sociais e culturais, “[...] trabalhando ao lado dos agentes de desenvolvimento local na elaboração de um quadro de reflexão apropriado aos desafios colocados pela realidade atual”. Nesse caso, especificamente, não é o conhecimento a primazia pelo qual se estabelece a abordagem, mas sim o método, pois é ele que irá permitir a interação dos diversos atores sociais e a construção de relações dialógicas. O conhecimento é derivativo da interação e do diálogo, os atores sociais o elaboram a partir de sua formação, profissão, identidade, *habitus*.

Diesel *et al.* (2002) relatam que da noção de desenvolvimento sustentável derivou o desenvolvimento com equidade, que tem em seu seio a questão da agroecologia. Segundo os autores, essa matriz se alicerça nas preocupações culturais e na equidade social, e há nela um repensar do desenvolvimento sobre outros paradigmas.

Desta forma, não se trata de ajustamento das condições sociais e ambientais, mas sim de estabelecer outras bases teóricas para o desenvolvimento pautado na agroecologia.

A agroecologia, para Caporal e Costabeber (2004; 2007), é entendida como um paradigma que oferece princípios, conceitos, metodologias e estratégias para processo de transição de modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para o desenvolvimento rural e agricultura sustentáveis. Como ciência, ela lança mão de várias áreas do conhecimento que possam oferecer esse aporte, portanto tem um caráter inter e multidisciplinar. Esses autores entendem que

[...] como resultado da aplicação dos princípios, conceitos e metodologias da **Agroecologia**, podemos alcançar **estilos de agricultura de base ecológica** e, assim, obter **produtos de qualidade biológica superior**. Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender **requisitos sociais**, considerar **aspectos culturais**, preservar **recursos ambientais**, apoiar a **participação política** dos seus atores e permitir a obtenção de **resultados econômicos** favoráveis ao **conjunto da sociedade**, numa **perspectiva temporal de longo prazo** que inclua tanto a presente como as futuras gerações (**ética de solidariedade**) (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 116).

Na dimensão política, os autores enfatizam a necessária participação dos atores sociais nos processos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como nas redes sociais e na representação dos segmentos sociais nos espaços que propiciem a discussão das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento. Na dimensão cultural, a ótica é sobre os saberes, os conhecimentos, os valores que devem ser compreendidos e analisados, sendo o ponto de partida para projetos de desenvolvimento, que devem refletir a identidade da população rural local.

Portanto, constata-se que tanto o desenvolvimento local como o desenvolvimento com equidade, enfocando a agroecologia, consideram que o desenvolvimento, a partir do local, não é para promover mudanças sociais por meio de uma matriz tecnológica. Por outro lado, consideram as investidas nas potencialidades locais (ecológica, social, ambiental, política, cultura e ética) capazes de gerar bem-estar às famílias rurais, conseqüentemente são promotoras das mudanças sociais. Para Caporal e Costabeber (2004), a agricultura familiar guarda característica que a coloca como *locus* principal e estratégico para estabelecer processos agroecológicos, por possuir controle sobre os meios de produção, a terra, o trabalho e os saberes, além da gestão da unidade produtiva ser executada pela família.

Pelas descrições realizadas até o momento, verifica-se que os diferentes modelos de desenvolvimento, ao orientarem a Ater, também definiram uma tipologia de agricultura como público prioritário de ação. Ou, senão, permitiram imaginar um tipo de agricultor “modelo”, “ideal”, para qual a extensão rural teria a “missão” de fazer acontecer por meio de mudanças sociais no público de ação, apoiadas pelas políticas públicas de desenvolvimento. Para este estudo, vamos nos limitar a duas grandes formas sociais de produção. A primeira pode ser denominada de “agricultor empresarial moderno”, ou “empresário rural”. São geralmente muito técnicos, com alta produção/produtividade, e produzem essencialmente para o mercado de “massa” ou externo, tornando-o essencialmente dependente (LAMARCHE, 1998). Têm um caráter muito individualista, produção especializada, e sua integração com a indústria é tanto com aquelas ofertadoras de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas (a montante), quanto com as de transformação da produção (a jusante), logo são consumidores de tecnologia e, portanto, necessitam de informação técnica especializada (ALMEIDA, 1997). Lamarche (1998) pontua outras características: a família não ocupa papel central nas tomadas de decisão e na organização das estratégias; a terra é instrumento de trabalho, e por vezes objeto de especulação; sofrem com problemas ecológicos, principalmente no que tange à gestão da poluição. O autor caracteriza outra forma social de produção, denominada *agricultura familiar moderna*. Suas características mais relevantes são: a) a identidade com a terra, considerada mais do que um fator de produção, pois é um patrimônio da família, transferido de pai para filhos por meio da herança; b) a família é o núcleo gestor da propriedade, e o trabalho agrícola é realizado pelas famílias, porém utilizam mão de obra assalariada (no Espírito Santo é usual a contratação de mão de obra, especialmente na colheita do café), e não é incomum membros das famílias complementarem rendas com atividades fora da propriedade; c) estão integrados na economia de mercado, dependentes, portanto, dos resultados do “mercado internacional”, porém existe uma determinada autonomia na produção de alimentos para o consumo interno; e d) possuem uma forte ligação com a sociedade local, caracterizada pela participação em festas, assumindo responsabilidades locais e participação em política (LAMARCHE, 1998).

Na perspectiva das abordagens, esses dois distintos modos sociais de produção são apresentados como referências para a atuação extensionista, acionadas como ideais entre o produtor rural e a agricultura familiar; entre um e outro há outras denominações, como “pequeno agricultor” ou “pequeno produtor”. Denominações relacionadas a uma

perspectiva econômica, que diz das condições de estratificação da terra, ou seja, da disponibilidade de terra para produzir.

No caso específico do Espírito Santo, como mencionado (Capítulo 1), os agricultores familiares ocupam por volta de 80% do total de estabelecimentos agrícolas. Considerando ainda que o público prioritário definido na missão do Incaper são aqueles denominados de agricultores familiares, infere-se que as distintas abordagens atuam diretamente com o público de agricultores familiares. Porém, essas abordagens denominam esse público a partir de determinadas competências esperadas por esses agricultores, definidas no âmbito das políticas públicas e das orientações do desenvolvimento. Ao usar o termo “produtor rural”, aproxima-se o agricultor familiar do “empresário rural”, principalmente com as características de especialização para o mercado – o café com alta produtividade e qualidade é elemento imprescindível no caso do Espírito Santo, logo se faz necessário o uso de tecnologia, clonagem do café, adubação, irrigação; e por fim a gestão da propriedade, principalmente no que se refere ao balanço financeiro. No outro extremo das abordagens está a denominação de agricultura familiar, considerando a autonomia desse público, a diversificação da propriedade, a economia ligada aos espaços locais, diminuindo a integração ao mercado, tanto a montante como a jusante, e a valorização dos espaços, que permite a organização dos agricultores e a expressão da cultura local.

Retoma-se aqui a discussão das abordagens e sua caracterização a partir dos elementos empreendidos até o momento. Na denominação da *Abordagem Convencional* foram considerados dois aspectos: o primeiro por entender ser esta a abordagem hegemônica no cenário nacional, em se tratando da ação extensionista nas instituições públicas; o segundo por ela estar convencionada pela força do *habitus*, construído ao longo do percurso da extensão rural, porém marcadamente pela perspectiva da extensão rural com o papel modernizante e transferidor de tecnologia e conhecimentos.

A *Abordagem Convencional* se inspira no paradigma “científico-convencional” proposto por Niels Röling. Este paradigma fundamenta-se na epistemologia do positivismo-realista, caracterizado, de modo simplificado, pelos seguintes elementos: a realidade existente é indiscutível e independente da observação humana, a ciência proporciona conhecimentos “verdadeiros” e é fonte de inovação para esta realidade; os cientistas são os responsáveis por revelar esta verdade; e a tecnologia é a ciência aplicada para a solução dos problemas da sociedade (RÖLING, 1996).

Seguindo as referências de Bunge (2006) sobre o conceito de abordagem, pode-se afirmar, a partir das análises, que para a *Abordagem Convencional* o corpo de conhecimento é gerado pela experiência prática da ação extensionista, mas principalmente pelo conhecimento científico. Por isso, o conhecimento local e a construção participativa da realidade são desprezados, a não ser que ela seja validada cientificamente. Logo, os problemas são derivados dessa forma de ver a realidade rural. Portanto, os problemas verificados pelos agentes dessa abordagem estão centrados na baixa produtividade, na falta de tecnologia e na má qualidade dos produtos, como causas diretas da falta de renda do produtor. Com base nessas análises, deduz-se que o objetivo passa ser transferir conhecimento científico e tecnologia de baixo custo. Assim, a transferência de conhecimento é feita de forma linear ou unidirecional dos centros de pesquisa para o extensionista, e deste para o agricultor (GIBBON, 1994; SCHMITZ, 2010). Nessa abordagem, é desejável que as ações tenham respostas rápidas. Logo, os métodos são utilizados para alcançar essa eficiência. Os mecanismos mais importantes são as visitas técnicas, os treinamentos, as demonstrações de métodos e as reuniões.

A *Abordagem Humanista* é inspirada nas referências de Rodrigues (1997) para designar uma fase da extensão rural no Brasil, marcada pela retomada da preocupação com o desenvolvimento humano integral. Uma das características dessa fase foi a de abolir a concepção do humanismo assistencialista que balizou a extensão rural na sua origem, bem como o “missionarismo” difusionista produtivista da “Revolução Verde”. Neste sentido, essa abordagem mantém os princípios da orientação técnica como indutor do progresso técnico, mas nega a intervenção impositiva para adoção de pacotes tecnológicos (RODRIGUES, 1997). Caracteriza-se pela preocupação com uma maioria de médios e pequenos produtores marginalizados pela “Revolução Verde”, procurando estabelecer com essa “massa” um relacionamento dialógico, no qual são imaginados como sujeitos da ação. Para tanto, a relação de demanda se inverte, e a extensão passa a responder “as demandas” oriundas das populações rurais.

No entanto essa abordagem, ao mesmo tempo em que procura se posicionar de forma diferenciada, mantém as características de “fonte” (CASTRO, 2003) atribuída ao extensionista, da qual não conseguiu desvencilhar. Outro elemento característico é: se os problemas eram identificados pela população, as respostas e soluções estavam a cargo dos extensionistas (ROGERS, 1995).

Em referência ao conceito de Bunge (2006) para a *Abordagem Humanista*, o seu corpo de conhecimento se assemelha ao da *Abordagem Convencional*, ou seja, tem

como princípio o conhecimento gerado cientificamente, porém não despreza os conhecimentos oriundos dos produtores/agricultores. Logo, a leitura dos problemas na área rural e na agricultura tem causas na baixa produtividade e na qualidade dos produtos. Entretanto, constatam-se problemas também na falta de diversificação agrícola e na organização social do público de ação. Os objetivos estão centrados na transferência do conhecimento científico, tanto para resolver os problemas derivados da produção, como aqueles de origem social. Os métodos são as visitas técnicas, os treinamentos, a demonstração de métodos e as reuniões. No entanto, os métodos participativos são importantes como forma de perceber os problemas do público prioritário.

A *Abordagem Interativa* é inspirada no paradigma “científico-interativo” proposto por Røling (1996). Esse paradigma fundamenta-se na epistemologia construtivista, que entende que a realidade é uma construção social, por isso pode ter perspectivas diferentes, de acordo com as relações e as experiências dos grupos humanos em determinado ambiente. O conhecimento também se processa desta forma; a aprendizagem vai sendo construída como resultado das interações sociais na inserção do indivíduo, na transformação do seu espaço. A ciência se torna essencialmente híbrida, multi e interdisciplinar, comportando a orientação natural e social, portanto seu produto não é somente tecnologia, mas uma contribuição na construção social, na reflexão do homem e do seu papel na realidade. Røling (1996), apoiando-se nas perspectivas de Habermas, relata que esse paradigma teria o papel de agregar a racionalidade instrumental (dada pela economia – recursos financeiros, pela política – poder, chamado “mundo sistêmico”) e a racionalidade comunicativa (concordância dos indivíduos em cooperar por meio dos mecanismos de linguagem e ação) na construção da realidade e do conhecimento. O papel da extensão em todo esse processo é o de facilitar a aprendizagem e estimular a participação.

Pelas referências de Bunge (2006), o corpo de conhecimento é derivado do processo de interação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento do público de ação, os agricultores familiares, bem como do conhecimento prático que se adquiriu na ação do agente. Logo, a leitura dos problemas na área é complexa; origina-se das imbricações das dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais. Essa abordagem procura centrar seus objetivos nas questões socioculturais, como forma de resolver as questões econômicas e ambientais. Para tanto, atua principalmente via organização dos agricultores, no sentido de melhorar os mecanismos de comercialização. Os métodos, assim como as outras abordagens, são diversos e até mesmo similares aos demais.

Porém, as metodologias participativas são essenciais para compreender as necessidades do público e, também, para planejar as ações que propiciem o desenvolvimento local.

#### **2.4. Redes espaços de intervenção**

No processo de intervenção e de interação nas localidades rurais, o extensionista, em determinadas circunstâncias e em virtude dos problemas que surgem, procura atuar em redes para colocar em prática certas ações/projetos que nem sempre são passíveis de ser orquestradas de forma isolada. Por isso, ele se aproxima de outras instituições, organizações, movimentos, pesquisadores e até mesmo de outros extensionistas para fazer acontecer determinada atividade. Essa aproximação não significa a existência de uma afinidade ou plena concordância com o projeto de outros atores. Pode significar até abrir mão dos projetos ou da essência destes, estabelecendo aliança para investir em ações e, ou, projetos de maior amplitude. O posicionamento do agente de extensão na rede está intimamente ligado ao *habitus* e à sua identidade, bem como às estratégias deferidas pela rede. Neste sentido, retoma o conceito de abordagem e a discussão de “agência”. Segundo Long (2007, p. 50),

[...] la agencia (y el poder) dependen de modo crucial del surgimiento de una red de actores que llegan a ser parcialmente, aunque casi nunca por completo, enrolados em el “proyecto” de alguna otra persona o personas. La agencia, entonces, implica la generación y uso o manipulación de redes de relaciones sociales y la canalización de elementos específicos (como demandas, ordenes, biens, instrumentos e información) a través de puntos nodales de interpretación e intercción.

Dessa forma, verifica-se que uma rede pode ser um arranjo oriundo de uma estratégia do agente de extensão como mecanismos para executar o projeto de desenvolvimento em curso naquele instante. Portanto, procura envolver diferentes atores sociais para conduzir a proposta de ação da organização de Ater. Por outro lado, o fato de existirem diferentes atores/agentes numa rede não implica abrir mão dos projetos individuais, ou que o projeto comum é o projeto majoritário, mas sim implica uma aliança para estabelecer determinadas estratégias que interessam, “por algum motivo,” aos atores ali presentes. Deste modo, Long (2007, p. 50) afirma “la batalla nunca acaba puesto que todos lós actores ejercen algún tipo de ‘poder’, contrapeso o espacio de maniobra, incluso quienes están em posiciones muy subordinadas”.

Por outro lado, segundo Marteleto e Oliveira e Silva (2004):

As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação (p. 41).

Para esses autores, as pessoas vivem em redes de dependência difíceis de serem rompidas; criam tecidos, conexões, interdependência que sujeitam e “moldam” o indivíduo, de forma variável de sociedade para sociedade. Afirmam também que as redes humanas têm ordens e leis, por isso nem sempre funcionam como planejadas e desejadas pelas pessoas que as compõem. Portanto, as transformações históricas engendradas nessas redes não dependem, necessariamente, da vontade das pessoas nelas inseridas. Retoma-se aqui a discussão de Giddens (1989) sobre a “agência”, ao se referir à ação humana cujas consequências dos atos nem sempre são aquelas esperadas ou mesmo imaginadas por quem as perpetra. Portanto, ao estabelecer uma ação extensionista em uma rede, o agente encontrará outros agentes com interesses similares e outros com interesses antagônicos, atuando no mesmo arranjo. Portanto, entende-se que esses arranjos, ao mesmo tempo em que são potencializadores da ação, são locais de conflitos e tensões.

Em outro campo de análise, Lopes e Baldi (2005) enfatizam que os membros de uma rede se mantêm agregados em torno de relações de confiança e laços sociais, logo não há mecanismos de coordenação do tipo hierárquico. A característica de horizontalidade das redes permite maior pluralidade em termos de centros de coordenação e controle.

A respeito de laços sociais, Granovetter (1973) pondera sobre a existência de dois tipos de laços. Um primeiro chamado de “laço forte”, cujas relações são de grande proximidade entre os parceiros, os agentes ou as instituições, podendo ser inclusive de parentesco. Nesse tipo de relação há uma sobreposição de conhecimentos, de ações e de interesses já comumente estabelecidos entre os componentes da rede. No outro campo, os “laços fracos” são aqueles em que os atores mantêm menor contato, estão mais distantes, mantendo menor proximidade e intimidade. Para Granovetter (1973), é nessa relação de laços fracos que os indivíduos fazem as pontes entre indivíduos fora da rede, com outras redes e outras instituições. São as relações de laços fracos que dão amplitude à rede, geram oportunidades e ideias. São esses contatos distantes que possuem outras informações, circulam em outros espaços distintos daqueles que comumente circulam os atores que mantêm as relações de laços fortes.

Marteleteo e Oliveira e Silva (2004, p. 43) destacam que há uma relação entre redes e capital social, que é [...] “definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos”. Enfatizam como necessária a existência de estrutura de rede na construção dos recursos das comunidades.

Para Bourdieu o capital social é:

[...] é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade [...] (BOURDIEU, 1999, p. 65).

Segundo o autor, o capital social não está restrito a relações objetivas no espaço geográfico, ou econômico, e mesmo social. Logo, o “volume” de capital social está intimamente ligado à “capacidade”, à “habilidade” que os indivíduos da rede têm de mobilizar, dependentes das conexões, dos vínculos e das relações proporcionadas pelas interações sociais. O capital social é relativamente irredutível ao capital econômico e cultural, porém não é completamente independente destes, “[...] pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade *objetiva* e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 65). O capital social não são os recursos mais a habilidade e a capacidade de mobilizá-los.

Franco (2001) aponta que sem a existência do capital social não é possível o desenvolvimento, nem o acúmulo sustentável do capital econômico. Para a existência do capital social uma das premissas são as redes sociais. Ainda segundo o autor, o capital social não pode existir sem cooperação, pois é essa cooperação que cria um ambiente favorável ao desenvolvimento. A cooperação é um agregante que faz as pessoas permanecerem juntas, alavancando o desenvolvimento.

[...] A cooperação, que faz as pessoas permanecerem juntas, inclusive em empresas, além do salário que recebem ou do lucro que auferem, não pode se instalar, se ampliar e se reproduzir se as pessoas se relacionam apenas de maneira vertical, como uma pirâmide, numa

cadeia de subordinação, cada uma sempre dependendo de outra para fazer qualquer coisa. Padrão vertical de organização, subordinação e dependência impedem a geração, a acumulação e a reprodução do Capital Social (FRANCO, 2001, p. 2).

Assim, o capital social tem potencial para crescer a partir das conexões horizontais, nas quais as pessoas mantêm relações de menor dependência e subordinação. Para Franco (2001), nas redes há menos burocracia e maior circulação de informações, favorecendo a interação dos saberes, conduzindo à autonomia, e não à subordinação.

[...] Projeto comum, conectividade horizontal e interdependência leva, através da multiplicação de relações de parceria, à constituição de comunidade [...] Ora a combinação ou incidência simultânea de projeto comum, conectividade horizontal e interdependência – que, juntas, levam à constituição de comunidade – tem um nome: chama-se ‘rede’ (FRANCO, 2001, p. 3).

São, portanto, as redes um dos fatores capazes de sustentar o capital social e criar o ambiente favorável para o desenvolvimento.

Tem-se aqui a ideia de desenvolvimento, um “substantivo” orientador da ação extensionista e do conceito de abordagem. Por trás da matriz identificadora da abordagem há um problema a ser resolvido, conforme apontado por Bunge (2006), que se estruturou a partir de uma perspectiva de desenvolvimento proposto ou auferido para as áreas rurais por força do Estado e das políticas públicas. As diferentes abordagens têm distintas visões do desenvolvimento: modernizante, modernizante com perspectiva sustentável e desenvolvimento local sustentável. Essas matrizes são orientadoras da ação extensionista.

Portanto, ao participar da rede em um município, o agente de extensão leva com ele esses princípios, o *habitus*, a identidade, um conceito de desenvolvimento, orientadores da sua ação, que como tal vai procurar influenciar a rede, ou ainda ser influenciado por ela, a partir dessas lógicas. Essa influência é tanto no sentido de ser um ator ativo na rede ou mesmo passivo, como também da capacidade de coordenar ou de desmerecer e desorientar a rede.

Por outro lado, Franco (2001) expõe que a rede só se forma a partir do exercício de cooperação, levando as pessoas a se relacionarem conforme um padrão de rede. Ao mesmo tempo, esse padrão de rede depende de como as pessoas cooperam entre si. O agente de extensão pode ressignificar seus valores e acionar determinada postura, assumindo um papel menos conservador, ou, ainda, procurar outras redes nas quais sua pos-

tura seja o padrão coerente com os valores e a cooperação desejada para aquela rede. Neste sentido, forma coletividades com as mesmas proximidades do *habitus*.

Franco (2001) ressalta ainda que uma cultura de rede leva à descentralização, à participação, ao despontar de lideranças, a novas iniciativas e às pessoas assumindo maiores responsabilidades. Por esta lógica parece haver uma incoerência entre determinados padrões de ação extensionista e a abordagem cujo *modus operandi* não consegue assimilar um processo de interação dessa natureza. Por esta via, a tendência desses profissionais é não assumir posição nesses espaços que possa comprometer seu conhecimento técnico e sua identidade extensionista. A identidade extensionista, neste sentido, é uma identidade de poder e liderança, como dito por Giddens (1989), pois como agente ele exerce poder decisório. Essa liderança e identidade podem ficar comprometidas numa rede, uma vez que vai exigir habilidades que fogem à competência da resposta lapidada pelas certezas científicas de um pacote tecnológico.

## **2.5. Ao final algumas considerações**

Propôs-se neste capítulo a explicitação de três abordagens: *Convencional*, *Humanista*, *Interativa*. Estas classificam os grupos de extensionistas a partir da sua ação e da forma com que percebem o universo em que vivem. Essas abordagens não comungam de mesmos princípios e valores; a história e a trajetória dos seus participantes não são as mesmas, portanto seus agentes possuem identidades e *habitus* diferentes, embora eles possam acionar diferentes modos de operar, identificados mais em uma ou outra abordagem, ou seja, as abordagens não são cristalizadas. Os agentes, ao realizarem sua agência, atuarão conforme a pressão do momento e as características do contexto. Assim, podem recursivamente acionar um discurso diferenciado do seu *habitus* ou da sua identidade, procurando se adaptar àquele espaço ou momento. Outro aspecto é que os agentes, ao longo da sua trajetória, podem ter uma ação extensionista, um *modus operandi*, e se identificar com outra forma de atuar, e podem se tornar eles mesmos críticos de sua ação no passado. Logo, é útil a apreciação do conceito de *habitus*, que nega a rigidez, mas aponta para uma disposição dinâmica e mutável, ligada ao passado e ao presente. Ao mesmo tempo, “ascende” ao discurso de Giddens (s.d.) sobre a ação do agente carregada de motivação, intencionalidade e reflexividade, atuando sobre a estrutura e criando a estruturação, implicado na dualidade da estrutura.

Inseriu-se neste trabalho o conceito de rede e capital social. Por meio das redes os agentes de extensão procuram apoio para realizar determinadas ações que não são passíveis de ser executadas de forma isolada. A rede, como um mecanismo de cooperação, é um fomentador de capital social, bem como uma alavanca para dar sustentação ao desenvolvimento. A ação do extensionista é plural e se orienta pelo *habitus* e por uma identificação social, portanto nem sempre atua catalisando a rede, pois pode nela manter uma postura passiva ou mesmo regressiva à orientação da rede. A maior ou menor influência do agente na rede está ligada aos princípios orientadores desta e do próprio agente.

A análise centrada na organização e na instituição permitiu visualizar a existência de três abordagens classificatórias da ação extensionista e leva a refletir a existência da institucionalização desses diferentes *modus operandi*. Exercendo pressão, procura-se institucionalizar em cada uma das abordagens seus diferentes pontos de vista, pressionando a estrutura organizacional. O objetivo dessas distintas abordagens é “poder” efetivar suas ações, amparadas em regras e recursos da organização, além de criar outras crenças e tradições que movem o mundo das instituições.

Revela-se então, no contexto da organização, a existência de grupos que agem no intuito de fazer valer os objetivos organizacionais. Mas cada indivíduo tem interesse de poder fazer valer também o seu ponto de vista. Desta forma, ele se agrega a outros que podem dar sustentação a esse querer. Nessa lógica desperta a questão da possibilidade da existência da incoerência entre missão, objetivos e grupos, ou no caso deste estudo entre diferentes abordagens. Assim, a organização abriga diferentes institucionalidades e seu direcionamento segue aquele hegemônico, ou seja, o grupo com mais capacidade de influenciar. Porém, como a estrutura não é rígida, ela se contorce para dar conta e ceder, ainda que com menos intensidade, às exigências de outras ações que atuam na estrutura organizacional.

## CAPÍTULO 3

### A VISÃO DO EXTENSIONISTA SOBRE SUA AÇÃO

Este capítulo apresenta o resultado da análise do trabalho de pesquisa realizado. Além da caracterização dos profissionais entrevistados, interpreta e avalia suas falas, procurando, a partir da análise dos depoimentos, relacioná-las ao arcabouço analítico das “abordagens da ação extensionista”, elaborado para este fim.

Para tanto, o capítulo foi dividido em dois tópicos. O primeiro apresenta o perfil do profissional, examinando-o à luz das abordagens. O segundo, intitulado “A visão do extensionista sobre sua ação”, foi dividido em vários, entre eles o que expõe o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater) e o Programa de Metas, ambos instrumentos de planejamento do Incaper. Analisá-los tornou-se necessário para que se pudesse fundamentar e, ou, contextualizar falas e percepções expressas pelos entrevistados. No segundo momento desse tópico será apresentada a análise sobre como os profissionais percebem a organização, a pesquisa, o público prioritário e a própria ação extensionista.

#### **3.1. Perfil dos entrevistados e sua relação com as abordagens da ação extensionista**

A partir das questões de 1 a 6 do roteiro I (Anexo A), foi possível identificar e mapear os profissionais com base em algumas características consideradas relevantes à diferenciação entre eles: local em que atua, sexo, ano que entrou na instituição e denominação do cargo em que está lotado (Agente de Desenvolvimento Rural – ADR ou Técnico de Desenvolvimento Rural – TDR). Desejava-se com essas informações conhecer os entrevistados e verificar possíveis relações com as abordagens, de acordo com as variáveis de gênero, “geração” e localização do profissional nas regionais do Incaper. As informações foram sistematizadas em tabelas, para facilitar a compreensão e as análises.

Pode-se verificar pela Tabela 4 que foram entrevistados profissionais com 12 formações distintas, destacando-se os agrônomos, que representaram 40% do total. Considerando o somatório dos técnicos agrícolas, agrônomos, engenheiros agrícolas, veterinários e zootecnista – profissionais com perfil da área de agrárias, têm-se 69% do total de entrevistados. Salienta-se que foram entrevistadas apenas três profissionais da

área de economia doméstica, número proporcional ao quadro de agentes de extensão que atuam nessa área no Incaper. Historicamente, no Incaper, essa área de atuação profissional se destaca por ser acessada pelas mulheres.

Tabela 4 – Relação do número de profissões, em valores absolutos e relativos, que participaram das entrevistas

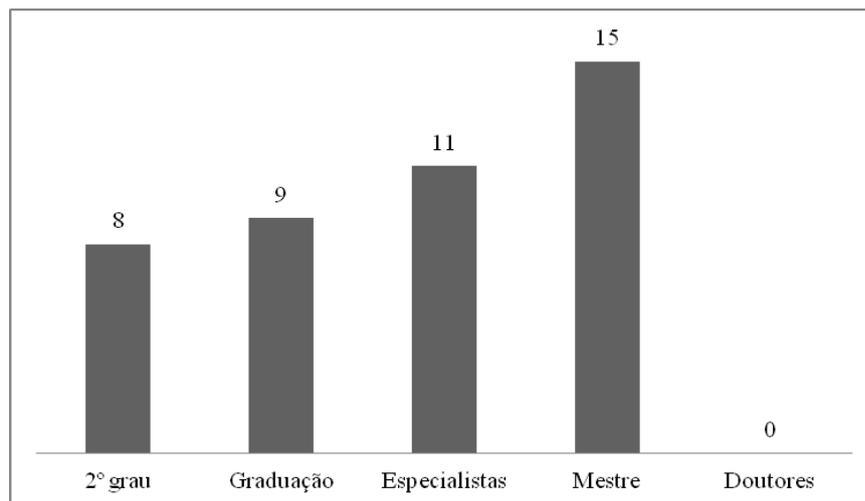
<b>Profissão</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Técnicos Agrícolas	8	19
Agrônomos	18	40
Tecnólogos em Agronegócio	1	2
Biólogo	2	4
Eng. Agrícola	2	4
Economista	1	2
Veterinário	2	4
Zootecnista	1	2
Ciências Sociais	1	2
Administração	2	4
Administração Rural	3	8
Economistas Domésticas	3	8
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Em termos de títulos dos profissionais entrevistados, avaliou-se apenas o título máximo, o que significa que, apesar de os profissionais terem concomitante mestrado e outras especializações, foi considerado apenas o mestrado na contabilização. Conforme a Figura 2, do total de profissionais entrevistados 11 tinham algum tipo de especialização e 15 tinham mestrado, o que corresponde, respectivamente, a 25 e 35% dos entrevistados.

Conforme explicitado no Capítulo 1, o Incaper é dividido em quatro centros regionais administrativos: Nordeste, Noroeste, Centro Serrano, Sul Caparaó. Esta divisão territorial do trabalho, denominada de Centros Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDR), orientou o processo de coleta de dados.

A Tabela 5 apresenta o número de Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR) e Técnicos de Desenvolvimento Rural (TDR) que participaram das entrevistas. Embora os TDR sejam enquadrados institucionalmente como profissionais que possuem formação de ensino médio, no trabalho de campo percebeu-se que vários deles já possuíam cursos de graduação e pós-graduação, mantendo, entretanto, a classificação como TDR.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Figura 2 – Títulos dos entrevistados.

Tabela 5 – Relação do número de servidores efetivos atuando no cargo de ADR e TDR, como extensionistas, por CRDR, que participaram das entrevistas

Regional CRDR	TDR	ADR	Total	Nº de Municípios/CRDR
Nordeste	5	4	9	6
Noroeste	3	8	11	10
C. Serrano	2	9	11	9
Sul Caparaó	2	11	13	10
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>32</b>	<b>44</b>	<b>35</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

No caso específico dos 12 TDR entrevistados, verificou-se a existência de quatro profissionais com graduação, inclusive um fazendo mestrado. No caso dos ADR foram identificados quatro profissionais que entraram no Incaper como TDR, mas conseguiram, ao longo dos anos, ascensão funcional, neste caso contrapondo-se à legislação em vigor. Foram identificados em outros dois ELDR profissionais na mesma situação, no entanto eles não foram entrevistados. Em vista deste fato, optou-se por desconsiderar essa variável (enquadramento nos cargos) para a pesquisa, por duas razões: a primeira, o elemento importante era verificar se a formação acadêmica contribuía para a percepção diferenciada da ação extensionista; e a segunda foi a incerteza se esse profissional (TDR sem curso superior) seria encontrado no ELDR visitado, gerando inclusive dificuldade de logística para o deslocamento.

Ainda assim, procurou-se verificar se haveria diversidade de profissões em cada abordagem. Na *Abordagem Interativa* foram identificadas oito profissões diferentes nos 12 classificados; destas, quatro não pertenciam à área de agrárias. Na *Abordagem Humanista*, dos 12 classificados, foram encontradas seis profissões, e três não pertenciam à área de agrárias. Na *Abordagem Convencional*, dos 20 profissionais classificados, verificaram-se seis profissões distintas, porém existem 15 agrônomos e, ou, técnicos agrícolas, e apenas três agentes não são da área de agrárias. Portanto, ainda que não seja a regra, há uma relação com a formação do profissional oriundo das áreas de agrárias operando dentro do conteúdo modernizante para a agricultura. Essa é uma característica da *Abordagem Convencional*, constatada pela história do Incaper e pela formação dos profissionais dessas áreas.

Em termos das abordagens da ação extensionista, os profissionais entrevistados foram classificados de acordo com sua pertinência a cada uma das abordagens, obedecendo aos seus critérios definidores (Tabela 6). Esses critérios foram: conceito de participação, eixos do Proater, relação Ater/pesquisa/tecnologia, visão do agronegócio e agricultura familiar, denominação do público de ação, autonomia e heteronomia em relação às regras instituídas e missão institucional. Esses critérios serão apresentados posteriormente, neste capítulo, por meio dos seis temas.

Tabela 6 – Número de extensionistas, classificados nas abordagens, por CRDR, em termos relativos e absolutos

CRDR	Nordeste	(%)	Noroeste	(%)	Centro Serrano	(%)	Sul Caparaó	(%)	Total	(%)
<b>Abordagem</b>										
Convencional	3	7	7	16	5	11	5	11	20	45
Humanista	2	5	1	2	5	11	4	9	12	27
Interativa	4	9	3	7	1	2	4	9	12	27
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>30</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Iniciando a análise pela *Abordagem Convencional*, constata-se que dos 44 profissionais entrevistados 20 foram classificados dentro dessa abordagem, o que corresponde a 45% dos entrevistados. Os números demonstram que essa abordagem tem presença expressiva em todos os centros regionais, o que evidencia que eles cumprem o

importante papel na orientação da ação extensionista: 16% no CRDR Noroeste, 11% no CRDR Sul Caparaó, 11% no CRDR Centro Serrano e 7% no Noroeste.

Nas *Abordagens Humanista e Interativa* foram classificados 12 entrevistados, ou 27% do total. Observa-se que a *Abordagem Humanista* tem maior presença no CRDR Sul Caparaó, com 11% do total de entrevistados (Tabela 6), seguida pelo Sul Caparaó, com 9%. Já a *Abordagem Interativa* tem maior presença no CRDR Nordeste e no Sul Caparaó, com 9% do total de entrevistados. Analisando os números absolutos, o número total de entrevistado no CRDR Nordeste é menor, portanto, em termos absolutos, ele apresenta maior número de profissionais nessa abordagem.

A Tabela 7 apresenta o número de entrevistados da Geração I (G1) e da Geração II (G2) em cada CRDR. Constata-se que o número de profissionais entrevistados da G1 foi superior ao da G2 em 10%. O maior número de entrevistados foi o do CRDR Sul Caparaó, com 30% do total, por possuir maior número de profissionais (**Tabela 1**), em seguida vem o Centro Serrano e o Noroeste (25%) e, por fim, o Nordeste (20%). Percebe-se que o maior número de entrevistados da G1 está no Sul Caparaó (18%), seguido do Noroeste (11%). O maior número de entrevistados da G2 está no Centro Serrano (18%) e, em seguida, no Noroeste (14%).

Tabela 7 – Relação do número de servidores efetivos atuando como extensionista, por CRDR, por variável geração, antes de 2005 (Geração I) e após 2005 (Geração II), que participaram das entrevistas

CRDR	Geração I (G1)	%	Geração II (G2)	%	Total	%
Nordeste	4	9	5	11	9	20
Noroeste	5	11	6	14	11	25
C. Serrano	3	7	8	18	11	25
Sul Caparaó	8	18	5	11	13	30
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>55</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

A Tabela 8 retrata as abordagens em relação à variável geração. Pode-se constatar que a *Abordagem Convencional* é formada por maior número de profissionais da G1, 27% do total de entrevistados; mas também por 18% da G2. Portanto, é uma abordagem acionada também por profissionais que entraram no Incaper a partir de 2005, indicando que se constituiu para além da história do Incaper e que se mantém presente pela força dos novos ingressos.

Tabela 8 – Relação do número de entrevistados, classificados nas abordagens, por variável geração, antes de 2005 (Geração I) e após 2005 (Geração II)

Abordagem	Geração I (G1)	(%)	Geração II (G2)	(%)	Total	%
Convencional	12	27	8	18	20	45
Humanista	5	11	7	16	12	27
Interativa	3	7	9	20	12	27
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>55</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Na *Abordagem Humanista* esses valores se invertem, há maior presença de profissionais da G2 (16%) que da G1 (com 11%). Quanto à *Abordagem Interativa*, a G2 é mais expressiva, correspondendo a 20% do total de entrevistados, enquanto a G1 corresponde a 7%. Pode-se inferir que a história do Incaper é construída por profissionais que possivelmente acionavam uma *Abordagem Interativa*, que veio a se fortalecer com a entrada de novos agentes. As falas a seguir expressam a visão de profissionais G2, embora não necessariamente a perspectiva da *Abordagem Interativa*.

Eu acho que os novos, que entraram até pela exigência no concurso que teve a gente... o perfil dos novos que entraram já era um perfil diferenciado para trabalhar mais com a questão da agricultura familiar, para trabalhar com as questões das metodologias participativas, com as questões do planejamento e assim por diante, a agroecologia [Extensionista 39 (G2) CRDR Centro Serrano].

Tem, tem, tem uma turma que... inclusive a turma nova mudou, mudou o perfil do Incaper. [...] mudou, mudou por pequeno que seja, já mudou muito, nossa mãe! Em 2005 para trás... eu era ... eu ia nos escritórios do Emater, da Emcaper [Incaper] ainda, a linha de atividades deles era diferente. [...] Mudou, nossa turma [Geração II] ela deu uma nova roupagem pro, pro Incaper [...] desses eixos aí, social, ambiental e econômico, o econômico não é tão predominante, antes era, antes era [Extensionista 18 (G2) CRDR Noroeste].

Cruzando as informações das Tabelas 8, 7 e Tabela 6, verifica-se que há uma aproximação entre números de entrevistados da G2 com o CRDR Nordeste e a *Abordagem Interativa*. Ou seja, essa abordagem está mais presente no CRDR Nordeste, acionada na sua maioria pela G2. Já a *Abordagem Humanista* tem presença maior no Centro Serrano, acionada pela G2. A *Abordagem Convencional* destaca-se no CRDR Noroeste, com proximidade com a G1. A *Abordagem Convencional* destaca-se no Centro Serrano, juntamente com a *Abordagem Humanista* (Tabela 6), no entanto o Centro Serrano destaca-se pela maior presença da G2, com 18% (Tabela ), o que confirma que essa abordagem não é uma exclusividade da G1.

A Tabela 9 mostra o número de homens e mulheres entrevistados nos CRDR, que correspondeu a 80% de informantes homens e 20% de informantes mulheres. O centro regional que apresenta o menor número de mulheres é o Noroeste (2%), e o maior é o Centro Serrano e o Sul Caparaó, com 7% cada. Pela Tabela 9 pode-se verificar que, somando os valores do Centro Serrano e do Sul Caparaó na coluna mulheres, tem-se 14% de mulheres na região sul do estado; na região norte do estado esse valor é de 7%, que é a soma do nordeste e do noroeste.

Tabela 9 – Relação do número de servidores efetivos nos CRDR atuando como extensionista, variável gênero, que participaram das entrevistas

CRDR	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Nordeste	7	16	2	5	9	20
Noroeste	10	23	1	2	11	25
C. Serrano	8	18	3	7	11	25
Sul Caparaó	10	23	3	7	13	30
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>80</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

A Tabela 10 apresenta as abordagens na perspectiva da variável de gênero. Das nove mulheres entrevistadas, duas foram classificadas na *Abordagem Convencional*, representando 5% do total de entrevistados. Três profissionais foram classificadas na *Abordagem Humanista*, representando 7% do total de entrevistados, e outras quatro na *Abordagem Interativa* (9%).

Tabela 10 – Relação do número de entrevistados classificados nas abordagens por variável gênero

	Homens	(%)	Mulheres	(%)	Total	%
<b>Abordagem</b>						
Convencional	18	41	2	5	20	45
Humanista	9	20	3	7	12	27
Interativa	8	18	4	9	12	27
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>80</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Nesse sentido, a Tabela 10 sinaliza que as mulheres entrevistadas trabalham direcionando a ação extensionista a partir de prioridades que se situam além dos processos produtivos, voltados para a “área social”, relativa às condições de vida, atividades não

produtivas ou não agrícolas, que incluem a organização social dos agricultores, quase sempre com uso das metodologias participativas. Essas características podem ser observadas na fala de uma profissional entrevistada, como demonstrado a seguir.

[...] Você observa isso pelo número de pessoas que trabalham na área social, por exemplo, o número de economistas domésticas no Incaper, o pessoal foi aposentando e não se contratou número suficiente. A gente vê as pessoas, os colegas de outros escritórios reclamam. A gente precisa de um profissional que atue nesta área, de economia doméstica, porque a gente trabalha muito a questão as metodologias grupais, as questões sociais, a gente trabalha muito com as associações [Extensionista 25 – CRDR Sul Caparaó].

O curso de economia doméstica, historicamente, tem uma orientação para o desenvolvimento social e o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade, o que explica o argumento expresso pelo *Extensionista 25*. Porém, além das três entrevistadas da economia doméstica (Tabela 4), as demais profissionais pertencem à área de agrárias. Logo, a formação em determinada área do conhecimento explica, mas de maneira parcial, o posicionamento das mulheres extensionistas e as opções por determinada conduta ao atuar. Portanto, há imbricado junto com a formação um posicionamento na forma de ver o mundo relacionado à formação profissional, mas também à história do agente. Refere-se ao *habitus* e à construção de uma identidade profissional, organizadores e diferenciadores das práticas dos agentes de extensão, permitindo a mulher compreender outras dimensões nem sempre alcançadas pelos homens. Como expressa a profissional a seguir:

Isso biologicamente falando a mulher tem uma visão mais ampliada do que o homem. O homem é mais focado, a mulher tem visão mais ampliada. Eu acho que o homem foca mais no produtivo. É claro que tem uns que são diferentes. Então o que eu quero dizer é que a mulher, por ter uma visão mais ampliada, consegue enxergar mais a propriedade como um todo do que o homem [Extensionista 39 (G2) CRDR Centro Serrano].

Algumas dessas mulheres foram lotadas em ambientes que geraram influências sobre a sua postura.

Considerando esse aspecto do ambiente, é preciso trazer a análise para *Abordagem Interativa*. Os CRDR Nordeste e Noroeste correspondem à região norte do Espírito Santo. De acordo com a Tabela , somando os 9% dos profissionais vinculados à *Abordagem Interativa* do CRDR Nordeste com os 7% do CRDR Noroeste, tem-se que 16% dos profissionais classificados na *Abordagem Interativa* estão localizados na região nor-

te do Estado. Na região sul do Estado (CRDR Centro Serrano e Sul Caparaó), de acordo com dados apresentados na Tabela 6, tem-se 11% daqueles profissionais que foram classificados como pertencentes à *Abordagem Interativa*. A maior presença no norte pode ser explicada por alguns fatores, entre eles a presença de organizações de movimentos sociais e agroecológicos, sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) e escolas rurais com pedagogias diferenciadas (Escolas Família-Agrícola), caracterizando um contexto em que a organização dos agricultores familiares teria, supostamente, maior capacidade de influenciar o tipo de ação extensionista presente. Conforme confirmariam os entrevistados:

No norte [do Espírito Santo], na minha concepção vem da história por no norte ter sido instalados os grandes latifúndios, as grilagens e a exploração dos camponeses e quilombolas, e assim por uma necessidade de ser proteger a sua cultura e seu povo esse público conseguiu conservar algumas tradições, a forma em que se fazia agricultura antes da revolução verde, onde os movimentos sociais surgiram e são bem consolidados e trabalham a questão agroecológica em sua base. E com isso surgindo uma pressão e uma demanda para que os técnicos trabalhem a agroecológica no Incaper [*Extensionista 2 (G2) CRDR Nordeste*].

Norte do Estado. Porque aqui tem mais pressão dos movimentos que fazem agricultura agroecológica, maior número de escolas com pedagogia diferenciada, maior pressão da agricultura do agronegócio. As motivações, tanto contra como a favor (dos sistemas de agricultura), são menos camufladas, ou seja, exige maior posicionamento de nós técnicos [do Incaper]. Existe o grande diferencial das regiões, que para mim está no processo de formação técnica ideológica que no passado o envolvimento da "igreja" (CEBs), sua posição no processo de formação de lideranças para a construção de um rural diferenciado (reforma agrária), isso contribuiu para o fortalecimento da agroecologia. Historicamente quem ficou contra a esse princípio ideológico hoje é contra a agroecologia [*Extensionista 6 (G2) CRDR Nordeste*].

Vários técnicos da G2 conheceram, formaram, atuaram ou tiveram alguma proximidade com esses atores. Neste sentido, esses profissionais fizeram um esforço para se aproximar desses movimentos e dessas organizações. Outro fator está no processo de socialização: o profissional, ao se deparar com esse campo de ação e ao perceber suas práticas e necessidades, inicia um processo de aproximação e é influenciado por esses atores. Nesta interação, torna-se sensível a essa causa e sua ação passa a refletir uma abordagem exigida pelo contexto desses atores sociais. Essa análise explica, ainda que de maneira parcial, a ação diferenciada das mulheres e sua maior inserção na *Abordagem Interativa*.

Em termos da *Abordagem Humanista*, aparentemente não há uma explicação que afirme com segurança sua maior presença na região sul do Espírito Santo, formada pelos CRDR Centro Serrano e CRDR Sul Caparaó. A análise da Tabela evidencia a maior presença da G2 nessa região. Tem-se que na *Abordagem Humanista* as somas dos 11% do Centro Serrano e 9% do Sul Caparaó fornece um total de 20% da presença da *Abordagem Humanista* no sul do Estado (Tabela 6), sendo maior que na região norte, cujo total é de 7% (5% CRDR Nordeste e 2% do CRDR Noroeste). A G2 corresponde a 18% do total de entrevistados no Centro Serrano e a 11% no Sul Caparaó (Tabela 7), num total de 29%, contra 25% da região norte (11% Nordeste e 14% Noroeste). Desta forma, a maior presença da G2 no sul do Estado contribui para a relevância da *Abordagem Humanista* nessa região, o que pode estar associado à maior presença das mulheres. Na região sul as mulheres entrevistadas correspondem a 14% e na região norte, a 7%. Como já discutido, as mulheres, na sua maioria, atuam direcionando sua ação de forma diferenciada da maioria dos homens, o que explica, parcialmente, a sua contribuição na maior presença da *Abordagem Humanista* na região sul.

Já em relação à *Abordagem Convencional*, sua presença é acentuada em todos os CRDR. Em termos de geração, embora a G1 seja mais expressiva, a G2 também é marcante. A maior presença da G1 foi explicada pela história institucional e pela origem da extensão pública no Espírito Santo. A presença da G2 nesta abordagem pode ser associada à formação dos profissionais, claro que não exclusivamente, mas os originários das áreas de agrárias. Anteriormente tinha sido constatado que apenas três profissionais da *Abordagem Convencional* não pertenciam à área de agrárias, embora, acrescentando a tempo, todos três profissionais, graduados, tiveram como ensino médio a formação em técnico agrícola.

### **3.2. A visão do extensionista sobre sua ação**

Este item sistematiza a análise das entrevistas com os 44 profissionais que participaram da pesquisa. Optou-se por apresentar o resultado da análise agrupado em temas, aportando, concomitantemente, à discussão sobre as distintas abordagens da ação extensionista, investindo, desta maneira, cada um dos temas com as características de cada uma das abordagens. Foram elencados seis temas principais, que surgiram a partir das respostas dos entrevistados às questões de pesquisa, denotando sua importância para a ação extensionista. São eles: a) o planejamento institucional na visão dos extensionistas;

b) a efetividade do planejamento e a ação extensionista; c) o planejamento e as abordagens da ação extensionista; d) a Ater, pesquisa e tecnologia; e) o agronegócio e a agricultura familiar; e f) a missão institucional do Incaper.

Esses temas expressam a relação dos profissionais com a organização Incaper, oferecendo subsídios sobre o modo de ação dos agentes e suas reações aos mecanismos institucionais de planejamento. Levantam, ainda, a percepção que os agentes têm da Ater e sua relação com a pesquisa e tecnologia, o entendimento que possuem do agronegócio e da agricultura familiar. Por fim, permite-nos compreender como os profissionais entendem a missão do Incaper e como orientam sua ação a partir desta missão.

As diferentes formas por meio das quais os entrevistados expressam cada tema apontam para um modo de intervenção própria de cada agente. Ou ainda, o discurso elaborado nas falas indica formas distintas de intervenção. Essas distinções aproximam os agentes de determinados grupos – ao mesmo tempo em que os distanciam de outros. Foram essas diferenças e semelhanças que permitiram agregar os profissionais nas três abordagens. Portanto, transversalmente, serão discutidas as três abordagens da ação extensionista, pontuando as distinções entre elas e analisando como se caracterizam diante desse conjunto de temas.

### **3.2.1. Mecanismos institucionais de planejamento da ação extensionista**

Antes de entrar propriamente na apresentação dos resultados analíticos, é necessário tecer alguns novos comentários sobre o mecanismo de planejamento que orienta as ações dos ELDR no Incaper, qual seja, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater). A referência ao Proater pelos entrevistados foi quase unânime; nada menos do que 91% deles o apontaram como principal mecanismo de orientação de suas ações nos ELDR.

Como apresentado no Capítulo 1, ao Proater é dada a função de qualificação da ação extensionista perante seu público, a agricultura familiar, buscando agir a partir de suas demandas ou “anseios”, como expressa um dos entrevistados em um trecho de sua entrevista, transcrito a seguir.

Bem, primeiro é o seguinte, todo final de ano, na hora que a gente vai elaborar nosso famoso Proater, a gente faz um levantamento de demandas junto ao nosso público, associações, sindicatos. Então, a gente sai por aí à noite, aplicando a famosa FOFA. Dali a gente norteia, tira as ações básicas que a gente vai desenvolver. Em cima

daquilo ali a gente faz o planejamento das ações. Depois, normalmente, a gente reúne as lideranças, presidente das associações, conselho e tal para acabar de fechar dentro da nossa disponibilidade, a gente já tem essa experiência, a gente vai traçar quantidade de público assistido, metodologia a utilizar [Extensionista 32 (G1) CRDR Sul Caparaó].

O Proater foi instituído na época da EMATER-ES. Nos documentos oficiais não se fala quando ele foi efetivado de fato, porém um extensionista entrevistado oferece algumas pistas sobre sua institucionalização.

É uma mudança muito interessante, porque essa nova visão aqui do Espírito Santo começou com o Dr. E.<sup>36</sup>, quando foi extensionista em Muqui; quando ele levantou os anseios da comunidade e não os anseios do governo. [...] Você vai me desculpar, mas eu já falei aqui na sua entrevista, o Proater nasceu com um trabalho que Dr. E, quando foi extensionista em Muqui, executou junto com a comunidade a ações do trabalho dele [1989- 1991]<sup>37</sup> [Extensionista 31 (G1) CRDR Sul Caparaó].

A partir disso sugere-se que o Proater nasceu de uma ação individual e tomou amplitude na década de 1990, quando o profissional que iniciou o planejamento participativo (Proater), em Muqui, assumiu o Departamento de Planejamento na antiga EMATER-ES. Nesse período já estava em curso a segunda fase da EMATER-ES, descrita no Capítulo 1. Uma de suas características principais era o estímulo à participação dos agricultores, dentro de uma perspectiva de “consulta” dos problemas das comunidades.

É importante mencionar que há também outro mecanismo de planejamento presente no Incaper e citado pelos entrevistados. Trata-se do Programa de Metas. Este é um programa operacional que permite ao Incaper, ao fim de cada exercício, apresentar de modo quantitativo um somatório das atividades que foram executadas, possibilitando elaborar o Relatório Anual.

O Proater é oriundo do Departamento de Operação Técnica (DOT), já o Plano de Metas é operacionalizado pelo Departamento de Planejamento e Captação de Recursos (DPC). O Proater tem um caráter mais qualitativo, enquanto o Programa de Metas possui um perfil quantitativo, fundamentando-se em porcentuais de cumprimento de metas. Este último exige, bimestralmente, um relatório do Sistema de Acompanhamento e

---

<sup>36</sup> Os nomes citados pelos extensionistas entrevistados foram modificados.

<sup>37</sup> Segundo informações da Diretoria Recursos Humanos, o profissional ao qual se refere o entrevistado atuou no município de Muqui entre 1989 e 1991. Em seguida foi transferido para o Departamento de Planejamento da Emater/ES, em Vitória.

Controle Interno (SACI). O SACI é alimentado pelos ELDR e enviado ao DPC. Este, por sua vez, sistematiza as atividades realizadas por cada escritório, permitindo a emissão de um relatório anual global das atividades do Incaper.

Conforme citado por um profissional do Incaper entrevistado, esses dois mecanismos sempre estiveram institucionalmente separados, mas em 2011 houve uma conjugação de esforço dos departamentos no sentido de conciliar as duas ferramentas de planejamento. A existência de dois mecanismos acabava por gerar confusão entre os extensionistas, afinal qual dos dois deveria orientar as ações do ELDR? Esta questão se torna mais premente e importante quando se observa que os objetivos e as metas presentes nos dois instrumentos podem ser divergentes. Geram-se, portanto, dúvidas sobre qual deve ser priorizado, uma vez que, como afirmamos, os dois não são coerentes. Durante a pesquisa foi possível observar – sendo a observação corroborada pelos depoimentos nas entrevistas – que na prática a prioridade recaía sobre o instrumento que determinava a obrigatoriedade de monitoramento, qual seja, o Plano de Metas. Este fato contribuía para afirmar um tipo de importância apenas formal para o Proater, apesar de sua valorização como “instrumento participativo de planejamento”. No item seguinte serão apresentadas as evidências que fundamentam essa afirmação, ao analisarmos a visão dos extensionistas sobre a influência dos mecanismos de planejamento sobre sua ação.

### **3.2.2. O planejamento institucional na visão dos extensionistas**

Com este tema procura-se apresentar uma análise, partindo da perspectiva dos entrevistados, acerca do Proater, em seu papel como instrumento de planejamento participativo; e sua relevância para o Incaper na visão dos extensionistas participantes da pesquisa. Os entrevistados, ao responderem sobre o Proater, elaboram também uma representação sobre o próprio Incaper como instituição que lhes possibilita estruturar um tipo de ação extensionista. Estas duas questões são analiticamente tratadas neste item.

É evidente que o processo de consulta e participação desencadeado pela elaboração do Proater nos ELDR – como também junto ao público com o qual o Incaper interage – gera enormes expectativas. Afinal, a ideia e a execução de um planejamento participativo suscitam, entre os que colaboram com sua elaboração, o desejo de executar aquelas ações que foram pactuadas como necessárias, prioritárias ou viáveis ao longo do processo de elaboração. Gera-se, portanto, uma expectativa de que se supere um estilo de planejamento descendente, predominante nas organizações públicas e, de modo ge-

ral, caracterizado pelo isolamento do planejador da realidade social em que os objetos do plano de mudança da realidade (programas e projetos) serão implementados. De acordo com Nirenberg *et al.* (2000, p. 29), esse estilo de planejamento – *top down* – teria os seguintes fundamentos:

Se trata de una concepción *tecnocrática* (los técnicos son los que saben definir las necesidades de la población, identificar sus prioridades y plantear las soluciones), *autoritária* (se basa en la autoridad y el poder coercitivo del Estado), *centralista* (el Estado como actor central o único, sin considerar otros actores locales), *estática* (supone que los escenarios son estables) [...] y *normativa* (supone relaciones sociales mecánicas, previsibilidad de los comportamientos de los actores y agentes, excluyendo la incertidumbre).

É óbvio que o Proater não se propõe a criar uma alternativa para todos os problemas enumerados acerca desse estilo de planejamento. Ademais, essas características – aqui identificadas como negativas – geralmente encontram respaldo (e, portanto, certa valorização) em culturas organizacionais que há muito se fundamentam na “concepção tecnocrática” definida pelos autores citados. No entanto, a partir dos depoimentos dos entrevistados, surgiu a questão sobre o papel que o Proater tem cumprido na sede do Incaper – além de ser analisado e corrigido, conforme descrito anteriormente. Estaria ele, a partir da identificação de demandas locais, influenciando de fato o planejamento dos agentes que trabalham na coordenação dos programas (“sede”) que estruturam a organização, definindo prioridades e modos de intervenção nessas realidades? Ou, ao contrário, ele havia se tornado um instrumento meramente formal e simplesmente consultivo, em que a participação seria apenas para informar à sede a existência de determinadas demandas e responder, de alguma forma, às expectativas dos atores locais por respostas aos seus problemas?

Conforme mencionado, os documentos oficiais demonstram a importância do Proater como forma de proporcionar, indiretamente, a participação dos agricultores, como também dos extensionistas que trabalham nos ELDR, nos rumos do Incaper; ou, mais especificamente, na definição das mudanças que deveriam ocorrer na realidade social a partir da intervenção do Incaper. Deste modo, como desdobramento da identificação de demandas junto ao “público-alvo”, entende-se, por meio do discurso presente nos documentos oficiais, que o planejamento participativo poderia oportunizar a alavancagem, por exemplo, de temas como o “desenvolvimento sustentável”.

De acordo com o depoimento dos entrevistados, a importância do Proater é interpretada, inicialmente, por meio da relevância que ele assumiria para a “sede” do In-

capar, ou seja, afere-se a importância do instrumento de planejamento pela percepção que os extensionistas têm acerca de sua utilização como instrumento de planejamento e direcionamento efetivo das ações. A sede é enfatizada porque se entende que é lá que se originam e se efetivam as orientações dos programas institucionais que *devem ser executados* pelos extensionistas nos ELDR. Pode-se inferir que os extensionistas concebem a “sede” como centro administrativo, onde se concentram determinadas capacidades para exercício do poder decisório acerca da ação extensionista nas unidades descentralizadas do Incaper. O Proater seria valorizado por representar um mecanismo de relacionamento entre demandas locais e capacidades institucionais de ação.

Quanto ao tema “Incaper e Proater”, os entrevistados responderam a uma questão sobre como compreendiam o papel do Proater no Incaper. A resposta foi livre, isto é, cada um pode enumerar quantos argumentos achasse necessário para compor sua resposta. Decorre dessa possibilidade os 59 tipos diferentes de respostas apresentadas pelos 44 entrevistados (Tabela 11). Esses tipos foram elaborados a partir da sistematização das respostas, portanto são sínteses das falas dos entrevistados, agregadas de acordo com a semelhança do argumento constitutivo da resposta. Geralmente foi adotada a formulação da frase do primeiro entrevistado que usou uma determinada expressão para argumentar sua visão sobre o Proater. Assim, como pode ser observado na Tabela 11, a ideia contida na frase “*A sede não planeja suas ações a partir do Proater*” foi utilizada como síntese para respostas que afirmavam a falta de importância conferida pela sede para o Proater.

O primeiro tipo de resposta, com 17 frequências, revela que parte dos entrevistados percebe que a “sede” – ou os coordenadores de programas – não utiliza o Proater como mecanismo de planejamento das suas ações, revelando uma visão negativa dos entrevistados em relação ao instrumento. Os que responderam dessa forma argumentam que a não utilização do Proater ocorre porque haveria desencontros e descontinuidades entre o planejamento que é feito localmente e aquele que é elaborado ou definido pela sede. Este fato implicaria inexistência de “alinhamento” de planejamento entre a sede e os ELDR, indicando a existência de “conflitos de interesse”, conforme expressam dois entrevistados, cujos trechos de depoimentos são transcritos a seguir:

Não, não sei se acontece, eu acho que não acontece. Não sei se é por conta de falta de organização lá dentro da sede, falta de recursos humanos... Lá também não tem [*recursos humanos*], entendeu? Trabalha totalmente... não trabalha alinhado, nem lá entre eles [*sede*], nem eles [*sede*] com a gente [*ELDR*] nem a gente com eles. Não tem alinhamento [*Extensionista 14 (G2) CRDR Noroeste*].

[...] porque o sentido [*do planejamento*] teria que ser dos agricultores para sede. Esse Proater que a gente faz no campo deveria servir para eles [*sede*] fazerem um planejamento lá na sede, né? Então eu acredito que eles fazem o planejamento lá na sede, a gente faz esse com os agricultores, depois eles entram em conflito, né? Eu tenho essa visão. Eu não posso dizer que é na sede do Incaper, num, num parâmetro mais em cima a Secretaria de Agricultura, também, né? Eu acho que nós, o Proater da extensão rural do Incaper, hoje deveria servir, até como um documento de base, tanto para o Incaper como para a Secretaria de Agricultura [SEAG] [*Extensionista 2 (G2) CRDR Nordeste*].

Tabela 11 – Frequência de respostas apresentadas sobre qual o papel que o Proater desempenha na sede do Incaper

Respostas	Frequências (%)
1. A sede não planeja suas ações a partir do Proater	17
2. Não sabe para que serve o Proater na sede	10
3. O Proater é um instrumento para a sede saber o que está ocorrendo, para acompanhar os municípios e para avaliação	7
4. As coordenações de programas utilizam um pouco o Proater para planejar as suas ações	5
5. O Proater é um instrumento para dar números ao governo	5
6. O Proater, quando vai para sede, é para o Incaper prestar contas à sociedade	4
7. O Proater é para a sede fazer um planejamento global das ações e orientar as coordenações de programas	4
8. O Proater é para a sede apresentar resultados do planejado e do executado	3
9. O Proater é para o governo fazer um diagnóstico da agricultura nos municípios	1
10. O Proater é um instrumento de controle burocrático	1
11. Proater é para orientar a organização da produção	1
12. A sede utiliza o Proater para mostrar que a instituição funciona por meio de um planejamento	1

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Tanto o *Extensionista 2* quanto o 14 indicam a existência de dois tipos de planejamento que estariam “entrando em conflito”, aquele realizado nos escritórios locais (ELDR), envolvendo os agricultores ou seus representantes, e aquele feito na esfera hierárquica superior, a sede do Incaper. Essa interpretação indicaria a existência de conflitos de interesses entre o que é definido, de modo participativo, em nível local e as decisões que são tomadas na sede do Incaper, aparentemente influenciadas pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG). Esta visão é corroborada pelo *Extensionista 15*, conforme expresso em um trecho de sua entrevista:

As metas que estavam colocadas no Proater não eram muito coincidentes com a programação de Ater nossa [*aquela presente no Programa de Metas*]. O Proater é realizado inclusive nos municípios. É preconizado que seja realizado de forma participativa, com os atores sociais do local. Faz-se um diagnóstico e faz a programação dentro do Proater. Após o Proater vinha um outro documento chamado Plano de Metas, no qual fazia um outro planejamento. O Plano de Metas tinha um direcionamento não similar ao Proater [*Extensionista 15 (G2) CRDR Noroeste*].

Considerando que as falas dos entrevistados convergem quanto a uma suposta não utilização do Proater (construído localmente) como instrumento de planejamento da instituição Incaper, qual seria, então, o procedimento institucional para elaborar esse planejamento? Como mencionado, o Incaper possui outro instrumento de planejamento anual, denominado Programa de Metas, citado por apenas dois entrevistados. Ao final de cada ano fiscal, os ELDR têm, obrigatoriamente, que elaborar relatórios sobre o cumprimento das metas do Programa. Além disso, como o Programa de Metas é um mecanismo que sistematiza os resultados no final de um ano, ele tem um sistema de monitoramento bimestral – o SACI, no qual os ELDR são obrigados a preencher dados e enviar à sede. Trata-se, portanto, de um instrumento que estrutura a ação local por meio da cobrança ao cumprimento bimestral de metas preestabelecidas.

Desta forma, os ELDR trabalham com dois mecanismos de planejamento, um declarado como “participativo” e outro produzido no escritório, não incluindo, teoricamente, a participação (que se realizaria por meio da deliberação) dos envolvidos pelos programas que constam nas metas. Nesta lógica, no cotidiano do trabalho, as equipes locais utilizam mais o Programa de Metas do que o Proater como mecanismo de definição e orientação das suas ações. Esse fato pode ser observado no trabalho de pesquisa quando os profissionais não conseguiram precisar o percentual do planejado no Proater que havia sido executado na época em que foram entrevistados. Como o Proater não é monitorado e o Programa de Metas tem a obrigatoriedade do relatório bimestral, as equipes canalizam as energias para responder a este último. Entretanto, por ser um mecanismo quantitativo de aferição de resultados, ele não consegue retratar a diversidade e pluralidade das ações executadas nos ELDR.

Observa-se que a contradição nos escritórios locais – a necessidade de oferecer respostas distintas a dois mecanismos diferentes de planejamento – é expressa na opção que o extensionista vai fazer para responder aos mecanismos de planejamento. A opção do profissional quase sempre é por aquela para a qual ele é mais cobrado, ou seja, o

Programa de Metas. A quase total ausência de referência dos entrevistados ao Programa de Metas é reveladora de seu caráter formal, indicando que ele pode ser visto como uma mera atividade mecânica de cumprimento de metas e prestação de contas.

Há, de fato, um hiato e um conflito entre os dois tipos de planejamento, visto que não são complementares e apontam para necessidades de ação distintas, embora ambos busquem regular a ação de profissionais de uma mesma organização e durante um período de tempo concomitante. Neste sentido, têm-se diferentes mecanismos de planejamento, instituídos e de uso obrigatório dos ELDR. Na sede, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, verifica-se que esses planejamentos não são, na verdade, utilizados para compor e orientar os programas existentes no próprio Incaper, implementados pela organização. Os coordenadores desses programas, por sua vez, têm seus próprios projetos, que os ELDR também devem executar, no entanto eles nem estão no Proater nem na Programação de Metas. O Extensionista 15 entende como consequência deste estado de coisas o seguinte resultado:

Isso dilacera a instituição pelo meio. Fica uma coisa muito perdida, entre a sede e o que o técnico de fato precisa fazer ou que tem que fazer. Enfim, isso gera, acho, que uma desarmonia total aí. Desagrega bastante o Instituto nas ações dele e gera também pouca participação no planejamento, né? A partir do momento em que a sede acaba encaminhando algumas coisas que a gente entende que tem que executar o que ela está encaminhando... a gente tem o planejamento e acaba não sendo executado [*Extensionista 15 – CRDR Noroeste*].

Portanto, ao não ser usado como mecanismo de planejamento pela sede, o Proater é sutil ou abertamente, a depender do caso analisado, relegado a um segundo plano. Essa ação reverbera nos ELDR como uma descrença no instrumento de planejamento, no próprio documento dele resultante e, mais grave, na própria organização (“dilacera a instituição pelo meio”).

O segundo tipo de resposta surge quando são agregados os itens 5 (“*O Proater é um instrumento para dar números ao governo*”), 6 (“*O Proater, quando vai para sede, é para o Incaper prestar contas à sociedade*”), 8 (“*O Proater é para a sede apresentar resultados do planejado e do executado*”) e 12 (“*A sede utiliza o Proater para mostrar que a instituição funciona por meio de um planejamento*”). Identifica-se, assim, um grupo de respostas – com 13 frequências – que representam o Proater como uma mera formalidade institucional, utilizada para “prestar contas ao governo e à sociedade”. Novamente aqui os entrevistados expressam uma visão negativa do principal instrumento de planejamento institucional. Ele teria, nessa visão, apenas um valor simbólico, de

prestação de contas ou de apresentação de resultados, ou mesmo de demonstração pública de que existe um instrumento de planejamento das ações, e, também, que ele está, de algum modo, respondendo a demandas identificadas localmente e de modo participativo. O trecho a seguir, retirado do depoimento de um dos entrevistados, corrobora este tipo de interpretação:

Na sede eles fazem o [*planejamento*] global do Incaper. Pegam os [*planejamento construído localmente e sistematizados no Proater*] de todos os municípios e fazem o do Incaper como um todo. Aí deve encaminhar isso pró-governo do estado, pra Brasília, né? Tipo assim, plano do Incaper estadual... deve transformar ele num estadual [*Extensionista 42 (G1) CRDR Centro Serrano*].

A visão negativa sobre o Proater também está presente no tipo de resposta nº 2 (“*Não sabe para que serve o Proater na sede*”), em que os entrevistados declaram – com dez frequências – não saber a função do Proater na sede (e também para a própria instituição), revelando desconhecimento do instrumento de planejamento ou simplesmente a falta de conhecimento sobre sua importância ou não na dinâmica organizacional. O trecho da fala de um dos entrevistados ilustra essa visão negativa sobre o Proater:

Até hoje eu não sei! A gente não tem retorno, eu espero que mude, mas é um planejamento que eu me questiono. Para nós ele tem utilidade. Mas eu não sei se em termo gerais esses Proater fazem alguma diferença no planejamento da sede (*Extensionista 41 [G1] CRDR Centro Serrano*).

Os itens 4 (“*As coordenações de programas utilizam um pouco o Proater para planejar as suas ações*”), 7 (“*O Proater é para a sede fazer um planejamento global das ações e orientar as coordenações de programas*”) e 11 (“*Proater é para orientar a organização da produção*”) – com o total de dez frequências – apontam que na visão dos entrevistados o Proater, na sede, teria objetivos de orientar as ações da coordenação de programas ou da própria sede. Ao contrário do tipo de resposta do grupo anterior, encontra-se uma representação relativamente positiva sobre o Proater, que resgata, de certa forma, sua função como instrumento institucional de planejamento, embora não se identifique (ao menos nas falas proferidas) seu caráter participativo, mas apenas instrumental. O Proater serviria, nesta interpretação, para fundamentar o planejamento global da organização, mas não estabeleceria um processo de redefinição do planejamento descendente, como o anteriormente apresentado partir do conceito de Nirenberg *et al.* (2000).

Ainda em relação a esse grupo de respostas, no item 4, com cinco frequências, os entrevistados usam a expressão “utilizam um pouco”. Ainda que este termo não quantifique o quanto é “um pouco”, ele proporciona duas possibilidades de interpretação: a primeira indicaria que ao utilizar a expressão “um pouco” haveria uma sinalização de que o documento, para os coordenadores de programas que estão na sede, não teria relevância nas orientações que fornecem – a partir de sua posição de exercício de poder decisório na sede – para serem executadas pelos ELDR; a segunda é que o “um pouco” demonstraria o desconhecimento dos extensionistas sobre o fato do Proater contribuir ou não para um planejamento global da organização. Nesse sentido, o tipo de resposta nº 2 – com dez frequências – reforçaria o fato de que há um determinado grupo de profissionais que desconhece o papel do Proater na sede, corroborando o tipo de visão negativa sobre ele.

Seguindo o argumento que aponta uma interpretação de que o Proater é relativamente importante para o planejamento, o grupo formado pelas respostas de nº 3 (“*O Proater é um instrumento para a sede saber o que está ocorrendo, para acompanhar os municípios e para avaliação*”) 9 (“*O Proater é para o governo fazer um diagnóstico da agricultura nos municípios*”) e 10 (“*O Proater é um instrumento de controle burocrático*”) – com nove frequências – indica a sua relevância como instrumento de controle da ação extensionista nos ELDR, como também de diagnóstico da situação da agricultura nos municípios. O trecho da fala de um entrevistado ilustra essa visão sobre o Proater no cotidiano de trabalho do Incaper:

Acho que é para fiscalizar o trabalho, acompanhar e cobrar as metas. Eles deram uma olhada no Proater, fizeram uma revisão e disseram insere isso, insere aquilo, coloque esse encontro, esse evento [...] Geralmente eles [*coordenadores de programas*] têm os projetos-piloto que eles não abrem mão, se você não colocar eles inserem. [...] Eles [*se refere à sede*] têm a equipe de planejamento, têm essas estratégias de trabalho que vão atingir o público com esses eventos, que precisa existir, esses dias de campo, esses dias especiais [*Extensionista 21 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

Novamente afirma-se uma leitura do Proater como instrumento centralizado de planejamento (“*é uma coisa de cima para baixo*”) e de controle do trabalho do extensionista (“*Acho que é para fiscalizar o trabalho, acompanhar e cobrar as metas*”). Além disso, chama-se novamente atenção para os conflitos de interesse dentro da organização (“*acho que quem está no campo, que está vendo as dificuldades é que precisa estar trabalhando de acordo com sua realidade*”). Apesar desse diagnóstico, ainda há uma

aposta na relevância do planejamento ascendente: *“eles têm os projetos-piloto que eles não abrem mão, se você não colocar, eles inserem”*.

Em síntese, do total das 59 frequências de diferentes tipos de respostas (Tabela 11), existem 49 menções – 83% das citações em termos de respostas – sinalizando que os programas institucionais e seus coordenadores não se orientariam pelo documento feito nos municípios (Proater) para planejar as ações institucionais. Deste modo, o Proater é geralmente visto com descrença ou desconfiança. Ressaltam-se as dúvidas acerca de sua função para o Incaper, por vezes indicando desconhecimento dos extensionistas sobre a efetividade desse instrumento. Não se trata de afirmar que o Proater não é importante (somente três entrevistados acham que o Proater é “desnecessário”), uma vez que expressa os anseios do público e dos parceiros do ELDR, além de ser, relativamente, um orientador das ações. Trata-se, na visão dos entrevistados, de não poderem contar com um documento orientador de ações que sejam vinculadas a um plano coerente, que agregue o Programa de Metas e os diversos programas e projetos, locais e “da sede”. Entre o caráter participativo enunciado pelo Proater e sua mera formalidade, os depoimentos demonstram, de modo bastante evidente, a formalidade do Proater e sua submissão ao Programa de Metas e, mais importante ainda, como será discutido a seguir, às ingerências que modificam o planejamento organizacional, tornando-o contingente.

### **3.2.3. Efetividade do planejamento e a ação extensionista**

Considerando que o Proater é, pelo menos formalmente, como já discutido, o principal instrumento de planejamento institucional do Incaper, este item busca analisar sua efetividade e sua influência sobre a ação extensionista. Para investigar essa questão perguntou-se aos extensionistas em que termos eles o consideraram relevante e o validavam como orientador de suas ações nos ELDR. Após analisar as dificuldades encontradas na execução do Proater por esses agentes, foram constatadas duas questões principais, que serão discutidas a seguir: a primeira diz respeito às ingerências sobre o Proater e, conseqüentemente, à desconfiança, por parte dos extensionistas, quanto à efetividade e à validade do instrumento; a segunda diz respeito à ação do profissional em um ambiente institucional em que diversos objetivos, metas e ações pontuais prevalecem, sem que houvesse uma coerência conferida pelo planejamento da organização. Neste caso,

ressalta-se na análise o tema da dispersão e da fragmentação da ação extensionista, com consequências para sua imagem junto ao público de trabalho.

Quando foi perguntado o percentual de metas estabelecidas pelo Proater que os entrevistados conseguiam efetivamente executar, as respostas foram muito variadas. Porém, dos 44 entrevistados 91% afirmaram encontrar dificuldades de executar tudo – 100% – que estaria planejado. Pode-se perceber essa diversidade a partir de trechos de comentários, transcritos a seguir:

Outros trabalhos que surgem no meio do ano, demandas da empresa [Incapar], demandas do próprio local. A demanda às vezes é grande e sobrecarrega muito; e a gente às vezes acaba deixando de fora [o Proater]. Sendo um pouco otimista na faixa de uns 50% do Proater [é de fato executado] [Extensionista 9 (G1) CRDR Nordeste].

O que se observa também é que nestes imprevistos, apagando fogo e realizando o que há, a gente não faz nem uma coisa nem a outra, nenhum dos documentos de planejamento. O que a gente faz depois é tentar conciliar essas ações executadas com as metas que foram programadas. Então acaba que a nossa ação ela anda ainda em paralela aos outros dois documentos que norteiam o nosso planejamento [Extensionista 15 (G2) CRDR Noroeste].

Nota-se que a relativização do planejamento estabelecido pelo Proater teria explicações que começam a ser elucidadas pelos *Extensionista 9* e *15*. Presente em suas respostas, uma questão foi comumente observada por outros entrevistados e que diz respeito aos “*outros trabalhos que surgem no meio do ano*” ou “*imprevistos*”, que adicionam atividades àquelas previamente (e de modo participativo) estabelecidas pelo Proater. Na voz desses profissionais, esse fato seria um impeditivo para seguir as orientações constantes no Proater. Inclusive deixa a entender, pela expressão “*a gente às vezes acaba deixando de fora*”, que o Proater não é um planejamento orgânico, ou mesmo vital para orientar o ELDR; é, ao contrário, um instrumento subordinado às contingências e às demandas que surgem intempestivamente, como destacado no item anterior.

Conforme mencionado pelo *Extensionista 9*, no Proater há ingerências que ocorrem durante o ano, fato que impede ou dificulta a realização de suas metas – fragilizando sua efetividade. Essas ingerências foram classificadas em três tipos distintos, conforme a sua origem: (a) *ingerências originárias do governo estadual* – inclusive do próprio Incaper: aquelas que surgem dos órgãos estaduais, cujas sedes administrativas (e de poder decisório) estão localizadas, geralmente, fora dos municípios de ação dos extensionistas. As origens desse tipo de ingerência que foram citadas são: a sede do Incaper,

com 34 frequências de resposta; e a SEAG, com 18 frequências.<sup>38</sup> Neste escopo estão também aquelas que foram denominadas pelos entrevistados de “*demandas políticas*”, isto é, aquelas que utilizam do esforço do profissional para participar de eventos que são de interesse político partidário – neste caso, manifestado por agentes que pertencem a organizações públicas estaduais. Esse tipo específico de ingerência responde por cinco frequências nas respostas; (b) *ingerências de origem local*: aquelas que surgem das organizações interessadas, de alguma forma, na ação do ELDR, geralmente os chamados “parceiros municipais”. Foram 23 citações computadas aos agentes financeiros, aos CMDRS e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Já as municipalidades, principalmente as secretarias municipais de agricultura, respondem sozinhas por 18 citações, podendo ser consideradas as principais fontes de ingerência local. Por fim, o próprio ELDR foi referido quatro vezes como fonte da ingerência, o que significa que ele atua, eventualmente, para a modificação do Proater por meio da introdução de ações não previstas; e, por fim, (c) *ingerências oriundas do público envolvido pelas ações*: neste caso são os imprevistos que ocorrem em razão das mudanças nas propostas de ações introduzidas pelos agricultores familiares no Proater. Em algumas ocasiões, os proponentes perdem o interesse pela ação ou não se mobilizam para executá-la, ocasionando mudanças nas metas estabelecidas. Neste caso, houve apenas três menções. No entanto, um dos profissionais afirma que esse tipo de imprevisto é compreensível e aceitável, por se tratar do público prioritário.

Um conflito central que se destaca em relação à ingerência estadual é o das demandas “locais” *versus* as demandas “não locais” (do governo, da coordenação de programa da sede do Incaper), retratada na fala de um dos entrevistados, conforme trecho de depoimento transcrito a seguir:

[...] isso inclusive nas nossas reuniões de planejamento estratégico, né?, é uma das coisas que vem sendo recorrente nas discussões, a forma com que é feita a comunicação da sede com os escritórios locais, né, a forma com que a própria ingerência política do estado vem sendo feita sobre os escritórios locais e a forma como esses programas, que às vezes são programas do governo, que às vezes não estão plenamente claro dentro do PEDEAG, mas que são implementados, e aí o Incaper é que tem que implementar isso aqui embaixo. Então, isso é uma coisa que tem sido recorrente, né,? no Incaper, que não se tem, até hoje, uma solução para isso. Por conta dessa questão extremamente política, né?, que às vezes vem atropelando. Vou dar um exemplo, vai ter o programa de lançamento do café das montanhas do Espírito Santo,

---

<sup>38</sup> Importante ressaltar que cada um dos entrevistados podia citar quantos elementos quisesse apontar como aqueles que seriam responsáveis por interferências à realização das metas do Proater.

vai ter um evento lá, como teve em C. [*município*], você tem que naquele dia se organizar para ir para lá naquela reunião. Quando convocado você tem que ir. Não tem jeito, você tem que buscar três agricultores. [...] O agricultor vai de boa vontade, mas não está muito fácil, hoje, conseguir isso. Às vezes você tem meio que laçar o agricultor. E às vezes ele vai pela confiança que ele tem com o nosso trabalho, pela relação de amizade com o técnico. Aí o Incaper utiliza isso politicamente [*Extensionista 26 (G2) CRDR Sul Caparaó*].

O profissional destaca as ingerências, enfatizando os programas de governo e o que ele chama de “questões extremamente políticas”, retratando ações do governo estadual nas quais os extensionistas são obrigados a participar e, mais grave, a mobilizar os agricultores. Percebeu-se que esses eventos são entendidos como “políticos” em razão do seu caráter massivo e de sua intencionalidade eleitoral, mobilizando técnicos e agricultores de uma determinada região, e também por serem utilizados para fins de divulgação de ações do governo do Estado. Esses eventos passam a ter apoio do Incaper, contando, geralmente, com a presença de lideranças políticas regionais e estaduais, utilizando o pretexto de lançar cultivares, mas cujos resultados (em termos de ação extensionista) não são percebidos pelos técnicos e pelos agricultores. Os agricultores participam desse tipo de evento por causa de sua relação com o técnico local. Neste sentido, percebeu-se nas entrevistas que o Proater, como um mecanismo que possibilita “dar voz” aos locais e às suas demandas, não é executado de forma eficiente por causa de pressões e limitações externas, principalmente aquelas originadas nas ingerências de âmbito estadual.

Apesar do problema de falta de monitoramento e ocorrência das ingerências, verificou-se nas falas dos 44 entrevistados que apenas três profissionais acham que o Proater é um mecanismo de planejamento dispensável. Os demais reconhecem um conjunto de falhas no documento, mas encontrariam nele vários aspectos positivos e o colocariam como balizador das orientações das ações anuais. As ingerências, no entanto, levam à “descrença no Proater”. Ao ser perguntado se o Proater seria de fato efetivo, um entrevistado ressalta que:

Eu particularmente acho que não funciona. Porque na verdade ali faz uma programação, mas no decorrer do ano vão surgindo outras demandas, a gente faz outras visitas, aparece outras palestras para fazer. Algumas coisas funcionam, entendeu? [*Extensionista 8 (G2) CRDR Nordeste*].

Nessa lógica, embora os profissionais percebam a importância do Proater, eles também veem nas ingerências um impeditivo à sua realização. Parte dessas ingerências

é responsabilidade da própria sede do Incaper, revelando a contradição. Esta contradição está em instituir a obrigatoriedade do planejamento participativo e, por outro lado, contrariando o fundamento do processo participativo e sua própria legitimidade, inserir ações no documento que não foram discutidas ou não contêm os anseios das comunidades consultadas.

Esse suposto conflito seria resolvido a favor das decisões da sede, enfraquecendo, portanto, a capacidade de o Proater orientar, de fato, as ações nos ELDR para responder a demandas que foram identificadas localmente e de modo participativo. A expectativa gerada com a possibilidade de um planejamento ascendente é, portanto, nessa visão, frustrada. Por esse motivo, parte dos entrevistados questiona a efetividade do Proater.

Um dos entrevistados assinala um sentimento de impotência diante das ingerências e suscita outro elemento, percebido nas entrevistas, que é a preocupação com sua imagem junto ao público de ação. Pode-se verificar isso no trecho da entrevista transcrito a seguir.

É um sentimento de impotência porque não é aquilo que você planejou, tá certo? Quer dizer, muitas vezes você deixa a tua comunidade a descoberta, tá certo? Ou você dá um jeitinho, aquilo que você tinha programado para aquela semana [ou] cê joga para outra semana, infelizmente. Tem que dar um jeito e tem que executar as duas programações, a sua normal, que você planejou, e a demanda extra, que tá aí para você fazer [*Extensionista 36 (G1) CRDR Centro Serrano*].

Percebe-se na resposta do *Extensionista 36* o senso de responsabilidade ou o dever do profissional com relação às comunidades na qual atua. Essa temática, embora não fizesse parte do escopo do roteiro de entrevistas, permeou a fala de vários entrevistados. Foram contabilizadas 20 entrevistas que apresentaram menções a esse respeito. O relato do profissional ajuda a compreender essa preocupação.

[...] acaba respingando na gente, lá no Incaper, porque o agricultor ele pensa que nós é que estamos barrando o processo, e na verdade a nossa contribuição é só em fazer o projeto. Correr atrás de documentação e papelada não é função nossa, entendeu? Também tá tendo esse descrédito porque a coisa não vai pra frente. [...] Não, sem dúvida, sem dúvida, porque na verdade eles [os agricultores] são nosso público. Se a gente criar um descrédito com relação a isso podemos fechar as portas. Então assim, é importante a gente procurar sempre que fez o compromisso, não podendo cumprir, ligar, avisar, se desculpar, marcar para outra data porque se houver esse esvaziamento, essa descrença com nossa atividade num faz sentido a instituição existir [*Extensionista 8 (G2) CRDR Nordeste*].

O *Extensionista 8* comenta um trabalho de parceria do Incaper com a prefeitura, expondo o temor de que o não cumprimento do acordo de uma das partes levasse os agricultores a desacreditar na instituição e no próprio profissional.

Nota-se, pelas análises das entrevistas, uma consequência grave da não efetividade do mecanismo de planejamento. Planejar de forma participativa significa envolver-se com o público e, de certo modo, se comprometer. As ingerências no programa de planejamento impedem uma efetivação do compromisso e geram um sentimento de não realização do planejado com as comunidades. O fato de o profissional considerar importante sua imagem junto ao público, como foi percebido nas falas espontâneas de 44% dos entrevistados, faz com que a “participação” atribuída ao planejamento (Proater) tenha uma conotação de participação consultiva (PRETTY *et al.*, 1997). Neste sentido, apropriando do conceito para o caso em análise, o extensionista vai se comprometer com aquilo que a instituição pode proporcionar como solução para problemas identificados pelas comunidades: pesquisa e por projetos dos programas do Incaper, SEAG; ou ofertas do governo federal. Porém, ficou evidenciado nas entrevistas que isso não se aplica a todos os profissionais. O sentido de comprometimento com os agricultores foi percebido de forma diferente. Pode-se dizer que dois aspectos são importantes nesse comprometimento: a autonomia que o extensionista tem em relação à instituição e a abordagem da ação extensionista, tema que será tratado no próximo item.

As ingerências estão relacionadas a uma segunda questão importante, mencionada anteriormente: o tema da dispersão e da fragmentação da ação extensionista, com consequências negativas para sua imagem junto ao público de trabalho. Ao estabelecerem novas e imprevistas atividades, uma consequência das ingerências é sobrecarregar os agentes com atividades não planejadas. Na opção entre aquilo que é demandado pela hierarquia organizacional, escapando às deliberações do processo participativo, e o que é demandado pelas comunidades, prevalece a força institucional. Um dos entrevistados ressalta a desconfiança que isso geraria entre os profissionais que atuam com os agricultores e como o profissional responderia a essa desconfiança. Quando perguntado como o extensionista se sente quando não consegue executar as ações do Proater, ele respondeu:

[...] eu acho que o pessoal tá acostumado já. Eu acredito que as pessoas estão acostumadas e é daí que surge essa vontade de fato de não planejar. Eu acompanhei isso, né?, no campo, no dia a dia, alguns colegas que na hora de fazer o Proater falam: “não, não vamos fazer isso como tem que ser feito; pra que nós vamos de comunidade em comunidade, associação em associação? Nós vamos ouvir, reunir com lide-

ranças, vamos fazer um planejamento depois a gente não tem condições de executar, depois recai sobre a gente, porque a gente tá aqui, a gente é que vai ouvir, a gente vai ser cobrado”. Isso gera manobras de guerra. Finge que eu estou fazendo que você finge que eu estou executando, né?, gera acordos informais, de certa forma, não se cobra de lá porque você sabe que não tem como executar, né?, porque tá fazendo outras coisas, enfim um pouco por aí [*Extensionista 15 (G2) CRDR Noroeste*].

Long (2007) atribui a “agência humana” à capacidade do ator individual processar a experiência social e refazer as maneiras de lidar com a vida, mesmo sob coerção. O autor afirma que dentro dos limites da informação e em face das incertezas, os atores sociais possuem capacidade de saber e de atuar, procuram resolver os problemas e aprendem como intervir em um fluxo de eventos ao seu redor. Desta forma, o agente de extensão, diante do sentimento de desconfiança – gerado no extensionista quanto à não execução do Proater construído junto com os agricultores – nega a própria participação do público prioritário. Ele se nega também a cumprir aquilo que foi determinado pelas instâncias superiores do instituto, presente nos princípios do Proater sob a concepção de “gestão social”.

A modificação do Proater ao longo do ano, a partir do que foi denominado anteriormente de “ingerências”, ocorreria, na visão de alguns entrevistados, porque não há instrumentos para monitorar sua implementação. Ou seja, não há como a organização apurar o que foi executado durante o ano. De todos os entrevistados, apenas um afirmou ter monitorado, por iniciativa do ELDR, o documento elaborado, buscando contrastar o previsto no Proater com o que havia sido realizado durante o período:

O ano passado nós fizemos uma avaliação aqui. Foi até quando F. estava aqui ainda. No ano passado, nós tivemos assim, na verdade foi um planejamento participativo, foram elencadas cinco comunidades na época, para serem trabalhadas. Então a gente tinha que no final fazer uma avaliação para ver o que a gente realmente tinha cumprido né, dentro daquelas ações programadas para as comunidades. Chegava a alguma coisa aí em torno dos 30 a 35% [*Extensionista 29 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

A não existência de monitoramento revela fragilidade no planejamento, o que se desdobra em questionamentos sobre a importância desse documento, tanto para a própria instituição como para o escritório local. Percebem-se aí contradições. Se o documento é importante para os extensionistas, como eles afirmaram em vários depoimentos nas entrevistas, como justificar a inexistência de um esforço para monitorar suas ações?

Por outro lado, como comentado, o Programa de Metas exige dos profissionais do ELDR a prestação de contas de suas ações. Neste aspecto, esse documento, por ser obrigatório, exigirá do profissional esforço para cumprir suas metas e para acompanhá-las. Isso aponta que o Proater, um mecanismo dito como de “gestão social”, que envolveu na sua execução o público da ação extensionista, fica negligenciado nos escritórios, e pelas observações de campo, na própria sede, conforme será analisado mais adiante.

Antes de tratar da questão das ingerências no Proater, o *Extensionista 9* afirmou que há eixos<sup>39</sup> em que há maior efetividade na execução das metas previstas. Por outro lado, haveria certas ações que previam o uso de determinados métodos da extensão que, por serem “mais complexos”, acabavam por ser “deixadas de lado”, conforme expressa no trecho de depoimento a seguir:

Se a gente olha tipo assim em termos de eixo de trabalho, prioridade... a gente acaba atendendo mais, agora em termos de, é... o método programado para desenvolver aquele trabalho acaba ficando falho, o método [*de ação extensionista*] mais complexo a gente acaba deixando... [*Extensionista 9 (G1) CRDR Nordeste*].

Surge, portanto, outra explicação para a dificuldade de execução do Proater: determinadas ações previstas que requerem um tipo de conhecimento, habilidade ou competência do extensionista tendem a ter um elevado percentual de execução de suas metas. Ao contrário, aquelas que requerem do profissional conhecimentos, habilidades ou competências que ele não possui, ou não tem interesse em adquirir, tendem a ser “deixadas de lado”. Identificar-se com um tema e sentir-se capacitado a agir, de acordo com o que foi expresso pelo *Extensionista 9*, significa ter mais capacidade, ânimo ou interesse para realizar uma determinada meta.

Segundo o *Extensionista 9* o eixo mais difícil de ser executado seria o ambiental, conseqüentemente as atividades vinculadas a esse eixo (presentes no Proater) não seriam priorizadas por ele. O entrevistado destaca a sua capacidade ou não de realizar determinada atividade de acordo com o tipo de “método de trabalho” requerido para executá-la. Aquelas ações que requerem visitas técnicas, palestras, por exemplo, destacam-se como as que têm, na visão do entrevistado, metas mais facilmente realizáveis. No trecho de depoimento transcrito a seguir, o profissional confirmaria esse aspecto. Per-

---

<sup>39</sup> O Proater, até 2010, estava dividido em eixos principais que variavam de acordo com as percepções de desenvolvimento rural de cada ELDR. Os eixos funcionavam como orientadores das ações. Conforme verificado nas entrevistas, havia ELDR cujos eixos eram divididos em atividades agrícolas, por exemplo, café, fruticultura e pecuária. Em outros ELDR, dividiam-se os eixos por temas como questões sociais, econômicas e ambientais. Em outros a divisão era por temas, como produção, meio ambiente, comercialização.

guntado sobre qual seria seu principal modo de interação com os agricultores, verifica-se a opção por uma ação mais individualizada, com o agricultor, por meio de contatos pessoais em visitas programadas<sup>40</sup>:

Bom, o maior mesmo, hoje, eu diria assim, que a gente tá fazendo hoje, o método mais individual seria a visita que a gente tem feito bastante, né? O contato... eles vêm aqui e a gente vai muito nas propriedades. E acaba sendo esse contato que, de certa forma, gera uma resposta também do agricultor, ele vindo aqui [*Extensionista 9 (G1) CRDR Nordeste*].

Por outro lado, eixos e ações correspondentes que demandariam mobilizações, sucessivos eventos, articulações com instituições que não são aquelas do convívio diário do profissional ou empenho em outras áreas, em suma, ações que não são parte da sua forma costumeira de operar, ele se empenhará menos para atender às metas definidas. Ainda, se o método de extensão para cumprir as metas demandasse energia e recursos, nem sempre disponíveis, e, ou, se requeresse competências, como entendimento das leis ambientais, o esforço do agente seria menor. Assim, essas ações acabam sendo deixadas para “um segundo momento”, como atesta o mesmo profissional:

[...] tem programa, como assim existe, vamos falar sobre um em específico, a questão, esse programa agroflorestal, né? [...] Há uma dificuldade aí! De tá trazendo aqui, eu não sei se é problema do próprio programa para ser aplicado, ele vai exigir do agricultor umas condicionantes ambientais, aí que às vezes o agricultor não aceita, ou há alguma coisa falha aí; ou às vezes não tem muda; ou o que o programa prega ele não consegue atender a legislação... [...] Tem o programa de adequação ambiental, né? A gente já teve outros programas aí, mas ia depender de outras instituições. Eu não vou nem dizer porquê... a questão de proteção de nascente não conseguiu fazer aqui [*Extensionista 9 (G1) CRDR Nordeste*].

O Proater torna-se desacreditado por aquilo que foi exposto pelo *Extensionista 21*, anteriormente: ele vai sendo minado pela inserção de ações que não foram planejadas no âmbito do local, mas foram definidas em instâncias superiores do Incaper e da SEAG. Desprezam-se, neste sentido, as construções sociais que são originadas nos espaços dos municípios, criando incertezas no público envolvido – afinal, de que valeria o esforço da participação se as decisões são tomadas em outras instâncias? – e nos extensionistas locais. Estes questionam sobre qual mecanismo deve direcionar suas ações e a

---

<sup>40</sup> Os relatórios de atividades do Incaper apontam que o método de extensão mais utilizado pelos profissionais são as visitas programadas; conforme relatório de 2009, 78% do público assistido foi por meio desse método (INCAPER, 2009).

qual ele deve dar preferência. Por outro lado, a inclusão dos agricultores nos processos decisórios de elaboração do Proater acaba demandando competências e conhecimentos dos extensionistas para a ação nem sempre presentes no corpo técnico. O mesmo ocorre com parte das ações que são definidas como prioritárias pelo Proater. A falta de recursos ou capacidades acaba justificando, em alguns casos, a não execução de metas do Proater; ou de seus “eixos”, conforme demonstrado anteriormente. Nesse caso, evidencia-se que a organização, ao investir no planejamento ascendente e participativo, corre o risco de não respondê-lo de modo eficaz por não possuir, em seu corpo técnico, as capacidades necessárias para tanto. Dada essa proeminência do Programa de Metas, as ingerências e a ausência de competências para a ação extensionista com determinados temas e metas, o Proater, como mecanismo de planejamento e orientação das ações dos ELDR, fica em segundo plano, bem como as atividades, de elaboração coletiva de diagnósticos, planejamentos e ações, que exigiram dos profissionais, dos agricultores e das organizações investimentos, capacidades e energia.

A complexidade de reação dos extensionistas ao planejamento institucional, conforme verificado anteriormente, se desdobra em um conjunto de artifícios e procedimentos realizados pelos extensionistas nos ELDR para burlar o mecanismo de participação e, ao mesmo tempo, responder, dentro de determinados limites, à elaboração do Proater de forma participativa. Neste aspecto entram em questão os conceitos de participação que se têm como princípio e fundamento para por em funcionamento o Proater, ressaltando na discussão o tema das abordagens e sua relação com o Proater.

As questões suscitadas neste tópico levam à seguinte reflexão: o Proater deveria ser um mecanismo eficiente no planejamento das ações para os ELDR, inclusive como ferramenta promotora do desenvolvimento local. No entanto, diante das ingerências às quais o Proater, como um mecanismo de planejamento, não consegue dar resposta, ele se revela simplesmente como mais uma atividade a ser executada pelo ELDR. Logo, é uma agenda a mais no cotidiano do extensionista. Desta forma, perde a sua essência; essência que se pauta na participação dos agricultores no rumo da organização, bem como na orientação de um planejamento para o desenvolvimento local.

Ao discutir essas ingerências com os profissionais, percebeu-se um aspecto que não estava presente no roteiro de entrevistas, mas passou a ser objeto de observação nas conversas seguintes, e que é relatado na fala do profissional a seguir. “[...] O maior problema do Incaper é que o extensionista trabalha com tudo, café, coco, pecuária, cama-

rão..., a gente fica perdido, começa a fazer um relatório e se perde” [*Extensionista 16* (G1) CRDR Noroeste].

A frequência de repetições de depoimentos semelhantes ao do *Extensionista 16* pode ser percebida nas entrevistas de 38 profissionais, representando 86% dos entrevistados. Na perspectiva de um deles, essa diversidade de áreas de atuação e a amplitude de atividades levariam à perda de orientação e à conseqüente “ação fragmentada”, conforme a conceituam Diesel *et al.* (2006). Esse é o segundo elemento-chave para analisar aqui a efetividade do planejamento institucional e sua relação com a ação extensionista. Sobre a “ação fragmentada”, o trecho do depoimento de um entrevistado, transcrito a seguir, é elucidativo da dimensão do problema.

[...] Muito grande [*o número e a diversidade de atividades*], inclusive colocamos hoje, naquela semana do planejamento estratégico que nós temos, uma diversidade muito grande de atividades no município. Muito grande e às vezes a gente apaga fogo mais do que às vezes a gente deveria estar fazendo um trabalho de extensão de melhor qualidade... e a gente, às vezes, não consegue fazer porque a gente é muito demandado, muito demandado. [...] Isso impede um trabalho de melhor qualidade, às vezes. Hoje, por exemplo, nós temos dois técnicos aqui, para atender melhor nós teríamos que ser três, pelo menos três hoje; e uma auxiliar administrativo. Nós temos fazendo trabalho de auxiliar administrativo e trabalho técnico no município. O controle de quilometragem nós temos que digitar no município para mandar porque hoje não temos administrativo [*Extensionista 11* (G1) CRDR Noroeste].

O profissional citado salienta que essa diversidade de ações implica perda de qualidade da ação e compromete a prestação do serviço. Ressalta também outra questão, o número insuficiente de profissionais para atender ao município. No entanto, para fins da análise, questionamos: qual seria a relação do Proater com a alegada fragmentação da ação extensionista? De acordo com as entrevistas, não há indicação dos entrevistados de que o Proater contribuiria para isto. Ao contrário, os próprios extensionistas informam que ele é um documento orientador das ações. Como tal contribuiria, inclusive, para definir as responsabilidades que ficam a cargo dos agentes do ELDR e quais seriam as responsabilidades das instituições locais envolvidas na ação extensionista. Porém, a não efetivação dos acordos de parcerias nas ações inseridas no documento, por parte dos envolvidos, e principalmente a inserção de novas atividades, por meio das “ingerências”, conforme analisado anteriormente, geram uma sobrecarga de atividades aos ELDR, dificultam ou impedem a realização de ações conforme o recomendado ou desejável, ou, ainda, essas ações acabam não sendo efetivadas, devido ao não cumprimento

dos acordos entre os parceiros, formalizados no Proater. Nesse aspecto, não de forma direta, mas indireta, o Proater acaba por contribuir para a fragmentação da ação extensionista.

Embora as questões apontadas pelos profissionais sejam pertinentes, há de se entender que a fragmentação da ação extensionista no Incaper se origina, também, de outras causas, que Diesel *et al.* (2006, p. 35) denominam de “produto da interação de forças contraditórias”. Essas forças, por exemplo, podem ter origem nas orientações para as organizações de Ater que emanam das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural. Neste sentido, na década de 1970 – e até o início dos anos de 1990 – era exigida do extensionista competência de conhecimento na capacidade de promover e incentivar e, ou, persuadir os agricultores a adotar “tecnologias modernas”, para fins do aumento de produtividade (difusionismo). Já na década de 2000, revertendo essa tendência a partir da concepção da Pnater, exige-se dos profissionais uma diversidade de conhecimentos e competências que vão muito além da perspectiva difusionista-produtivista, orientadora da ação extensionista nas décadas de 1970 e 1980, principalmente.

Conforme afirmam Diesel *et al.* (2006), a história do agente e da organização estrutura e engendra disposições que condicionam um modo de agir no profissional, como também no público envolvido por sua ação, que o identifica a partir de uma prática. Define-se, portanto, um padrão de atuação tanto do profissional como da organização. As políticas públicas, no caso a Pnater, geram tensões nesse “padrão de atuação” ao suscitar novas orientações, exigindo das organizações e dos profissionais outras disposições, além dos *modus operandi* convencionado pela história. Criam-se, assim, novas demandas aos agentes e às organizações de Ater e a necessidade de mudanças na ação extensionista.

Uma das possibilidades de superar essa fragmentação, segundo Diesel *et al.* (2006), é por meio da problematização das demandas identificadas localmente e com a participação dos envolvidos, que levaria ao planejamento participativo. Construído de modo a envolver os agricultores, as organizações e as instituições rurais, seria concebido um plano em que, idealmente, as prioridades e as ações seriam assumidas pelas organizações do meio rural. A ação do agente de extensão seria organizada a partir de um consenso legitimado socialmente. O Proater e os mecanismos que lhe originam têm os pressupostos apontados por esses autores. No entanto, dados os problemas de efetividade do planejamento participativo expresso no Proater, a fragmentação permanece, originária principalmente das demandas que não foram inseridas no Proater, ou que foram

inseridas, mas não pelo público beneficiário ou pelos parceiros locais, como é o caso daquelas que têm sua origem nas “ingerências” descritas anteriormente.

A fragmentação ocorre justamente porque o Proater, embora legitimado, não foi reconhecido como documento de planejamento dos ELDR que deveria orientar os programas tanto da sede como da própria SEAG. Como isso não ocorre, as ações definidas em gabinetes do Incaper e da própria SEAG, e inseridas no cotidiano da ação de modo impositivo, entram em contradição com as incorporadas ao Proater de modo participativo, conseqüentemente o profissional perde sua orientação ou tem dificuldades de obtê-las a partir do planejamento institucional. Neste caso, compreende-se como o Proater tem o reconhecimento e a sua legitimidade questionado. As análises indicam a retomada de reflexões a respeito da mediação institucional. Diante de um contexto organizacional que institucionaliza um planejamento “irreal”, a pressão recai tanto sobre o profissional, que não realiza a atividade, quanto sobre o Incaper, que não possibilita a execução.

#### **3.2.4. Planejamento e abordagens da ação extensionista**

Trazendo a discussão da efetividade do planejamento para a questão das abordagens da ação extensionista, temos um tema fundamental, que é tratado de maneira distinta pelas três abordagens: a questão da participação. Tanto a participação dos envolvidos diretamente pela ação extensionista, por meio da intervenção que se estrutura em programas e projetos, como também a participação dos próprios extensionistas na definição das ações (metas, prioridades, meios, etc.) de sua organização.

Na *Abordagem Convencional* não são percebidos problemas nas programações que vêm do governo central para os ELDR, uma vez que prevalece a crença de que as determinações sobre “o que deve ser feito” podem ser definidas em instâncias extralocais. As localidades e seus sujeitos são considerados objetos dos processos de intervenção e devem participar de modo colaborativo, não sendo identificados como sujeitos com potencial ou capacidade para deliberar sobre as ações conduzidas pelos agentes externos. O trecho da fala do *Extensionista 19*, que se aproxima do que estamos denominando de *Abordagem Convencional*, complementa essa descrição caricatural da abordagem. Para ele, é possível que o que “vem de cima” seja adaptado ao que demanda a comunidade:

Tinha as linhas da Secretaria de Agricultura que éramos obrigados a cumprir, mas a gente ouvia a comunidade, as demandas da

comunidade. Ouvia as comunidades, mas vinham as linhas traçadas, os programas que o governo queria que a gente seguisse, então alguma coisa vinha de cima para baixo, mas era bastante dentro da realidade, algumas coisas vinham de Brasília e nós tínhamos que fazer [*Extensionista 19 (G1) CRDR Noroeste*].

Ainda, como expõe o *Extensionista 23* no trecho transcrito a seguir, o planejamento seria realizado dentro daquilo que a empresa (Incaper) entenderia como importante para o desenvolvimento rural. Não haveria espaço para a expressão da demanda do agricultor. Como também, segundo o depoimento do extensionista, não haveria autonomia deste para interferir em algo que “a empresa define”. Logo, faz parte da ação do extensionista, inexoravelmente, executar as atividades previstas pela organização e por seu planejamento:

A mesma coisa é o café, então os produtores aqui dizem, o preço tá baixo do café ou meu café não tem mais produtividade. A empresa tem programas para isso, né? Nos capacitou para isso, então a gente faz com que os produtores... o produtor não diz assim não: ‘ah eu quero ganhar café Vitória, muda de café Vitória’. Ele diz que o problema dele é que a produtividade está baixa, então você diz: ‘ah, sua produtividade tá baixa, então você tem que mudar seu cultivo, já tá velho, não sei o quê’. Entendeu? Então o Estado nos orienta, né?, então a gente... isso aqui é jogo de cintura. Cê tem que ver, tem que ver qual o problema do agricultor, junto com aquilo que a empresa tem [*Extensionista 23 (G1) CRDR Sul Caparáó*].

Na *Abordagem Convencional*, as linhas gerais do Proater, mencionadas pelos entrevistados, estão quase sempre centradas na produção, estruturadas nas cadeias produtivas das *commodities* principais dos municípios, como café, fruticultura, pecuária. Este aspecto da leitura do Proater pode ser verificado na transcrição de um trecho da entrevista a seguir.

Dentro dessa linha a gente trabalha principalmente com a cafeicultura, né?, que é basicamente, agora, nós já temos uma produção e produtividade altamente satisfatória, é trabalhar em cima para que o produtor não perca peso no final da colheita como eu já disse e ganhe mais pela qualidade, certo? [*Extensionista 12 (G2) CRDR Noroeste*].

Perguntado se haveria outras “linhas de ação”, a resposta foi:

Além disso [*da linha café*], para não se trabalhar na monocultura cafeeira, nós temos aqui, bastante procurado também, é a cultura do cacau. E qual a diferença da cultura do cacau que tem que ser trabalhada? É que ela sobra muito mais dinheiro para o produtor, muito mais do que o café [...], a outra linha bem trabalhada em cima é o coco, que voltou a ter expressão. Há três, quatro anos atrás o pessoal

estava cortando o coqueiro para vender o palmito a cinco reais. Hoje quem tem coco aqui, volta a plantar e voltar a cuidar do coco [...] eucalipto, já é uma questão natural, o produtor plantou e tá ganhando dinheiro em cima dele, e a outra questão que tá muito organizado, que a gente trabalha, é o polo da manga [*Extensionista 12 (G2) CRDR Noroeste*].

No discurso elaborado por esse extensionista pode ser observado que o técnico desejaria que o “produtor”<sup>41</sup> ganhasse mais com a “qualidade do café”. Esse discurso de qualidade para o café Conilon está alicerçado no programa estadual de melhoria deste produto. Por sua vez, a melhoria na qualidade é um discurso que estaria sendo implementado pelos grandes exportadores de café. Portanto, é um programa que surge da relação de parceria entre empresas torrefadoras de café, o governo estadual e o Incaper, mas que “encontra resistência dos produtores”. Resistência esta fundamentada no aumento do custo de mão de obra, dos custos operacionais, sem trazer benefício econômico direto para os produtores. *O Extensionista 12* reproduz o discurso da organização e procura colocá-lo em prática na esfera municipal.

A organização social<sup>42</sup> dos produtores não é mencionada. Quando mencionada, era nos momentos finais da entrevista, ou quando o entrevistado era questionado sobre o tema pelo pesquisador. Da mesma forma, as políticas de mercado institucional do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos<sup>43</sup> (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>44</sup> (PNAE), que dependem da organização dos agricultores, não são citadas espontaneamente, somente quando perguntado. Os extensionistas que se aproximam desse perfil não se envolvem diretamente ou não priorizam essas linhas. O planejamento local realizado por meio do Proater é tido como “importante”. As interferências que ocorrem principalmente por demandas não planejadas vindas da

---

<sup>41</sup> Para cada abordagem usam-se termos diferentes para referenciar o público prioritário: “produtor”, “agricultor”, “agricultor familiar”. Procura-se com isso ser fiel aos termos usados pelos entrevistados classificados nas abordagens.

<sup>42</sup> É entendida como um conjunto de relações nas comunidades rurais que permitem a interação entre os indivíduos, as organizações e as instituições. A ação extensionista teria o papel de contribuir nessa organização, principalmente orientando o planejamento local, facilitando o acesso às políticas públicas, na organização para a comercialização dos produtos agrícolas e no acesso a outros benefícios, que de forma individual não seria possível para as comunidades.

<sup>43</sup> O PAA, um programa do governo federal que utiliza recursos do Ministério de Desenvolvimento Social Combate à Fome (MDS) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, foi instituído pela Lei nº 10.696/2003. Tem como objetivo o acesso a alimentos pela população em risco de insegurança alimentar, promovendo inclusão social e econômica da agricultura familiar (MDS, 2012).

<sup>44</sup> Em 2009 o governo federal lançou a Lei 11.947 (BRASIL, 2009) e a Resolução nº 38 (MEC, 2009), que dispõe sobre a alimentação escolar, a aquisição dos gêneros alimentício, estabelecendo que no mínimo 30% devem ser oriundos, preferencialmente, da agricultura familiar.

sede, dos coordenadores de programas ou do governo estadual, conforme analisado anteriormente, não são bem vistas.

O conceito de participação – como modo de possibilitar a deliberação – é uma referência fundamental que distingue as abordagens da ação extensionista pelas distintas acepções que cada uma lhe atribui. O trecho de uma entrevista, transcrito a seguir, representa o argumento legitimador, para o profissional, de que o planejado (o Proater) estaria dentro da lógica das orientações que emanam do Incaper e do próprio governo do Estado.

Na maioria das vezes sim, né? [...] Mas é planejado dentro da daquilo que empresa... os caminhos da empresa e do caminho do Estado, [...] é lógico, isso é lógico, ... é vamos dizer se tem um polo do maracujá, esse polo de maracujá teoricamente foi porque alguns produtores começaram a trabalhar com maracujá e tal, a empresa vai criar um polo ali, então quando você for a trabalhar agora você vai trabalhar mais com as coisas voltadas para o polo do maracujá, cê tá entendendo? Começa, né?, de cima para baixo, mas depois passa a ser da empresa, então a empresa trabalha mais com aquilo ali, então você organiza suas atividades dentro daquilo que a empresa está exigindo de maracujá [*Extensionista 23 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

Nas entrevistas não foi identificado o que os profissionais vinculados à *Abordagem Convencional* “fazem no Proater”, isolados no escritório, sem a presença de agricultores, lideranças e parceiros. Coerente com essa característica do processo de planejamento, a ideia de participação é entendida a partir de um “caráter consultivo”. As pessoas participam, sendo consultadas pelos extensionistas, que ouvem os seus pontos de vista. Porém, os problemas e as soluções são definidos pelo agente, que podem ser modificados conforme a reação e as respostas das pessoas aos problemas e às soluções identificadas (PRETTY *et al.*, 1997).

Segundo os extensionistas que foram relacionados à *Abordagem Humanista*, as linhas gerais do Proater são orientadas para a produção agrícola, estruturada nas culturas principais do município, por exemplo, o café, a pecuária e a fruticultura, do mesmo modo que o fazem os extensionistas filiados à *Abordagem Convencional*, conforme analisado anteriormente. No entanto, de modo diferente do que ocorre nessa abordagem, a organização social dos agricultores é mencionada como importante, bem como as políticas de mercado institucional do governo federal, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesta abordagem verificaram-se duas perspectivas distintas. Há aqueles que se

envolveriam na organização das famílias e outros que, embora as entendendo como importantes, não priorizam ações nesse sentido.

O nosso aqui é o básico, cafeicultura, mas é na economia do município, né? É café, cafeicultura, pecuária leiteira e um pouco de corte [*linhas do Proater*]. Agora tá havendo uma diversificação por causa do PAA, que tá dando uma alavancagem na produção de alimentos. Então, os agricultores, principalmente os pequenos, eles estão partindo já pra... pra produção de alimentos [*Extensionista 18 (G2) CRDR Noroeste*].

As atividades principais aqui que norteiam nosso trabalho: cafeicultura, toda vez que vai se levantar os problemas [*com os agricultores para elaborar o Proater*] o café aparece; organização rural, os nossos produtores são muito individualistas. Associações, nós partimos de uma e já temos 14. Agroturismo, turismo rural já começa a se organizar [...] A maioria das associações... a maioria... o objetivo maior delas é se organizar melhorar... o conhecimento dentro das atividades que elas desenvolvem, para se estruturar dentro da atividade. Por exemplo: café. As associações têm buscado parcerias para conseguir descascador de café para poder melhorar a qualidade, secador de café. Algumas já hoje... até em armazenamento que teriam controle maior sobre a produção. [...] A questão das mulheres estão inseridas dentro das associações, elas buscam muito aperfeiçoar a utilização de produto produzidos nas propriedades, frutas que perdem [*Extensionista 32 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

O *Extensionista 18* cita as linhas principais do Proater, orientadas por produtos ou *commodities*, usando como sujeito “o nosso aqui”. Quando fala dos mecanismos de comercialização, por meio de programas de políticas públicas, citando o PAA, não fica evidente que é ele o sujeito organizador da ação. Afirma que “tá havendo uma diversificação”, porém não explicita quem é o sujeito dessa ação, demonstrando certo descrédito ou mesmo pouco ou nenhum envolvimento com essa atividade. Para os profissionais que se envolvem com a organização social, não está perceptível a possibilidade de fortalecer o *capital social* e a criação de redes de solidariedade, ou, ainda, de contribuir nos processos de transição dos sistema de produção das famílias para sistemas mais sustentáveis, outro aspecto mencionado pelo *Extensionista 32* (produção para a autossuficiência) que caracteriza a participação na *Abordagem Humanista*. Nessa abordagem a participação assume a característica de uma consulta, de acordo com a definição de Pretty *et al.* (1997). Na elaboração do Proater há a aplicação de um instrumento, a FOFA, que auxilia a identificação de demandas e potencialidades locais, facilitando a participação dos envolvidos com o tema. Com relação ao Proater, os extensionistas que se aproximam da *Abordagem Humanista* entendem que a participação no planejamento de sua ação ficaria limitada a esse caráter consultivo.

Para os extensionistas filiados à *Abordagem Interativa*, as ações constantes no Proater são delineadas por meio de grandes eixos de ação: o social, o econômico e o ambiental, voltadas para processos de articulação entre atores locais e regionais. O Proater é tido como uma ferramenta importante, compreendido como um processo para viabilização e qualificação da participação, esta entendida como essencial. Por ser essencial, a “falta da participação” (do modo como é concebida por esses extensionistas) é uma crítica que os entrevistados elaboram e direcionam ao Proater, conforme relata um profissional em um trecho de sua entrevista transcrito a seguir.

De negativo o Proater tem o distanciamento da realidade, não é elaborado de forma participativa; e são colocadas ações em sua maioria de forma a atender aspectos numéricos [*Extensionista 6 (G2) CRDR Nordeste*].

No trecho transcrito na sequência, o profissional explicita como foi executado o Proater no município, apontando as dimensões mais importantes, iniciando pela dimensão social, em seguida pela ambiental e depois a econômica.

É a metodologia vê aquelas dimensões sociais, ambientais e econômicas, né?, que são as bases dos principais problemas, né?, aí tirou dos principais problemas as causas, não tanto nesse momento coletivo, mas no último [*da*] consolidação. E aí ficou os principais problemas, como a questão ligada aos agrotóxicos, essa questão da cobertura florestal, a questão tecnológica de café, e também os potenciais como a alimentação escolar [*Extensionista 30 – CRDR Sul Caparaó*].

Uma das características da *Abordagem Interativa* é a priorização de ações voltadas para a “perspectiva social”, que agreguem os atores em torno de determinados objetivos, permitindo o fortalecimento do capital social e da organização em redes de ação coletiva.

O *Extensionista 20* identifica sua concepção dos processos de planejamento com a ideia de um tipo de participação que se aproxima daquele presente na *Abordagem Interativa*. Sua fala ressalta a importância dos “processos participativos”, estabelecidos entre profissionais e público prioritário, de modo a institucionalizar meios para orientar a ação extensionista a partir da identificação de demandas localizadas. Neste caso, seriam valorizados os instrumentos que facilitam a participação, como os DRP, que fazem parte das recomendações para elaboração local do Proater. Portanto, o profissional demonstra descontentamento com a sugestão de realização de “eventos”, “dias de campos”, que são métodos utilizados tradicionalmente na extensão rural, principalmente em sua vertente mais difusionista – que é uma das características da *Abordagem Conven-*

*cional*. Além disso, esses métodos não teriam sido orientados pelo Proater, e sim inseridos nele por força dos coordenadores de programas quando da revisão na sede e devolução daquele aos ELDR.

Em virtude da importância da participação, que nessa abordagem foi percebida como “interativa”<sup>45</sup>, as ações oriundas dos programas da sede e da própria Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), que não passaram pelo crivo das discussões municipais, são entendidas como ingerências sobre o processo participativo, conforme analisado anteriormente.

O Proater lá [*na sede*] no ano passado ele tinha umas orientações dos coordenadores de programas. O que estes especialistas tinham para aquela região eles enviavam para o município, de ações que iriam acontecer naquela região, que estava previsto em projeto e tal, para inserir no Proater. [...] Só que nem todos os coordenadores mandaram isso e o processo não parou por causa disso. Abril desse ano [2011], teve uma reunião [*na sede, em Vitória*] com os coordenadores, com todos eles, e cada um com a listinha deles, de demanda, com o pessoal da socioeconomia, com chefes microrregionais, chefes regionais, diretoria, ajustamento lá do Proater. Município que não tinha determinada atividade... a discussão era regional e estavam representantes da região, colaboradores, pessoal da socioeconomia e coordenadores de programa. A pessoa já estava com aquela preocupação dos dados [*do Proater*] já estarem superestimados, vieram mais demandas, mas coisas e tal e correndo contra o processo participativo e a base. Era para o pessoal adequar e mandar para ajustar o final. Isso gerou um desgaste dessa comunicação entre coordenador de programa, o município e quem estava no meio disto, que é o agente local. [...] Ai é uma demanda de uma pessoa lá de Vitória que vai ser colocada em cima do município, isso é complicado, pelo menos em cima do processo participativo, houve uma inversão. É até uma questão de credibilidade, você chega, assume... [*Extensionista 30 (G2) CRDR Sul Caparaó*].

Esse profissional expõe um dos momentos de conflito de reajustamento do Proater, questionando as demandas originárias dos coordenadores de programas. A sua fala, nesse trecho da entrevista, sugere que os programas da sede são originários de “projetos” de “listinha”, ou, ainda, de “demanda de um pessoal lá de Vitória”, que são inseridos no Proater. Haveria, portanto, uma inversão das prioridades entre aquelas definidas no espaço local e aquelas definidas pelos coordenadores de programas. Este fato geraria, em um primeiro momento, o “desgaste” do agente de extensão e, num segundo,

---

<sup>45</sup> Na participação interativa, as pessoas, com o apoio dos agentes externos, fazem análise da situação, levando o planejamento da ação e da organização comunitária. Envolve o uso de metodologias participativas para que os atores possam conhecer suas realidades, os horizontes de ação e a efetivação do planejamento onde querem chegar (adaptado de PRETTY *et al.*, 1997, p. 61; CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 69).

a perda de credibilidade desse agente. Essa credibilidade está associada à imagem do profissional junto ao público de agricultores e entidades parceiras, uma vez que são esses que lhe conferem uma identidade de extensionista na execução da sua ação.

Considerando essas evidências da análise, tem-se uma discussão importante sobre a autonomia ou heteronomia do agente extensionista na determinação de sua ação. O que determinaria a opção do profissional por abordagens ou estratégias que lhe possibilitem alcançar os fins estabelecidos pela missão de sua organização? Coelho (2005) remete à discussão sobre a tensão ético-moral que o profissional fica submetido no espaço da organização. Uma tensão entre a estrutura, as normas e os recursos instituídos e a busca do equilíbrio entre a autonomia (qual seria o espaço para decisões localizadas e construídas de modo participativo?) e a heteronomia (como lidar com imposições que remetem à centralização do planejamento e universalização de procedimentos requeridos pela gestão tecnocrática?).

Nesse sentido, ao passo que estão institucionalizadas no Incaper regras e normas (missão, diretrizes, linhas de ação, Proater) que tendem a favorecer elementos constituintes das *Abordagens Humanista e Interativa*, há, ao mesmo tempo, mecanismos que também estão institucionalizados, mas agem de modo informal, causando tensões (interesses políticos divergentes, ações pontuais e pessoalizadas, desrespeito ao Proater) que buscam reafirmar o papel do planejamento centralizado e sensível aos interesses políticos do momento. Tem-se, assim, um profissional extensionista angustiado, que se vê diante da necessidade de escolhas ou posicionamentos, em meio a indefinições e tensões geradas acerca das determinações que orientariam a sua ação profissional.

O conceito de autonomia aqui é empregado como a capacidade de avaliar as regras e normas da estrutura institucional, da hierarquia, e se colocar de forma crítica diante delas, inclusive tomar decisões e, ou, criar espaços para se contrapor à estrutura<sup>46</sup> e à capacidade de exercício de poder advinda da hierarquia institucionalizada. Por outro lado, a partir de Giddens (1989), quando ele discute sobre a dualidade da estrutura, sendo esta um resultado e um meio da conduta, entende-se que a autonomia do agente é sempre relativa. A ação do agente alimenta a estrutura e vice-versa. Logo, em qualquer das abordagens da ação extensionista essa autonomia deve ser percebida como relativa, porque não se pode desprezar o papel da estrutura como limitadora da ação do indivíduo.

---

<sup>46</sup> O termo estrutura tem o conceito de Giddens (1980, p. 20) :“Regras recursos, ou conjunto de relações de transformações, organizados como propriedades de sistemas sociais”.

Constatam-se em trechos das entrevistas dos *Extensionistas 3* e *39*, reproduzidos a seguir, os contrapontos entre a obediência e a resistência às determinações do planejamento. Sobre qualquer aspecto, há uma tensão entre o constituinte da moral do profissional e as demandas instituídas legalmente. O primeiro tipo de demanda é oriundo de um trabalho coletivo e participativo (Proater); o segundo são as demandas pontuais e fragmentadas, originárias da sede e da SEAG, que constituiriam uma norma (obedecer à hierarquia da organização). Essas orientações, por vezes divergentes, causam desorientação e respostas igualmente distintas entre os extensionistas:

Fazê aquilo que a sede manda, é lógico! Nós somos funcionários e a tendência nossa é cortar do agricultor, é cortar onde pode cortar e onde você tem menos impacto [*em termos da cobrança quanto ao cumprimento do estabelecido pelo planejamento*]. Onde alguém vai chorar menos, então a verdade é essa. Então você acaba cortando de lá [*das demandas dos agricultores*] [*Extensionista 3 (G1) CRDR Nordeste*].

Muitas vezes ele [*o extensionista*] fica perdido. E é mais fácil e menos complicado deixar de executar o Proater do que as demandas que vêm da sede.[...] Porque você é muito cobrado. E às vezes se você não faz...há! Sei lá! Fica complicado, aquilo vai ser cobrado: ‘por que que não fez?’ E ‘tem que fazer!’ e tal. E você acaba fazendo. *O extensionista nunca diz não?*<sup>47</sup> Às vezes diz, vai dizer que ele nunca diz não? Mas dá-se um jeitinho e acaba fazendo [*Extensionista 39 (G2) CRDR Centro Serrano*].

A manifestação do *Extensionista 39*, ao afirmar que “Muitas vezes ele fica perdido”, é uma referência às consequências das indefinições do planejamento quanto à ação do profissional, a ponto de o agente perder a orientação do trabalho. Na fala do *Extensionista 3* não há espaço para dúvidas, ele opta, aparentemente com convicção, pela orientação que vem da sede, em detrimento da orientação que viria da demanda expressa pelos agricultores. As falas de ambos os *Extensionistas 3* e *39*, foram classificadas como próximas à *Abordagem Humanista*. Porém, verifica-se uma diferença entre eles, ligada a suas histórias institucionais. O *Extensionista 3*, que pertence à G1, reproduz na sua fala a força da história da antiga EMATER-ES, cujas ações eram definidas de forma centralizada; ao profissional, naquele contexto, caberia executar essas ações. O *Extensionista 39* não aparenta ser tão rigoroso, ficando em conflito sobre qual orientação deve seguir.

---

<sup>47</sup> Representa o diálogo do pesquisador com o entrevistado.

Na *Abordagem Humanista* verificou-se que os profissionais questionam as demandas pontuais e contraditórias (oriundas do Programa de Metas e das ingerências oportunistas) em face das orientações que têm origem no Proater, mas acabam por seguir as determinações da sede. Isso revela que o profissional procura atuar dentro de um contexto conjuntural que reflete a complexidade da ação extensionista, no qual o extensionista opera, analisando cada caso individualmente. E acaba optando por aquela orientação que ele espera criar o menor grau de conflito entre as demandas descendentes (sede) e as surgidas, de modo ascendente (do município), da participação do público (geralmente expressas no Proater).

Os trechos de entrevistas reproduzidos a seguir refletem outra perspectiva, aproximando a interpretação dos extensionista à *Abordagem Interativa*, uma vez que em suas falas apresentam um determinado grau de autonomia à sua ação, ao conferirem a si mesmos a possibilidade de definir, executar ou não, determinadas atividades. Os dois entrevistados tratam do mesmo assunto: sua reação às demandas que surgem fora do planejamento construído de modo participativo e localmente.

[...] dependendo da ação eu cumpro, mesmo que isso não vá trazer resultado nenhum, dentro deste desenvolvimento sustentável, mas faz parte das metas que foram estipuladas dentro dessas diretrizes pelo Incaper. O Incaper quer trabalhar com isso aqui, ele passa para gente qual o público que tem que ser atendido [*Extensionista 1 (G2) CRDR Nordeste*].

Aí depende do extensionista. Depende da circunstância. Eu já desobedei lá em cima, já fui para outra atividade. Porque coloquei como prioridade. Depende do momento. Já atendi à SEAG. Hoje eu não atendo, se for uma atividade do Incaper a tendência é o extensionista atender o Incaper. Por uma questão de hierarquia [*Extensionista 6 (G2) CRDR Nordeste*].

Percebe-se, nesses trechos de entrevistas, que as ações originadas de forma descendente, que não passaram pelo crivo do “planejamento participativo”, são “dependentes” de um julgamento pessoal do profissional. As demandadas que não respeitariam ou passariam por cima do planejamento local são executadas, porém de maneira relativamente crítica, afinal, julga-se se as ações são coerentes com as “diretrizes pelo Incaper” (*Extensionista 1*). Ou se seriam analisadas, procurando compreender quais são as consequências, tanto no plano municipal, como do público principal, da sua não execução, priorizando a decisão de sua organização, em detrimento daquela que teria origem na SEAG.

Os polos atrapalham o Proater, porque nos planejamentos locais já eram para estar inseridos ali. Se fosse o caso, se o município quisesse trabalhar com polo, já deveria ser colocado no final do ano no Proater o tal polo. Quando há atividade para constituir um comitê do polo, todos os técnicos do Incaper da região devem estar lá, baixou uma convocação você vai. As atividades que estava lá tem que ser jogada de escanteio, um PAA, uma visita à comunidade, uma reunião tem que ser adiada [*Extensionista 6* (G2) CRDR Nordeste].

Os extensionistas cujas falas se aproximam das características da *Abordagem Interativa* são reticentes quanto a determinadas atividades, por exemplo aquelas voltadas para formação de polos de cultura (*Extensionista 6*). Os polos são programas da SEAG desenvolvidos pelo Incaper, entendidos da seguinte forma:

Como polo de fruticultura entende-se, no que segue, uma região definida e criada para que os produtores rurais, as agroindústrias, as instituições públicas, as associações e as empresas de diversos segmentos locais desenvolvam ações conjuntas para fortalecer o agronegócio existente ou em implantação” (INCAPER, 2010, p. 60).

Para alguns entrevistados, os polos passam por cima das prioridades definidas no município; para outros, eles seriam formas de “vincular” a agricultura familiar ao agronegócio. Portanto, a agricultura familiar ficaria sob o controle das agroindústrias, aumentando sua dependência e fragilizando sua diversidade e autonomia.

Verifica-se nesse grupo um sentido de frustração em relação ao planejado no local (Proater), uma vez que ele tende a ser submetido às demandas do Programa de Metas, cujas definições são dadas pela sede e pelas ingerências da SEAG. Essa característica, para a *Abordagem Interativa*, significaria a predominância de uma concepção tecnocrática e centralizada de planejamento. Constrói-se, assim, uma leitura sobre a falência do Proater; ou sobre sua incapacidade de oferecer uma alternativa ao planejamento *top-down*, que orientaria as ações extensionistas de modo normativo. O Proater teria um sentido de conferir ao agente e ao escritório local um direcionamento de ações no qual ele é sujeito, capaz de exercer certa autonomia em face dos determinantes institucionais oriundos da sede. Desrespeitar o Proater seria sujeitar o agente e tirar sua autonomia, sua capacidade de participar de processos que procuraram uma lógica para conceber o desenvolvimento rural a partir do local. A análise das entrevistas demonstra que o Proater, como instrumento de planejamento participativo, é apenas um potencial para o planejamento e a organização da ação extensionista, sujeito que está à predominância do Programa de Metas e às ingerências que orientam as ações por demandas pontuais. O Proater teria, portanto, uma importância relativa para o Incaper. Seria mais

relevante para aqueles que buscam afirmar a *Abordagem Interativa* da ação extensionista.

Logo, considerando a análise anteriormente apresentada, também fica relegada, ao tempo que sobra, a prática do que na *Abordagem Interativa* é um dos valores mais destacados: a “gestão social e democrática” de políticas públicas, programas e projetos. A contradição entre os dois tipos de instrumentos de planejamento e as incertezas (e angústias) geradas pelas diferenças conflitantes entre as orientações à ação é percebida de modo evidente na fala dos extensionistas entrevistados, apresentadas anteriormente.

Verifica-se que as abordagens têm compreensões distintas sobre o Proater, na forma de concebê-lo e de estruturá-lo, não negando a sua importância para orientar a ação extensionista. Nas *Abordagens Convencional e Humanista* há a tendência para consultar os agricultores, identificando demandas locais e inserindo-as no Proater. A participação tende a ser uma mera formalidade, uma consulta feita aos agricultores, e não consegue propiciar-lhes uma real interferência no planejamento institucional. Na *Abordagem Interativa* há mais do que uma consulta. O público é envolvido – ou, ao menos, há um esforço para realizar tal envolvimento – para encontrar as soluções das demandas levantadas e para realizar de ações referentes às decisões tomadas na etapa de planejamento (o caso da rede de comercialização criada a partir de ações no município de Iconha, apresentada e analisada no próximo capítulo, é ilustrativa desse fato).

### **3.2.5. Ater, pesquisa e tecnologia**

Este tema apresenta quatro questões que revelam a posição dos entrevistados em relação à Ater, pesquisa e tecnologia do Incaper: o distanciamento da pesquisa em relação à extensão rural e aos agricultores; o papel que a extensão tem cumprido junto à pesquisa; os aspectos da tecnologia; e o planejamento da pesquisa. A tabela 12 | sintetiza as respostas de 32 profissionais dos 44 entrevistados.

Pela Tabela 12 pode-se observar que os itens 1, 2 e 3 apresentam em comum o distanciamento da pesquisa do Incaper da Ater; 25 entrevistados, ou 56% dos 44 profissionais, percebem o distanciamento entre pesquisa/Ater. Este fato pode ser verificado por meio da fala do *Extensionista 39*.

[...] A gente já tentou algumas vezes aí fazer uma junção. E ... não sei te dizer. [...] É tentar juntar porque a pesquisa é muito isolada da assistência técnica. Então você tem alguns técnicos [pesquisadores] que es-

tão bem afiados junto os extensionistas que trabalham juntos com os extensionistas de acordo com as demandas dos extensionistas. Mas você tem aqueles pesquisadores que não... que já tão acostumados a trabalhar com aquele ritmo só, né? Que eles mesmos buscam suas pesquisas e fazem, não faz pesquisa participativa nem nada disso... [Extensionista 39 (G2) CRDR Centro Serrano].

Tabela 12 – Distanciamento da pesquisa em relação à Ater, aos agricultores e aos produtores rurais

Respostas	Frequências (%)
1. A pesquisa está distante da assistência técnica e da extensão rural	13
2. A pesquisa está afastada da assistência técnica, da extensão rural e dos agricultores	7
3. A pesquisa atua para o agronegócio, está afastada dos agricultores e da extensão rural	5
4. A pesquisa é para o grande produtor e para a alta tecnologia	2
5. A pesquisa trabalha para o agronegócio	2
6. Não sabe se a pesquisa do Incaper é voltada para o produtor rural	1
7. A pesquisa e a tecnologia estão distantes do agricultor porque ele é muito reticente	1
8. A pesquisa caminha junto com a extensão	1

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Seguindo essa ideia, os itens 2, 3, 4 e 6, num total de 15 entrevistados, ou 34% do total, apontam que a pesquisa estaria afastada dos agricultores, e nove (itens 3, 4 e 5) afirmaram a sua ação voltada para o agronegócio e, ou, para o ‘grande produtor’<sup>48</sup>. O trecho a seguir exemplifica essa situação.

[...] Então as coisas se desencontram, enquanto o Incaper fala que faz pesquisa para a agricultura familiar a pesquisa na verdade tá atendendo as demandas de grande produtor mesmo. Embora esse resultado vá atender a todo mundo, né?, vai ser socializado, mas não sei se atende às necessidades atuais da agricultura familiar. Então tem sempre essas discrepâncias, a gente tenta atender e não atende [Extensionista 1 (G2) CRDR Nordeste].

<sup>48</sup>O grande produtor é aquele que, em princípio, foge das características definidas para a agricultura familiar, portanto a gestão não é da família, ele geralmente não trabalha na propriedade, a gestão é feita por um gerente, ele possui grandes extensões de terra e é um grande demandador de insumos químicos e equipamentos pesados. Uma das várias questões citadas pelos entrevistados que aponta que a pesquisa não trabalha para o agricultor familiar, e sim para o grande produtor, é a pesquisa com mamão desenvolvida pelo Incaper. O mamão é uma cultura raramente encontrada nas propriedades dos agricultores familiares, justamente porque demanda muita mão de obra, uso intensivo de insumos e equipamentos agrícolas.

Para outros profissionais, o afastamento da pesquisa em relação ao público instituído como preferencial levaria a pesquisa a se distanciar da missão<sup>49</sup> do Incaper. De acordo com a opinião do entrevistado, a pesquisa deveria retomar o caminho para ação focada no público da missão, entendendo que não se poderia trabalhar com públicos tão diferenciados, dentro de uma mesma lógica organizacional.

Eu imagino que existe uma distorção muito grande entre aquilo que se preconiza na missão do instituto, que é um trabalho e o desenvolvimento da agricultura e a pesca familiar. Existe uma distorção grande, porque muito das pesquisas não se aplica à agricultura familiar, ela está um pouco... é aquém ou bastante aquém da agricultura familiar. Existem tantos questionamentos... simples, pequenos, que diz respeito ao pequeno produtor que não tem respostas e muitas vezes está pesquisando coisas... que não tem tanto a ver com a necessidade familiar. Então eu vejo que há uma distância bastante grande do trabalho... da missão do Incaper com a pesquisa que é realizada hoje. [...] Eu não disse que não tem pesquisa para agricultura familiar, eu disse que a maioria delas não se aplica muitas vezes ao familiar. Existe coisas boas, inclusive estão engavetadas ainda, mas tem muito por fazer, essa pesquisa precisa ser participativa, agricultura familiar precisa dizer onde está o seu gargalo para que se... tudo bem, se trabalhe uma pesquisa para agricultura familiar se sobrar tempo e condição que se trabalhe para outro agricultor empresarial. Esta é minha visão, existe uma lacuna muito grande em respostas que o produtor familiar precisa, porque são condições totalmente diferentes da agricultura empresarial [*Extensionista 3 (G1) CRDR Nordeste*].

As entrevistas revelaram que essa fala não seria uma percepção isolada. Ela é representativa de um grupo de profissionais que compreenderiam uma incoerência instituída entre missão e diretrizes e ação. Esse mesmo profissional aponta outro aspecto fundamental que colocaria as duas instituições, pesquisa e extensão, em caminhos opostos, ao dizer: “[...] essa pesquisa precisa ser participativa, agricultura familiar precisa dizer onde está o seu gargalo [...]”. Enquanto o Incaper instituiu o Proater para a extensão rural, a pesquisa não tem um mecanismo legalmente instituído de planejamento junto com os agricultores.

O recorte a seguir apresenta, entre outras coisas, duas questões básicas. A primeira diz respeito à aproximação Ater/pesquisa. O profissional afirma que ainda não houve fusão entre pesquisa e extensão. Deve-se recordar que a pesquisa foi incorporada

---

<sup>49</sup> A missão do Incaper é “Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do Espírito Santo, com ações no âmbito da pesquisa, assistência técnica e extensão rural aos pescadores e agricultores de base familiar” (INCAPER, 2006c, p. 87). O Planejamento Estratégico do Incaper (PEI) que estava sendo implementado em 2011 estava discutindo como “proposta” uma nova missão: “Promover soluções tecnológicas e sociais por meio de ações integradas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, visando o desenvolvimento do Espírito Santo” com os seguintes focos de atuação: agricultura familiar, sustentabilidade, empreendedorismo, organização social, regionalização (INCAPER, 2011a).

pela Ater em 1999. Segundo o entrevistado houve um processo jurídico de formação do Incaper agregando as duas empresas, Ater e pesquisa, contudo essas institucionalidades ainda não conseguiram concretizar essa aproximação.

[...] Acho que o Incaper tinha que trabalhar melhor a junção da pesquisa com a extensão, isso não fundiu ainda, fundiu no papel, relacionamento entre técnicos já melhorou um pouco, mas tem muita coisa para ser feita ainda. A transmissão dessas tecnologias, o envolvimento mais da pesquisa no trabalho da extensão do que a extensão no trabalho da pesquisa. [...] Eu acho que as pesquisas são feitas sem ouvir a opinião dos técnicos, que são as pessoas que estão diretas com os agricultores [*Extensionista 25 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

O entrevistado ressalta ainda os papéis da Ater, que aparentemente não caberiam à pesquisa, quais sejam: estar próxima aos agricultores e transmitir tecnologia.

A partir do depoimento do *Extensionista 25*, a Tabela 13 introduz as concepções das abordagens a respeito da pesquisa e do papel da Ater. Ela apenas introduz porque é necessário analisar os demais itens deste tema para formular como cada uma das abordagens vislumbram a Ater, pesquisa e tecnologia. Entretanto, a percepção de que há entre pesquisa e extensão rural uma distância, sem considerar o público de agricultores, é própria de uma *Abordagem Convencional*. Nesta abordagem a relação é linear, o papel da extensão é intermediar a relação pesquisa/agricultor por meio da tecnologia. Logo, o importante é que a pesquisa e a extensão rural estejam próximas, já que cabe a extensão fazer a relação com o agricultor. A Tabela 13 traz essas percepções. Dos 44 entrevistados 27 (61%) fizeram menções a respeito do papel da extensão junto à pesquisa.

Os itens 1 e 5, num total de 19 menções, ou 43% do total de entrevistados, revelam que a extensão seria uma repassadora dos conhecimentos e da tecnologia resultantes da pesquisa. Neste aspecto, há aqueles que observam de forma negativa (*Extensionista 15*) esse papel, e também há os que confirmam e apostam nessa forma de ação.

[...] Sim, sim, sem sombra de dúvida, eu vejo que sim. É atrelada sim. [...] De forma muito prática, que ver! [...] A gente tem aí a pesquisa fazendo, fazendo enfim, ... as suas análises, suas pesquisas, concluindo, né? E depois a gente vê o pesquisador simplesmente fazendo uma palestra, apresentando uma palestra no dia de campo, participando de uma estação e o extensionista levando o agricultor para assistir isso, né? [*Extensionista 15 (G2) CRDR Noroeste*].

Tabela 13 – Percepção dos extensionistas do papel que a extensão rural deve executar junto à pesquisa

Respostas	Frequências (%)
1. O papel da extensão é levar o produto da pesquisa	16
2. O papel da extensão é mudar hábitos – papel educativo	3
3. A pesquisa assumiu determinado postos <sup>50</sup> na instituição e a extensão não conseguiu acompanhar	2
4. A extensão está atrelada à pesquisa	2
5. O papel da extensão é transformar o conhecimento produzido pela pesquisa em conhecimento acessível para o agricultor	3
6. O papel da extensão é integrar Pesquisa, Extensionista, Agricultor e Tecnologia	1

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Já na opinião de outro extensionista, o papel de levar o produto da pesquisa teria outra perspectiva, sendo assimilado pelo profissional de forma positiva. Pode-se observar esta análise por meio da analogia feita por ele.

[...] A gente tenta levar essas informações aos nossos proprietários, aos produtores rurais, né?, todo esse tecnológico que a gente dispõe através do departamento de pesquisa. Eu acho que é um privilégio trabalhar no Incaper hoje, porque nós temos um suporte de tecnologia e nós fazemos a extensão, que é, na verdade, um pombo-correio. [...] Porque nós pegamos a informação, trabalhamos ela e passamos pra o produtor que às vezes não tem acesso a essa informação. Então somos mensageiros, mensageiros de informações [Extensionista 13 (G2) CRDR Noroeste].

Esse entrevistado revela as características da *Abordagem Convencional*. Para ele a extensão teria a função de adaptar tecnologias desenvolvidas pela pesquisa, mediando a relação com o agricultor por meio de uma mensagem decodificada numa linguagem assimilável. Por outro lado, esse profissional acaba revelando que a pesquisa não teria uma linguagem acessível ao agricultor, de forma indireta confirmaria a distância entre pesquisa e agricultor e o papel mediador do agente.

Já os entrevistados a seguir revelam as características de outra abordagem.

[...] Então a forma com que a Ater está mostrando a pesquisa ou o que pesquisar, ou o que está certo na pesquisa ou o que está errado, na sua

<sup>50</sup> Esse item retrata a percepção de alguns extensionistas de que a pesquisa é mais valorizada dentro da organização do que a extensão rural. Para alguns entrevistados, certos fatos revelam isso. Por exemplo, os extensionistas são os que levam os agricultores para palestras no dia de campo dos pesquisadores. Para eles dia de campo é método da extensão rural, e não da pesquisa; os pesquisadores ocupam cargo de coordenação de programas que são para a extensão executar, geralmente quando o Incaper aparece na mídia é mais fruto do trabalho de pesquisa do que de extensão.

aplicabilidade, não levando o mérito para o que foi pesquisado se está certo ou se está errado, não estou colocando este mérito. Estou dizendo se aquela pesquisa, aquela tecnologia gerada está refletindo no agricultor e no trabalho do extensionista. Então eu acho que aí isso é uma grande nebulosa nesta relação pesquisa/extensão [*Extensionista 26 (G2) CRDR Sul Caparaó*].

[...] eu acho que para instituição [a pesquisa] é importante, isso reflete indiretamente, mas eu acho que importante sim, para o instituto, a pesquisa, até para o respaldo que dá para o instituto e para o trabalho que ele tem muito valor a nível para os agricultores, é uma forma de estar melhorando, de estar buscando alternativa, de melhorar os cultivos e tudo mais. Mas o que eu percebo desta distância não só no instituto, mas da pesquisa da distância do agricultor, por causa da aplicabilidade dela [*Extensionista 27 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

[...] Na verdade quando surge algumas culturas novas. Por exemplo [o município] resolveu plantar maracujá, embora não está recomenda em nenhuma literatura e tem maracujá feito um horror aí para cima, ou quando surge uma tecnologia nova, aí você precisa dessa interferência. Mas estabilizou a tecnologia não precisa mais. A carência que eles têm, talvez precisaria as duas coisas, alguém para ir dando a sustentação, porque tem também, hoje, a coisa da adequação ambiental. Porque mesmo que o cara saiba plantar tem mudar para adequar à nova legislação. Mas com certeza precisaria de ter no mínimo as duas coisas. O planejamento que eu fiz para mim no escritório não tem nenhuma atividade na área técnica de plantio e adubação. Todas as minhas ações estão previstas nesta outra linha: de organização para comercialização, de melhoria de gestão da propriedade, melhoria de gestão das associações, planejamento [*Extensionista 43 (G2) CRDR Centro Serrano*].

Na *Abordagem Humanista* a pesquisa é entendida como importante, como retratado pelo *Extensionista 27*, e não nega o valor da tecnologia (*Extensionista 43*). Caracteriza-se pela percepção da distância entre pesquisa e Ater, e enfatiza esse distanciamento também com relação ao agricultor. Porém, o distanciamento é entendido sobre o “reflexo” e a “aplicabilidade” da pesquisa ou do seu produto – informação e tecnologia – para os agricultores, como expressam os *Extensionistas 26 e 27*. Na *Abordagem Humanista* não haveria argumentos questionando a participação dos agricultores na construção do conhecimento científico. O conteúdo informado nos diálogos do método de fazer pesquisa deixa margem para interpretar uma base de participação na qual os agricultores deveriam ser consultados sobre o que pesquisar. Logo, encerraria sua participação na pesquisa a partir desta consulta. O *Extensionista 43* expõe as vertentes encontradas na *Abordagem Humanista* para o papel da Ater. O profissional enfatiza o processo de difusão tecnológica para o aumento de produtividade, mas considerando a perspectiva ambiental. Porém, a Ater tem também o papel na organização dos agricultores, principal-

mente para comercialização Explicitaria ainda, no aspecto tecnológico, a necessidade da presença do técnico, “transferindo conhecimento”, até estabilizar a tecnologia, ou seja, até o agricultor incorporar os conhecimentos daquela tecnologia.

Na Tabela 13 há três menções sobre o papel educativo da extensão rural. Percebe-se, a partir da fala dos entrevistados, que a “educação” seria conceituada como um tipo de ação que visaria promover as mudanças de hábitos arraigados que impediriam o desenvolvimento dos agricultores. As falas dos extensionistas sobre os seus papéis na transformação da cultura dos agricultores nos revela essa percepção.

[...] É um formador de opinião, pelo menos essa é a intenção, né? Forma opinião é mudar opinião é pegar aqueles meios, assim, aquelas raízes culturais forte, que às vezes tão atarracando a vida do produtor, ele tá muito preso às cultura antigas, às tradições familiares, e tudo e aquilo amarra ele, não deixa ele acompanhar a dinâmica do mundo ... atual que é muito mais dinâmico do que foi no passado [*Extensionista 34 – CRDR Centro Serrano*].

[...] Se você for analisar a realidade no meio rural, de como era antes e hoje, o que aconteceu de repente, eles melhoraram financeiramente, os agricultores, alguns sim. Acesso à televisão, a uma moradia melhor, mas a parte de educação, de hábitos arraigados ainda continua. A gente percebe toda essa resistência, que é, acho uma coisa inapta do ser humano, aquela resistência às mudanças. - A extensão rural cumpre o papel de mudar os hábitos?<sup>51</sup> Sim. Eu acho que o trabalho da educação, eu acho que há uma disparidade. - Você acha que o papel da extensão é educativo? Acho! Educativo! [*Extensionista 27 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

O segundo discurso retrata o diálogo do entrevistador com o *Extensionista 27*, que confirmaria o papel educativo da extensão rural, intervindo na cultura para promover mudanças. A profissional traz as concepções de uma *Abordagem Humanista*, porém, com o discurso a fase da extensão rural chamada de *Humanismo Assistencialista – 1948 a 1963*<sup>52</sup> (RODRIGUES, 1997).

Esse aspecto revela uma ação extensionista cuja educação não seria pautada para a emancipação das famílias, mas para mudar para que pudesse assimilar um novo contexto modernizante. Na fala do *Extensionista 34* as tradições familiares seriam simplificadas a mecanismos de amarras, e não como uma identidade formada pelas interações

---

<sup>51</sup> Representa o diálogo do pesquisador com o entrevistado.

<sup>52</sup> O projeto educativo da extensão neste período era um instrumento que reproduzia as contradições capital e trabalho. Para Fonseca (1985, p. 90), “os objetivos finais do programa extensionista eram realmente econômicos, mas que sua viabilidade dependia de uma ‘ação eminentemente educativa’ junto ao homem rural, a fim de mudar sua mentalidade frente às novas exigências feitas ao setor agrícola pela demanda da economia como um todo”.

sociais. Portanto, explicita que o extensionista se entenderia com a “missão” de promover as mudanças necessárias para o bem-estar da família, porém desprezando as construções sociais e a própria história das comunidades rurais.

As entrevistas a seguir revelam outras concepções a respeito da pesquisa, caracterizadoras da *Abordagem Interativa*.

[...] Enquanto pesquisa, na minha área, pesquisa, eu não tenho, eu não vejo, não vi, uma pessoa que tem esse caráter onde o agricultor é parte do processo, ele é um proativo, ajuda elaborar, contribuiu com conhecimento. Ele fica mais na figura de teste e validação. Ele não é parceiro. ... Entra aí a parte conflitante do choque com o extensionista, qual é o papel dele enquanto está lá vendo isso, tá próximo ao agricultor e ter que, vendo demandas, caminhos que poderia estar trabalhando juntos e pesquisando junto, o pesquisador participar junto. Raramente se tem essa figura, tem até caso que o pesquisador vai no campo, faz, mas ele não faz, ele vai levar, levar porque o conhecimento é dele, é ele que tem. A figura do agricultor é somente aquele que só recebe [*Extensionista 30 (G2) CRDR Sul Caparaó*].

Na entrevista o profissional aponta para determinado tipo de pesquisa que deveria ser realizada, mencionando o envolvimento dos agricultores, e suscita a questão de qual papel deveria cumprir a Ater na relação pesquisa e extensão. Para o *Extensionista 30* a pesquisa deveria envolver os agricultores, os extensionistas e os pesquisadores. Distingue nesse processo o papel de cada um, enfatizando que o agricultor deveria participar da construção do conhecimento, neste caso o conhecimento científico. Já o papel da Ater seria de promover articulação entre pesquisa e agricultor, e pela sua proximidade com o agricultor intermediaria as demandas, as necessidades. O conhecimento seria fruto do processo de interação, e não aquele “levado” pelo pesquisador.

[...] Em termo de assunto de atividades para ser trabalhadas e pesquisadas, até trabalhar a pesquisa participativa. A gente faz muito pouco esforço, né? No Incaper, talvez pelo lado da pesquisa, deve uns 3 ou 4 se chegar a meia dúzia que desenvolve pontualmente alguns trabalhos de pesquisa participativa. Na minha visão, né? [*Extensionista 29 – CRDR Sul Caparaó*].

Ainda na *Abordagem Interativa*, um dos caminhos da pesquisa seria aquele denominado de pesquisa participativa<sup>53</sup>. Contrário ao *Extensionista 30*, o *Extensionista 29*

---

<sup>53</sup> A pesquisa participativa desenvolvida no Incaper tem como característica o envolvimento do pesquisador, do extensionista e dos agricultores na elaboração do diagnóstico, do plano de ação para conduzir a pesquisa e discussão dos resultados. Geralmente pela distância física do pesquisador do local da pesquisa, que ocorre na casa do agricultor, o extensionista é que mais dialoga com o agricultor sobre o andamento do trabalho. Para superar esses obstáculos são organizados eventos, esporádicos, envolvendo os agricultores do local, o extensionista e o pesquisador.

indicaria a sua existência no Incaper, só que desenvolvida por um número pequeno de pesquisadores. Logo, parece indicar que esse número é insuficiente para atender às demandas, já que o *Extensionista 30* revelou desconhecer uma pesquisa na qual o agricultor participe com o seu conhecimento.

Essas concepções se aproximam da *Abordagem Interativa*. Para os profissionais classificados nessa abordagem haveria um atrelamento da Ater à pesquisa (*Extensionista 15*), cumprindo a primeira um papel instrumental revelado na fala desse profissional: “[...] e o extensionista levando o agricultor para assistir isso [...]”.

A seguir procura-se fazer uma análise sobre a tecnologia. A Tabela 14 retrata este quesito, mencionado por 26 pessoas dos 44 entrevistados.

Tabela 14 – Importância da tecnologia e da pesquisa

Respostas	Frequências (%)
1. A tecnologia é fundamental	13
2. A tecnologia é tudo ou muito importante, o produtor sem tecnologia está perdido, portanto deve ser irradiada.	7
3. A pesquisa é boa, está evoluindo e é muito importante.	6

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

As entrevistas a seguir reforçam a *Abordagem Convencional* a partir da percepção da extensão rural de transferir tecnologia, bem como uma das características desta abordagem, a valorização da tecnologia.

[...] O que nos chega produzido da pesquisa para o café, para nós extensionistas transferirmos, é extremamente interessante. Tudo que encaixa dentro das atividades de cada município, que é pesquisado eu acho, ou é adaptável ou é transferível e aceito, eu acho que nós precisamos é disso aí. [...] Pois é superimportante nesse caso. Porque é uma tecnologia com diminuição de custos, não gera para ele a obrigatoriedade de ter que comprar equipamento de irrigação [*Extensionista 42 (G1) CRDR Centro Serrano*].

[...] eu acho que é a ferramenta de tornar o agricultor familiar cidadão. Eu acho que é grande ferramenta para tornar o produtor um empreendedor e... torná-lo cidadão, onde ele vai ter uma qualidade de vida. Que qualidade de vida é essa? Uma qualidade de vida com plano de saúde, uma renda boa que more bem, que tenha uma propriedade tecnificada com produção, produtividade. [...] por que às vezes uma pequena propriedade nós temos que introduzir tecnologia, cuja tecnologia seja aplicada pelo produtor, que muitas vezes tem uma tecnologia, uma tecnologia de ponta que ela, ela não seja viável para a pequena propriedade, na pequena propriedade tem que ser uma tecnologia racional, quando eu falo simplicidade, falo de racional, racionalidade daquela tecnologia, para o produtor aplicar para ter resultado positivo.

Quando você balancear custo e benefício você tenha um benefício, você tem um saldo positivo do benefício. O que que adianta eu aumentar produção, produtividade se o custo é alto. Eu tenho que aumentar produção, a produtividade, mas com um custo menor capaz de ter competitividade ... no mercado, aí eu introduzi tecnologia com eficiência e eficácia, porque sobrou aí um saldo positivo pro produtor. [...] o que ela leva para o produtor [as empresas privadas] são tecnologia, são insumos modernos, tecnologias modernas, mas elas não são orientadas sistematicamente, [...] o técnico da iniciativa privada que quando vende seus insumos ... eles também não têm aquela responsabilidade com a propriedade e respeito para com o produtor, ele quer vender e vender em quantidade, [...] porque que ele ganha sobre as vendas [...] [*Extensionista 20 (G1) CRDR Nordeste*].

O *Extensionista 42* introduz a questão da tecnologia e sua importância para diminuir custos de produção. As menções à tecnologia expõem aspectos importantes da *Abordagem Convencional*. O primeiro sobre o “tipo de tecnologia”. Para os entrevistados, eles apontariam a necessidade de uma “tecnologia simples”, que permitisse o aumento da produtividade, pudesse diminuir os riscos e elevar a renda do produtor. Logo, há uma missão do extensionista – levar a tecnologia e tornar o produtor cidadão (*Extensionista 20*). Confirma-se a necessidade da “tecnologia simples”, trazendo no seio desta a competitividade para o mercado. Na visão desse entrevistado, a tecnologia se tornaria imprescindível como forma de gerar bem-estar para família, inclusive tornando o produtor um cidadão. Para entender as diferenças entre a tecnologia proposta pelo profissional do Incaper, o *Extensionista 20* faz uma comparação entre aquilo que seria oferecido pelas empresas privadas, em termos de tecnologia, e o compromisso com os produtores.

Na perspectiva de outro entrevistado se confirma a visão da tecnologia<sup>54</sup> como sobrevivência do produtor, portanto imprescindível na geração de renda e na permanência do indivíduo no campo, com capacidade para se inserir no mercado globalizado.

[...] É fundamental, né? A tecnologia pra se buscar uma sustentabilidade, uma viabilidade econômica é fundamental. Produtor que não aderir à tecnologia realmente ele vai ser selecionado pelo mercado, entendeu? A eficiência dele vai lá embaixo e ele não vai conseguir sobreviver no mercado, é essencial [*Extensionista 44 (G2) CRDR Centro Serrano*].

Portanto, sem a tecnologia ele deixaria de ser produtor, sua capacidade de reprodução familiar ficaria comprometida, e ele acabaria sendo excluído. A exclusão do mer-

---

<sup>54</sup> A tecnologia, retratada pelos profissionais, está ligada ao conhecimento, aos produtos derivados da pesquisa que permitem o agricultor aumentar sua produtividade por área. A tecnologia geralmente é externa à propriedade rural, e neste caso devem ser adquiridos no mercado adubos, mudas, sementes e sistemas de irrigação. O conhecimento é imprescindível para o uso correto do produto adquirido, neste aspecto os treinamentos e as capacitações são fundamentais.

cado, enfatizada nessa fala, traz observações importantes, porque parece retratar a completa perda de valores. Portanto a dimensão econômica, simplificada ao mercado, quando não atendida exclui o indivíduo não só do plano econômico, mas do plano político e sociocultural.

Os relatos deixam a entender que a tecnologia é importante tanto dentro da *Abordagem Convencional* como da *Humanista*. A diferença está em quem informa qual tecnologia deve ser gerada e a participação, ou não, dos agricultores na produção do conhecimento.

Já na *Abordagem Interativa* a importância ou não da tecnologia é refletida sobre outros parâmetros. A tônica seria sobre o processo de geração do conhecimento na pesquisa e como os agricultores participam na formação e se apropriam desse conhecimento. A Tabela 15 traz aspectos ligados à *Abordagem Interativa*, uma vez que nesta abordagem se entende que a participação dos agricultores no processo de produção do conhecimento é importante. Portanto, nessa abordagem destacam-se os mecanismos de planejamento que identificam as linhas de pesquisa que serão desenvolvidas no Incaper e como os agricultores participam, ou não, desse processo.

Tabela 15 – Frequência de resposta em relação de como a pesquisa estabelece seu planejamento<sup>55</sup>

Respostas	Frequências (%)
1. Não sabe como a pesquisa planeja o que vai pesquisar	8
2. Pensa que a pesquisa planeja a partir de projetos	5

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

É importante salientar nas duas questões (Tabela 15) a incógnita da pesquisa para o extensionista em relação ao mecanismo de planejamento. Ao passo que a instituição apregoa um sistema de planejamento participativo para a Ater, por meio do Proater, um determinado grupo de extensionista, 29% do total de entrevistados, diz desconhecer o mecanismo de planejamento da pesquisa. A fala do extensionista, a seguir, revela duas questões: uma das faces da incorporação Ater e pesquisa, e a dúvida sobre por onde passariam os mecanismos de planejamento da pesquisa.

<sup>55</sup> Nesta tabela só há 13 questões, porque elas surgiram de forma espontânea nas entrevistas. Como descrito na metodologia, nem todos os entrevistados responderam a todas as questões.

[...] Eu nunca participei de uma reunião entre pesquisa e extensão. Dentro do Incaper, existe uma fusão, mas onde ela tá? Eu nunca participei de um seminário que foi feito com extensionistas para discutir o que vão se pesquisar. Na verdade a extensão acaba sendo uma ferramenta do pesquisador. E o pesquisador ele não tem um Proater, por exemplo, ele não tem um diagnóstico do estado do que os agricultores estão precisando. Qual é a ferramenta... que a pesquisa ... usa para atender os agricultores? [*Extensionista 2 (G2) CRDR Nordeste*].

Esse discurso reforça a perspectiva da *Abordagem Interativa*, que entende que a Ater tem cumprido um papel instrumental junto à pesquisa, e questiona a existência do mecanismo de planejamento da pesquisa e o distanciamento pesquisa/Ater e, ou, pesquisa/Ater/público beneficiário. O *Extensionista 2* reporta, novamente, o mecanismo de fusão e revela que não existe no Incaper um mecanismo que anime essas duas institucionalidades a atuarem juntas. Alguns entrevistados comentam as iniciativas isoladas entre extensionistas e pesquisadores, e reforçam que elas representam mais o bom relacionamento entre profissionais do que uma ação orquestrada pela organização.

Nesse item, como reflexão final, pode-se considerar a questão levantada por um entrevistado que participou do processo de incorporação. Para ele a incorporação não foi uma fusão, ela ocorreu em face de uma crise financeira que passava o Estado, comprometendo a Ater e a pesquisa (EMATER-ES e Emcapa). A solução seria a EMATER-ES incorporar a Emcapa, tornando-se uma empresa única com menos custos operacionais e humanos.

A fusão significa que os elementos fundidos incorporam-se uns aos outros, tornando-se uma substância só, com diversas propriedades. Logo, a Ater e a pesquisa continuam atuando em campos separados, fazendo leituras sobre a missão e o público de ação de forma diferenciada, procurando, cada uma por si, construir seu espaço de ação dentro da organização. Verificou-se, pela maioria dos profissionais entrevistados, a insatisfação de distância entre a Ater e a pesquisa. Também percebeu-se a inexistência, por parte dos gestores do Incaper, de ações ou medidas capazes de articular e promover ações agregadoras entre a Ater e a pesquisa.

### **3.2.6. Agronegócio e agricultura familiar**

Este tema foi produzido a partir da percepção de que os profissionais agem a partir de um conjunto de disposições normatizadoras, ainda que inconsciente, da sua ação. Uma dessas disposições são modelos de desenvolvimento da agricultura. O termo

agronegócio origina-se da tradução do *agribusiness*, trazendo na sua concepção o modelo agrícola norte-americano de produção em grande escala, alta tecnologia e em grandes extensões de terra (SAUER, 2008). Esse autor afirma que o termo se refere à integração horizontal entre a produção, o processamento, o armazenamento e a distribuição, mas, por outro lado, está sendo apropriado para designar o uso de tecnologias modernas, estando implícita a ideia de modernização. Portanto, o agronegócio está profundamente relacionado como o papel que a agricultura cumpre no desenvolvimento do país e com o papel da extensão rural nesse desenvolvimento. Analisar como os agentes de extensão se apropriam do conceito de agronegócio seria revelar a sua forma de ação, ou seja, a sua abordagem. Parte-se do pressuposto de que o agronegócio e a agricultura familiar possuem distinções e, por isto, merecem ações diferenciadas por parte da Ater e da pesquisa pública. Pressupõe-se também que a agricultura familiar poder estar vinculada ao agronegócio, sendo um elo da sua cadeia<sup>56</sup>. Portanto, entende-se que a agricultura familiar pode estar vinculada ao agronegócio, como um dos seus elos, entendendo que esse vínculo é de subordinação. A questão que surge nesse cenário seria o de compreender qual a ação do agente de Ater, a autonomia ou a subordinação da agricultura familiar ao agronegócio.

Outro aspecto a ser relacionado a esse tema são determinadas expressões e palavras verificadas nas entrevistas, por exemplo, “produtor rural”, “pequeno produtor”, “agricultor familiar”. Para Bourdieu (1996), a linguagem traz uma representação simbólica de construção da realidade, na nomeação há percepção do agente do mundo social. O autor entende que há poder nas classificações e nomeações das coisas, uma vez que nomear significa contribuir para a estruturação do mundo. Nomear significa instituir ou destituir, conferir ou não a uma pessoa ou a um objeto de determinada qualidade, ao mesmo tempo em que define um padrão de comportamento delimitado pelo nome. Se há poder por detrás da nomeação, quem detém esse poder possui capital simbólico que confere poder a suas palavras. O capital simbólico é um reconhecimento social, um poder auferido por determinado grupo a alguém, para falar em nome desse grupo, e tem a capacidade de impor a visão de mundo (BOURDIEU, 1996). Logo, o termo usado pelos agentes de extensão para definir o público prioritário da sua ação designa a esse

---

<sup>56</sup> A ABAG (2002) considera o agronegócio como uma cadeia produtiva, em cujos elos extremos estão a pesquisa, no primeiro elo, e o consumidor, no último. Entre esses dois elos existem conjuntos de segmentos, considerados uns da porteira para dentro, as atividades agropecuárias, e outros de porteira para fora, a distribuição, a indústria produção, distribuição e processamento. Antes da produção agropecuária, tem o segmento que fornece bens e serviços para produção agropecuária.

público o objeto da ação extensionista; espera-se desse público um determinado comportamento, no qual o agente de extensão vai colaborar para construir. Portanto, a forma como o extensionista denomina esse público é indicador das estratégias de sua ação.

Os temas agronegócio e agricultura familiar foram mencionados por 29 (65%) profissionais dos 44 entrevistados. A Tabela 16 ilustra seis conjuntos que expressam essas variações. Verificam-se nesses conjuntos dois grandes grupos. O primeiro expresso pelo item 1 e 6, com 14 respostas, no qual se distingue a agricultura familiar do agronegócio. Essa percepção é própria da *Abordagem Interativa* e de alguns profissionais da *Abordagem Humanista*. Um segundo grupo, representado pelos itens 2, 3, 4 e 5, com 15 respostas, expressa a existência de relação entre agronegócio e agricultura familiar. Os profissionais que entendem desta forma estão classificados na *Abordagem Convencional* e também em parte da *Humanista*.

Tabela 16 – Frequência de resposta em relação ao agronegócio e à agricultura familiar

Respostas	Frequência (%)
1. O agronegócio é uma coisa e a agricultura familiar é outra. O primeiro está ligado à produção em larga escala, a <i>commodities</i> , a grandes empreendimentos. Na agricultura familiar, embora seja importante a perspectiva econômica, ela tem o viés da subsistência.	13
2. O agronegócio está ligado às grandes propriedades, mas também ao produto agrícola comercializando, portanto o agricultor inserido no mercado.	8
3. O termo agronegócio está ligado ao monocultivo e à valorização de produtos em vez das pessoas. A agricultura familiar está ligada ao agronegócio via os cultivos, por exemplo, o café. Entende que essa forma de produção permite a sobrevivência do agricultor.	3
4. O termo agronegócio está ligado à cadeia que vai da produção à comercialização num mercado globalizado. A inserção do produtor de forma organizada nesta cadeia é importante.	3
5. Agronegócio é uma coisa e agricultura familiar é outra. O primeiro está ligado à produção de larga escala, a <i>commodities</i> , a grandes empreendimentos, à exportação. Ele pode ser um exemplo para agricultura familiar em termos de organizar e alcançar mercados externos.	1
6. Agronegócio não precisa de serviço público, ele tem informações e recursos para atendê-lo, por isso a extensão e a pesquisa do estado devem ser direcionadas para o pequeno agricultor.	1

**Fonte:** tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Para os profissionais da *Abordagem Interativa* o agronegócio e a agricultura familiar pertencem a campos distintos, e essa distinção implica não fazer confusão com os conceitos. A seguir, um profissional entrevistado apresenta a ideia que oporia agronegó-

cio e agricultura família. Verificam-se, também, outros dois aspectos na entrevista: primeiro indicando que há uma confusão nos conceitos, e segundo a designação do público prioritário como “agricultura familiar”, sendo esta uma característica que define a *Abordagem Interativa*.

[...] O conceito de agronegócio tão usando de várias formas, tão usando o [conceito do] agronegócio pro agricultor grande, tão usando agronegócio pro agricultor familiar, eu não sei com quais intenções. Mas eu acho que tem diferença, por que... lógico que a [agricultura] familiar tem que pensa na propriedade como um negócio para se sustentar e tal ... mas além disso é uma agricultura de subsistência também ... eu vejo a diferença aí. O agronegócio é mais voltado ao capital, a gerar lucro, que eu acho que é a diferença da agricultura familiar [*Extensionista 10 (G2) CRDR Noroeste*].

Esse profissional revela que os termos “agronegócio” e “agricultura familiar” estariam sendo empregados de várias formas, tanto para a agricultura familiar como para a agricultura patronal, expondo que haveria intencionalidade nessa confusão.

As palavras do *Extensionista 10* são confirmadas por outro profissional, que alegaria a existência de uma confusão conceitual entre os dois termos. Esta confusão para o profissional seria proposital, deixando transparecer que ela seria provocada pela própria organização.

[...] É primeiro ... nós já ... já vamos afinar porque são duas coisas diferentes, né? Porque às vezes pode ficar confuso ai, né? Porque alguém tenta confundir e agronegócio é cadeia produtiva, é arranjo produtivo, se a gente tá falando a mesma coisa? Porque esta é uma confusão, né? [...] há um mix ai, né? De confundir e ser proposital, deixar isso transparecer para todos ... para imagem [da organização] que é a mesma coisa, é um propósito, mas mostrando isso, que é, não confundir para gerar uma discussão, não querem isso. [...] Agronegócio ele tem essa lógica do capital, de maximizar o lucro, essa é a lógica, com aporte de insumos, altamente e tal ... com a lógica produtivista para geração de riquezas, né, de capital. A agricultura familiar ... tem esse fator de sustentabilidade econômica, mas tem outras coisas que ela tem uma relação, né?, com ambiente como todo, né?, com sua preservação, sua própria reprodução, né, que vai passando de geração para geração, a questão do papel social dela que é fundamental, né?. E dentro da lógica do Incaper ela atua nessa visão, realmente, de agronegócio que é a lógica dessa cadeia [*Extensionista 30 (G2) CRDR Sul Caparáó*].

O profissional entrevistado levanta a hipótese da confusão, insinuando que a organização atuaria dentro da lógica do agronegócio. Nesse sentido ventila-se que ao priorizar o agronegócio o Incaper se posicionaria contra sua própria missão, que é de suporte à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável. No item “missão” procura-se

ponderar sobre o ponto de vista levantado por esse profissional, e mesmo verificar semelhantes preocupações entre outros entrevistados. O profissional procurar atribuir determinado “papel social<sup>57</sup>” para a agricultura familiar e para o agronegócio, embora ele indique que o agronegócio não teria um papel social. À agricultura familiar ele atribui o papel social de gerar riqueza (ao agronegócio também ele atribui isso), mas é na preservação ambiental e no papel socializador, por meio da família e da transmissão do conhecimento de geração para geração, que o profissional diferencia a agricultura familiar do agronegócio. Logo, o entrevistado traz posicionamentos característicos da *Abordagem Interativa*; essa é uma grande diferença, a distinção de papéis entre agronegócio e agricultura familiar.

Na Tabela 16, nos itens de 2 a 5, os entrevistados apontam proximidades entre a agricultura familiar e o agronegócio. Alguns indicam um necessário entrelaçamento, em função das atividades produtivas desenvolvidas pelo segmento dos agricultores familiares vinculados à cadeia produtiva do café. Outros relacionam a agricultura familiar ao agronegócio, vinculando ambas as modalidades por meio dos mecanismos de comercialização. Neste sentido, o conceito de agronegócio seria entendido como negócio agrícola e, portanto, necessário à sobrevivência do segmento. Em outra esfera, o agronegócio seria um exemplo a ser seguido pela agricultura familiar.

O trecho a seguir reflete a visão da *Abordagem Humanista*. Verifica-se a existência de duas possibilidades para o entendimento do agronegócio, inclusive para ação do extensionista a ser desenvolvida com os agricultores.

[...] Se você partir do princípio que agronegócio não é só aqueles grandes sistemas de exportação da soja, se transformar agronegócio em negócio agrícola que é você produzir e vender, eu acho que o “pequeno agricultor”, o “agricultor familiar” inserido numa forma que seja contemplada as demandas dele, eu acho que não pode excluí-lo simplesmente. Eu acho que qualquer coisa da agricultura o papel da extensão é mostrar os caminhos – oh, tem esse caminho, tem o caminho A, B, C, D. Aí é ele que tem que conhecer para fazer as escolhas do caminho. O que não podemos é nos achar no direito de dizer – oh, você não pode entrar no agronegócio, você tem que vender aqui ou ali, a gente começa a fazer assim, a gente começa a cometer erros. Se você interpretar agronegócio como produto rural é tranquilo, um dos princípios básicos da agricultura que precisa trabalhar bastante é a sustentabilidade econômica. Não podemos ter preconceito com o nome. Da maneira como acontece uns casos sim. Se você imaginar

---

<sup>57</sup> Os papéis sociais são atributos, são expectativas conferidas ao processo de socialização, no qual se espera que os indivíduos, no caso em análise o agricultor familiar e o agronegócio, cumpram esses papéis (GIDDENS, 2005). Porém, o autor diz que os papéis sociais não são incorporados passivamente, são assumidos pelos indivíduos no processo de interação social.

inserir o agricultor familiar nesse mercado de soja, exportação o cara vai se danar [*Extensionista 43 (G2) CRDR Centro Serrano*].

O *Extensionista 43* interpreta o agronegócio a partir de duas visões: uma como qualquer e todo negócio agrícola, neste caso o pequeno agricultor ou agricultor familiar deveria estar inserido; a outra sobre a lógica dos mercados exportadores, neste caso, perversos para o agricultor familiar. A análise dessa entrevista confirma que não há uma vigilância conceitual para determinados termos, portanto implica estratégias generalizantes para atender aos diversos públicos no escritório. O entrevistado traz ainda no bojo dessa discussão o papel da extensionista, de “orientar” para que os agricultores possam decidir os caminhos do seu processo de comercialização, vinculado ou não ao agronegócio; neste caso a escolha é do agricultor. No entanto, fica a dúvida: com qual princípio o agente vai orientar o agricultor, se para ele há duas possibilidades, ou o que guiaria sua ação extensionista, diante das circunstâncias, exemplificada a partir do conceito que ele tem sobre agronegócio? A entrevista desse profissional exemplifica uma das características da *Abordagem Humanista*, orientando-se por mais de uma estratégia. Esta característica pode ser verificada na designação do público de ação; não há uma denominação única, eles são chamados de “agricultor familiar”, “pequeno produtor”, “pequeno agricultor” e também de “produtor rural”.

As entrevistas a seguir revelam a perspectiva do agronegócio como única possibilidade.

[...] A importância do agronegócio é porque [...] aqui também questão de sobrevivência, questão de sobrevivência pelo seguinte, o produtor hoje não dá para ser amador mais, ele tem que ser profissional [...] hoje não, hoje nós temos concorrência, a globalização, e de todos os lados então é uma questão de sobrevivência [*Extensionista 12 (G2) CRDR Noroeste*].

[...] Eu entendo que depende muito de o que a gente entende como agronegócio, às vezes tem pessoas, tem extensionista que pensa agronegócio já pensa logo em *commodities*, em soja, em grandes negociações de exportações, mas eu acho que o produtor que produz aqui e leva para o Ceasa 20 caixa de goiaba por semana ou 100 caixa ele está dentro do agronegócio, igual ao grandão de soja que está exportando. Ele está contribuindo com a alimentação da sociedade. Então a gente poderia, poderia chamar que o agronegócio da agricultura familiar é o miniagronegócio, extremamente necessário à alimentação, se é que eu poderia dar essa denominação, mas entendo que está totalmente engajado no agronegócio a produção da agricultura familiar [*Extensionista 19 (G1) CRDR Noroeste*].

Nas falas dos *Extensionista 12 e 19*, o termo agronegócio seria percebido como mecanismo econômico que viabilizaria o produtor a se inserir no mercado, portanto inerente ao processo produtivo. Essas expressões sintetizariam a ideia principal dos profissionais classificados na *Abordagem Convencional*. O agronegócio estaria simplificado ao mecanismo de comercialização, independentemente do volume comercializado, da tecnologia empregada, da estratificação fundiária, ou mesmo do destino dado a essa mercadoria, para exportação ou alimentação básica. Pela lógica, o agronegócio seria próprio da agricultura familiar ou do produtor rural, justamente porque simplifica a inserção da produção agrícola ao mercado. *Os Extensionistas 12 e 19* empregam o termo “produtor”, já este último utilizou a denominação “agricultor familiar” vinculado ao miniagronegócio. Este último exemplo demonstra que os profissionais, embora classificados na *Abordagem Convencional*, acessam características de outras abordagens, conforme requerem determinados momentos.

Na *Abordagem Convencional* não se distingue agricultura familiar e agronegócio com papéis sociais próprios, modos de produção social e cultural distintos, na forma de se relacionar com a terra e de produção. Ao promover a ação extensionista no sentido de encaixar a agricultura familiar ao agronegócio, subordinaria aquela ao mercado, contribuindo para erodir um modo de agir, pensar, falar e perceber as coisas, a construção de uma cultura própria da agricultura familiar.

Verifica-se também, pelas análises feitas até o presente, uma profusão de ideias sobre o agronegócio que leva a várias interpretações. De certa forma, essa abundância de compreensões tem a ver com o que expressaram os *Extensionistas 10 e 30*, que advogam existir uma confusão proposital na ideia de agronegócio.

As questões colocadas ressoam no direcionamento da organização. Trata-se de nomear ou conceituar determinados objetos, coisas, ações. A clareza conceitual permite o indivíduo identificar rumos e caminhos orientadores da sua ação; permite o indivíduo se posicionar diante do mundo, identificando melhores opções entre uma e outra possibilidade de forma autônoma.

Por sua vez, o fato de as diretrizes que orientam a ação da Incaper, por exemplo, agricultura familiar, agronegócio, participação e sua própria missão, não serem claramente debatidas e conceituadas dentro da organização permite criar inferências.

Esse aspecto é importante e diz respeito às tipologias e classificações de agricultura familiar e agronegócio, mencionadas nas entrevistas, que também são próprias de cada abordagem. Ao se entender que agricultura familiar é produtor rural, generalizam-

se essas tipologias, permitindo ao extensionista uma ação uniforme. Ou seja, a ação que se faz para um é feita para o outro; entre produtor e agricultor familiar não são diferenciadas as diversas formas sociais de produzir.

Ao não diferenciar agronegócio da agricultura familiar, cria-se a ideia de que eles necessitam das mesmas ações, tanto da Ater como da pesquisa. A uniformidade simplifica e facilita o direcionamento das ações. Porém, nos ELDR, os profissionais convivem em ambientes de alta complexidade, que caracterizam o mundo rural. Nesta complexidade está a multifuncionalidade da agricultura, implicando compreender os papéis da agricultura familiar além da retórica “produtivista” a ela concebida como elo do agronegócio. Reconhecer a multifuncionalidade das áreas rurais significa que agricultura executa papéis além da função econômica puramente. Os agricultores produtores de banana no sul do Espírito Santo, nos municípios de Alfredo Chaves e Iconha, ao conduzirem seus cultivos nas beiras das pedras, características daquela região, utilizam dos minerais carreados das pedras pela chuva para nutrir os cultivos e, ao mesmo tempo, recompõem a matéria orgânica do solo com a palhada da cultura. O trabalho é executado pela família, e esporadicamente é contratada mão de obra. Essa simplificação apresenta nas entrelinhas três funções complementares (JEAN, 2010): a função econômica de produção e geração de emprego; a função ambiental de proteção do agroecossistema; e a função social ou cultural ligada às tradições agrícolas, mas também à criação de paisagens locais, caracterizando a região sul do Estado. Outro aspecto referente ao Espírito Santo é que em pelo menos 29% do total de estabelecimentos agrícolas, o que corresponde a 24.650 unidades, o agricultor declarou ter atividade fora do estabelecimento (IBGE, 2006). Portanto, as questões elencadas revelam a existência de uma complexidade na área rural que implicaria uma reflexão mais profunda das estratégias de ação do profissional, o que irá requerer do Incaper um aporte teórico, metodológico e humano nos escritórios municipais para atuar nesse ambiente, e mais, por parte da SEAG, a capacidade de direcionar políticas públicas e estratégias condizentes com a realidade local que possam contribuir para o desenvolvimento, frutos da reflexão dos problemas das comunidades.

### **3.2.7. Missão institucional do Incaper**

A missão do Incaper foi reformulada entre 1999 e 2000, no momento da incorporação Emater/Emcapa. Os termos colocados na missão parecem indicar uma análise

do ambiente externo. Naquele momento, o Pronaf já havia sido instituído pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e a agricultura familiar vinha aos poucos ganhando espaços nas unidades estaduais operadoras de extensão rural a partir do papel definido pelo Pronaf. Da mesma forma, a proposta de desenvolvimento econômico que se desejava para as áreas rurais passava, inevitavelmente, pela ideia de “sustentabilidade”.

Na teoria da sociologia das organizações, a missão é oriunda da análise das oportunidades, ameaças, incertezas do ambiente externo que envolve a organização. A missão se constitui a partir da avaliação do ambiente externo, mas também, internamente, dos pontos fracos e fortes, sendo entendida como o objetivo básico ou a razão de existência da organização (DAFT, 1999). “A missão descreve a visão da organização, seus valores e crenças compartilhados e sua razão de ser” (DAFT, 1999, p. 32). Diz o autor que metas e estratégias são formuladas de modo a cumprir aquilo que está definido na missão.

A partir de contexto externo, das políticas em vigor no momento da incorporação, a cúpula das duas empresas de extensão e pesquisa elaborou uma nova missão, definindo o público prioritário, “agricultura familiar”, a proposta de desenvolvimento, “sustentável”. Na época da incorporação, a EMATER-ES e a Emcapa possuíam formas de atuar e público diferenciados. Ao passo que a EMATER-ES priorizava o público definido no Pronaf<sup>58</sup>, o público da Emcapa era generalizado, a pesquisa era voltada para aquele que podia absorver o conhecimento e a tecnologia gerada. Ao agrupar essas duas instituições, elas continuaram operando conforme sua cultura organizacional<sup>59</sup>. A nova missão não conseguiu orientar essa nova organização criada com a incorporação, o Incaper, bem como conceber uma cultura organizacional agregadora das duas institucionalidade, pesquisa e Ater. A seguir, um profissional que pertenceu ao Incaper reflete sobre esse assunto.

---

<sup>58</sup> Se o Pronaf instituiu novas ações para a Ater, na pesquisa isso não ocorreu. Portanto na Emater/ES havia certa maturação tanto pelo seus dirigentes como pelo seu corpo de extensionistas do público que constitui os agricultores familiares. Isso não significa que o termo agricultura familiar foi imediatamente incorporado na Emater/ES, tanto isso é verdade que 12 anos após a incorporação muitos extensionistas entrevistados não utilizam o termo agricultura familiar, e sim produtor rural, para designar o público de trabalho..

<sup>59</sup> A cultura organizacional pode ser entendida como “conjunto de valores, pontos de vistas, conhecimento e modos de pensar compartilhados pelos membros de uma organização e transmitidos aos novos membros como sendo o mais adequado. Ela representa a parte não escrita, o sentimento da organização. Todos participam da cultura, mas, geralmente ela passa despercebida. Somente quando a organizações tenta implantar novas estratégias ou programa que vão de encontro às normas e valores culturais básicos é que elas se veem frente a frente com a força da cultura” (DAFT, 1999, p. 243).

Foi uma incorporação administrativa, onde a questão mais é financeira, corte de gasto, então não houve uma fusão orgânica mesmo, feito um organismo. Foi incorporada, a pesquisa foi incorporada a extensão rural. A pesquisa foi incorporada o CNPJ foi a da Emater, até hoje é o da Emater. [...] Você passa 37 anos aqui e a coisa desde é 88 nós começamos a prever algumas mudanças que ia haver com a constituição, mas o pessoal falou que ia demorar tanto tempo, mas em 90 começou as mudanças, e nós não estávamos preparados, aí ficamos correndo atrás do prejuízo. A empresa que não funciona, não tem uma prospecção nem a Emater nem a Emcapa, não fazia uma prospecção, não fazia um estudo a longo prazo, não tem um planejamento adequado, tem um planejamento do passado né? Baseado no passado. Então isso aí é um problema seriíssimo pra instituição hoje. Culturalmente já, já não foi incorporado também. Pesquisador é pesquisador e extensionista é extensionista, água e óleo não se misturam [*Aposentado do Incaper*<sup>60</sup> – atuou como chefe de uns dos CRDR].

O tema missão foi respondido por 17 profissionais, correspondendo a 38% do total de entrevistados. O número de entrevistados que mencionaram o tema “missão” na entrevista indica que ela não seria tão relevante como orientadora da ação do profissional. A Tabela 17 sintetiza as visões que os entrevistados expressaram.

Nessa tabela pode-se observar que os itens 1, 6 e 7, com o somatório de seis frequências, apontam para o mesmo objeto, que são as abordagens da extensão rural existentes no Incaper. Para cinco entrevistados<sup>61</sup>, as diferentes abordagens levam a um conflito institucional.

O comentário do profissional, a seguir, expõe a existência de tensões, um dos motivos seria os diferentes grupos ideológicos dentro da instituição diante da missão. Para ele, a não explicitação do conflito ocultaria o problema que ressoaria na ação do indivíduo extensionista, contrapondo-se à missão, negando os princípios institucionais.

[...] Gera conflito e tem o conflito. [...] Primeira coisa, quando você tá no embate tem o conflito de pensamento e ideia diferente e depois na recusa na não aceitação do trabalho; por dizer que não acredita mais, que já foi lá fez e não funciona. [...]. Tem um monte de maneira de se negar o serviço. É um aspecto [forma] de se negar a missão e as diretrizes do Incaper. Então isso tem, tem um conflito. Não é só dos grupos, um conflito ideológico das pessoas, nas pessoas individualmente. Para não aceitar o novo, porque o Incaper tá sendo... é o pior conflito

---

<sup>60</sup> Esse profissional não foi descrito na metodologia do trabalho. A entrevista foi realizada em 8 de fevereiro de 2012 e surgiu por conversa informal, em um evento promovido pelo Incaper, sobre a lei de Ater Estadual.

<sup>61</sup> Embora o número de cinco entrevistados, diante do número amostrado, possa parecer pouco expressivo para o leitor, ele é relevante para a pesquisa. Na discussão das abordagens da ação extensionista um tema importante é a missão institucional. Ao classificar os entrevistados nesta *Abordagem*, esses cinco profissionais vão pertencer a determinado campo, justamente pela forma como se posicionaram no tema “missão”.

... por quê? Porque ela se põe numa redoma né?, a pessoa. [...] Não vai, não funciona e não acredita; “eu não quero fazer” “eu, fiz isso aqui lá trás”, entendeu? Aí por trás fica camuflando atendendo, agricultor familiar, mas não que atender só agricultor familiar... eu vi uma fala<sup>62</sup> essa semana passada [...] – “não por que nós somos pública, nós não podemos atender prioritariamente o agricultor familiar, temos que sair disso, como nós vamos atender só isso?”. Então você vê que existe um conflito nisso aí. Aí então quando você expõe isso aí, como foi colocado que bom. Quando o conflito é exposto é bom, quando não aparece o conflito se torna pessoal, e se negar a fazer o trabalho [Extensionista 6 (G2) CRDR Nordeste].

Tabela 17 – Frequências de respostas em relação à missão do Incaper

Respostas	Frequência (%)
1. As diferentes abordagens adotadas para orientar a ação diante de uma missão acabam por gerar conflitos.	4
2. As atividades que vêm de cima para baixo pouco contribuem para a missão do Incaper no município.	3
3. As ações do Incaper entram em contradição com sua missão, por exemplo, a ação voltada para o agronegócio.	3
4. A fragmentação da ação impede alcançar a missão do Incaper.	2
5. A missão exige do extensionista uma ação de articulação, de equilíbrio nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.	1
6. Há diferentes abordagens no Incaper diante de uma missão, porém umas seguem a missão e outras não.	1
7. Abordagens diferentes podem ajudar na reflexão da missão.	1
8. Há conflitos que aparecem em razão da missão definir um público e ter que atender a outro público.	1
9. A missão deveria orientar tudo, inclusive a pesquisa; o Incaper não atende somente os agricultores familiares.	1
10. A instituição tem ação pouco focada na agricultura familiar e mais no agronegócio.	14

Fonte: tabela organizada pelo autor a partir das informações fornecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), em julho de 2011.

Segundo o *Extensionista 6*, a missão seria negada quando não se prioriza o público definido na missão, ou mesmo quando procura desacreditar a participação apregoada nos princípios institucionais. Logo, verifica-se a existência de diferentes percepções para fazer valer determinada forma de ação extensionista, e para o profissional uma destas formas tem uma atuação mais próxima à missão, chamada por ele de “progressista”.

<sup>62</sup> O profissional entrevistado estava se referindo às reuniões de Planejamento Estratégico do Incaper (PEI). Essas reuniões ocorreram em várias regiões do Estado e agregaram agentes da extensão, da pesquisa e administrativo, procurando estabelecer uma nova missão, diretrizes e ações para o Incaper. Esses encontros foram salutares no sentido de que permitiram expor temas conflitantes dentro do Incaper.

[...] eu coloco que é o grupo mais progressista, vamos dizer assim, vou chamar o grupo participativo de progressista, eu acredito que atendem mais a missão do Incaper. O outro grupo atende o quê da agricultura familiar, o burocrático, que é uma carta de aptidão que é o mínimo [Extensionista 6 (G2) CRDR Nordeste].

Trazendo essa entrevista para a análise das abordagens, pode-se caracterizar a *Abordagem Interativa*. O primeiro aspecto é que nessa abordagem a missão é importante para fundamentar a ação dos profissionais, principalmente porque assegura a prioridade para a agricultura familiar e qualifica o desenvolvimento como sustentável; um segundo aspecto diz respeito à percepção de tensões internas, que são tensões de natureza ideológica, que se aplica à forma de entender a missão, o papel da Ater e da pesquisa; um terceiro aspecto é que essas tensões agregam àqueles que assemelham às suas propostas de ação, ou abordagens, logo é a *Abordagem Interativa* que percebe a existência de diferentes formas de fazer a ação extensionista. Outros dois elementos podem ainda ser analisados a partir dessa entrevista. O primeiro remete ao conceito de organização, no qual seus agentes têm interesses conflitantes, procurando criar nichos de poder, estabelecer negociações e acomodar essa diversidade de interesses. O segundo aspecto é que essas diferentes formas, expressas por meio das abordagens, assumem determinados “discursos” que devem ser compreendidos dentro de um contexto mais complexo, revelador de ação e prática.

Entonces, desde el principio nos enfrentamos al dilema de cómo representar las situaciones problemáticas al ser confrontado con múltiples voces y realidades contendidas. Claro, una arena social o campo se construye de un modo discursivo y se delimita en la práctica por el uso del lenguaje y las acciones estratégicas de los varios actores (LONG, 2007, p. 110).

Para esse autor, os discursos podem pertencer às instituições, porém são os atores, neste caso os agentes, que o utilizam, manipulam e o transformam, e inclusive perpetuam o discurso dominante. As abordagens apresentam as características de reproduzir e de se contrapor ao discurso hegemônico. Verificam-se, por meio dos entrevistados, aqueles que fazem o discurso dominante assumido principalmente pela *Abordagem Convencional* e mesmo em alguns profissionais da *Humanista*, por outro lado se contrapondo, dentro de determinados limites, à *Abordagem Interativa*, mas também a determinados profissionais da *Abordagem Humanista*.

Voltando à Tabela 17, podemos verificar que os itens 3, 8 e 9, no total de cinco frequências, direcionam para a discussão das contradições internas, entre o público e a missão do Incaper. Conforme expressa o profissional a seguir:

[...] Mas eu digo isso até pela direção, foi o que eu te disse. Você entendeu? A missão do Incaper é essa realmente agricultura familiar desenvolvida, levar assistência técnica, levar extensão, melhorar a qualidade de vida em todos os sentidos, né? Tanto no âmbito produtivo, quanto no âmbito mesmo de vida, de qualidade, de bem-estar, do produtor rural e sua família; essa é a missão básica do Incaper. Desenvolvimento sustentável, tá? Mas o que a gente percebe é que em função da direção [direção do Incaper], o que eu tinha te falado, da direção, então há um interesse; há interesses conjugado com os grandes do agronegócio, de tá desenvolvendo mesmo direcionando para o agronegócio [*Extensionista 27 (G1) CRDR Sul Caparaó*].

A fala desse profissional afirma a existência de incoerências entre missão e ação da diretoria. Há ainda elementos nesse trecho que permitem fazer algumas afirmações o respeito da relação missão, ação extensionista e características próprias da *Abordagem Humanista*. O profissional entende o papel da extensão rural tanto na perspectiva de levar a assistência técnica (aumento da produção), como na perspectiva do bem-estar social, que vai além da produção. Porém, cabe ao extensionista “levar” a tecnologia, o bem-estar. A conjugação do esforço do profissional da *Abordagem Humanista* considera a vertente da produção, do bem-estar, mas o ator principal é o agente, é ele que detém as informações e o conhecimento. Portanto, cabe a ele o papel de levar algo e promover desenvolvimento. O *Extensionista 27* entende que esses fatores são elementos que levam ao “desenvolvimento sustentável”, conseqüentemente à missão. Se o entrevistado *27* verifica uma discrepância entre missão – desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e agronegócio, isso não é uma unanimidade. A seguir, o entrevistado não cita a missão na sua fala, porém deixa transparecer a “naturalidade” de uma ação extensionista cuja característica é ser voltada para o agronegócio.

[...] Rapaz, olha, eu digo o seguinte, essa questão do agronegócio... ainda é, assim, o agronegócio, que eu vejo como agronegócio é a cafeicultura é uma atividade está inserida, já tem toda, assim, já tem uma cadeia produtiva, vamos dizer assim, já predefinida, isso já é, a cafeicultura tá no sangue, já vem de pai para filho há muitos e muito tempo. O agronegócio do café hoje, por exemplo, como instituição, como Incaper nós participamos do agronegócio, mais da questão da assistência técnica, entendeu? E da questão da pesquisa, da assistência técnica da qualidade da produção, entendeu? Neste aspecto, nesta linha de pensamento, eu acho que o Incaper tá bem inserido dentro do agronegócio. Agora têm determinadas coisas do agronegócio, ou seja, da porteira para fora, da propriedade para fora eu acho que nós ainda es-

tamos muito... o Incaper, o extensionista mesmo, nós sentimos muita dificuldade em orientar o produtor na questão do agronegócio a partir do momento em que, da porteira para dentro a gente tá até bem, tá até bem, eu acredito, agora da porteira para fora nos aspectos... a comercialização da produção é complicado [Extensionista 5 (G1) CRDR Nordeste].

O discurso revela as características da *Abordagem Convencional*, o Incaper está “naturalmente” inserido no agronegócio, assim com os agricultores que trabalham na cadeia do café. Intui-se, por este viés, que não existem contradições entre a missão e a ação voltada para o agronegócio a partir da concepção que o profissional e o Incaper têm sobre o “agronegócio” Na perspectiva da ação extensionista, o papel do profissional é prestar assistência técnica para o aumento de produção e melhorar a qualidade na cadeia produtiva, neste caso o café. O discurso é revelador do pensamento institucionalizado, como pode ser verificado em um dos relatórios de atividade do Incaper.

O Incaper desempenhou um papel de destaque na construção deste novo contexto. As ações e projetos desenvolvidos pelo Instituto contribuíram para a criação das condições necessárias para o desenvolvimento e consolidação das diversas cadeias produtivas do agronegócio capixaba, com especial destaque para as cadeias produtivas do café e da fruta (INCAPER, 2009, p.7).

Ainda em relação ao tema da missão do Incaper, aparecem outros aspectos que estão intimamente relacionados e que são pontuados nos itens 2 e 4 da Tabela 17. Trata-se das ações, não planejadas, que surgem nos ELDR, e de como esse fato contribui para a fragmentação da ação extensionista. Esses são indicativos de uma atuação contrária à missão, uma vez que atravancam e dificultam que as ações planejadas sejam consumadas pelos escritórios e seus agentes. A seguir a resposta de um profissional ao ser questionado sobre o excesso de demandas, fazendo-se de tudo no município, provocando uma descontinuidade da ação, se não entraria em choque com a missão do Incaper. Para ele, existem diferenças entre as demandas que vêm dos agricultores e àquelas orientadas de cima para baixo.

[...] Não eu acho que não. Eu acho que você fazer um pouco de tudo, demanda do agricultor ela não entra em choque [com a missão]. O que entra em choque [com a missão] são outras demandas que não faz parte nem do nosso planejamento nem da nossa função [Extensionista 43 (G2) CRDR Centro Serrano].

Nesse sentido, ele cita demandas de outros órgãos, como prefeituras, IBGE e da própria instituição, que contribuiriam para aumentar a atividade e impedir a realização do planejamento municipal e aproximação com a missão da organização.

Na Tabela 17 foi inserido um último item, o de número 10, que não diz respeito a uma observação direta dos informantes em relação à missão. Porém, constata-se tangência na sua essência, uma vez que aponta uma opção institucional que se colocaria em oposição ao próprio público definido como preferencial. Dos 44 entrevistados, 14 fizeram observações a respeito desse tema, que podem se percebidas na fala do *Extensionista 27*, bem como na do entrevistado citado a seguir, revelando a existência de dois lados na instituição e na própria diretoria.

[...] Depende, se o projeto for para carrear recursos do MDA então trabalha com agricultura familiar, agora se for para... eu vejo um discurso meio dúbio aí. [...] Eu vejo assim, eu me lembro muito bem que eu assisti duas palestras do F. O F uma palestra era para empresário e tal e tal então ele falou de agronegócio que o Incaper estava no agronegócio Capixaba, não sei o que... e depois teve um com os representantes do MDA que veio, ... aí agricultura familiar, o homem do campo, então aquele discurso assim sabe, depende de quem tá pagando [*Extensionista 41 (G1) CRDR Centro Serrano*].

O informante comenta que haveria discursos dentro do Incaper, conforme as fontes de financiamento. Fontes de financiamentos que requerem “discursos” diferentes sugerem ações e metas cujos princípios e público são distantes entre si, inclusive da própria missão institucional.

O *Extensionista 41* traz à tona a questão da “missão”. Embora a missão defina o público prioritário, há nas instâncias superiores uma ação voltada para outro público, ou ainda que procura inserir os agricultores familiares juntos a esse público, que são os setores que atuam com o agronegócio. Então, o discurso não é dúbio, porque a ação é direcionada para a agricultura familiar, porém com objetivos de inserir esse público na lógica do agronegócio e promover um determinado tipo desenvolvimento nas áreas rurais

Usando esse discurso, no qual se empregam os termos “produtores rurais” e “agronegócio”, verificam-se a orientação institucional e a da *Abordagem Convencional*.

Entretanto, o Incaper define uma missão, diretrizes com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável, cujo objetivo maior é “a elevação da qualidade de vida e equidade social” nas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Embora contemple as três dimensões, as informações da página na Internet constam que “A eficiência econô-

mica e o crescimento econômico constituem prerequisites fundamentais, sem os quais não é possível a qualidade de vida com equidade” (INCAPER, 2012a).

Para tanto, a extensão rural, a assistência técnica e a pesquisa por meio dos seus mecanismos metodológicos irão promover processos de intervenção e articulação (INCAPER, 2012a) para alcançar os objetivos almejados. Sobre o processo interventivo, esclarece o Incaper (2012a) que “As atividades serão desenvolvidas por meio de programas e projetos, detalhados de forma solidária e participativa com as entidades associativas e representativas dos produtores rurais”. Em relação à articulação o Incaper (2012a) entende que é uma:

Função abrangente, onde se busca exercer o papel de catalização e dinamização do processo de desenvolvimento rural. Nesse nível são estabelecidas as políticas mais amplas para o setor agrícola, envolvendo entidades civis e governamentais das esferas federal, estadual e municipal. As ações, nesse sentido, buscam a viabilização de oportunidades para todas as categorias, em campos que podem estar dissociados do foco finalístico da empresa. Essa atuação indireta é condição indispensável para o alcance do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Constatam-se nas informações contidas no *site*, no item das diretrizes, palavras e frases significativas quanto ao que o Incaper espera da ação extensionista e da pesquisa: “visão holística”, “abordagem sistêmica”, “atuação interdisciplinar”, “ecologicamente adequados e socialmente desejáveis”, “ação em microbacias”, “promover a participação da sociedade na identificação das prioridades e na definição das atividades a serem desenvolvidas na organização” (INCAPER, 2012b). Por outro lado, encontrou-se nas diretrizes a manutenção do *modus operandi* que marcou a extensão rural na década de 1970, por exemplo, a “transferência de tecnologias e conhecimentos”.

Apesar disso, a leitura das informações leva a inferir que a organização Incaper possui um conjunto normatizado, informando que a ação extensionista superou o *modus operandi* de transferência e difusão tecnológica. Ainda, sua perspectiva presente sustenta-se na participação dos agricultores familiares como sujeitos, cujas necessidades são problematizadas e as soluções encontradas em conjunto. Para dar conta desse conjunto e no intuito de alcançar o desenvolvimento social e econômico, o Incaper tanto promove processos de intervenção como de articulação de parceiros. Percebe-se, também, uma abertura do leque de ações. Se em períodos anteriores (Difusionismo Produtivista)<sup>63</sup> limitava-se aos processos produtivos, verifica-se, na atualidade, a preocupação com a

---

<sup>63</sup> O Difusionismo Produtivista está caracterizado no segundo capítulo deste trabalho como uma das fases do Incaper.

questão do processamento, da comercialização, da organização social dos agricultores e da sua participação na formação de políticas públicas, em conselhos, fóruns, câmaras técnicas, etc.

Portanto, a interpretação das informações contidas na página na Internet leva a entender que a abordagem normatizada no Incaper se aproxima da *Abordagem Interativa*. E, por este ângulo, há um discurso dúbio, contraditório, orientador da ação extensionista e mesmo da pesquisa. No espaço em que atuam os extensionistas essa dicotomia se revela. Revela-se porque nos municípios o maior público é de agricultores familiares<sup>64</sup>. Entendendo aqui que a agricultura familiar e o agronegócio têm papéis sociais distintos, requerem ações específicas. Portanto o extensionista, à medida que é orientado para atuar com os agricultores familiares, é ao mesmo tempo orientado para atendê-lo dentro da perspectiva do agronegócio. Ao mesmo tempo em que o extensionista se envolve com o PAA, PNAE, existem também os polos, a qualidade do café. Nestes dois últimos casos, embora possam vir a beneficiar os agricultores, a ênfase da cadeia é voltada para as agroindústrias de sucos e torrefação de café.

Por fim, o conflito entre missão e ação tem um contexto mais emblemático e está situado na história da incorporação Emater/Emcapa. A missão que deveria instituir os valores e orientar os rumos da organização, na voz dos entrevistados, não consegue dar conta deste intento. Para os entrevistados, as incoerências começam nas instâncias superiores e ressoam nos escritórios locais. Para solucionar esse problema, o Incaper iniciou o Planejamento Estratégico do Incaper (PEI) (INCAPER, 2011a), em que os pesquisadores, os extensionistas e o corpo administrativo puderam contribuir para esse planejamento. Ele foi realizado com ampla participação dos profissionais, estabelecendo uma nova visão estratégica para o Incaper. Os seus resultados e sua implantação dependem de vários fatores, mas principalmente da vontade de colocá-los em prática.

---

<sup>64</sup> Segundo o Censo Agropecuário de 2006, dos 84.356 estabelecimentos agropecuários capixabas 67.403 pertencem à categoria agricultura familiar, o que representa 79,9% do total.

## CAPÍTULO 4

### REDE DE COMERCIALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MUDANÇAS NA AÇÃO EXTENSIONISTA: O CASO DE ICONHA, ES

#### 4.1. Introdução

Neste capítulo busca-se analisar o processo de constituição de uma rede de comercialização e de introdução de práticas agroecológicas no município de Iconha/ES. Essa rede envolveu um conjunto amplo de atores: agentes de extensão, representantes do poder público, organizações não governamentais e agricultores familiares identificados com os princípios da agroecologia. O propósito é compreender a ação coletiva empreendida, suas motivações e, particularmente, como o papel dos atores vai se reconfigurando ao longo das parcerias estabelecidas. Especificamente, enfatizaremos o papel da extensão rural oficial, que foi, ao longo da experiência, concebendo e pondo em prática formas diferentes de atuar.

Foi em Iconha, ES, que a rede constituída pela Associação de Programas em Tecnologias Alternativas<sup>65</sup> (APTA), em 1998, ampliou suas ações com foco na agroecologia. Naquele momento, final dos anos de 1990, a concepção da extensão rural dos profissionais do Escritório Local de Desenvolvimento Rural (ELDR) da então EMATER-ES<sup>66</sup> se diferenciava – aproximando-se dos princípios da educação popular e da agroecologia – das concepções que orientavam a ação dos profissionais que atualmente compõem o ELDR do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Atualmente em Iconha há quatro associações que reúnem 70 famílias de agricultores que estão em processo de transição agroecológica<sup>67</sup>. Esses agricultores entregam

---

<sup>65</sup> A APTA é uma organização não governamental presente no Espírito Santo desde 1985. Nesta época era denominada de Projeto em Tecnologia Alternativas (PTA/FASE) e se orientava pelo enfoque da agricultura alternativa, atualmente seu enfoque orientador é a agroecologia.

<sup>66</sup> Neste período (1998) ainda não havia ocorrido as mudanças da Emater para Incaper, que vão acontecer em 2000. Por isso, quando o termo Emater-ES for utilizado significa o período antes da transição.

<sup>67</sup> Caporal e Costabeber (2004) entendem que o processo de transição é uma mudança no modelo de produção convencional para um modelo sustentável, usando princípios e conceitos da agroecologia. Existe nessa transição pelos menos três fases, a problematização, procurando reduzir o consumo de insumos externos; a substituição, entendida como as trocas dos insumos e de práticas convencionais por alternativas; e o redesenho, uma nova configuração no agroecossistema. A transição não implica um tempo determinado para ocorrer; neste aspecto difere da agricultura orgânica, na qual este tempo é chamado de “conversão”, tendo um limite de tempo, normatizado por lei.

seus produtos em sete municípios, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse projeto envolve articulação de 16 parceiros entre associações de agricultores, governos municipais, câmaras de vereadores e a extensão rural; duas associações de agricultores que integram o projeto vendem produtos em feiras orgânicas de Vitória e Vila Velha, bem como entregam seus produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela municipalidade de Cariacica/ES (INCAPER, 2011b).

Nesse cenário, os agentes locais de extensão rural do Incaper e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Iconha têm cumprido um papel relevante, tanto na organização social e no apoio à comercialização, quanto na produção agrícola dos grupos de agricultores. A partir dos processos sociais, em andamento no município, fortaleceram-se as dinâmicas de ação coletiva, articulando agricultores e seus parceiros em torno de debates sobre as políticas de alimentação escolar, preço, entrega e negociações com as municipalidades. No processo de produção, os agentes de extensão atuam na orientação técnica aos cultivos de mudas, sementes e planejamento da produção (INCAPER, 2011b). As relações interinstitucionais articularam ações para viabilizar a entrega coletiva dos produtos nas escolas, envolvendo agricultores de outros municípios, facilitando a logística e criando sinergias. Também proporcionam contatos dos agricultores com governos locais, incentivando a criação de um cardápio apropriado à disponibilidade de alimentos produzidos localmente, mais próximo à cultura alimentar da própria comunidade escolar.

Este texto está organizado em três seções. A primeira, esta introdução, apresenta o problema e a metodologia utilizada na investigação. A segunda apresenta a experiência e o seu contexto, ao mesmo tempo procurando dialogar com as referências que fundamentaram teoricamente o esforço de investigação. Na última seção estão as considerações finais, e são pontuados os elementos-chaves verificados no desenvolvimento da pesquisa.

#### **4.2. A experiência da rede e o papel dos agentes – um processo em desenvolvimento**

Na experiência analisada foi possível identificar um tipo de ação extensionista que, de acordo com os agentes envolvidos, buscou equilibrar as perspectivas social, ambiental e econômica em um modo participativo de introdução de inovações, enfatizando a organização social dos agricultores para acessar um programa de política pública. A experiência de Iconha teria sido construída sobre as bases de uma reflexão crítica

acerca do passado recente de uma ação extensionista centrada quase que exclusivamente em processos produtivos, principalmente na cultura do café e da banana e na pecuária. Neste texto, esse tipo de abordagem foi denominada de *Convencional*, aquela para a qual a inovação é geralmente restrita aos processos agrícolas de produção e ocorre por meio da transferência de conhecimentos e tecnologias. Em Iconha, a partir de 2005, essa forma de ação vai lentamente mudando, configurando outro tipo de ação extensionista – *Abordagem Interativa*. Essa mudança ocorre em parte por causa de novos agentes que começaram a fazer parte do quadro profissional do Incaper, que, de acordo com suas trajetórias de formação e vivência profissional, passam a acionar novas referências às suas práticas. Para compreendermos melhor esse processo, faz-se necessário retomar o passado, situando o contexto da experiência de Iconha e procurando tecer a teia histórica, buscando revelar, desta forma, os processos sociais que antecederam o presente.

O município de Iconha está situado a 90 km de Vitória, na região sul do Estado do Espírito Santo. Sua população é de 12.523 habitantes, devendo ser ressaltado que expressivos 42% declaram residir na zona rural (IBGE, 2010). Conforme o Censo Agropecuário de 2006, dos 1.123 estabelecimentos 91% são de agricultores familiares (IBGE, 2006). Ainda de acordo com os dados do Censo Agropecuário, as culturas mais expressivas, em termos de valor de produção, são a banana e o café. O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) aponta que em 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário correspondeu a 19,74% do PIB do município. O setor de comércio e serviços é o que possui maior participação econômica, responsável por 68,58% do valor criado pelo município durante um ano. Os setores da indústria, da construção e dos serviços industriais de utilidades públicas correspondem a 11,68% do PIB municipal. Ao situarmos Iconha no cenário estadual, sua participação se resume a 0,23% do PIB estadual, porém o *ranking* de PIB municipal *per capita* o coloca em 18ª posição em relação aos demais municípios do Espírito Santo (IJSN, 2011).

Em 1998 a APTA atuava no município com uma proposta de ação focada na agroecologia. Potenciais parceiros da APTA, as Escolas Famílias Agrícolas<sup>68</sup> (EFA) no município e nas localidades vizinhas constituíam um espaço privilegiado no qual a

---

<sup>68</sup> As EFA são escolas inseridas no meio rural que utilizam a pedagogia da alternância como forma do estudante alternar os períodos de aprendizagem na família, na comunidade e na escola. Aquilo que é visto e aprendido em cada um desses meios torna-se elemento de aprendizagem por meio da utilização de instrumentos pedagógicos próprios (MEPES, 2011). Os períodos de alternância variam de EFAs, mas geralmente os estudantes ficam uma semana em casa e uma semana na escola. Na maioria das vezes as EFA têm estruturas de alojamentos, refeitórios, salas, áreas de lazer e práticas agrícolas para efetivar a sua proposta pedagógica.

APTA procurava concretizar sua proposta. As EFA ofereciam aos seus estudantes uma formação diferenciada, baseada na Pedagogia da Alternância<sup>69</sup>, em compromissos com uma orientação “crítica e humanista”, e a preocupação com estilos de produção “mais sustentáveis” (MEPES, 2011). Esses estudantes constituíam, em potencial, a porta de entrada para uma ação mais efetiva da APTA, possibilitando concretizar localmente uma proposta de desenvolvimento rural inspirada na agroecologia.

Para Franco (2001), os elementos que alicerçam o desenvolvimento local são o capital humano e o capital social. O primeiro constituído pela capacidade de empreender ações coletivas e o segundo pela cooperação, pela relação em rede e pela democracia. Para o autor, o estoque de capital social é maior quando pessoas e organizações formam infinitas conexões e laços horizontais entre si, constituindo, desta forma, redes que agregam indivíduos e organizações em torno de objetivos e valores comuns. Para Marteleto, Oliveira e Silva (2004, p. 41), “[...] as redes são sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação”. Segundo esses autores, as pessoas vivem em rede, constroem laços, conexões e interdependências, “moldando” sociedade e conferindo um caráter peculiar às suas ações. O capital social de uma localidade expressaria a capacidade dessas redes de cooperação representarem oportunidades para grupos organizados enfrentarem as limitações ambientais e econômicas com as quais se deparam.

Portanto, a APTA tinha que encontrar esses elementos (laços de confiança, capital social, capital humano) ou criar dinâmicas nas quais eles pudessem emergir. Nos idos de 1998, a APTA procurou alavancar sua proposta por meio dos estudantes das EFAs que moravam no município de Iconha, iniciando um processo de formação das famílias rurais em cinco comunidades: Campinho, Pedra Lisa Alta, Córrego da Cecília, Morro da Palha (pertence ao município de Rio Novo do Sul, mas faz divisa com Iconha) e posteriormente a comunidade de Bom Destino. Essa ação é parte das lembranças de um casal de agricultores do município:

[...] Não sei se foi, acho que foi Z. [*irmão e cunhado dos entrevistados que estudou na EFA Olivânia*] que trouxe, não sei. Z. estava em

---

<sup>69</sup> De acordo com Chequeto (2002, p. 36), na Pedagogia da Alternância “[...] o processo de aprendizagem dos jovens parte de situações vividas, encontradas e observadas em seu meio, em vez da simples aplicação, na prática, das aulas teóricas, como nas escolas tradicionais.” Na proposta das EFA, ainda de acordo com esse autor, o processo educativo fundamenta-se “[...] numa educação centrada na formação integral do ser humano, na qualificação profissional dos jovens e na organização comunitária, valorizando os laços familiares, a herança cultural e o resgate da cidadania.”

Olivânia e ele descobriu esse trabalho da APTA, se interessou e passou, tipo assim, passou o recado e trouxe a novidade. E aí a APTA veio para cá, não sei se foi só por meio dele. Eu lembro que falavam também da pessoa do V. [*Na época diretor da APTA*]. É o V., a Escola Família de Campinho também.

Um dos passos iniciais do trabalho foi a aplicação de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que orientou as ações dos profissionais da APTA. Na proposta de diagnóstico e formação foram realizados cursos, demonstração de métodos e intercâmbios, para que as famílias conhecessem outras experiências de produção agroecológica. As práticas incluíam a distribuição de sementes para a formação de adubação verde, a implantação de sistemas agroflorestais e de viveiros comunitários e a produção de biofertilizantes e caldas (APTA, 2000). Essas ações conduziram a experiências variadas de cultivos orgânicos, gerando a necessidade de avançar no processo de comercialização dos produtos. Os próprios agricultores, em diálogo com os profissionais, apontaram alternativas para uma experiência local de comercialização, organizando um espaço de uma feira.

Foi a partir da proposta de feira e seus desafios que se percebeu a necessidade de ampliar as relações para além das fronteiras da produção. Um grupo formado pelos agricultores e pelos representantes da APTA, da municipalidade de Iconha, da Pastoral da Saúde e da EMATER-ES foi constituído, inaugurando uma proposta de ação em rede, composta por parceiros que historicamente, no município, não tinham o costume de agir a partir de um objetivo comum – no caso, estruturar a feira municipal (APTA, 2001).

Nessa jornada tornava-se cada vez mais evidente a limitação do profissional da EMATER-ES para compreender e, principalmente, para atuar naquele espaço de debate e construção coletiva, cuja lógica se pautava na equidade entre os participantes. Essa dificuldade, por parte de extensionistas da EMATER-ES, era percebida da seguinte maneira por um agricultor envolvido no processo: “[...] muito fechada [a postura] o [do] Incaper (EMATER-ES) de Iconha. Assim, muito, não botava muita fé naquilo, não sei, participava porque era cobrada a participar, mas não tinha aquela mente aberta que podia funcionar e dar certo”.

Naquele contexto não havia uma fórmula que oferecesse solução efetiva aos problemas de comercialização dos produtos dos agricultores. Portanto, constituía-se um problema que escapava da rotina da ação extensionista convencional. Essa rotina teria configurado uma identidade pessoal e social compartilhada pelos profissionais da

EMATER-ES, estruturada em oferecer respostas prontas aos problemas de solos, de doenças, de produtividade (principalmente para o café, a banana e apicultura). A incapacidade do profissional de distanciar-se do seu contexto técnico-instrumental para admirá-lo e refletir sobre sua lógica – inspirando-o a transformá-lo – era um impeditivo à ação comprometida com demandas sociais que transcendiam o universo técnico da intervenção (FREIRE, 2011). Nesse caso, a nova dinâmica da realidade social exigia uma mudança no *habitus* instituído e o questionamento da identidade socioprofissional, como força instituinte de uma ação extensionista tida como “natural”, qual seja, a ação difusionista.

Foi a partir de sucessivas reuniões e eventos que a feira se efetivou no ano de 2000, oferecendo aos parceiros, mas principalmente aos agricultores, uma experiência ímpar em circuitos de comercialização curta. Conforme relata um agricultor, após ter atuado na feira de Iconha por nove anos:

[...] Mas foi bão! Mas foi, valeu a experiência. Nós tivemos assim, nos crescemos muito como pessoas, isso daí ajudou no crescimento, conhecimento, o contato com as pessoas que até hoje a gente temo amizade dentro de Iconha que foi porque da feira, senão a gente não teria. Né, A.? Hoje nós somos conhecidos dentro de Iconha, tipo assim, eu acredito que se a gente não tivesse feito isso, nós seríamos só um, alguém de Córrego da Cecília, não era a pessoa, eu vejo assim muito positiva a feira na nossa vida, foi um experiência maravilhosa.

Essa experiência que se iniciou com uma perspectiva ambiental, a partir de práticas ecológicas de produção – como conservação do solo e uso de biofertilizantes, conduziu a resultados importantes sobre as perspectivas social e econômica. Sobre a perspectiva social teve como resultado o aprendizado e a organização dos agricultores, além da interação dos parceiros em uma rede, decorrendo daí uma perspectiva econômica diferenciada: a organização da feira e o incremento de renda financeira das famílias a partir da valorização de um tipo de economia de proximidade (ABRAMOVAY, 2004).

Para Franco (2001), qualquer organização social só alcançará bons resultados se as pessoas tiverem objetivos comuns, exercitando algum grau de complementaridade e parceria, que confira certa estabilidade nas relações, fazendo com que elas cooperem entre si. Para a promoção do desenvolvimento local, o ambiente favorável se estabeleceria por meio da formação do capital social; e este ocorreria por meio da cooperação e da solidariedade. Ainda segundo o autor:

[...] para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido, é necessário que as pessoas se conectem, umas com as

outras, segundo um padrão horizontal de organização, que não sejam em tudo sempre subordinadas umas as outras e que sejam interdependentes ao invés de dependentes (*op. cit.*, p. 3).

Nesse aspecto, a interação em rede, no caso estudado, possibilitou a externalização do conhecimento que cada participante tinha das suas práticas e a explicitação dos limites e das potencialidades de cada organização envolvida, permitindo criar um “horizonte” ou objetivo partilhado que orienta determinada ação coletiva. O limite do horizonte está relacionado ao limite da compreensão, é a visão que se pode alcançar a partir de um determinado ponto (GADAMER, *apud* HERMANN, 2002, p. 49). Ao se estruturar o que passou a ser conhecida como “feirinha de Iconha”, os participantes qualificaram sua compreensão sobre as práticas das organizações e das instituições, rompendo com determinadas tradições e criando novos conceitos ou “preconceitos”<sup>70</sup>, fato que permitiu, como argumenta Hermann (2002), uma fusão de horizontes. Nesse novo horizonte vislumbravam-se outros espaços de comercialização, extrapolando os limites do município de Iconha e gerando a necessidade de ampliar o quadro de atores sociais envolvidos. Em decorrência desse processo, a partir de 2000 iniciaram-se as primeiras articulações para organizar a feira de produtos orgânicos de Vitória, ES.

Segundo a APTA (2002), o processo de articulação da Feira Orgânica de Vitória envolveu um conjunto representativo de organizações de agricultores e entidades de apoio. Os documentos da instituição revelam que estavam envolvidas no processo 67 famílias de agricultores dos municípios de Iconha, Rio Novo do Sul, Santa Maria de Jetibá, Colatina e São Domingos do Norte. Além dos agricultores, participavam da organização a APTA, a Certificadora de Produtos Orgânicos Chão Vivo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, o Incaper dos municípios de Iconha e Santa Maria de Jetibá, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Vitória (SEMURB), a Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP) e o Prorenda Rural.

Observa-se um amplo leque de parceiros, de agricultores de municípios muito diferentes, além do envolvimento dos moradores/consumidores, tornando-os cúmplices do processo, revelando a riqueza das relações estabelecidas. No processo desencadeado, os parceiros tinham compromissos diferentes. A ação do Incaper, por exemplo, estava mais focada nos municípios, por meio dos seus escritórios locais. A articulação que

---

<sup>70</sup> Hermann (2002, p. 45) entende o preconceito como esquemas interpretativos prévios, uma pré-compreensão que permite uma base para capacidade compreensão do indivíduo: “[...] os preconceitos atuam sobre o processo compreensivo, constituindo-se na orientação prévia da nossa experiência”.

ocorria em Vitória era capitaneada principalmente pela APTA, a Certificadora Chão Vivo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, apoiada com recursos do Prorenda Rural. As duas primeiras organizações funcionavam como mediadoras e animadoras do conjunto de instituições.

O documento produzido pela APTA (2002) aponta uma série de eventos que tinham como objetivo contribuir para qualificar os parceiros, estruturar a feira, organizar a produção e conceber mecanismos de validação de certificação orgânica. O documento revela que foram realizados intercâmbios com os agricultores para conhecer experiências de feiras em Vitória, pesquisa com consumidores, oficinas de comercialização e a organização de uma comissão para estruturar a feira. Nas entrevistas os agricultores revelam a importância desses intercâmbios como processo formativo.

Olha, eu acho que a que mais marcou foi aquela que a gente foi a Curitiba. Porque aí a gente já tava na organização da feira de Barro Vermelho e aí assim, foi aonde nós tivemos mais noção. Eu me lembro que quando nós viemos embora nós fizemos uma avaliação e lá em Curitiba era assim, ex-funcionário do Brasil, ex-Incaper, ex não sei o quê, tudo assim gente bem. E nós pobrezim, quando nós fizemos a nossa avaliação, nós caímos em cima. Nós dissemos que não era para nós, mas que era completamente outra realidade. E hoje eu penso assim: gente porque que eu não aproveitei mais determinado momento? Nós ficamos em êxtase, nós achava que nós não tinha capacidade para chegar ao ponto parecido com aquele, que eles estavam organizados, grande. Nesses encontros, várias outras viagens, o ENA<sup>71</sup> também no Rio de Janeiro, nós tivemos contato com pessoas do Brasil inteiro e até fora do Brasil.

Esse cabedal de eventos, de viagens, de seminários e de reuniões contribuiu para fortalecer os laços tanto entre os agricultores de municípios diferentes como das organizações envolvidas. O resultado desse processo, cuja articulação iniciou-se em 2000, foi a criação, em 2002, da Feira de Produtos Orgânicos de Vitória, no bairro Barro Vermelho. Nesse mesmo ano iniciou-se a articulação para a feira de Vila Velha-ES, envolvendo parcerias naquele município. Três anos mais tarde, em 2005, foi criada a feira de produtos orgânicos no bairro Praia da Costa.

Em 2004, um momento importante para entender algumas mudanças, foi realizada a reestruturação da APTA que, estabelecendo uma nova estratégia de ação, vai gradativamente diminuindo seu foco no município de Iconha, na região metropolitana de Vitória, e assumindo um trabalho mais efetivo no norte do Estado. Outro elemento

---

<sup>71</sup> ENA – Encontro Nacional de Agroecologia; o primeiro foi realizado no Rio de Janeiro em 2002.

importante foi o concurso público do Incaper no final de 2004, quando novos agentes passam a fazer parte do seu quadro a partir de 2005. Esse duplo movimento fez com que as ações em que o Incaper era um ator secundário, ou mesmo reticente, contassem com um papel mais protagonista da organização, procurando dar ênfase, por exemplo, a processos de comercialização inovadores.

Pode-se afirmar que a extensão rural – compreendida como uma instituição – possui regras, ritos e valores instituídos que fazem operar, pela sua história e tradição, determinadas formas de agir. O instituído torna-se uma convenção; uma espécie de referência ao fazer extensionista, algo que, neste texto, estamos denominando de *Abordagem Convencional*. Porém, a força do convencional, com pretensões de se tornar dominante ou hegemônica, não é determinística. Mudanças no contexto nacional e estadual, como foi o caso da instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), em 2004, viriam a exigir novas posturas do profissional da extensão, demandando da instituição uma mudança na forma de operacionalizar sua ação (DIAS, 2008). Ademais, exigia-se do profissional uma postura diferenciada daquela que se instituiu ao longo da sua história. Para Appendini e Nuijten (2002), organizações de assessoria às populações rurais deveriam (e poderiam) criar trajetórias de ação que as afirmassem como instituições de apoio à autodeterminação das pessoas e comunidades, diante dos impactos econômicos das decisões e dos processos que chegam às localidades como imposições, de forma a possibilitar e sua autoafirmação diante dos estilos de desenvolvimento ditos globalizados (STAVENHAGEN, 1985).

A transição pela qual passou o Incaper, incorporando outros valores, não pode ser compreendida somente a partir de 2005<sup>72</sup>. As transformações foram parte de um processo histórico que incidia na esfera nacional, bem como estadual, no qual atores sociais, que escreveram sua história por meio da “agricultura alternativa” – e depois por meio da agroecologia, se tornaram marcantes no cenário do desenvolvimento rural capixaba. O ambiente político favorável, em razão principalmente do advento da Pnater, possibilitou, no Incaper, ações identificadas com a agroecologia, marcando o primeiro mandato do governo Lula; e sugeriam um contexto importante para o movimento agro-

---

<sup>72</sup> Importante salientar que 2005 foi um ano importante para o Incaper, não só por causa do concurso público, que contratou novos profissionais, mas também pelos recursos, tanto federal quanto estadual, direcionados à organização, o que propiciou significativas melhorias na sua estrutura.

ecológico do Espírito Santo<sup>73</sup>. Nesse caso, 2005 torna-se um marco histórico de mudanças, que sinaliza uma passagem de um momento para outro, um limite que demarca a transição que propiciou o fortalecimento da abordagem da ação extensionista denominada de *Interativa*.

Essa mudança no Incaper (e especificamente no município de Iconha) é percebida pelos agricultores envolvidos no processo agroecológico, conforme revela um agricultor entrevistado, quando perguntado sobre quando o Incaper teria começado a mudar sua forma de atuação. Ele afirma que “[...] a Incaper começou a mudar de, por exemplo, eu acho que tem de seis anos prá cá. [...] que a Incaper, os próprios técnicos da Incaper criticavam nosso trabalho com agricultura orgânica, não existia”.

Porém, o surgimento e a afirmação de novas concepções e de novos valores não significaram o desaparecimento dos antecedentes. Longe de serem superados, eles continuaram presentes, delimitando seu espaço e o seu modo de operar. Desta feita, configurou-se um processo de transição do Incaper que ocorreu, em parte, a partir da postura de vários dos novos agentes da extensão rural que passaram a compor a organização em diferentes municípios.

É evidente que para as ações que estavam sendo desenvolvidas no âmbito da comercialização as experiências constituíam, para os parceiros da rede, um novo campo de conhecimento empírico, que ampliava o horizonte das famílias rurais, como também das organizações de apoio e dos profissionais envolvidos, inclusive os do Incaper. Para exemplificar essa experiência de aprendizado coletivo, em 2005 teve início um trabalho que começou com uma reunião no município de Alfredo Chaves, ES (INCAPER, 2005). Nesse evento nota-se, pela análise dos documentos que o registraram, a presença mais efetiva de técnicos do Incaper. Também estavam presentes representantes dos governos municipais de Vitória, Iconha e Alfredo Chaves, além de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR). A presença mais efetiva significava uma atitude diferenciada dos extensionistas, demonstrando maior sensibilidade com questões que extrapolavam os temas técnicos e pragmáticos que marcavam costumeiramente a intervenção do Incaper. A própria realização da reunião era uma iniciativa diferenciada, articulando sete municípios, três governos municipais, um STR e a Federação dos

---

<sup>73</sup> A denominação “movimento agroecológico” está sendo empregada neste texto, referindo-se a um conjunto de atores que atuam de maneiras muito diversas, com isso afirma-se que não há uma coesão entre esses os vários atores. Há evidentemente aqueles que possuem maior afinidade e maior regularidade de ações conjuntas. Porém, no passado a Rede de Agricultura Alternativa e o Fórum de Agricultura Familiar foram, por determinado tempo, responsáveis por agregá-los e conferir determinada coerência discursiva, de propósitos e de ações.

Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes). O evento tinha como objetivo discutir a inserção dos produtos derivados de processos agroecológicos na alimentação escolar no município de Vitória, ES.

Conforme mencionado por Duarte (2007b), a partir desse evento iniciou-se um processo de contatos, articulações e negociações com vários parceiros, mas principalmente com a Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME) e a Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo “O Broto”<sup>74</sup>. A SEME se tornou porta de entrada na municipalidade de Vitória e na comunidade escolar do município, principalmente facilitando um diálogo direto com os diretores, os professores, as merendeiras e as nutricionistas. A articulação desse conjunto de atores importantes era, naquele instante, uma inovação para a ação extensionista no Incaper, uma vez que se tratava de orquestrar um conjunto de novos intérpretes (comunidades escolar, agricultores e organizações), procurando encontrar elos que pudessem uni-los. Os elos em comum deveriam ser aqueles que permitissem estabelecer novas concepções para a relação campo-cidade, mediadas por uma dimensão econômica e ambiental, qual seja, ofertar produtos orgânicos na alimentação escolar, e, além disso, imbricada por processos sociais, para fomentar a cooperação entre os atores.

O que segue a partir daquele momento, conforme revelam os documentos, é um conjunto de eventos que procuravam animar a articulação e dar vida à rede. Esses ocorrem em duas grandes frentes: a primeira envolvendo agricultores e parceiros de diversos municípios, que tinham como objetivo divulgar as experiências de agroecologia que estavam vivenciando. Nesse caso, a articulação se centrava no público de agricultores familiares identificados como a agroecologia e suas organizações. Assim, foram promovidos seminários microrregionais sobre agroecologia; seminários sobre comercialização de produtos orgânicos; intercâmbios com agricultores dentro e fora do estado; participação em eventos como o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), dentre outros eventos.

A segunda frente focava o público urbano, mais propriamente os da comunidade escolar, os gestores da SEME e as nutricionistas do município. O objetivo desses eventos era propiciar uma aproximação desse público com as famílias rurais de Iconha e

---

<sup>74</sup> O Broto é uma cooperativa de consumidores, fundada em novembro de 2003, por iniciativa da Pastoral Operária, Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e das famílias do município de Serra/ES. Seus objetivos iniciais eram a distribuição de produtos orgânicos por meio de “cestas básicas” para população de baixa renda, a fim de proporcionar alimentos saudáveis com baixo custo (INCAPER, 2006a, p. 28). Atualmente O Broto está fora do projeto da alimentação escolar e com dificuldades em seu processo de gestão.

Santa Maria de Jetibá. Entendia-se que essa aproximação promoveria a compreensão tanto do “mundo rural” como o da vida escolar, facilitando as relações e criando espaços de diálogo entre os agricultores, as escolas, o poder público e as instituições que apoiavam o processo. Procurava-se, por meio dessa aproximação, constituir um espaço no qual se estabeleceria a *ação comunicativa* voltada para o entendimento, como argumenta Habermas (SAMPAIO, 2001).

Dentre os vários aportes da Teoria da Ação Comunicativa há a distinção da sociedade em duas esferas que se complementam: o do “mundo vivido” e o do “mundo sistêmico” (FREITAG, 1993). O mundo vivido é o mundo da reprodução simbólica; é a maneira como os indivíduos percebem e vivenciam sua realidade social, estabelecendo experiências comuns na língua, nas tradições e na cultura. O mundo vivido é o espaço social no qual a ação comunicativa está ancorada no diálogo ou no “entendimento comunicativo”; no melhor argumento, em ambientes onde há um tipo de interação, livre de coação de qualquer natureza, e onde permaneça a ação comunicativa voltada para o entendimento (GONÇALVES, 1999). Leite (1998, p. 203) interpreta o conceito de razão comunicativa da seguinte maneira:

Para Habermas, a ação comunicativa é uma ação interativa na qual os participantes recorrem à linguagem para reivindicar as pretensões de validade dos seus respectivos argumentos. Essa pretensão de validade é reconhecida intersubjetivamente e suscetível a críticas, podendo resultar em um consenso. Ressalta Habermas que “o valor real do entendimento consiste, pois, em um acordo alcançado comunicativamente e que se mede por pretensões de validade que vem respaldado por razões potenciais.”

Por outro lado, o mundo sistêmico é o mundo da reprodução material. Se no mundo vivido a linguagem é primordial, no mundo sistêmico ela é secundária. Nesse mundo predominam dois subsistemas: o Estado e a economia, prevalecendo o poder e o dinheiro. Neste caso, constituiu-se uma economia de mercado que tem como matriz o lucro. O Estado, por sua vez, é constituído pelo sistema jurídico, pela burocracia e por seus mecanismos de controle sociais. Habermas fala que esses dois mundos são igualmente importantes e complementares, porém aponta que o “mundo vivido” ou o mundo da vida vem sendo cada vez mais “colonizado” pelo “mundo sistêmico” (FREITAG, 1993).

Essa colonização teria conduzido a duas patologias. A primeira é que o ser humano passou a ser regido pela lei do mercado, do lucro e da burocracia estatal, entendendo essa construção como leis inquestionáveis e naturais contra quais “nada

pode ser feito”. A segunda patologia deriva da primeira. À medida que o sistema vai colonizando o “mundo vivido”, este passa a ser regido pela lei do sistema. Desta forma, a ação comunicativa, que expressa os valores do mundo vivido, passaria a adotar o discurso regido pela economia e pelo Estado, ou seja, dinheiro e poder passam a orientar a definição de interesses e a ação dos atores sociais (FREITAG, 1993).

Considerando essas referências teóricas, podemos considerar que no campo da rede de comercialização instituída a partir da experiência de Iconha, ao mobilizar a comunidade escolar, os agricultores, as cooperativas, as associações de agricultores, as organizações de Ater e os governos municipais, ou seja, os atores envolvidos, procuravam estabelecer um espaço para a ação comunicativa. De um lado estavam colocadas como referências as esferas do mundo sistêmico, a economia, por meio dos processos de comercialização, e o Estado, como porta de entrada para produtos da agricultura familiar na alimentação escolar (ação racionalizada e instrumentalizada pelas regras do programa de política pública), do outro lado, as referências do mundo vivido, que se concretizavam em um modo social de produção embasado em princípios da agroecologia e da economia de proximidade, que necessitava acessar o mundo sistêmico, representado pela economia e pelo poder político.

A rede de agentes constituída buscava, por meio da ação comunicativa, dissolver a lógica dada pela colonização do mercado e da burocracia estatal<sup>75</sup>. Logo, procurava tornar esses espaços menos impessoais e superar a racionalização exigida pelos procedimentos legais. Para tanto, eram organizados espaços de debate que permitiam aos atores construir uma lógica de comercialização diferenciada, que envolvia, dentre outros aspectos, priorizar as escolas de “comunidades economicamente carentes” do município de Vitória, fornecendo a elas uma alimentação saudável, livre de “venenos”.

A análise da experiência permitiu perceber que rede de parceiros horizontalizava as relações, procurando “diluir” a burocracia estatal e aumentar o caráter pessoal (no sentido de proximidade e identificação política com um projeto de mudança) das relações entre poder público, agricultores e demais agentes. Ao mesmo tempo, procurava concretizar mecanismos econômicos em comum acordo, criando, como afirma Habermas, um tipo de aprendizado coletivo. Duarte (2007b) descreve um conjunto de

---

<sup>75</sup> Para Weber a burocracia é uma forma de controle, de dominação, e pode estar a serviços de interesses tanto político como econômico. Weber verifica na burocracia a impessoalidade e uma racionalidade da qual não se distingue sentimentos de amor, ódio, tudo que é “irracional e resiste ao cálculo.” Logo, “[...] torna as relações jurídicas impessoais, calculáveis, sistemáticas respondendo apenas a padrões objetivos e indiferentes ao *status* e ao privilégio” (DIGGINS, 1999, p. 111).

ações que antecederam o processo de comercialização, que facilitou a relação entre as escolas municipais, os agricultores e a própria Cooperativa de Consumidores “O Broto”. O autor relata que foram envolvidos cerca de 300 profissionais ligados à área de educação, entre professores, diretores, merendeiras e gestores públicos da SEME da Prefeitura de Vitória. Dos eventos citados, o intercâmbio campo-cidade destacou-se de forma relevante, porque permitiu à comunidade escolar visitar as áreas rurais e conhecer os sistemas orgânicos de produção<sup>76</sup> dos agricultores familiares, tanto do município de Iconha como no de Santa Maria de Jetibá. Procurava-se, assim, facilitar o processo de compreensão do público escolar sobre o modo de vida dos agricultores familiares, ampliando os espaços de diálogo dentro das escolas e com os próprios gestores da SEME.

Para facilitar esse diálogo foram criados ambientes de negociação e planos de negócios, envolvendo agricultores, nutricionistas, diretores das escolas entidades de apoio, que tinham como objetivo identificar as potencialidades e fragilidades do processo, procurando soluções e encaminhamentos (INCAPER, 2006a, 2006b). Duarte (2007a) relata que foi a partir desses eventos que se definiu que as entregas começariam em maio de 2007, a princípio em seis unidades de ensino, envolvendo quatro associações de agricultores dos municípios de Iconha e Santa Maria de Jetibá; e que a Cooperativa O Broto intermediaria o processo entre os agricultores e escolas municipais.

Dessa forma, em maio de 2007 foram feitas as primeiras remessas às creches e escolas ligadas à rede pública de Vitória. Após três semanas tinham sido entregues 27 tipos de frutas, legumes e hortaliças, um total aproximado de 2.400 kg, beneficiando 40 famílias rurais e cerca de 2.000 estudantes de seis creches e escolas de Vitória (DUARTE, 2007a). As extensas negociações, eventos e atividades não pararam após as primeiras remessas de produtos terem chegado às escolas. Na verdade até se intensificaram, uma vez que as questões de produção, de logística, de preparo dos produtos e de procedimentos de pagamento consistiam uma novidade para os agricultores, assim como também para a cooperativa, a merendeira, a nutricionista, os gestores públicos e os técnicos de apoio, exigindo constantes acompanhamento e avaliação.

Em maio de 2007 foi realizada uma oficina para discutir as fragilidades e potencialidades do processo. As conclusões relatadas por Duarte (2007a) e Incaper

---

<sup>76</sup> Entende-se ser compatível e desejável a produção orgânica dentro de processos de transição agroecológico. No caso citado, os agricultores familiares envolvidos estavam em processo de transição agroecológico, em um sistema de produção orgânica. Esses grupos possuíam selo de uma certificadora de produtos orgânicos “Chão Vivo”, que acompanhou e fazia parte da rede de comercialização.

(2007) são em termos dos aspectos positivos: a boa aparência dos produtos, a qualidade e a satisfação dos estudantes. Os aspectos negativos enumerados foram: a falta de alguns produtos; o fato da não comunicação antecipada acarretar um problema no cardápio das escolas; a pouca divulgação do projeto; e a questão dos procedimentos burocráticos para realização de pagamentos. Acerca desses aspectos, Duarte (2007a) aponta que as escolas onde mais se encontravam dificuldades para aceitação dos produtos orgânicos pela diretora e pelas merendeiras eram justamente aquelas que pouco haviam se envolvido nas etapas preparatórias e de articulação do projeto, evidenciando a importância do processo como mecanismo de educação e da construção da ação comunicativa. Essa ação se concretizava na experiência analisada, nos espaços específicos estruturados com esse objetivo, mas se sustentava, de fato, nas relações horizontais que os atores foram construindo entre si, permitindo maior envolvimento e compromisso com a proposta e com o fluxo constante de informações, conforme revela Franco (2001, p. 3):

A capacidade de estabelecer ligações entre os seus membros dá a medida da conectividade interna da organização social. Se essas relações forem horizontais, temos uma conectividade horizontal que enseja a circulação da informação, dissolvendo os núcleos burocráticos baseados no segredo e favorecendo à desconcentração do saber.

A participação e o envolvimento dos atores permitiram superar o amplo leque de obstáculos, principalmente aqueles que envolviam procedimentos burocráticos que regem os processos de licitação em órgãos públicos. Dessa maneira, concretizava-se a primeira experiência de comercialização envolvendo os mercados institucionais de órgão públicos com esses atores. Ainda assim, havia vários percalços a superar, dois deles eram os mais complexos. O primeiro relativo à gestão interna da Cooperativa “O Broto”, que influenciava diretamente a entrega dos produtos nas escolas e creches municipais, gerando atrasos e até mesmo perda dos produtos armazenados. O segundo dizia respeito à Lei nº 8.666, de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Essa lei representava um entrave, tanto pelo desconhecimento, por parte dos atores, dos mecanismos legais – que determinavam quais agricultores podiam ou não acessar o processo de entrega de alimentos, como pela exigência de diversos documentos, tanto dos agricultores como da cooperativa para participar dos processos licitatórios.

Portanto, as ações empreendidas a partir de 2005 começaram a se desarticular e as entregas nas escolas e creches da prefeitura de Vitória em 2008 e 2009 foram diminuindo. Por outro lado, o governo federal estava lançando um conjunto de programas de políticas públicas que procuravam estimular a comercialização dos produtos originários da agricultura familiar. Um desses foi Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA). Instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, o programa possibilitava aos grupos organizados de agricultores realizarem comercialização de seus produtos diretamente para entidades que atuam com indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2003).

Foi por meio dos laços tecidos na rede que as informações sobre as políticas governamentais chegaram e passaram a tomar corpo e forma entre os agentes envolvidos na experiência desencadeada em Iconha. Evidencia-se, quanto a esse aspecto, o papel da rede no fluxo de informações, bem como nas relações baseadas em laços fortes e fracos. Granovetter (1973) analisou as interações em rede por meio do estabelecimento do que ele denomina de “laços fortes” e “laços fracos”. Os laços fortes são aqueles nos quais existem mais intensidade emocional e relações afetivas mais próximas. Os laços fracos são, ao contrário, aqueles em que as relações são mais distantes, com menor intensidade afetiva, e até mesmo aqueles em que a relação entre um parceiro e outro ocorre indiretamente, por intermédio de outros dentro da mesma rede. Para o autor, são os laços fracos que ampliam os limites da rede, pois, por não estarem tão próximos, possibilitam informações e relações com outros grupos, que são transmitidas por meio dos nós. Analisamos que foi por meio de outros agricultores que já haviam estabelecido processo de comercialização pelo PAA, ligados à rede de comercialização por laços fracos, que os parceiros passaram a ter conhecimento das ações que ocorriam em Cariacica<sup>77</sup> por intermédio do PAA. O programa, coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura, envolvia, no início, agricultores locais e também de Santa Maria de Jetibá, e conforme entrevista com um agricultor de Iconha, eles passaram a fazer parte em 2010 do projeto.

Em 2009, o governo federal promulgou a Lei nº 11.947 (BRASIL, 2009), que dispõe sobre a alimentação escolar, definindo, no Art. 2º, que a aquisição dos gêneros

---

<sup>77</sup> O município de Cariacica faz parte da Grande Vitória. Com a estruturação da Secretaria Municipal de Agricultura, o município, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), estabeleceu o PAA. O programa beneficiou de 2006 a 2008 mais de 20 instituições, foram comprados mais R\$ 710 mil em alimentos dos agricultores familiares, totalizando 491 toneladas doadas a mais de 20 instituições (PMC, 2012).

alimentícios para a alimentação escolar deve ser feita preferencialmente da agricultura familiar. Já a Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de 16 de julho de 2009, define:

Art. 18. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009 (MEC, 2009, p. 11).

A lei e a resolução inauguraram uma nova perspectiva no processo de comercialização dos produtos orgânicos dos agricultores familiares em Iconha, bem como contribuiu para reforçar a reorientação da ação extensionista do Incaper no local. Essa nova postura do Incaper, diante dos grupos em processo de transição agroecológica no município, passou a ser percebida e avaliada como positiva pelos agricultores envolvidos na ação:

[...] O Incaper colabora com projeto, carro, com assistência de alguma coisa, se você que ligar para saber de uma coisa, ou vir na roça também para ver algum trabalho. Eu acho que o trabalho melhorou 100%.

[...] Daquela época para hoje o Incaper tá outra coisa, tá bem melhor.

[...] Hoje em dia, o F. ali tá bom, até demais o F. faz. Tem muita vontade de fazer, corre atrás, busca trazer novidades, né A.? Agora no PAA mesmo se não fosse o F. eu acho que não existia PAA aqui em Iconha. Não funcionava no caso, porque é tudo através dele, liga para ele, é ele que recebe os pedidos, ele manda para ele o pedido leva a nota ele envia as notas para lá. Tudo através dele ali .

[...] Agora mudou de figura, é outra história, mesmo porque agora todo mundo fala em agroecologia, em orgânico, em meio-ambiente o governo se envolveu nisso né! A política está dentro disso agora as Incaper são outras, já tem esse e de Iconha deu uma mudança grande, mudou as pessoas que trabalhavam.

Nos trechos transcritos verificam-se ao mesmo tempo uma avaliação positiva da ação dos extensionistas, a pessoalização (“se não fosse o F. ...”, afirma um entrevistado) e a centralização da ação extensionista, como também os indícios da construção de dependência dos agricultores em relação ao técnico. Essa relação de dependência parece inevitável para a decodificação dos mecanismos e instrumentos criados pela burocracia estatal para o acesso aos programas de políticas públicas. Tem a ver como o modo como essas políticas criam novas institucionalidades que são pouco acessíveis e bastante distintas das relações cotidianas e de sua lógica de comportamento. O agente

de extensão, nesse caso, funciona como tradutor, interlocutor e mediador entre os agricultores e o “mundo estatal”.

As novas políticas do governo federal, que propiciavam a entrega dos produtos dos agricultores familiares nas escolas municipais, bem como a instituições que abrigam pessoas em situação de risco alimentar, não só estimularam os grupos já envolvidos no processo como incentivaram o surgimento de novas organizações no município de Iconha. Se antes o processo no município se escorava em duas associações, atualmente são quatro, envolvendo cerca de 70 famílias. Os números revelam a proporção significativa de escolas atendidas em sete municípios: um total de 398 escolas em 2010, sendo 117 no município de Serra e 99 em Vitória (INCAPER, 2011b). Na fala de um profissional entrevistado, o projeto fortaleceu a economia local, enriquecendo e diversificando a alimentação dos estudantes nas escolas:

[...] ah! têm muitos [*pontos positivos*], assim como eu te falei a qualidade dos produtos, aí sendo produto de melhor qualidade, aí o prato fica mais colorido, o prato fica mais bonito; tem como fazer uma preparação mais... uma saladinha, uma coisa mais inteira para os próprios alunos vê o que está comendo. [...] Também, porque a renda flui e fica dentro do município mesmo, né?, com certeza a parte econômica é muito boa para o município. A gente não tá colocando dinheiro para fora, pra outros municípios, a gente tá colocando para o nosso município mesmo.

Na voz de um segundo profissional, envolvido no projeto, há ainda uma série de dificuldades a serem resolvidas. Para ele a logística é a mais complexa, por causa do número de unidades envolvidas, exigindo um esforço muito grande dos agricultores para entregar os alimentos em cada escola. A fim de tentar solucionar esse problema, estaria ocorrendo no município um processo de organização de uma cooperativa dos agricultores familiares. Até o momento da realização da pesquisa em campo, ela já havia sido fundada oficialmente e possuía infraestrutura mínima para funcionamento: sala, veículo e proposta de uma verba mensal cedida pela municipalidade.

Pelo exposto até aqui, pode-se perceber que para atender ao número de municípios e escolas envolvidos, estava-se exigindo uma maior complexidade na organização dos agricultores. Logo, se atender a esse crescente mercado trouxe oportunidades para os agricultores, outros aspectos preocupantes despontaram. Entre eles uma possível perda de capacidade de gestão direta da comercialização pelos agricultores, que estiveram historicamente envolvidos com as feiras e recentemente com as políticas do PAA. A necessidade de criação da cooperativa ilustra esse processo. Esse empreendimento

parece fugir do controle dos agricultores envolvidos, principalmente daqueles que participaram dos primeiros processos de constituição da feira no município. Nas entrevistas realizadas no município, um dos agricultores destaca esse aspecto:

Eu não gosto de falar de cooperativa não [...] porque eu não acredito. A princípio era reunir várias associações para formar a cooperativa, mas daí abriram o leque para tudo, intermunicipal. E joga associações lá dentro, joga pessoas que nunca participaram de nada. Tão fazendo inscrição para entrar, tudo iludido que o presidente fala assim, vai vender para merenda escolar, vai vender, vender isso, vai vender aquilo e quando agente tenta falar, não – oh, é mais divagar o negócio, aí as pessoas acham que agente tá falando errado o negócio. Tá querendo puxar para trás, a nossa associação no meu ponto de ver não entraria na cooperativa, se algum sócio que entrar, entra porque.

Nesse sentido, percebeu-se um temor na forma como a cooperativa estava sendo constituída. Verificou-se, inclusive, a resistência de determinados grupos em participar no processo. Assim, percebe-se que quanto mais complexa vão se tornando as estratégias de comercialização maior é a demanda pela organização formal dos envolvidos – principalmente em resposta ao conjunto de instituições burocráticas, gerando a necessidade de atender às novas obrigações, processo que requer novas informações, conhecimentos, habilidades técnicas, capacidades, etc. Se por um lado as políticas e os programas facilitam os processos de comercialização, elas exigem dos agricultores, em contrapartida, mecanismos de organização e obediência a normas gerais para atender às novas institucionalidades que se criam. SILVA (2010) denomina esse conjunto de novas institucionalidades de “dominação normativa”, no sentido de que elas impõem aos agricultores a obrigação de normatização das suas organizações, condutas e práticas para atender aos requisitos das políticas públicas e seus programas. Logo, assiste-se, a partir da ilustração oferecida pela trajetória apresentada anteriormente, ao que Habermas anunciou como a ‘colonização’ do mundo da vida pelo mundo sistêmico.

#### **4.3. Considerações não finalísticas sobre um processo ainda em curso**

A experiência aqui analisada revela que a inovação nos processos de organização produtiva e comercialização dos agricultores familiares agroecológicos do município de Iconha, ES, foi marcada, ao longo de sua trajetória, por três elementos-chave: a) o processo histórico de organização dos agricultores, alicerçado em sua experiência com a produção agrícola de base ecológica e o capital social construído em torno dessa

prática. Esse processo foi mediado por agentes externos (principalmente a APTA), possibilitando campo fértil para o trabalho de introdução e difusão dos princípios da agroecologia. Esse encontro teria fortalecido e direcionado a ação coletiva e o incremento do capital social presente na localidade; b) a presença e a mudança de perfil da ação extensionista do Incaper, que parece ter respondido positivamente à complexidade do contexto, conduzindo os agentes a um tipo de ação que contrariava e buscava superar o *habitus* estabelecido pela *Abordagem Convencional* da extensão rural, fundamentada no difusionismo e no produtivismo agrícola. Como demonstrado na análise, a partir de 2005 os agentes do Incaper passam a atribuir outro significado à sua ação, ressignificando concepções e práticas e adotando uma *Abordagem Interativa*, que buscou dialogar com as especificidades e os requisitos do contexto; e c) a formação de novas capacidades nos atores envolvidos, como resultado parcial da necessidade de articular politicamente uma rede de cooperação, de modo a viabilizar novas propostas de comercialização e a criação de relações diferenciadas entre produtores e consumidores de alimentos. Essa rede ultrapassou os limites do município de Iconha e tornou-se referência para outros processos.

Em relação às mudanças observadas na ação extensionista estatal na experiência de Iconha, infere-se que estas estão relacionadas a uma configuração das inter-relações estabelecidas entre diversos atores. Esses atores se encontraram em uma conjuntura e em um contexto relativamente favoráveis à junção entre trajetórias locais, conjuntura política e inovações sociotécnicas incentivadas por agentes externos ao contexto local. Esta explicação fundamenta-se no argumento de que as situações de interdependência criadas entre os atores possibilitaram, ainda que parcialmente, a expressão de diversas racionalidades, modos de agir, estilos de tomada de decisão e intencionalidades que, em dados momentos, acionaram processos de ação comunicativa que buscaram enfrentar as formas de imposição normativa ou regulatória que atingiam o processo, principalmente as originárias do Estado por meio das instituições criadas pelas políticas públicas.

A experiência aqui analisada não pode ser compreendida sem que mencionemos a influência do contexto social mais amplo sobre ela. Naquele contexto, as ações do “movimento agroecológico” influenciavam a interação local, principalmente pela presença e atuação da APTA. Da mesma forma, as mudanças de orientação normatizadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a partir de 2004, devem ser consideradas como elemento importante à trajetória de interação entre os atores em Iconha. Considerando o contexto do Estado do Espírito Santo, havia tam-

bém um cenário favorável à experimentação e à mudança. Em resposta à Pnater e aos incentivos governamentais à extensão rural, o governo do estado promoveu, em 2004, um concurso público para a contratação de novos servidores, permitindo a inserção institucional de profissionais cujo perfil indicava a adesão a uma ação extensionista diferenciada – que denominamos *Abordagem Interativa*. Assim, o contexto macrossocial é parte fundamental da compreensão do processo de configuração da experiência local. Argumenta-se que as condições locais encontraram um ambiente favorável na conjuntura macrossocial, potencializando as mudanças relatadas (tanto o potencial quanto os limites identificados na experiência).

No percurso da experiência a rede de comercialização ampliou suas ações com a incorporação de novos atores, por exemplo, os agricultores familiares de Santa Maria de Jetibá. Outro aspecto importante, como consequência indireta, foi o fato de o município passar a ser conhecido no Espírito Santo, recebendo grupos de agricultores, estudantes, profissionais interessados em conhecer o movimento que se constitui a partir das práticas ecológicas de produção.

Por outro lado, a pesquisa demonstrou que a rede criada começava a identificar e a enfrentar vários desafios à sua efetividade e à sua própria existência como tal. O mais importante deles era manter um caráter de mobilização e solidariedade que extrapolasse o ativismo da realização de tarefas pontuais e, ou, a mera utilização das “vantagens” da ação coletiva para benefício individual, desfocando objetivos de construção coletiva, aqueles presentes na animação inicial do movimento. Outro aspecto importante tem sido o processo de constituição de uma cooperativa. As divergências ocorrem quanto aos objetivos dessa organização. Uns alegam que a instituição da cooperativa está relacionada a um caráter instrumental da ação, apenas respondendo às normas e aos requisitos que são externos ao processo; outros acreditam que a cooperativa pode representar algo verdadeiramente orgânico à mobilização e ao movimento, de forma a responder às demandas da estrutura e da organização exigida pelo grau de inserção no mercado, atingido pelo processo de comercialização desencadeado.

O quadro evidenciado pelos entrevistados revela o temor pelos rumos apontados pelos que são identificados como “dirigentes da organização”. O primeiro temor diz respeito à suposta desvalorização da “construção histórica da agroecologia” na experiência e, conseqüentemente, do processo de comercialização daí derivado; o segundo é relacionado aos “interesses políticos partidários” que vão se constituindo pelos dirigentes da nova cooperativa, fato que contribuiria para o desvirtuamento da proposta

inicial; e o terceiro é a composição dos novos cooperados, que desconheciam e não tinham referências sobre qualquer mecanismo de comercialização por meio da organização social proposta; no caso, a cooperativa.

Pelo exposto, o receio percebido parece ser legítimo, revelando uma preocupação com a possível incorporação do mundo vivido pelo mundo instrumental das instituições criadas pelos mercados e pelas políticas públicas, sinalizando uma mudança de valores nem sempre positiva à afirmação dos valores enraizados na cultura local, valores estes tão caros aos princípios da agroecologia. Neste cenário, a comercialização corre o risco de passar a ser uma simples forma de atingir o mercado; a construção social, como ação coletiva que se origina e se mantém pelo protagonismo dos atores locais e suas redes, corre o risco de não ser mais reconhecida e percebida em sua autenticidade. No campo da ação comunicativa, a legitimidade dos espaços de debate, de confronto das ideias, pode perder o sentido diante da força dos procedimentos burocráticos e instrumentais, estes assumindo um papel mais significativo e preponderante. O desafio está colocado e o futuro revelará quais caminhos foram escolhidos e se tornaram possíveis aos atores desse contexto social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os distintos momentos da história do Incaper propiciaram uma visão de como se constituíram determinadas abordagens da ação extensionista. As alterações nas concepções de desenvolvimento desejado pelos governos federal e estadual, nas áreas rurais, foram os precursores do papel que o extensionista desempenhou em cada um desses momentos. Essa trajetória foi responsável por instituir nas organizações de Ater um modo de agir, de fazer, de pensar e de conduzir as ações de extensão, por parte dos agentes. Esse modo de atuar do extensionista, encontrado nas organizações de Ater, mais propriamente dentro do Incaper, não se constituiu de forma homogênea, havia uma multiplicidade de agir, que permitiu construir a ideia de abordagens que competem por reconhecimento e capacidade relativa de definir a ação extensionista. As abordagens são formas de operar do extensionista, dentro de uma matriz de desenvolvimento, que agregam semelhanças de agir do profissional, a partir de: determinado conhecimento que tem o profissional; da forma com que compreende os problemas a partir desse conhecimento acumulado; e de como ele traça objetivos e mobiliza métodos para solucioná-los.

Se por um lado, constatou-se que a história instituiu formas de agir do profissional, de modo recíproco, o agente operou sobre essa história, a partir de um *habitus* e de uma identidade. Logo, os diferentes modos de atuar da extensão rural se edificaram por uma forma de objetivar determinado modelo de desenvolvimento rural, num dado momento, em um certo ambiente organizacional – com todas suas instituições –, mas se constituíram também pela força do *habitus* e por uma identidade. Identidade que se estabeleceu na socialização do profissional com os agricultores, com organizações e com

instituições que faziam parte do círculo de parcerias do Incaper. Logo, nem a história e nem a organização se constituíram como uma estrutura externa do agente, determinando, independentemente, um modo de operar. O agente é um agente por ter capacidade e poder para atuar e querer promover modificações no seu espaço. Como tal, a existência dessa capacidade de mudar o seu ambiente e a multiplicidade da forma de fazer sua ação têm reflexo na organização, portanto o Incaper também se estabelece a partir dessa pluralidade.

A organização Incaper é concebida tendo em vista um cenário externo, influenciada desde sempre por forças políticas, econômicas e sociais que desejam instalar determinado estilo de desenvolvimento à sua missão institucional. Porém, a organização também possuiu valores, normas e conceitos institucionalizados por força do seu corpo profissional. Atuando internamente, esse corpo profissional é, também, responsável pelo direcionamento organizacional. Logo, o cenário externo encontrará um corpo constituído de agentes, verificados no modo de fazer a ação extensionista, na produção do conhecimento científico e nos conjuntos de *habitus* homólogos, fazendo esforços contrários entre si. Contrários no sentido de haver forças internas desejosas de favorecer o ambiente externo e, ou, forças internas se opondo a esse cenário.

Logo, a organização Incaper é constituída por grupos de pessoas, organizadas para fazer cumprir determinados objetivos, mas que têm interesses divergentes, inclusive divergentes da missão e dos princípios institucionalizados, que se apresentam como “hegemônicos” ou “dominantes” em dada conjuntura.

Uma das contradições percebidas é que a “ação extensionista” hegemônica no Incaper, que baliza a ação da organização, não orienta suas ações pelas diretrizes do Incaper para alcançar a missão. Há um hiato entre missão, diretrizes e ação prática, percebido e analisado nas páginas deste trabalho. Este hiato parece ter sido produzido no momento da incorporação da Emcapa pela EMATER-ES. A ação extensionista, vinda de uma história, constituída de uma identidade a partir de determinado *habitus* da antiga EMATER-ES, ao vestir a indumentária do Incaper recebe um conjunto de diretrizes e até mesmo uma missão que não representava o pensamento hegemônico dos profissionais tanto da EMATER-ES quanto da própria Emcapa. Logo, tem-se um conjunto normatizado que não correspondia ao modo de ação da extensão rural e, até aquele momento, nem ao da pesquisa. Dizendo de outra forma, têm-se na missão e nas diretrizes significativos avanços do que se espera de uma organização pública de Ater, no que tange ao conceito de desenvolvimento sustentável, da participação do público prioritário, da rela-

ção pesquisa/Ater/agricultor e da proposta de metodologia para a extensão rural. Por outro lado, essas normas não encontraram sustentação no corpo de profissionais, tanto na extensão rural quanto na pesquisa. As diretrizes e a missão não dialogavam com a história institucional, nem com os *habitus* homólogos que atuavam inconscientemente, mas rotineiramente, nos agentes de extensão rural, que conservavam sua tradição de fazer a ação extensionista.

A partir de 2005, com a entrada dos novos agentes de extensão rural, a missão e as diretrizes passaram a ressoar com mais consistência dentro da organização, pelo fato de um grupo de novos agentes entenderem que a missão e as diretrizes da organização se aproximavam do conceito de *extensão rural* almejada por este grupo. Ou seja, uma extensão rural com prioridade para agricultura familiar, com foco no desenvolvimento sustentável, e que permitisse a participação dos agricultores nas orientações da Ater. Esse grupo se agregou aos demais, que já existiam no Incaper, e fez ressoar, com mais ênfase, as discrepâncias entre a missão/diretrizes e as ações que o Incaper promovia e promove no sentido de cumprir sua missão social.

Outro aspecto importante diz respeito ao mecanismo de planejamento da Ater. O mais relevante nos ELDR é o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater). Tem o Proater, como princípio, a participação do público prioritário e seus parceiros em todos os momentos da sua organização. O Proater requer da equipe dos ELDR um grande esforço na sua preparação, em virtude da mobilização, aplicação da ferramenta, sistematização, organização do documento, apresentação ao público e submissão à sede do Incaper.

Porém, o Proater apresenta várias incoerências. A principal é que não contribui para planejar as ações dos programas e projetos dos coordenadores de programas do Incaper; outra incoerência é que a sede insere no Proater ações não planejadas no âmbito do município. Logo, as orientações da sede para fazer o Proater de forma “participativa” são deslegitimadas por essa mesma instância. Despreza-se, assim, as construções sociais que ocorreram no município, que poderiam vir a contribuir, de fato, para os processos de desenvolvimento local. Ainda, se o esforço do profissional, bem como a própria participação do público, é negligenciado, até mesmo deslegitimado na sede, essa ação tem consequências nos municípios. Essa consequência é verificada na descrença e no descrédito no Proater. Portanto, o documento foi identificado como importante, porém institucionalmente desacreditado.

A descrença não pode ser debitada somente à sede do Incaper. A própria Secretária de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pesca do Espírito Santo (SEAG), as organizações e as instituições locais contribuem para tal, demandando ações dos agentes de extensão não planejadas. Surgiu daí outro fenômeno: a fragmentação da ação extensionista. Essa fragmentação é uma dispersão da atividade do agente, que não consegue atuar de forma planejada, por causa das demandas pontuais. Ela ocorre, principalmente, porque o Proater é desconsiderado como documento orientador da ação extensionista, exigindo do agente a execução de atividades não planejadas, portanto o Proater é deixado em segundo plano.

Os extensionistas atuam em ambiente complexo. O Proater é um mecanismo que tem propriedades que procura analisar esse ambiente e encontrar caminhos para solucionar problemas, sem, no entanto, simplificar as soluções, oriundas dessa complexidade. É na sede, e na própria SEAG, que o Proater é simplificado e revalidado com outra conotação, passando a oferecer soluções simples para ambientes de alta complexidade e diversidade de atores. Nesta lógica, os agentes de extensão passam atuar mais pelos programas institucionais do que por aqueles propostos no âmbito do município. Ou, ainda, oferecem aos agricultores aquilo que o governo e o próprio Incaper entendem como soluções para os problemas identificados nas áreas rurais, portanto, é uma relação hierárquica e linear.

O exposto até agora contribuiu para entender o principal mecanismo de planejamento dos ELDR e as implicações desse mecanismo na sede e no próprio ELDR. Verificou-se também que, a partir da história do Incaper, do *habitus*, da identidade, foi possível conceber três formas de perceber a ação extensionista, chamadas ao longo desta pesquisa de abordagens, qualificadas como: *Convencional*, *Humanista* e *Interativa*.

Ao nomear a abordagem como *Convencional* procurava-se fazer entender que esses profissionais possuem uma forma de fazer sua ação extensionista que veio historicamente instituída e convencionalizada internamente. A *Abordagem Convencional* agrega o maior número de profissionais entrevistados e é percebida por outros profissionais, das demais abordagens, como a hegemônica no Incaper. Inclusive, o Incaper orienta suas ações pela forma de agir dessa abordagem. Outros aspectos são: das mulheres entrevistadas, apenas duas foram classificadas nessa abordagem; e maior presença de agentes da Geração I (G1), ou seja, profissionais que entram no Incaper há mais de 20 anos, sendo também marcante a presença da Geração II (G2). Outro elemento definidor é a ênfase

na produtividade e na difusão do conhecimento e da tecnologia como forma de alavancar o desenvolvimento e o bem-estar social.

A *Abordagem Humanista* foi nomeada assim em função de características que se aproximavam de uma das fases histórica da Ater, denominada de Humanista. Constatou-se um maior número de mulheres nessa abordagem, bem como o número de profissionais equilibrado entre a G1 e a Geração II (G2). Deve-se ressaltar que ela está mais presente na região sul do Estado. A característica marcante dessa abordagem é o fato de ela dar maior ênfase ao social do que a *Abordagem Convencional*. A *Abordagem Humanista* valoriza a produtividade e a difusão do conhecimento e de tecnologia como forma de melhorar a vida na agricultura, mas entende como importante outros mecanismos, por exemplo, a organização social das famílias rurais.

A *Abordagem Interativa* possui maior número de profissionais da G2, e o número de mulheres é maior do que na *Abordagem Convencional* e na *Humanista*. Sua maior presença é na região norte, o que pode ser explicado, de forma parcial, pelos seguintes fatores: a região norte é onde se concentra o maior número de organizações de movimentos sociais, sindicais, Escolas Famílias Agrícolas e organizações não governamentais com uma atuação histórica de lutas. Logo, infere-se que esses movimentos influenciaram esses profissionais; vários deles, que são agentes de extensão rural no Incaper, atuaram nessas organizações de movimentos, portanto fizeram um esforço para serem lotados em municípios próximos a esses; outro aspecto possível é que o profissional já tinha uma identidade, um *habitus*, e foi selecionado, pelos critérios internos do Incaper, para atuar no norte e encontrou um espaço propício para consolidar seu *habitus* e sua identidade. Os profissionais da *Abordagem Interativa* são aqueles que mais se opõem à forma de agir do Incaper. Para eles há uma contradição entre a missão, que prega a ação preferencial pela agricultura familiar e o foco na sustentabilidade, e as ações práticas promovidas pela organização. As ações dessa abordagem são direcionadas pelos princípios da agroecologia. Procuram, portanto, balancear suas ações pelas dimensões ambientais, sociais e econômicas. Porém, têm preferência pela perspectiva da organização social dos agricultores, como indutoras da qualidade de vida. São os profissionais dessa abordagem que mais percebem a existência de diferentes formas de fazer a ação extensionista, inclusive disputando espaços de poder. Nesse conflito, sentem que são perseguidos ou desvalorizados, contudo procuram ocupar determinados espaços nos quais entendem que podem instituir a concepção de extensão que percebem como viável para o desenvolvimento rural. Por este viés, revela-se a ideia da organização, no caso o Inca-

per, como um ambiente complexo, no qual há disputa pelo poder, como forma de viabilizar determinados interesses dos grupos internos.

No último capítulo apresenta-se o caso de uma rede, procurando compreender o papel da extensão rural da antiga EMATER-ES ao atual Incaper; de que forma operaram os diferentes agentes de extensão rural e quais papéis se propuseram a executar nesse meio. O estudo de caso é feito no município de Iconha, que foi cenário da organização de uma rede de comercialização de produtos orgânicos. Os diversos atores não foram os mesmos durante a existência da rede, nem a forma de laços e objetivos, que foram se alterando na trajetória. A complexificação da rede e a necessidade de acessar outros canais de comercialização exigiram dos agentes (agricultores, extensionistas, organizações e movimentos) papéis diferenciados, que requereram, cada vez mais, competências diferenciadas daquelas que deram origem a rede. Este contexto histórico propiciou um estudo focando os agentes da antiga EMATER-ES e Incaper; como, de uma *Abordagem Convencional*, os profissionais passaram a atuar numa *Abordagem Interativa*; e, ainda, como a EMATER-ES passou de ator secundário, para o Incaper, para um dos atores principais.

Na rede de comercialização do município de Iconha essas mudanças de concepção da ação extensionista foram verificadas na prática. Se anteriormente a preocupação estava focada na produtividade das principais culturas agrícolas locais, a rede de comercialização exigia competência que os profissionais da antiga EMATER-ES não estavam habituados. Logo, ao não compreender e não poder ofertar um papel diferenciado, negavam a capacidade de organizar dos agricultores e inclusive de expandir as ações para além dos limites do município. A partir de 2005, verifica-se uma presença maior do Incaper no processo de comercialização como um dos atores principais. Em Iconha, de forma lenta, o Incaper vai assumindo também esse papel, alternando sua ação extensionista para uma *Abordagem Interativa* em relação à rede de comercialização, mas não deixou de operar dentro de uma *Abordagem Convencional*, em se tratando de mecanismo de produção agrícola.

Um dos maiores aportes dessa pesquisa é expor esses conflitos, contribuindo para retirá-los do tácito ou subentendido para explicitá-los. Foi verificado ao longo do trabalho de campo que o Incaper havia finalizado o Planejamento Estratégico do Incaper (PEI). Entende-se que este é o caminho, o de estabelecer espaços de diálogo no qual possa se exercer a ação comunicativa entre os vários atores que fazem parte do Incaper, ou que influenciam sua ação. São nesses espaços, livres de coação, conforme fala Ha-

bermas, que se validam os argumentos e prevalecem aqueles com maior capacidade de argumentar. Porém, percebe-se um quesito importante: colocar em prática as ações definidas no planejamento estratégico dependerá da capacidade de exercício do poder político que governa a ação do Incaper. Logo, o mundo sistêmico poderá “colonizar” o debate estabelecido no planejamento estratégico, no entanto, não sem antes encontrar a força dos agentes que participaram da sua construção.

Por fim, este trabalho apresenta duas lacunas: a maior é sobre a perspectiva da pesquisa do Incaper. Se aqui procurou-se compreender a Ater, inclusive como esta percebe e se relaciona com a pesquisa, o contrário não é verdadeiro. Sendo a pesquisa um dos pilares do Incaper, seria importante compreender como pensam seus profissionais, como atuam, bem como se posicionam em relação à Ater. A segunda lacuna diz respeito ao corpo de agentes administrativos, como estes verificam e percebem a Ater, a pesquisa e a própria organização Incaper. Assim, fecha-se o tripé que constitui o Incaper: a pesquisa, a Ater e a gestão administrativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABROMOVAY, Ricardo (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004. p. 19-67.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Org.). *Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.

APPENDINI, Kirten; NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. *Revista de La Cepal*, v. 76, p. 71-88, abr. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS (ABAG). *Agribusiness Brasileiro: a história*. Texto Rogério Furtado. São Paulo: Evoluir, 2002. 233 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ABCAR). *Diretrizes: planejamento em extensão rural*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1968.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESPÍRITO SANTO (ACARES). *Regimento interno*. Vitória: ACARES, 1972. 47 p.

ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (APTA). *Organização da feira orgânica de Vitória – Espírito Santo*. ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Rio de Janeiro. 2002. (Ficha de Inscrição). Disponível em: <<http://www.encontroagroecologia.org.br/>> Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Promoção de sistemas agrofloretais junto a associações de pequenos agricultores no Espírito Santo*. Subprojeto PD/A nº 237. Vitória, set. 2000. (Relatório de andamento da implementação – Relatório consolidado final – fev. 97 a ago.00)

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades: Convênio IAF (BR-767)*. Vitória, abr. 2000 – mar. 2001.

BERGAMIM, Márcia. C. *Agricultura familiar no Espírito Santo: Constituição, modernização e reprodução socioeconômica*. 2004. 181 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 471 p. (Coleção Sociologia)

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. 231 p.

\_\_\_\_\_. Capital Social – notas provisórias: In: CATANI, A; NOGUEIRA, M. A. (Org.) *Escritos de Educação*. 2. ed. Tradução de Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 65-69.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de jul. 2003. p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de ago. 2006. p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de jun. 2009. p. 2.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, maio 2004. 22 p. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>> Acesso em: 29 mar. 2010.

BUFFON, José A. *O café e a urbanização do Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. 1992. 352 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

BUNGE, Mario. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166 p.

\_\_\_\_\_. *Extensão rural e agroecologia*. 2. ed. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007. 24 p.

CASTRO, Eduardo G. El Punto de Inserción. In: THORNTON, R.; CIMADEVILA, G. (Ed.) *La extensión rural en debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur*. Buenos Aires (Argentina): INTA. 2003. p. 41-65.

CAVALLET, V. J. *Educação formal e treinamento: confundir para doutrinar e dominar*. In: Oficina de formação de formadores: Sub Programa de Qualificação para Trabalhadores da CUT. São Paulo, 1999. Disponível em: <[http://www.cantareira.br/erea2008/educacao\\_formal.pdf](http://www.cantareira.br/erea2008/educacao_formal.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2011.

CHEQUETO, Jonas. Educação e formação em agroecologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – *Textos para debate*. Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002. 84 p. (Obra coletiva).

CIMADEVILLA, Gustavo. La natureza no natural de La Extensión Rural. In: THORNTON, R.; CIMADEVILA, G. (Ed.) *La extensión rural en debate: concepciones, retrospectivas, câmbios y estratégias para el Mercosur*. Buenos Aires (Argentina): INTA. 2003. p. 66-108.

COELHO, France M. G. *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Viçosa: UFV, 2005. 139 p.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

DAFT, Richard L. *Teoria e projeto das organizações*. Tradução de Dalton Conde de Alencar. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 442 p.

DIAS, Marcelo M. *Condicionantes da ação extensionista como processo de interação: condicionantes externos da interação*. Viçosa, MG: UFV, 2012. 17 p. (Notas de aula – não publicadas)

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de extensão rural e inovações Conceituais: limites e potencialidades. *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jun.-dez. 2008.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C.; FROEHLICH, M. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, H., HEGEDÜS, P. *Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural*. Montevideo: Universidad de La República, 2006. p. 31-44.

DIESEL, Vivian *et al.* Visões sobre desenvolvimento e extensão rural. In: XI JORNADAS NACIONALES DE EXTENSION RURAL. III JORNADAS DE EXTENSION DEL MERCOSUR. Universidad Nacional de La Plata. Argentina. 2002.

DIGGINS, John P. *Max Weber: a política e o espírito da tragédia*. Tradução de Liszt Vieira e Marcus Lessa. Rio de Janeiro: Record, 1999. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?tmb=bks&hl=pt-BR&q=burocracia+Weber&btnG=>>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

DUARTE, Daniel do N. *Memórias de um processo de comercialização: do feijão-deporco a comercialização - uma experiência em construção*. Incaper: Linhares, 2007a. (não publicado)

\_\_\_\_\_. O processo de inserção dos produtos orgânicos na alimentação escolar do município de Vitória, Espírito Santo. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, p. 99 – 103, out. 2007b. (Revista do V CBA) Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/2472/2216>> Acesso em: 18 dez. 2011.

DUARTE, L. M.; SILIPRANDI, E. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, VII, Quito. *Anais...* Quito: Alasru, 2006. 17 p.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. 1. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2005. 343 p.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 11. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ed. Nacional, 1984. 128 p. (Biblioteca universal, sér. 2, Ciências sociais, v. 44)

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). Marco Geral de Referência. *Estruturação operacional, modelo e estratégia e diretrizes de trabalho*. Brasília, 1975. 76 p. (Documento n. 3)

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (EMATER-ES). *Bases para o programa de assistência técnica e extensão rural para o ano de 1998*. Vitória: Deplan, 1997. 89 p.

\_\_\_\_\_. *Regulamento geral*. Vitória: Emater, 1980. 46 p. (Série documento, n. 2)

\_\_\_\_\_. *Relatório: Seminário interno – educação em extensão rural*. Vitória, jul. 1985.

EMPRESA CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMCAPER). *Pesquisa e Extensão a Serviço do Desenvolvimento Rural*. Vitória: Emcaper, dez. 1999.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 1316-R, de 27 de abril de 2004. Dispõe sobre o regulamento geral do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper, parte integrante deste Decreto e como se aqui transcrito, consolidando o processo de autarquia e regulamentando a sua estrutura organo- funcional e as atribuições de seus órgãos de administração superior, de assessoramento, de gerência, de execução programática e de atuação regional. *Diário Oficial do Espírito Santo*, Vitória, 28 de abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 46 de 1994. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo. *Diário Oficial do Espírito Santo*, Vitória, 3 de jan.1994.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 596. Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 244, de 27.6.2002, e na Lei Complementar nº 442, de 20.6.2008. *Diário Oficial do Espírito Santo*, Vitória 21 de jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 244. Dispõe sobre o plano de cargos e salários do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper e dá outras providências. *Diário Oficial do Espírito Santo*, Vitória, 28 de jun. 2002.

FONSECA, Maria T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985. 193 p. (Coleção educação popular, 3)

FONTAN, Jean-Marc. Ponto de vista ecológico crítico e prospectivo sobre o papel da economia plural no desenvolvimento local de territórios. In: VIEIRA, Paulo F. *et al.* (Org.). *Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED/Secco, 2010. p. 179-200.

- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FRANCO, Augusto de. Capital social e desenvolvimento: O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. Maceió, ago. 2001. In: OS DISTRITOS INDUSTRIAIS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA TERCEIRA ITÁLIA EM QUESTÃO: Perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste. *Paper para o Seminário*, Maceió, ago. 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 147 p. (Coleção Leitura)
- FREITAG, Bárbara. Sistema e “mundo vivido” em Habermas. *Revista GEEMPA*, Porto Alegre, n. 1. p. 61-73, jul. 1993.
- FRIEDBERG, Erhard. Organização. In: BOURDON, Raymond (Ed.) *Tratado de sociologia*. Tradução de Tereza Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. 604 p.
- FURLANETTO Egidio L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16. n. suplementar, p. 55-67, ago. 2008.
- GIBBON, David. Farming systems research/extension: background concepts, experience and networking. *Rural and farming systems analysis: European perspectives*. Wallingford: Cab Internacional, 1994. p. 3 – 18.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 318 p. (Coleção ensino superior)
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. 4. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005. 598 p.
- GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.
- GONÇALVES, Maria A. S. Teoria da ação comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. *Educação & Sociedade*, ano XX, n. 66, p. 125-140, abr. 1999.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May 1973.
- HERMANN, Nadja. *Hermenêutica e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 112 p.
- HYPOLITTO, Dinéia. Formação continuada: análise de termos. *Integração Ensino, Pesquisa, Extensão*, ano VI, n. 21, p. 101-103, maio 2000. Disponível em: <[http://formacaoemacao.com.br/Dineia/arquivos/artigos/101\\_21.pdf](http://formacaoemacao.com.br/Dineia/arquivos/artigos/101_21.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Produto interno bruto (PIB)*: Espírito Santo – 2009. Vitória: CEE/IJSN, 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/1140\\_PIB%202009.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/1140_PIB%202009.pdf)> Acesso em: 27 mar. 2012.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). *Boletim informativo do Planejamento Estratégico do Incaper*, Vitória: FDC/Incaper, dez. 2011a. (Edição especial, 20).

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico: Análise de recursos e capacidades dos atores do projeto fortalecimento dos espaços de comercialização solidária através da agricultura familiar e organizações sociais da grande vitória*. Vitória: GTZ/Projeto DLS/Incaper, out.-nov. 2006a. (Relatório)

\_\_\_\_\_. *Iconha: plantando sonhos e modificando a realidade dos agricultores*. Iconha, ES: Incaper, 2011b. (Relatório – Prêmio Inoves, ciclo 2011)

\_\_\_\_\_. Incaper – 10 anos de integração pesquisa – extensão: um ciclo virtuoso de investimentos e realizações. *Incaper em Revista*, v. 1, n. 1, Vitória: Grafitusa, jan./dez., 2010. 145 p. (Informativo especial do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural).

\_\_\_\_\_. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/?a=institucional/institucional>>. Acesso em: 5 mar. 2012a

\_\_\_\_\_. *Missão e diretrizes*. Disponível em: <[http://www.incaper.es.gov.br/index.php?a=institucional/missao\\_diretrizes](http://www.incaper.es.gov.br/index.php?a=institucional/missao_diretrizes)>. Acesso em: 15 fev. de 2012b.

\_\_\_\_\_. *Oficina de planejamento estratégico do projeto fortalecimento dos espaços de comercialização solidária através da agricultura familiar e organizações sociais da grande Vitória*. Vitória: GTZ/Projeto DLS/Incaper, dez. 2006b. (Relatório síntese)

\_\_\_\_\_. *Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Proater 2011 - 2013: Planejamento e programação de ações 2011*. Linhares/ES: Incaper, 2011c. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Nordeste/Linhares.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2012

\_\_\_\_\_. *Relatório da reunião sobre os mercados para de produtos agroecológicos*. Vitória: Incaper, maio 2005. (Relatório)

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades 2009*. Vitória: DPC/Incaper, 2009.

\_\_\_\_\_. *Relatório do plano de negócio do “Programa Alimentação Orgânica nas Escolas”*. Vitória: Incaper, maio 2007. (Relatório)

\_\_\_\_\_. *Um documento histórico sobre o meio rural Capixaba*. In: FASSIO, Levy H.; CASTRO, Lúcio L. F. de (Org.). Vitória: Incaper, 2006c. 120 p.

JEAN, Bruno. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo F. *et al.* (Org.) *Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED/Secco, 2010. p. 49-79.

LAMARCHE, Hugues. Por uma teoria da agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hugues (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução de Frederic Bazin. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 303-348. (Coleção repertório)

LEITE, Rogério P. A nação como sistema e os novos nacionalismos. In: Lua Nova. *Revista de Cultura Política*, São Paulo: Cedec, n. 44, p. 191-211, 1998.

LONG, Norman. *Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007. 504 p.

LOPES, Fernando D.; BALDI, Mariana. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos: Proposição de um Modelo de Análise. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 2, p. 81-101, abr.-jun. 2005.

MARTELETO, Regina M.; OLIVEIRA E SILVA, Antonio B. de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set.-dez. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Resolução/CD/FNDE nº 38, 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de jul. 2009. p. 10.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*. Brasília: SDT/MDA, 2005. 29 p. (Documentos institucionais 1)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). *Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 26 mar. 2012

MOVIMENTO DE EDUCACAO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO (MEPES). *A pedagogia da alternância é a política educacional adotada nas Escolas Famílias Agrícolas do Mepes*. Disponível em: <<http://www.mepes.org.br/alternancia.html>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

NIRENBERG, O.; BRAWERMAN, J.; RUIZ, V. *Evaluar para la transformación: innovaciones en la evaluación de programas y proyectos sociales*. Buenos Aires, Paidós, 2000.

OLIVEIRA, Marta K. de. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. (Org.) *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summuns, 1991. p. 23-34.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Senado Federal, out. 2008. 50 p. (Textos para discussão 48). Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos\\_discussao/NOVOS%20TEXTOS/texto48%20-%20Marcus%20Peixoto.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/NOVOS%20TEXTOS/texto48%20-%20Marcus%20Peixoto.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2010.

PRATES, Antônio. A. P. Organização e instituição no institucionalismo. *Teoria e Sociedade*, n. 5, p. 123-146, jun. 2000.

PMC. *Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

PRETTY, Jules N. *et al. Guía del capacitador para el aprendizaje y acción participativa*. Santa Cruz/Bolívia: DPID, 1997. 269 p.

QUEDA, Oriowaldo. *A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização*. 1987. 201 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 1987.

RODRIGUES, Célia J. S.; DALBOM, Fábio L. *Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural: Proater*. Vitória: Incaper, 2012. (Capítulo 5 – no prelo)

RODRIGUES, Cyro, M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROGERS, Alan. A extensão rural de terceira geração: em direção a um modelo alternativo. *Revista Atualização em Agroecologia*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 9-11, jul. 1995.

RÖLING, N. Towards an interactive agricultural science. *European Journal of Agricultural Education and Extension*, v. 2, n. 4, p. 35-48, 1996.

SAMPAIO, Inês S. V. *Conceitos e modelos da comunicação*. Ciberlegenda, n. 5, 2001.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas/SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação)

SCHMIDT, Hans C. Implementação de uma política pública de promoção de agroecologia no Espírito Santo como estratégia de desenvolvimento local sustentável: a contribuição da Cooperação Alemã. In: FICKERT, Udo *et al.* (Org.). *Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

SCHMITZ, Heribert. De receptores a propositores: os agricultores nas abordagens de pesquisa e extensão rural. In: SCHMITZ, Heribert. *Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa e participativa*. São Paulo, 2010.

SILVA, Claiton M. da. Discursos sobre a juventude rural participante de clubes 4-S (1959 -1977). *Revista Esboço*, Florianópolis, v. 9, n. 9, p. 143-156, 2001.

SILVA, Márcio G. da. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz – MG*. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

SOUZA, Ivan S. F. de. Difusão de tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 187-196, maio-ago., 1987.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, v. 84, p. 11-44, 1985.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro v. 40, n. 1, p. 27-55, jan.-fev. 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 2. ed. São Paulo: Atlas. 1992. 175 p.

VERDEJO, Miguel E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático*. Revisão e adaptação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/SAF, 2006. 61 p.

## ANEXO A

### ROTEIROS DE ENTREVISTAS

#### Roteiro de entrevista I: Extensionistas

Entrevista n<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

##### Parte I

1. Nome:
2. Município onde atua: ..... CRDR .....
3. Sexo: masculino ( ) feminino ( )
4. Ano que entrou na instituição: antes de 2005 ( ) após 2005 ( )
5. Agente de Desenvolvimento Rural ( ) Técnico de Desenvolvimento Rural( ) II
6. Formação: .....

##### Parte II

7. Como são planejadas as ações que serão executadas no ELDR durante o ano?
8. Quantos por cento das metas planejadas no Proater vocês conseguem executar no ano?
9. Qual é o papel que o Proater desempenha na sede do Incaper?
10. Como o extensionista reage diante das demandas colocadas pela sede e daquelas demandadas pelo planejamento?
11. Qual a ação do extensionista ao ter que optar pela ação local ou por aquela planejada pela sede?
12. Por que você acha que a sede está mandando fazer o Proater de forma participativa usando a FOFA?
13. Qual avaliação que você faz da pesquisa no Incaper hoje?
14. Qual a visão que você tem do agronegócio e da agricultura familiar?
15. Se notar a existência de abordagens diferentes, perguntar o que geram em termos de conflito ou conflitos em torno da missão.

## **Roteiro de entrevista II: Agricultores (as)**

Nome:

Comunidade:

1. Conte a história da associação
2. Quando começou a associação?
3. Como começou?
4. Dificuldades encontradas
5. Quais as primeiras atividades?
6. Quando começou a feira?
7. Quando começou a história da comercialização com as escolas?
8. Qual foi a primeira instituição a apoiar as atividades?
9. E o Incaper, qual o papel que ele tem cumprido ao longo dos tempos?
10. Quais os parceiros você considera mais importantes?
11. Qual o papel dessas parcerias?
12. Ocorrem reuniões?

## **Roteiro de entrevista III: Profissionais da prefeitura e do Incaper - município de Iconha**

Nome:

Profissão:

Órgão onde trabalha:

1. Fale do projeto do PNAE
2. Quais são os maiores entraves no projeto?
3. Quais são os aspectos positivos?
4. Quais os benefícios para os agricultores?
5. Quais os benefícios para o município?
6. Ocorrem reuniões frequentes entre vocês e os agricultores?
7. Quais parceiros estão envolvidos neste projeto?

## ANEXO B

### TABELAS DE RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS, POR CRDR, CLASSIFICADOS EM GERAÇÃO E ABORDAGEM

CRDR Nordeste: 9 entrevistados; 4 G1, 5 G2; 3 Convencional, 2 Humanista, 4 Interativa

<b>Extensionistas</b>	<b>Geração</b>	<b>Abordagem</b>
1	II	<i>Interativa</i>
2	II	<i>Interativa</i>
3	I	<i>Humanista</i>
4	I	<i>Convencional</i>
5	I	<i>Convencional</i>
6	II	<i>Interativa</i>
7	II	<i>Interativa</i>
8	II	<i>Convencional</i>
9	I	<i>Humanista</i>

CRDR Noroeste: 11 entrevistados; 5 G1, 6 G2; 7 Convencional, 1 Humanista, 3 Interativa

<b>Extensionistas</b>	<b>Geração</b>	<b>Abordagem</b>
10	II	<i>Interativa</i>
11	I	<i>Convencional</i>
12	II	<i>Convencional</i>
13	II	<i>Convencional</i>
14	II	<i>Interativa</i>
15	II	<i>Interativa</i>
16	I	<i>Convencional</i>
17	I	<i>Convencional</i>
18	II	<i>Humanista</i>
19	I	<i>Convencional</i>
20	I	<i>Convencional</i>

CRDR Sul Caparaó: 13 entrevistados; 8 G1, 5 G2; 5 Convencional, 4 Humanista, 4 Interativa

<b>Extensionistas</b>	<b>Geração</b>	<b>Abordagem</b>
21	I	<i>Interativa</i>
22	II	<i>Interativa</i>
23	I	<i>Convencional</i>
24	II	<i>Convencional</i>
25	I	<i>Humanista</i>
26	II	<i>Humanista</i>
27	I	<i>Humanista</i>
28	II	<i>Convencional</i>
29	I	<i>Interativa</i>
30	II	<i>Interativa</i>
31	I	<i>Convencional</i>
32	I	<i>Humanista</i>
33	I	<i>Convencional</i>

CRDR Centro Serrano: 11 entrevistados; 3 G1, 8 G2; 5 Convencional, 5 Humanista, 1 Interativa.

<b>Extensionistas</b>	<b>Geração</b>	<b>Abordagem</b>
34	II	<i>Convencional</i>
35	II	<i>Humanista</i>
36	I	<i>Convencional</i>
37	II	<i>Humanista</i>
38	II	<i>Convencional</i>
39	II	<i>Humanista</i>
40	II	<i>Humanista</i>
41	I	<i>Interativa</i>
42	I	<i>Convencional</i>
43	II	<i>Humanista</i>
44	II	<i>Convencional</i>